



Relatório de Atividades 2015

**Ministério Público do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça**



Relatório de Atividades **2015**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís
2016

Organização

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-geral

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor de Planejamento

LUSELIAS SOARES SALES LOPES
Analista ministerial

Supervisão editorial

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

RÔMOLLO DE SÁ MALTA
Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Revisão

JOSÉ LUÍS DINIZ
Jornalista

Projeto Gráfico

RAIMUNDO NONATO PENHA SOARES
Designer gráfico

TAYLINNE TALIA DA SILVA REIS
Designer gráfico

Fotos

Arcervo do MPMA
<https://pixabay.com/pt/>

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Av. Carlos Cunha s/n. Jaracati. São Luís-MA
CEP: 65.075-066 - Fone: (98) 3219 1660 - Fax: (98) 3231 2890
Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2015. - São Luís: Procuradoria-Geral de Justiça, 2016.

266p.: il.

1. Ministério Público - Maranhão - Relatório. I. Título

CDU 347.963 (812.1)

Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão

- Gestão 2015 -

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

TEREZINHA DE JESUS ANCHIETA GUERREIRO
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES
Corregedor-Geral do Ministério Público

TEODORO PERES NETO
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES
Chefe de Gabinete da PGJ

JUSTINO DA SILVA GUIMARÃES
Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA
Ouvidora-Geral do Ministério Público

ANA TERESA SILVA DE FREITAS
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

LUÍS FERNANDO CABRAL BARRETO JÚNIOR
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

HERBERTH COSTA FIGUEIREDO
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação

RONALD PEREIRA DOS SANTOS
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES
Coordenador dos Centros de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externoda Atividade Policial

LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO
Diretor-Geral

CARMEM LÍGIA PAIXÃO VIANA
Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

JERUSA CAPISTRANO PINTO BANDEIRA
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA
Coordenadora de Administração

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS
Coordenadora de Gestão de Pessoas

TATIANA ALVES DE PAULA
Coordenadora de Orçamento e Finanças

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

JOHELLTON GOMES SOUSA
Coordenador de Comunicação

ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO
Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO RÊGO
Coordenadora de Processos

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais

GILBERTO DUAILIBE MOUCHERERK
Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR
Coordenador da Folha de Pagamento

VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR
Assessor-Chefe de Auditoria Interna

MARIA EMÍLIA MARTINS SILVA
Assessor-Chefe de Controle Interno

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM
Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento Geral

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE
Chefe de Cerimonial

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Biênio (2013 -2015)

Regina Lúcia de Almeida Rocha

Presidente

José Antonio Oliveira Bents
Maria dos Remédios Figueiredo Serra
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Iracly Martins Figueiredo Aguiar
Ana Lúdia de Mello e Silva Morais
Lúgia Maria da Silva Cavalcanti
Suvamy Vivekananda Meireles
Krishnamurti Lopes Mendes França
Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Selene Coelho de Lacerda
José Henrique Marques Moreira
Domingas de Jesus Froz Gomes
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cézar Queiroz Ribeiro
Clodenilza Ribeiro Ferreira
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro
Regina Maria da Costa Leite
Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Teodoro Peres Neto
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro
Sâmara Ascar Sauaia
Themis Maria Pacheco de Carvalho
Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim
Mariléa Campos dos Santos Costa
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Eduardo Daniel Pereira Filho

Titulares:

Regina Lúcia de Almeida Rocha
Procuradora-Geral de Justiça

Suvamy Vivekananda Meireles
Corregedor-Geral do Ministério Público

Conselheiros:

Raimundo Nonato de Carvalho Filho
Francisco das Chagas Barros de Sousa
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Suplentes:

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Domingas de Jesus Fróz Gomes

Missão Institucional

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

(art. 127 da Constituição Federal/1988).

Apresentação

O Ministério Público do Estado ao longo do ano de 2015 solidificou seu trabalho nas áreas de defesa do cidadão, tendo pautado sua atuação no combate a corrupção e a improbidade, através do trabalho do Grupo de Promotores Itinerantes, das investigações produzidas pelo GAECO em apoio a todos os Promotores de Justiça, e com a interposição de mais de 100 ações penais contra gestores que detêm o foro privilegiado e mais de 600 ações de improbidade em todo o Estado.

Vale destacar, a continuidade em 2015, dos Programas Institucionais que refletem diretamente nas áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública, com enfoque especial no Projeto do Transporte Escolar e da Campanha Permanente Maria da Penha em Ação, que ao longo do ano, foram implementados em vários Municípios, através das Promotorias de Justiça. Criamos o projeto institucional de Incentivo a criação dos Núcleos de Mediação Comunitária em todo o Estado, bem como fortalecemos as parcerias e trabalho em conjunto com outros órgãos públicos, a exemplo da CGU, TCU, Ministério Público de Contas, Polícias Federal, Civil e Militar.

Na área administrativa, com o objetivo de alcançar e acompanhar a evolução tecnológica que a passos largos se apresenta, concentramos esforços na modernização dos sistemas a exemplo da implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) nas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Imperatriz, Caxias, Timon, Codo, Santa Luzia, Rosário, Bacabal, Açailândia, Morros, Icatu, Santa Rita, João Lisboa, Senador La Roque, Matinha, Penalva, Pindaré, Zé Doca, Cantanhede, Bom Jardim, Araioses, Tutoia, Vargem Grande, beneficiando assim mais de 200 Promotores de Justiça, Procuradores e Servidores.

A evolução tecnológica também mereceu destaque com a parceria com o TJ do Maranhão para implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público e do Sistema DIGIDOC, demonstrando o compromisso com a modernidade e a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE).

Entregamos para a sociedade mais duas unidades do Ministério Público sendo nas Cidades de Paço do Lumiar e Colinas, e estando as sedes da PGJ, Imperatriz e Promotorias da Capital com as obras e conclusão dos Projetos em pleno andamento. Expandimos e concluímos mais uma fase do Projeto de Segurança Armada das Promotorias de Justiça com a implantação de vigilância nas sedes das Promotorias de Justiça Intermediárias e Capital, Sala de Plantão das Promotorias da Capital, e com a instalação também, 104 pontos de equipamentos de circuito interno dos Sistema CFTV, monitorando-se assim Promotorias de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça e unidades de apoio, e contando com 15 Postos de segurança armada.

Capacitamos mais de 800 (oitocentos) membros e servidores, através da Escola Superior do Ministério Público e em parceria com outras Instituições, tendo sido realizados diversos Cursos e ainda, realizado o Congresso Estadual do Ministério Público em dezembro de 2015, com a participação de mais de 250 inscritos.

O panorama para os próximos anos revela um quadro de grandes desafios para o Estado brasileiro e, em especial, para o Ministério Público Brasileiro e maranhense. A necessidade de modernizar e tornar o Ministério Público mais eficiente, com resultados mais eficazes e duradouros e em favor da sociedade, tem que ser a tônica de nossas ações.

Muito estar por vir, muito foi realizado, mas os resultados alcançados foi fruto do trabalho de todos os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o ano de 2015.

Chegamos ao ano de 2016, conscientes de que devemos nos revestir cada vez mais de instrumentos que possibilitem o cumprimento de nossa missão.

Regina Lúcia Almeida Rocha
Procuradora-Geral de Justiça

Sumário

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	11
1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	15
1.1 Procuradoria Geral de Justiça	16
1.1.1 Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça	17
1.1.2 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	18
1.1.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos	20
1.2 Colégio de Procuradores de Justiça	22
1.3 Conselho Superior do Ministério Público	23
1.3.1 Atuação do Conselho Superior no ano de 2015	24
1.4 Corregedoria Geral do Ministério Público	26
1.4.1 Promotorias de Justiça	27
1.4.2 Relatório Estatístico Anual das Atuações Ministeriais - 2015	35
1.4.3 Procuradorias de Justiça	58
1.4.4 Corregedoria em Ação	61
2 ÓRGÃOS AUXILIARES	63
2.1 Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão	64
2.1.1 Principais Atividades desenvolvidas em 2015	65
2.2 Ouvidoria-Geral do Ministério Público	70
2.3 Comissão de Concurso	75
2.4 Estagiários	76
2.5 Órgãos de Assessoramento	77
2.5.1 Assessoria Especial	77
2.5.2 Assessoria Técnica	77
2.5.3 Assessoria de Controle Interno	79
2.5.4 Assessoria de Auditoria Interna	81
2.5.5 Assessoria Jurídica da Administração	83
2.5.6 Assessoria de Planejamento	84
2.6 Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas	86
2.6.1 Destaques da Atuação	86
2.7 Centros de Apoio Operacional	88
2.7.1 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural	88
2.7.2 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude	90
2.7.3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial	96
2.7.4 Centro de Apoio Operacional do Consumidor	98
2.7.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa	100
2.7.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação	103
2.7.7 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania	106
2.7.8 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde	110
2.7.9 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência	114

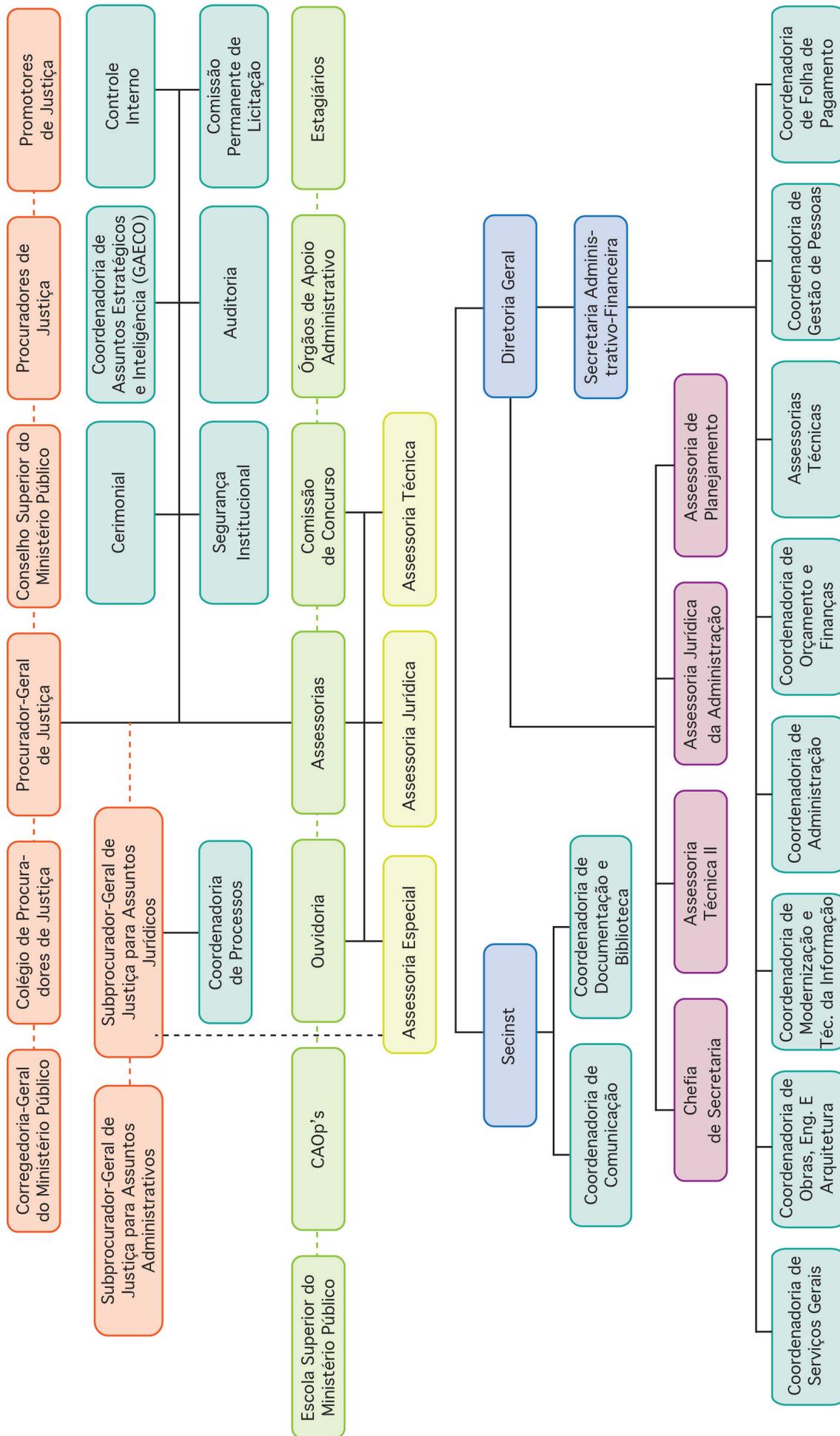
3	DIRETORIAS	117
3.1	Diretoria-Geral	118
3.1.1	Principais ações	119
3.2	Secretaria para Assuntos Institucionais	121
3.2.1	Celebração de Termos de Convênios e Cooperação Técnica	122
3.2.2	Parcerias Institucionais	123
3.2.3	Implantação dos Sistemas de Informação e a interoperabilidade com o Tribunal de Justiça e órgãos públicos	125
3.2.4	Reuniões institucionais da Procuradora-Geral de Justiça e órgãos públicos	126
3.2.5	Lei de Acesso à Informação	128
3.2.6	Gerenciamento do Portal da Transparência do Ministério Público	128
3.2.7	Planejamento Estratégico 2016-2021	129
3.2.8	Programa de Gestão por Competências	130
3.2.9	Relacionamento institucional com as Associações de Membros e Servidores e Sindicato dos Servidores	130
4	PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO MPMA	131
4.1	Projetos e programas executados pelo Caop/Educação	132
4.2	Programa institucional executado pelo Caop-Saúde	137
4.3	Programa institucional executado pelo Caop-Controlle Externo da Atividade Policial	138
4.4	O Ministério Público na via da segurança	139
4.5	Programa Memória Institucional	141
4.6	Institucionais	143
4.7	Projetos premiados em 2015 pelo CNMP	145
4.7.1	Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP até 2015	145
4.7.2	Novos projetos do MPMA desenvolvidos em 2015	149
5	COORDENADORIAS	151
5.1	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	152
5.2	Coordenadoria de Folha de Pagamento	158
5.3	Coordenadoria de Gestão de Pessoas	160
5.4	Coordenadoria de Serviços Gerais	168
5.5	Coordenadoria de Administração	170
5.6	Coordenadoria de Comunicação	173
5.7	Coordenadoria de Documentação e Biblioteca	178
5.8	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	182
5.9	Coordenadoria de Obra Engenharia e Arquitetura	189
5.10	Comissão Permanente de Licitação	191
5.11	Chefia do Cerimonial	193
6	MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO	197
7	ATOS NORMATIVOS - 2015	261
7.1	Normas Legais	262
7.1.1	Leis	262
7.1.2	Resoluções do Colégio de Procuradores	262
7.1.3	Atos Regulamentares	263
7.1.4	Ordem de Serviço	264
7.1.5	Recomendações	264

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

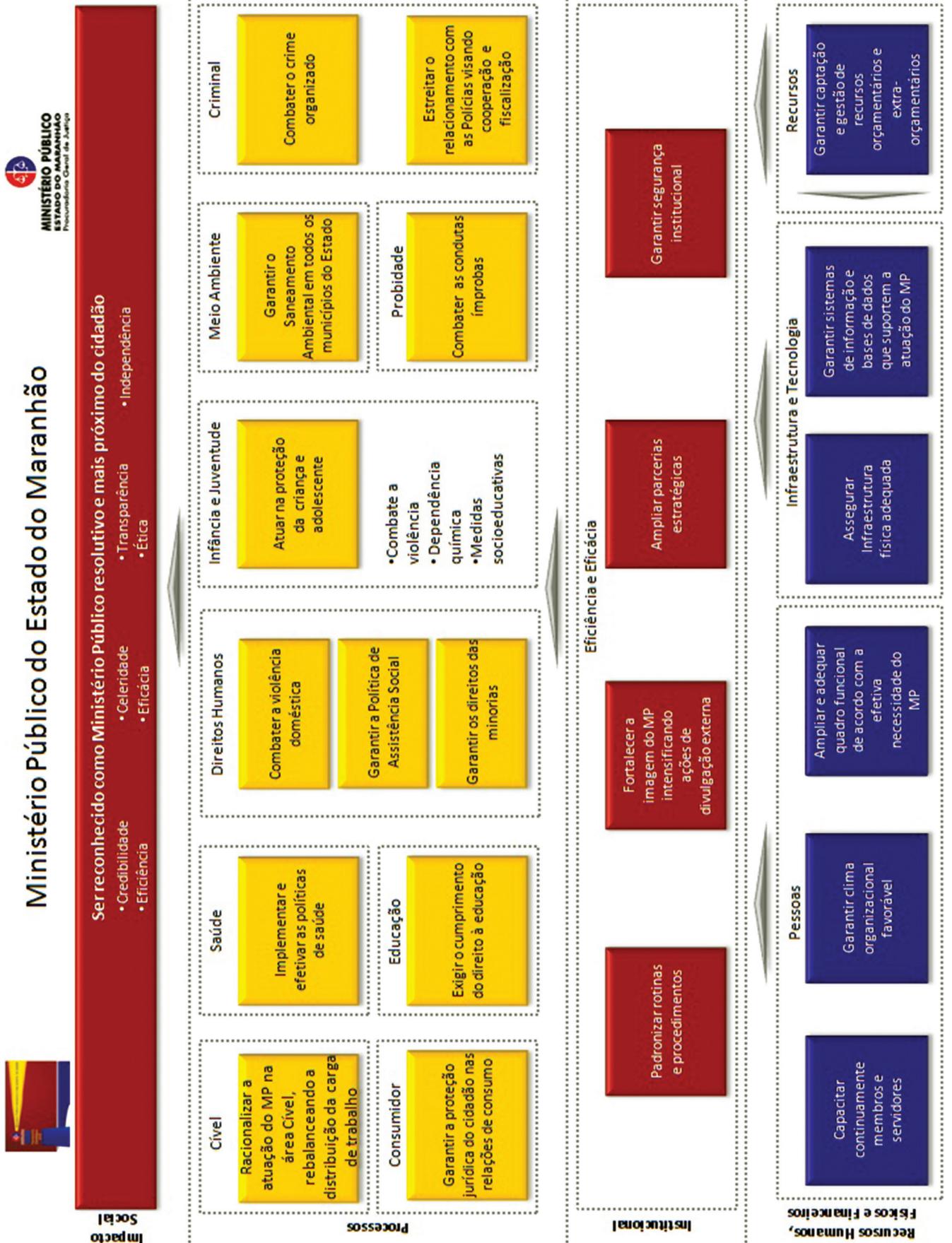
O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Federal nº 8.625/93 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (procurador-geral, Conselho Superior, procuradores e promotores de justiça). Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como órgãos auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os órgãos de apoio técnico e administrativo e os estagiários.

Organograma do Ministério Público do Estado do Maranhão



* Conforme Ato Regulamentar nº 020/2008, Lei Complementar nº 013/1991, e Ato Regulamentar nº 02/2012, Lei nº 9.688/2012
 Elaboração: Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão com revisão da Diretoria Geral.





1

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

1.1 Procuradoria Geral de Justiça



Sede Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ-MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, eleita para o seu segundo mandato consecutivo (biênio 2014/2016), e compreende o gabinete do procurador-geral de Justiça, a Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº 020/2008 (regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

Além das funções de natureza administrativa, o procurador-geral de justiça atua como órgão de execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos juízos de direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O procurador-geral de justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o procurador-geral de justiça é substituído pelo subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

1.1.1 Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

O gabinete da procuradora-geral de justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Durante o ano de 2015, contou com um quadro de apoio técnico composto de 06 (seis) servidores, lotados consoante Portaria nº. 6951/2014-GPGJ, coordenados pela promotora de justiça Sirlei Castro Aires Rodrigues, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio à procuradora-geral de justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

Na sequência, apresentam-se os dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete da procuradora-geral de justiça no ano de 2015:

Tabela 1 - Processos Movimentados no Sistema por Setores em 2015

Setores	Quantidade
Assessoria Especial	1.473
Assessoria Técnica	21
Assessoria de Comunicação	0
Assessoria de Controle Interno	16
Assessoria de Planejamento	04
Auditoria Interna	02
Arquivo	1083
Biblioteca	11
Comissão Permanente de Licitação	08
Chefia de Cerimonial	258
CAOp Meio Ambiente	04
CAOp Saúde	0
CAOp IJ	0
CAOp Proad	0
CAOp Educação	03
CAOp Direitos Humanos	0
Colégio de Procuradores	10
Corregedoria	982
Coordenadoria de Serviços Gerais	03
Coordenadoria de Orçamento e Finanças	541
Coordenadoria de Administração	0
Conselho Superior	135
Coordenadoria de Folha de Pagamento	522
Coordenadoria de Distribuição e Recebimento de Processos	05
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	7494
Coordenadoria Modernização e Tecnologia da Informação	03
Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura	01
Diretoria das Promotorias da Capital	24
Diretoria Geral	200
Escola Superior do Ministério Público	01

GAECO	93
Ouvidoria	05
Protocolo	35
Procuradores de Justiça	13
Secretaria Administrativo-Financeira	01
Subprocuradoria Geral para Assuntos Jurídicos	65
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	305
Secretaria para Assuntos Institucionais	411
Serviço Médico	40
Total de processos encaminhados	13.772

1.1.2 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do procurador-geral de justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe, ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao procurador-geral de justiça.

Tabela 2 - Manifestações em processos judiciais

Precatórios	2320
Mandado de Segurança	106
Ação Direta de Inconstitucionalidade	25
Embargos de Declaração	25
Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)	22
Ação Penal	21
Restituição de Coisas Apreendidas	19
Embargos à Execução	19
Habeas Corpus	15
Intervenção em Município	14
Recurso Extraordinário	10
Inquérito Policial	9
Recurso Especial	9
Reclamação	8
Exceção de Suspeição	7
Crimes de Imprensa	6
Agravo Regimental	6
Agrado de Instrumento em Recurso Extraordinário	4
Suspensão de Liminar	4
Conflito de Competência	4
Termo Circunstanciado	3
Medidas Investigatórias sobre Organizações Criminosas	3

Representação Criminal	3
Justificação Criminosa	3
Embargos Infringentes de Nulidade	3
Intervenção Federal	3
Agravo de Instrumento em Recurso Especial	2
Pedido de Busca e Apreensão Criminosa	2
Ação Circular Publica	2
Ação Rescisória	2
Investigação contra Magistrado	2
Execução contra a Fazenda Pública	2
Outras Medidas Provisórias	2
Medidas Protetivas de Urgência	2
Recurso Administrativo	1
Cautelar Inominada	1
Autos de Prisão em Flagrante	1
Petição	1
Arguição de Inconstitucionalidade	1
Mandado de Injunção	1
Investigação contra Magistrado	1
Execução da Verdade	1
Apelação	1
Reclamação Disciplinar	1
Representação por Excesso de Prazo	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	1
Execução de Incompetência de Juízo	1
Relaxamento de Prisão	1
Total	2701

Tabela 3 - Interposições em Processos Judiciais 2015

Interposições	Quantidade
Denúncias	28
ADIN	3
Recurso Especial	2
Recurso Extraordinário	4
Agravo Regimental	8
Embargos de Declaração	6
Ação Civil de Decretação da Perda do Cargo de Membro Vitalício do MP	1
Total	52

1.1.3 Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à procuradora-geral de justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da Instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição da procuradora-geral de justiça, na ausência do subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito desta Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste órgão na análise e acompanhamento das concessões de adiantamento disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas urgentes e inadiáveis da Administração, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a coleta e o controle de frequência dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ, que, no ano de 2015, sofreu modificações visando estabelecer maior controle de frequência, incluindo neste período, todos os servidores do Ministério Público, mesmo os que não estavam obrigados ao registro de ponto, quando da publicação do referido Ato. Pode-se, dessa forma, acompanhar com maior efetividade a assiduidade dos servidores, promovendo inclusive adequação das jornadas de trabalho, sem prejuízo de atendimento à população ou horário do servidor.

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos em apoio à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, que elaborou o Programa Permanente de Treinamento e Desenvolvimento de Servidores encaminhado à Escola Superior do Ministério Público, analisou e acompanhou as solicitações de servidores para participação em cursos, congressos e seminários, a fim de capacitá-los, qualificá-los e aperfeiçoá-los para que possam contribuir com a Instituição, com melhor desempenho de suas atribuições nos cargos ocupados.

Convém mencionar ainda que durante o exercício de 2015 foram movimentados pelo setor 9.310 (nove mil, trezentos e dez) processos administrativos de diferentes assuntos como gestão de ponto, férias, requisição de servidor, licenças e demais assuntos administrativos relacionados aos servidores e organização dos serviços nas diversas unidades administrativas do Ministério Público.

Com relação a procedimentos administrativo-disciplinares, no ano de 2015, foram concluídos 07 (sete) processos de sindicâncias.

Para coleta de informações e instrução de diversos procedimentos administrativos, foram expedidos 286 (duzentos e oitenta e seis) ofícios, 08 (oito) ofícios circulares e 216 (duzentos e dezesseis) memorandos.

No mais, em relação à regularização dos processos de cessão de servidores, estaduais e municipais, para prestação de serviços nesta Procuradoria de Justiça, foram expedidos 84 (oitenta e quatro) termos de convênio, dos quais 41 (quarenta e um) foram firmados durante o ano de 2015.

Vale salientar outra atividade de grande expressão para a Instituição realizada pelo setor, que foi a participação no processo de implantação do Modelo de Gestão por Competências, que visa à modernização dos processos de gestão por pessoas, de modo que as competências humanas possam se alinhar às competências organizacionais, servindo como instrumento de subsídio para as decisões gerenciais e aproximação entre gestores e colaboradores, compondo a Comissão de Implantação do Modelo de Gestão por Competências, bem como participando das reuniões de trabalho e treinamentos internos e externos.

Em continuidade, participou ativamente do início das atividades de elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2021, compondo as comissões de trabalho.

Assim, ao longo do ano de 2015, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade.

1.2 Colégio de Procuradores de Justiça



O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os procuradores de justiça em atividade e presidido pelo procurador-geral e atua como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Incumbe-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça; eleger e destituir o corregedor-geral e o ouvidor-geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

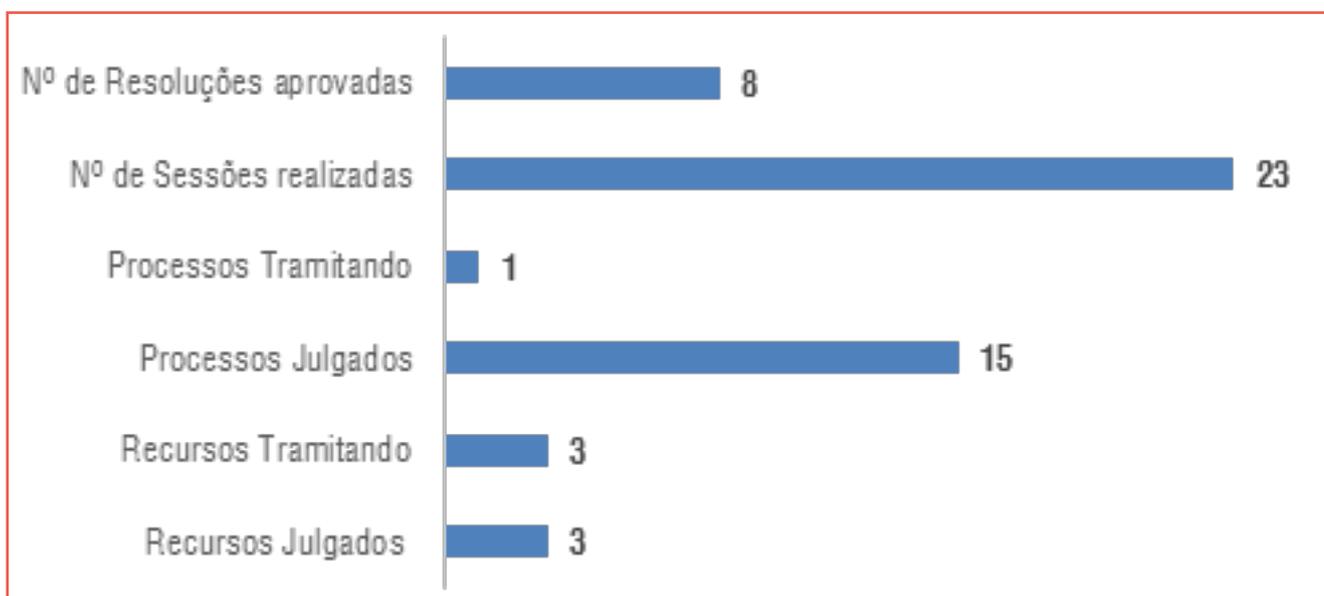


Gráfico 1 - Atuação do Colégio de Procuradores de Justiça

1.3 Conselho Superior do Ministério Público



Procuradores de Justiça membros do Conselho Superior do MPMA

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo procurador-geral de justiça e pelo corregedor-geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco procuradores de justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como órgão da Administração Superior e como órgão de execução.

Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao procurador-geral de justiça, em lista tríptica, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar promotores de justiça para substituição por convocação na 2^a instância; aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Parquet na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

Em 2015, foram realizadas 30 sessões ordinárias e uma extraordinária no período. As atas das reuniões, pautas e vídeos, devidamente aprovados pela Comissão, encontram-se publicadas no endereço eletrônico <http://www.mpma.mp.br/index.php/sessoes>. Cabe destacar que, em outubro de 2015, ocorreu eleição para composição do Conselho Superior, biênio 2015-2017, cuja primeira sessão foi realizada em 14 de dezembro de 2015.

1.3.1 Atuação do Conselho Superior no ano de 2015

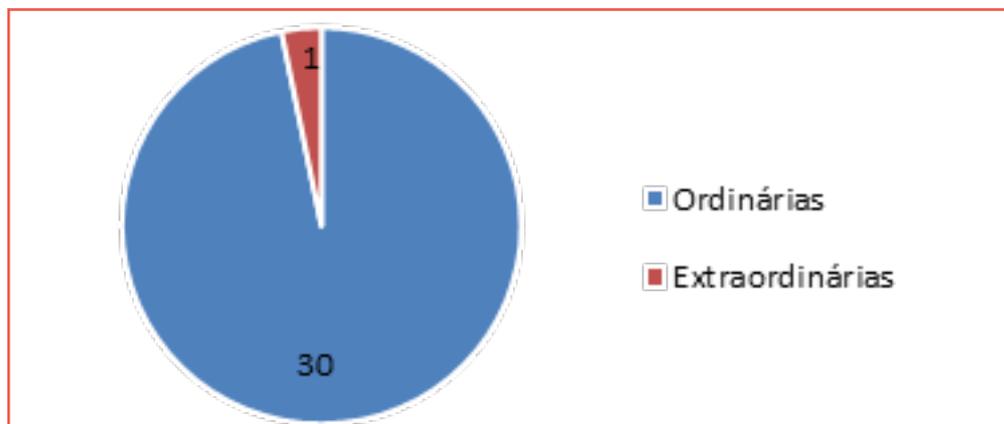


Gráfico 2 - Número de Sessões realizadas

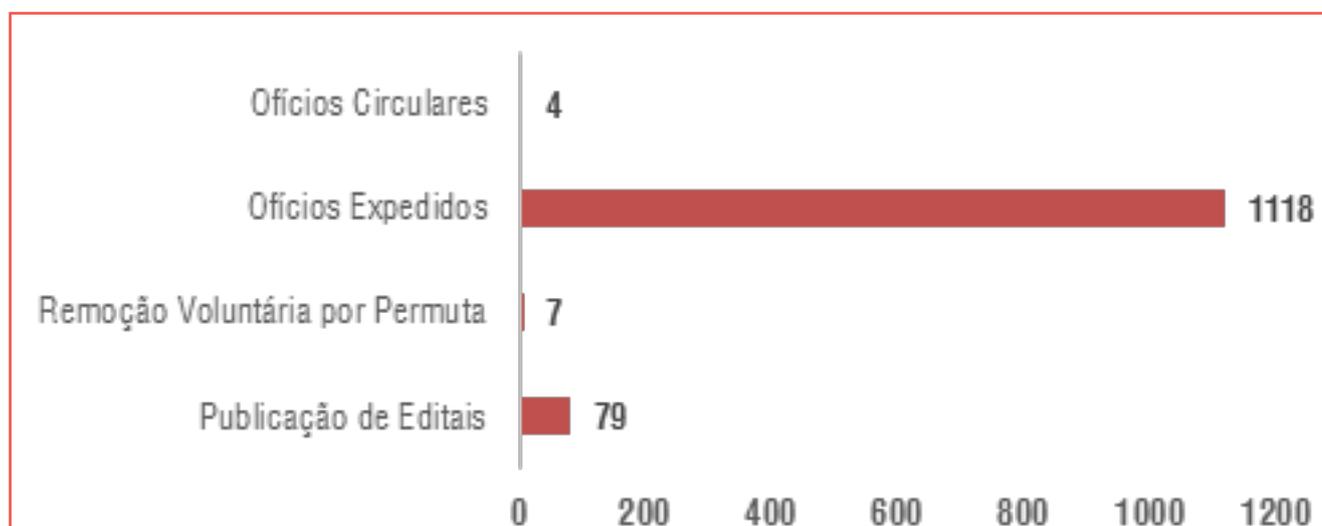


Gráfico 3 - Atividades Administrativas em 2015

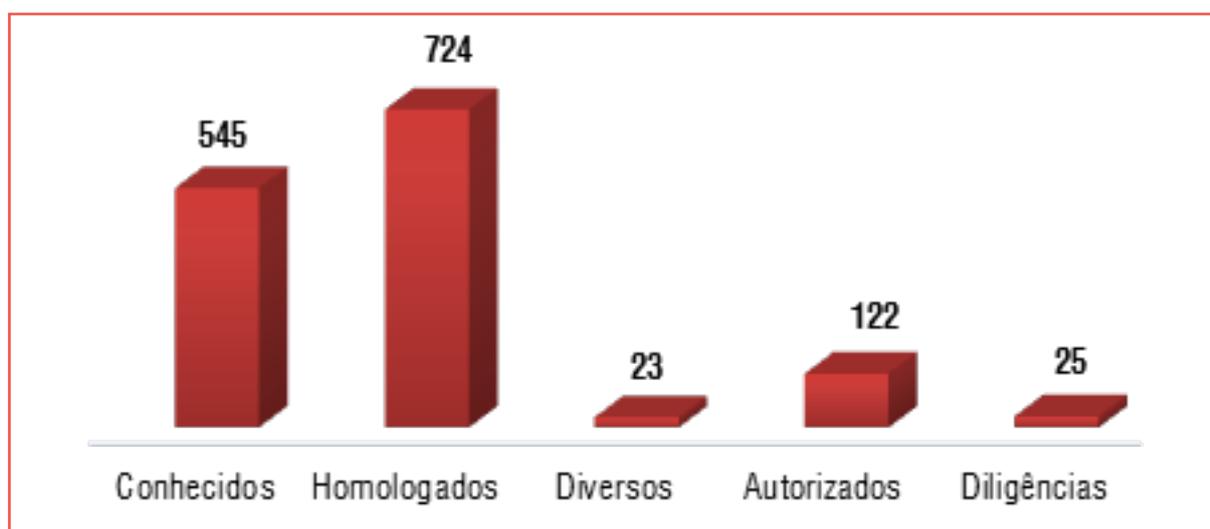


Gráfico 4 - Movimentação Processual 2015

Tabela 4 - Processos biênio 2013-2015

CONSELHEIRO	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	DILIGÊNCIA	CONSELHO	SALDO
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	32	18	0	14	0
Francisco das Chagas Barros de Sousa	255	216	10	19	10
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	255	118	2	7	128
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	283	252	10	21	0
Regina Lúcia de Almeida Rocha	312	252	31	12	17
Rita de Cássia M. Baptista Moreira	170	139	18	13	0
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	272	246	18	4	4
Suvamy Vivekananda Meireles	313	226	31	27	29
Total	1892	1467	120	117	188

1.4 Corregedoria Geral do Ministério Público



Reunião da Corregedoria com promotores de justiça

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao procurador-geral de justiça os processos administrativos disciplinares que incumbam a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Também deve apresentar ao procurador-geral de justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos promotores de justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao procurador-geral de justiça.

Tabela 5 - Atividades Administrativas da Corregedoria Geral do Ministério Público

Atividades	
Correições (1ª Instância)	49
Inspeções (1ª Instância)	41
Processos administrativo-disciplinares	0
Sindicâncias	16
Estágio Probatório	43
Recomendações	3
Atos Conjuntos	0
Exercício de Magistério	19
Ofícios Recebidos	894
Ofícios Expedidos	701
Ofícios Circulares	22
Memorandos	96
Processos Despachados	2850
Relatório Promoção/Remoção	48

1.4.1 Promotorias de Justiça

São órgãos de administração do Ministério Público, com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do procurador-geral de justiça e exercidas por promotores de justiça para o desempenho das funções institucionais do Parquet nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, ordem tributária, infância e juventude, probidade administrativa, cidadania e fundações, meio ambiente, consumidor, família, Fazenda Pública, registros públicos, Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

Tabela 6 - Distribuição das Promotorias de Justiça – 2015

Nº MUNICÍPIOS:			217
Nº COMARCAS:			112
Nº PROMOTORIAS DE JUSTIÇA:			311
Nº PROMOTORES DE JUSTIÇA:			306
Entrância	Comarcas	Promotorias	Promotores
FINAL	1	117	114
INTERMEDIÁRIA	35	119	118
INICIAL	76	76	72
SUBSTITUTOS	-	-	2
Total	112	312	306

a) Entrância Final – São Luís



Quadro 1 - Entrância Final

Promotorias de Justiça Cíveis: 24	
1ª Cível	1ª, 2ª, 9ª e 10ª Varas Cíveis, 1º e 2º Juizado Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
2ª Cível	3ª, 4ª, 11ª e 12ª Varas Cíveis, 3º e 4º Juizado Especial Cível, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
3ª Cível	5ª, 6ª, 13ª e 14ª Varas Cíveis, 5º e 6º Juizado Especiais Cíveis, Trânsito, Precatórias Cíveis, Habilitação de Casamento, Turma Recursal Cíveis.
4ª Cível	7ª, 8ª, 15ª e 16ª Varas Cíveis, 7º, 8º, 9º, 10º Juizados Especiais Cíveis, Precatórias, Família, Turma Recursal.
5ª Cível	1º Promotor da Fazenda Pública, 1ª e 6ª Vara da Fazenda Pública, 11º Juizado Especial Cível.
6ª Cível	2º Promotor da Fazenda Pública, 2ª e 7ª Vara Fazenda Pública, 12º Juizado Especial Cível.
7ª Cível	3º Promotor da Fazenda Pública, 3ª e 8ª Vara da Fazenda Pública, 13º Juizado Especial Cível.
8ª Cível	4º Promotor da Fazenda Pública, 4ª Vara da Fazenda Pública, 14º Juizado Especial Cível.
9ª Cível	5º Promotor da Fazenda Pública, 5ª Vara da Fazenda Pública, Juizado Especial da Fazenda Pública.
10ª Cível	1º Promotor de Interdição, Tutela e Ausência, 1ª Vara de Interdição.
11ª Cível	1º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
12ª Cível	2º Promotor de Justiça de Família, 1ª Vara da Família.
13ª Cível	3º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família.
14ª Cível	4º Promotor de Justiça de Família, 2ª Vara da Família
15ª Cível	5º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
16ª Cível	6º Promotor de Justiça de Família, 3ª Vara da Família.
17ª Cível	7º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
18ª Cível	8º Promotor de Justiça de Família, 4ª Vara da Família.
19ª Cível	9º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
20ª Cível	10º Promotor de Justiça de Família, 5ª Vara da Família.
21ª Cível	11º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
22ª Cível	12º Promotor de Justiça de Família, 6ª Vara da Família.
23ª Cível	13º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.
24ª Cível	14º Promotor de Justiça de Família, 7ª Vara da Família.

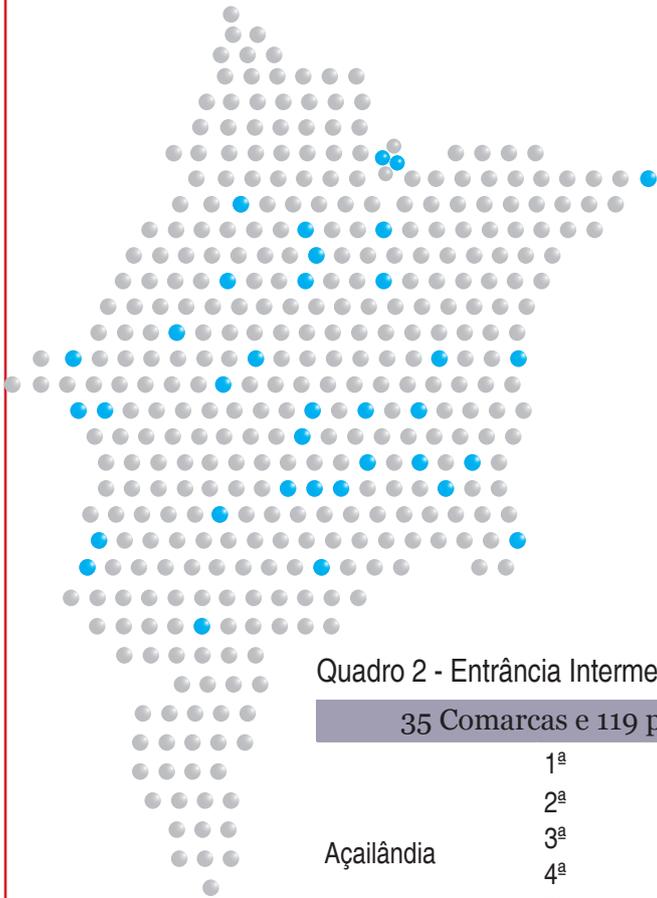
Promotorias de Justiça Criminais: 34

1ª a 14ª Criminais	Varas Criminais
15ª a 17ª Criminais	1º ao 3º Juizado Especial Criminal, Turma Recursal Criminal
18ª Criminal	18º Promotor de Justiça Criminal
19ª a 22ª Criminais	1ª e 2ª Varas de Entorpecentes
23ª a 26ª Criminais	Tribunal do Júri
27ª a 30ª Criminal	Varas do Tribunal do Júri, Sentença de Pronúncia
31ª a 34ª Criminal	Varas de Execuções Criminais, Fiscalização de Presídios, Casas de Detenção e Custódia e Casas de Albergados.

Promotorias de Justiça Especializadas: 41

1ª e 2ª Especializada	Fundações de Interesse Social
3ª Especializada	Registro Público e de Massas Falidas
4ª e 5ª Especializada	Defesa da Educação
6ª Especializada	Justiça Militar
7ª e 8ª Especializadas	Meio Ambiente
9ª e 10ª Especializadas	Defesa do Consumidor
11ª Especializada	Defesa dos Direitos Humanos
12ª e 13ª Especializada	Itinerante
14ª e 15ª Especializada	Defesa da Pessoa com Deficiência
16ª e 17ª Especializada	Defesa do Idoso
18ª a 20ª Especializadas	Defesa da Saúde
21ª e 22ª Especializadas	Defesa da Mulher
23ª a 25ª Especializadas	Controle Externo da Atividade Policial
26ª e 27ª Especializadas	Defesa da Ordem Tributária e Econômica
28ª a 31ª Especializadas	Improbidade Administrativa e Patrimônio Público
32ª a 37ª Especializadas	Defesa da Infância e Juventude
38ª e 39ª Especializadas	Conflitos Agrários
1ª e 20ª Substituição Plena	Substituição Plena

b) Entrância Intermediária



Quadro 2 - Entrância Intermediária

35 Comarcas e 119 promotorias de Justiça		
Açailândia	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	6ª	5ª Vara Criminal
Araióses	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Bacabal	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Balsas	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Barra do Corda	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Buriticupu	Única	Única
Brejo	Única	Única
Caxias	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Saúde
	5ª	Defesa da Mulher
	6ª	Juizado Especial Cível e Criminal
	7ª	Infância e Juventude
Chapadinha	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

Codó	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Coelho Neto	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Colinas	Única	Única
Coroatá	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Estreito	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Grajaú	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Imperatriz	1ª Cível	1ª Vara da Família
	2ª Cível	2ª Vara da Família
	3ª Cível	3ª Vara da Família
	4ª Cível	4ª Vara da Família
	5ª Cível	5ª Vara da Família
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	4ª Criminal	4ª Vara Criminal
	5ª Criminal	5ª Vara Criminal
	6ª Criminal	6ª Vara Criminal
	7ª Criminal	Juizado Especial Criminal
	1ª Especializada	Improbidade Administrativa
	2ª Especializada	Defesa do Consumidor
	3ª Especializada	Educação e Meio Ambiente
	4ª Especializada	Idoso e Portadores de Necessidades Especiais
	5ª Especializada	Defesa da Saúde e Registro Público
	6ª Especializada	Patrimônio Público e Probidade Administrativa
7ª Especializada	Infância e Juventude	
8ª Especializada	Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	
Itapecuru-Mirim	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
João Lisboa	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Lago da Pedra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Maracaçumé	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Paço do Lumiar	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pedreiras	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Infância e Juventude
	4ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Pinheiro	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Porto Franco	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

Presidente Dutra	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Rosário	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
Santa Helena	Única	Única
Santa Inês	1ª	1ª Vara
	2ª	2ª Vara
	3ª	3ª Vara
	4ª	Infância e Juventude
	5ª	Juizado Especial Cível e Criminal
Santa Luzia	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
São José de Ribamar	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Meio Ambiente/Cidadania/Consumidor
Timon	1ª Cível	1ª Vara
	2ª Cível	2ª Vara
	3ª Cível	3ª Vara
	4ª Cível	4ª Vara
	1ª Criminal	1ª Vara Criminal
	2ª Criminal	2ª Vara Criminal
	3ª Criminal	3ª Vara Criminal
	1ª Especializada	Infância e Juventude
2ª Especializada	Juizado Especial Cível e Criminal	
Tuntum	Única	Única
Viana	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Vitorino Freire	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude
Zé Doca	1ª	1ª Vara
	2ª	Infância e Juventude

c) Entrância Inicial



Quadro 3 - Entrância Inicial

76 Promotorias de Justiça		
Alcântara	Igarapé Grande	Santa Quitéria do Maranhão
Alto Parnaíba	Itinga do Maranhão	Santa Rita
Amarante do Maranhão	Joselândia	Santo Antônio dos Lopes
Anajatuba	Loreto	São Bento
Arame	Magalhães de Almeida	São Bernardo
Arari	Matinha	São Domingos do Azeitão
Bacuri	Matões	São Domingos do Maranhão
Barão de Grajaú	Mirador	São Francisco do Maranhão
Barreirinhas	Mirinzal	São João Batista
Bequimão	Monção	São João dos Patos
Bom Jardim	Montes Altos	São Luís Gonzaga
Buriti	Morros	São Mateus do Maranhão
Buriti Bravo	Olho D' Água das Cunhãs	São Raimundo das Mangabeiras
Cândido Mendes	Olinda Nova	São Pedro da Água Branca
Cantanhede	Paraibano	São Vicente de Férrer
Carolina	Parnarama	Senador La Roque
Carutapera	Passagem Franca	Sucupira do Norte
Cedral	Pastos Bons	Tasso Fragoso
Cururupu	Paulo Ramos	Timbiras
Dom Pedro	Penalva	Turiaçu
Esperantinópolis	Pindaré	Tutóia
Gov. Eugênio de Barros	Pio XII	Urbano Santos
Gov. Nunes Freire	Poção de Pedras	Vargem Grande
Guimarães	Raposa	Vitória do Mearim
Humberto de Campos	Riachão	
Icatu	Santa Luzia do Paruá	

d) Promotorias de Justiça distribuídas por regiões

Quadro 4 - Promotorias de Justiça por região

1ª Região Comarca da Ilha de São Luís (1 Comarca) São Luís (Capital) Paço do Lumiar Raposa São José de Ribamar	4ª Região Cocais (24 Comarcas) Barão de Grajaú Buriti Bravo Caxias Codó Colinas Coroatá Coelho Neto Dom Pedro Governador Eugênio Barros Matões Mirador Pastos Bons Passagem Franca Presidente Dutra Paraibano Parnarama Santo Antônio dos Lopes São Francisco do Maranhão São João dos Patos São Domingos do Maranhão Sucupira do Norte Timbiras Timon Tuntum	6ª Região Baixo Parnaíba (18 Comarcas) Araioses Barreirinhas Brejo Buriti Cantanhede Chapadinha Humberto de Campos Icatu Itapecuru-Mirim Morros Magalhães de Almeida Rosário Santa Rita Santa Quitéria São Bernardo Tutóia Urbano Santos Vargem Grande
2ª Região Pré-Amazonica (13 Comarcas) Buriticupu Bom Jardim Cândido Mendes Carutapera Governador Nunes Freire Maracaçumé Monção Pindaré-Mirim Santa Inês Santa Luzia do Paruá Santa Luzia Turiaçu Zé Doca	5ª Região Mearim (16 Comarcas) Arari Anajatuba Bacabal Barra do Corda Esperantinópolis Igarapé Grande Joselândia Lago da Pedra Paulo Ramos Pedreiras Pio XII Poção de Pedras São Mateus São Luís Gonzaga Vitorino Freire Vitória do Mearim	7ª Região Tocantina (11 Comarcas) Açailândia Arame Amarante do Maranhão Estreito Grajaú Imperatriz Itinga do Maranhão João Lisboa Montes Altos Porto Franco Senador La Roque
3ª Região Baixada (16 Comarcas) Alcântara Bacuri Bequimão Cururupu Cedral Guimarães Matinha Mirinzal Olinda Nova Pinheiro Penalva Santa Helena São Vicente Ferrer São João Batista São Bento Viana		8ª Região Sul do Maranhão (8 Comarcas) Alto Parnaíba Balsas Carolina Loreto Riachão São Domingos do Azeitão São Raimundo das Mangabeiras Tasso Fragoso

1.4.2 Relatório Estatístico Anual das Atuações Ministeriais - 2015

a) Matéria Penal

Tabela 7 - Inquéritos e Termos Circunstanciados dos Crimes¹

Crimes	Recebidos/ Instaura- dos	Despacha- dos	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Tran- sações penais	Arquiva- mentos	Denúncias oferecidas	Baixados para dili- gência
Aborto	5	5	0	0	0	1	2	1
Homicídio doloso	1342	1283	0	330	1	146	507	630
Homicídio culposo	90	84	2	23	4	5	35	26
Administração pública	31	27	0	3	0	4	33	10
Ordem tributária	1	1	0	1	0	0	0	1
Ordem econômica	9	8	0	1	0	3	1	4
Tortura	3	3	0	0	0	0	4	0
Meio ambiente	198	185	15	4	6	78	46	17
Criança e adolescente	124	114	0	10	2	10	64	25
Consumidor	3	3	0	2	0	0	2	1
Militares	57	42	1	23	1	7	14	10
Atentado violento ao pudor	9	9	0	1	0	2	2	5
Estupro	404	368	0	55	1	43	260	97
Estelionato	113	105	1	11	0	12	53	53
Furto	797	705	1	91	3	40	517	169
Extorsão	17	15	0	0	0	1	10	6
Racismo	1	1	0	0	0	0	1	0
Receptação	243	219	0	22	10	7	157	57
Roubo	889	796	1	110	1	27	620	161
Lesão corporal	598	574	2	85	13	43	311	133
Responsabilidade	34	35	0	3	0	3	38	0
Código de trânsito	763	655	0	71	40	40	388	153
Entorpecentes	900	844	0	101	6	11	647	129
Eleitoral	80	78	0	2	0	4	25	27
Imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0
Licitação	13	14	0	0	0	0	19	2
Lei Maria da Penha	1090	1027	0	39	0	77	720	169
Porte de arma	774	722	1	86	1	12	670	97
Outros crimes	1930	1820	3	276	37	161	636	462
Saúde	9	8	0	2	0	3	8	44

¹ A tabela não contempla os dados das Comarcas da Ilha de São Luís, Imperatriz, Timon, Açailândia, Bacabal, Caxias, Santa Luzia, Codó e Rosário devido a implantação do SIMP.

Tabela 8 - Estatística de Audiências, Extinção de Punibilidade e PAIC – Material Penal

Audiências	
Judiciais	85
Extrajudiciais	5
Extinção de punibilidade	
Prescrição	87
Decadência	4
Outras causas	109
Procedimentos administrativos de investigação criminal	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	32
Atendimento Criminal	151

Tabela 9 - Estatística de Processos Criminais – Material Penal

Crimes	Processos Criminais de 1º Grau															
	Recebidos / Instaurados	Despachados	Saldo com prazo vencido	Saldo sem prazo vencido	Suspensão do processo	Alegações Finais	Aditamento	Recursos	Contrarrazões	Absoluções de acordo	Absoluções contrárias ao pedido	Condenações em atendimento parcial pedido	Condenações conforme pedido	Prescrição	Decadência	Outras causas
Aborto	2	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Homicídio doloso	77	71	3	4	1	18	0	4	3	2	0	0	1	2	0	3
Homicídio culposo	1608	1556	3	126	32	319	11	37	124	2	10	6	66	30	1	52
Administração pública	36	35	0	5	0	11	0	7	3	1	0	0	1	1	0	1
Ordem tributária	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tortura	11	11	0	2	0	5	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Meio ambiente	74	77	2	5	0	4	0	0	0	0	0	0	1	10	0	0
Infância e juventude	33	31	0	1	0	6	1	0	2	0	0	0	0	1	0	3
Consumidor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Militares	100	85	1	3	0	13	1	0	3	0	0	0	0	2	0	1
Atentado violento ao pudor	19	17	0	2	0	4	0	0	2	0	0	0	0	0	2	1
Estupro	501	481	0	37	0	116	2	13	39	6	3	120	0	4	0	3
Estelionato	110	104	1	11	3	23	1	0	0	1	0	0	3	3	0	3
Furto	866	845	0	69	20	199	2	6	16	6	3	2	23	17	0	49
Extorsão	20	21	0	4	0	2	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0
Racismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Receptação	148	153	0	20	7	20	1	0	4	1	2	0	2	2	0	13
Roubo	1250	1256	0	73	7	300	6	11	63	13	4	1	25	8	1	44
Lesão corporal	400	400	0	54	6	79	4	1	7	3	3	0	4	12	0	36
Responsabilidade	25	24	0	1	0	4	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Código de trânsito	301	307	0	21	11	59	0	0	3	1	1	0	3	11	0	43

Entorpecentes	1108	1077	2	92	5	296	4	9	55	7	5	26	2	16	0	36
Eleitoral	90	81	0	16	3	8	2	0	3	0	0	0	1	0	0	2
Imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licitação	14	14	0	1	0	4	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0
Lei Maria da Penha	1009	990	5	53	5	254	2	8	8	1	0	1	24	11	6	47
Porte de arma	611	627	0	46	10	132	2	7	17	2	4	4	32	15	2	31
Outros crimes	2475	2581	10	279	16	257	6	11	41	5	20	6	53	35	2	100
Saúde	7	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 10 - Estatística – Material Penal

Tribunal de Júri	
Absoluções requeridas pelo Ministério Público	11
Absoluções não requeridas pelo Ministério Público	28
Condenações	84
Contrarrazões do Ministério Público	4
Sessões	102
Recursos do Ministério Público	4
Outras Manifestações	71
Execução Penal	
Autorização de saída	603
Extinção de pena	779
Incidentes da execução	212
Livramento condicional	17
Penas alternativas	16
Recursos do Ministério Público	19
Progressão de regime de cumprimento de pena	647
Remissão	490
Sursis	42
Outras Manifestações	5498
Estatística Pareceres e requerimentos	
Habeas-corpus	26
Liberdade provisória	1366
Relaxamento de prisão em flagrante	769
Prisão preventiva	1691
Prisão temporária	113
Outras manifestações	6333
Estatística Controle Externo Atividade Policial	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	441
Procedimentos investigativos instaurados	35
Procedimentos investigativos concluídos	12
Procedimentos investigativos em andamento	114
Recomendações expedidas	22
Denúncias oferecidas	29
Ações penais julgadas procedentes	5
Ações penais julgadas improcedentes	0
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	209

Representações recebidas	17
Inquéritos civis instaurados	4
Ações Cíveis Públicas	2
Pedidos procedentes	0
Pedidos improcedentes	0
Perda do cargo	0
Juizado Especial Criminal	
Visitas em estabelecimentos prisionais, delegacias e outros	441
Procedimentos investigativos instaurados	35
Procedimentos investigativos concluídos	12
Procedimentos investigativos em andamento	114
Recomendações expedidas	22
Denúncias oferecidas	29
Ações penais julgadas procedentes	5
Ações penais julgadas improcedentes	0
Requerimento de instauração de inquéritos policiais	209
Representações recebidas	17
Inquéritos civis instaurados	4
Ações Cíveis Públicas	2
Pedidos procedentes	0
Perda do cargo	0

b) Matéria Cível

Tabela 11 - Inquéritos civis e procedimentos preparatórios

	Improbidade administrativa	Meio ambiente	Saúde	Consumidor	Outros
Instaurados	250	77	39	42	236
Arquivados sem ajustamento de conduta	28	4	6	0	58
Arquivados com ajustamento de conduta	3	1	1	17	0
Ações cíveis ajuizadas	7	24	40	7	18
Saldo com prazo vencido	25	176	8	0	1
Saldo sem prazo vencido	0	0	49	25	52

Tabela 12 - Processos

	Improbidade administrativa	Meio ambiente	Saúde	Consumidor	Outros
Recebidos	541	27	115	15	6160
Despachados com prazo vencido	35	0	12	0	153
Despachados sem prazo vencido	792	27	102	11	5549
Saldo	24	0	4	3	1180
Julgamentos procedentes conforme parecer	20	5	2	1	255
Julgamentos parciais aos pedidos	2	0	0	1	10
Improcedência contrária	14	0	0	0	20

Tabela 13 - Estatística - Matéria Cível

Ações Propostas	
Interdição	278
Alimentos	3780
Investigação de paternidade	701
Outras	2644
Pareceres e Requerimentos	
Adoção	486
Ação popular	56
Alimentos	5762
Alvarás	803
Curatelas	1121
Divórcios	1931
Eleitoral	1423
Falências e concordatas	1
Guarda e Responsabilidade	1102
Fazenda Pública	246
Habilitação de casamento	2749
Homologação de acordo	1368
Inventário	191
Investigação de paternidade	1998
Mandado de Segurança	523
Posse propriedades	74
Processo cautelar	57
Processo execução	2255
Registro público	4934
Responsabilidade civil	54
Separação	55
Sucessões	22
Suprimento judicial	139
União estável	419
Outros assuntos	3811
RECURSOS	
Apelação – Razões	442
Apelação – Contrarrazões	40
Agravo – Razões	86
Agravo – Contrarrazões	18
Outros recursos e contrarrazões do MP	35
AUDIÊNCIAS	
Judiciais	11076
Extrajudiciais	1769
Atendimento ao público	18818

Tabela 14 - Atuação especializada

Matéria de Infância e Juventude	
Atos Infracionais	
Boletins de ocorrências e outras notícias recebidas	654
Boletins arquivados sem concessão de remição	64
Representações de atos oferecidas	440
Saldo sem prazo vencido	2
Saldo com prazo vencido	66
Visitas e inspeções a unidade de internação	8
Remissões	
Sem Medida Socioeducativa	81
Com Medida Socioeducativa	139
Advertência	116
Reparação de dano	4
Prestação de serviço	58
Liberdade assistida	16
Homologadas	181
Não homologadas	1
Medidas sócioeducativas aplicadas	
Internação	76
Semiliberdade	9
Liberdade assistida	28
Prestação de serviço à comunidade	18
Reparação de danos	0
Advertência	104
Medidas de proteção	
Guarda	177
Tutela	46
Adoção	66
Outras do art. 101 do ECA	225
Processos da área infracional	
Recebidos	1010
Despachados	955
Julgados com representações procedentes	50
Julgados com representações parciais procedentes	3
Julgados com representações improcedentes	1
Pareceres e requerimento	396
Audiências Judiciais	388
Audiências extrajudiciais	42
Atendimento ao Público	297
Defesa dos direitos transindividuais	
Inquéritos civis e procedimentos preparatórios	
Instaurados	392
Arquivados sem ajustamento de conduta	50
Arquivados com ajustamento de conduta	35
Ação Civil Pública	33
Ação Civil Pública – Apuração de infração administrativa	28
Ação Civil Pública – Destinação e suspensão do poder familiar	14
Processos recebidos	2838
Processos despachados	2643
Saldo de Processos	206
Audiências Judiciais	671

Audiências Extrajudiciais	302
Pareceres e requerimentos	1378
Julgamentos procedentes	119
Julgamentos procedência parcial	51
Julgamentos improcedentes	7
Atendimento ao público	3293
Patrimônio Público	
Ações de execução	111
Ações Cíveis Públicas	243
Notificações e requisições	410
Promoções Arquivamentos	68
Julgamento Procedente	0
Julgamentos Improcedentes	0
Recomendações	17
Representações recebidas	17
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Audiências públicas	1
Audiências judiciais	17
Audiências extrajudiciais	18
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	466
Concluídos	108
Andamento	1304
Processos	
Recebidos	228
Devolvidos	241
Saldo	5
Atendimento ao público	211
Sanções aplicadas por atos de improbidade administrativa	
Perdas de bens	5
Ressarcimento de dano	33
Perda da função pública	6
Suspensão dos direitos políticos	6
Multas Cíveis	6
Proibição de contratar com o Poder Público	6
Proibição de receber créditos ou incentivos	6
Meio ambiente	
Floresta	
Ações Cíveis Públicas	0
Requisições	2
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
Fauna	
Ações Cíveis Públicas	0
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0

Recomendações	1
Audiências Públicas	0
Termos de Ajustamentos de Conduta	0
Licenciamentos	
Ações Cíveis Públicas	1
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	1
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
Loteamentos	
Ações Cíveis Públicas	0
Requisições	0
Arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Audiências Públicas	0
Termos de ajustamentos de conduta	0
Poluição	
Ações Cíveis Públicas	3
Requisições	14
Arquivamentos	4
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	13
Audiências Públicas	0
Termos de Ajustamentos de Conduta	0
Outros	
Ações Cíveis Públicas	18
Requisições	5
Arquivamentos	7
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	1
Termos de Ajustamento de Conduta	11
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	31
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	87
Concluídos	5
Andamento	177
Processos recebidos	9
Processos devolvidos	7
Saldo de processos	4
Atendimento ao público	203
Consumidor	
Ações Cíveis Públicas	7
Notificações e Requisições	13

Promoções e Arquivamentos	2
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Representações	9
Termos de ajustamento de conduta	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	7
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	9
Concluídos	2
Andamento	71
Processos recebidos	5
Processos devolvidos	5
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	522
Saúde	
Ações Civas Públicas	87
Notificações e Requisições	113
Promoções e Arquivamentos	10
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	113
Recomendações	16
Representações	0
Termos de Ajustamento de Conduta	1
Audiências Públicas	0
Audiências Judiciais	0
Audiências Extrajudiciais	24
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	40
Concluídos	12
Andamento	78
Processos recebidos	22
Processos devolvidos	22
Saldo de processos	2
Atendimentos ao público	202
Inspeção sanitária de complexidade	
Baixa	0
Média	0
Alta	0
Procedimento de investigação prévia	23
Idoso	
Ações Civas Públicas	9
Notificações e Requisições	51
Promoções e Arquivamentos	7
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	6
Representações recebidas	4
Fiscalização entidades Atendimento	0
Procedimento investigação prévia	10

Termos de Ajustamento de Conduta	2
Palestras	5
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	16
Audiências extrajudiciais	27
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	10
Concluídos	3
Andamento	33
Processos recebidos	18
Processos devolvidos	18
Saldo de processos	1
Atendimento ao público	491

Pessoa com deficiência

Ações Cíveis Públicas	1
Notificações e requisições	18
Promoções e arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	5
Representações recebidas	2
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	6
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Palestras	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	9
Audiências extrajudiciais	8
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	3
Concluídos	0
Andamento	3
Processos recebidos	12
Processos devolvidos	11
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	115

Educação

Ações Cíveis Públicas	15
Notificações e requisições	87
Promoções e arquivamentos	22
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	15
Representações recebidas	15
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	9
Termos de Ajustamento de Conduta	1
Palestras	19
Audiências públicas	6
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	38
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	

Instaurados	64
Concluídos	14
Andamento	136
Processos recebidos	3
Processos devolvidos	2
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	702

Ordem tributária

Ações Cíveis Públicas	0
Notificações e requisições	0
Promoções e arquivamentos	0
Julgamentos procedentes	0
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	0
Representações recebidas	0
Fiscalização entidades atendimento	0
Procedimento investigação prévia	0
Termos de ajustamento de conduta	0
Palestras	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	0

Procedimentos administrativos e inquéritos civis

Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	0

Fundações

Acordos judiciais	0
Acordos extrajudiciais	0
Análise de estatuto	4
Análise de prestação de contas	0
Petições iniciais ajuizadas	0
Pedidos procedentes	0
Pedidos improcedentes	0
Notificações e Requisições	0
Audiências públicas	0
Audiências judiciais	0
Audiências extrajudiciais	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	2
Concluídos	0
Andamento	1
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	24

Cidadão	
Ações Cíveis Públicas	160
Notificações e Requisições	972
Promoções e Arquivamentos	26
Julgamentos procedentes	1
Julgamentos improcedentes	18
Recomendações	121
Representações recebidas	21
Procedimentos investigação prévia	50
Inspeção	19
Termos de Ajustamento de Conduta	6
Palestras	21
Audiências públicas	12
Audiências judiciais	103
Audiências extrajudiciais	168
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	62
Concluídos	14
Andamento	87
Processos recebidos	530
Processos devolvidos	628
Saldo de processos	40
Atendimento ao público	7024
Violência doméstica	
Ações Cíveis Públicas	29
Outras ações	31
Notificações e Requisições	55
Promoções e Arquivamentos	81
Julgamentos procedentes	17
Julgamentos improcedentes	0
Recomendações	7
Medidas Protetivas Requeridas	568
Procedimentos investigação prévia	2
Inspeções	5
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Audiências públicas	1
Audiências judiciais	102
Audiências extrajudiciais	30
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	6
Concluídos	3
Andamento	11
Processos recebidos	416
Processos devolvidos	415
Saldo de processos	59
Atendimento ao público	202
Autuações da Itinerante	
Educação	
Audiências	2
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	1
Execução TAC	0

Notificações e Requisições	6
Recomendações solicitadas	3
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	4
Atendimento ao público	5
Transportes	
Audiências	1
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	0
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
Segurança	
Audiência	0
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	18
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
Infraestrutura	
Audiências	0
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	7
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	0
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	0
Consumidor	
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	3

Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	1
Família	
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	2
Recomendações solicitadas	3
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	0
Atendimento ao público	335
Infância e juventude	
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	4
Recomendações solicitadas	8
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	1
Concluídos	0
Andamento	25
Atendimento ao público	62
Saúde	
Arquivamentos	0
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	18
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	6
Concluídos	12
Andamento	24
Atendimento ao público	59
Outros assuntos	
Arquivamentos	8
Termos de Ajustamento de Conduta	0
Execução TAC	0
Notificações e Requisições	325
Recomendações solicitadas	0
Reuniões externas	0
Audiências públicas	2
Audiências judiciais	0

Audiências extrajudiciais	18
Procedimentos administrativos e inquéritos civis	
Instaurados	46
Concluídos	9
Andamento	91
Processos recebidos	0
Processos devolvidos	0
Saldo de processos	0
Atendimento ao público	304
Junto às Turmas Recursais	
Processos criminais	
Recebidos	261
Devolvidos	212
Saldo	49
Manifestações e pareceres	144
Processos cíveis	
Recebidos	440
Devolvidos	334
Saldo	166
Manifestações e pareceres	251
Sessões	0
Atendimento ao público	0
Processos – Juizado Especial Cível	
Recebidos	10
Devolvidos	10
Saldo	0
Audiências	641
Pareceres	14
Atendimento ao público	48

Tabela 15 - Extrajudicial - Inquérito civil e procedimento preparatório

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	45	4	0	49	0	0	0	0	0	0	0
Controle Externo da Atividade Policial	16	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	335	126	35	426	8	0	38	0	22	122	14
Direito do Consumidor	254	27	8	273	6	2	22	0	24	30	2
Direito Eleitoral	13	7	0	20	12	0	0	0	0	0	0
Direito Militar	1	4	0	5	2	0	0	0	0	8	2
Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	109	15	3	121	0	0	0	0	0	34	4
Educação	76	77	3	150	0	4	8	4	20	24	2
Improbidade Administrativa	3200	411	100	3511	40	4	66	2	8	464	14
Licitações	181	83	16	248	18	2	4	0	2	66	0
Meio Ambiente	2076	59	17	2118	12	4	18	0	2	142	0
Minorias Étnicas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	429	45	8	466	8	4	14	2	4	120	6
Patrimônio Público	471	116	27	560	18	2	8	0	10	130	4
Pessoa Idosa	14	1	0	15	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa com Deficiência	194	94	59	229	6	4	18	0	0	354	16
Repasso Verbas Públicas	14	4	3	15	2	0	0	0	0	0	0
Repasso Verbas SUS	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	37	4	3	38	0	0	4	0	0	40	0
Saúde	623	73	29	667	54	0	22	0	30	208	2
Servidor Público	104	14	3	115	2	2	4	0	2	58	0
Demais Assuntos	1274	325	93	1506	24	10	46	4	8	568	34

Tabela 16 - Extrajudicial - Procedimento administrativo

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento		Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição de Perícia	Recomendação
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	3	5	1	7	0	0	0	0	8	30	4
Controle Externo da Atividade Policial	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	214	123	27	310	0	0	30	2	6	216	10
Direito do Consumidor	50	31	3	78	0	0	24	0	0	0	0
Direito Eleitoral	2	38	4	36	52	0	0	0	0	14	0
Direito Militar	3	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0

Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Educação	33	33	12	54	0	4	2	0	8	6	2
Improbidade Administrativa	262	186	32	416	10	0	20	0	0	90	0
Meio Ambiente	634	25	4	655	0	2	8	0	0	50	0
Minorias Étnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	51	8	1	58	2	0	0	0	2	12	2
Patrimônio Público	29	121	12	138	4	2	2	0	0	68	0
Pessoa Idosa	0	2	0	2	0	0	0	0	0	4	0
Pessoa com Deficiência	23	27	10	40	2	0	2	0	0	52	2
Responsabilidade Civil	4	3	0	7	0	0	0	0	0	2	0
Saúde	236	89	50	275	40	0	16	0	2	86	2
Servidor Público	12	16	2	26	0	0	0	0	0	26	0
Demais Assuntos	376	400	53	273	26	0	8	4	2	272	10

Tabela 17 - Extrajudicial - Procedimento investigatório do MP (Peças de Informação e Comunicação – PIC)

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
Concussão	0	0	0	0	0	0
Corrupção Ativa	0	1	0	1	0	0
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	56	26	3	79	2	6
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	5	6	0	11	0	0
Crimes da Lei de Licitação	22	13	1	34	2	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	6	2	0	8	0	0
Crimes de Responsabilidade	11	13	0	24	0	0
Crimes Praticados por Particular contra Administração em Geral	9	8	0	17	2	0
Peculato	0	3	1	2	0	0
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	0	2	0	2	0	0
Trafico de Pessoas e Correlatos	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	186	301	5	482	28	58

Tabela 18 - Cível – Processos cíveis

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica a Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Destavável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Agentes Políticos	0	0	0	0	0	42	0	4	0	0	2	2	0	0
Atos Administrativos, Exceto Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	156	16	16	12	0	0	22	0	0
Direito do Consumidor	0	0	0	0	2	62	0	4	6	0	0	4	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	0	0	0	0	0	1676	4	22	218	14	6	28	0	0

Ensino Superior, Ensino Fundamental e Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	0	0	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	0	0	0	0	2	84	14	14	2	0	0	22	0	0
Meio Ambiente	0	0	0	0	0	42	2	0	4	0	0	0	0	0
Militar	0	0	0	0	0	80	0	0	4	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	0	0	0	0	0	10	0	2	0	2	0	2	0	0
Patrimônio Público	0	0	0	0	0	530	0	2	14	8	10	0	0	0
Recursos Minerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade da Administração	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	0	0	0	0	0	146	0	12	12	0	0	10	0	0
Servidor Público Civil	0	0	0	0	0	426	0	0	2	2	0	0	0	0
Sistema Nacional do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	0	0	0	0	0	7596	38	8	1622	84	66	34	0	0

Tabela 19 - Infância e Juventude – Ato infracional

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Remissão ECA	Representação por Ato Infracional	Requerimento de Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência de apresentação de adolescente infrator	
Contra a administração da Justiça	5	5	0	10	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Família	1	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	
Contra a Fé Pública	8	13	0	21	4	6	0	0	0	0	0	4	
Contra a Honra	30	33	0	63	22	38	0	2	0	0	0	18	
Contra Incolumidade Pública	6	6	0	12	0	4	0	0	0	0	0	0	
Contra a Inviolabilidade de Domicílio	1	5	0	6	0	10	0	2	0	0	0	0	
Contra a Liberdade Pessoal	89	113	0	202	30	90	0	24	0	2	2	52	
Contra a Paz Pública	19	42	0	61	0	30	0	8	0	2	2	8	
Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Vida	73	194	0	267	4	130	0	54	0	4	2	46	
Contra o Patrimônio	615	1446	7	2054	160	1482	2	284	4	6	8	694	
Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Contra a Dignidade Sexual	35	91	0	126	2	64	0	22	2	0	2	28	
Contravenções Penais	28	29	0	57	10	12	0	2	0	0	0	6	
Lesões Corporais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Medidas Socioeducativas	235	581	0	816	2	4	0	88	2	2	0	4	
Periclitção da Vida e da Saúde e Rixa	2	2	0	4	2	0	0	2	0	0	0	2	
Previsto na Legislação extravagante	520	747	3	1264	204	538	0	144	4	2	2	256	
Demais assuntos	270	951	5	1216	230	778	0	190	0	0	6	336	

Tabela 20 - Infância e Juventude – Seção cível

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Destacável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
Alimentos	115	462	0	577	4	308	0	0	84	4	0	4	0	0
Adoção	55	178	0	233	0	276	4	0	72	0	0	2	0	0
Guarda	244	705	0	949	0	1102	0	2	274	0	8	0	0	0
Demais Classes	773	2396	9	3160	24	3344	76	38	876	30	46	54	0	0

Tabela 21 - Criminal – Inquérito policial

ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS					
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa de Inquérito Policial: com Diligências, Sem Diligências e Diligências	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncias, escrita; e Oral	
Crimes/contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crimes contra a Administração da Justiça	123	59	0	182	18	52	0	22	34	
Crimes contra a Administração Pública	219	127	0	346	34	156	0	22	84	
Crimes contra a Dignidade Sexual	460	447	0	907	154	438	0	84	222	
Crimes contra a Economia Popular	0	6	0	6	2	4	0	0	2	
Crimes contra a Fé Pública	511	351	0	862	220	308	0	66	134	
Crimes contra a Honra	252	459	0	711	112	140	0	104	236	
Crimes contra Incolumidade Pública	38	47	0	85	18	36	0	6	20	
Crimes contra a Ordem econômica	16	31	0	47	4	16	0	12	4	
Crimes contra a Ordem Tributária	69	28	0	97	8	12	0	0	2	
Crimes contra a Organização do Trabalho	2	0	0	2	0	0	0	0	0	
Crimes contra a Paz Pública	65	137	0	202	78	220	0	26	96	
Crimes contra a Propriedade Intelectual	27	12	0	39	4	0	0	12	0	
Crimes contra a Vida	897	1534	1	2430	750	1138	0	236	532	
Crimes contra as Finanças Públicas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	
Crimes contra as Relações de Consumo	22	40	0	62	8	32	0	6	14	
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	187	145	0	332	50	172	0	10	30	
Crimes contra o Patrimônio	3299	3768	3	7064	1696	3588	0	608	2870	
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crimes contra Portadores de deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crimes da Lei de Licitação	0	4	0	4	0	12	0	0	2	
Crimes de Abuso de Autoridade	24	20	0	44	4	22	0	6	0	
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	4	0	4	4	8	0	2	0	
Crimes de Responsabilidades	0	4	0	4	0	6	0	0	2	
Crimes de Tortura	67	43	1	109	4	28	0	2	0	

Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	356	814	1	1169	86	894	0	24	1364
Crimes de Trânsito	1120	1444	0	2564	356	1022	0	254	838
Crimes do Sistema Nacional de Armas	595	866	0	1461	438	754	0	48	1136
Crimes Eleitorais	14	116	0	130	12	140	0	16	16
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	79	113	0	192	34	170	0	0	74
Crimes Previsto no Estatuto do Idoso	19	44	0	63	4	50	2	6	22
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	1005	1570	0	2575	502	616	0	184	1018
Parcelamento do Solo Urbano	1	5	0	6	2	10	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	47	242	2	287	38	150	0	12	172
Demais Assuntos	2209	4800	4	7005	1208	3482	4	614	2348

Tabela 22 - Criminal - Termos circunstanciados

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento com Remessa ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: denúncias, Escrita; e Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	1	0	1	2	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	70	116	1	185	130	6	4	40
Crimes contra a Administração Pública	431	557	0	988	620	64	12	152
Crimes contra a Dignidade Sexual	33	16	0	49	12	2	0	2
Crimes contra a Economia Popular	14	6	0	20	12	0	0	0
Crimes contra a Fé Pública	4	14	0	18	16	0	0	2
Crimes contra a Honra	416	803	2	1217	574	98	8	54
Crimes contra Incolumidade Pública	1	7	0	8	2	2	0	4
Crimes contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	0	1	0	1	2	0	0	2
Crimes contra a Paz Pública	1	3	0	4	2	2	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	1	1	0	2	0	2	0	0
Crimes contra a Vida	2	3	0	5	2	0	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra Relações de Consumo	10	18	0	28	12	0	2	2
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	185	101	0	286	98	0	10	28
Crimes contra o Patrimônio	181	283	0	464	298	14	8	60
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0

Crimes de Abuso de Autoridade	40	44	0	84	42	4	0	4
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	2	3	0	5	4	0	0	2
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	161	46	0	207	42	0	0	6
Crimes de Trânsito	599	442	0	1041	546	66	4	172
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	9	0	9	4	2	0	0
Crimes Eleitorais	3	9	0	12	20	0	2	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	14	6	0	20	4	0	0	2
Crimes Previstos no Estatuto do Idoso	17	26	0	43	18	0	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	1	0	1	0	0	0	0
Lesão Corporal	509	797	1	1305	878	96	16	160
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	0	6	0	6	0	0	0	0
Demais Assuntos	1528	2139	0	3667	2024	236	62	398

Tabela 23 - Criminal - Processos criminais

ASSUNTOS	ESTADÍSTICA				MOVIMENTOS				Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência desfavorável	Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional do Processo						
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Da Justiça	28	57	3	82	70	12	0	0	12	2	2	6	0	0
Crimes contra a Administração Pública	136	249	3	382	196	58	0	0	26	6	6	48	0	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	256	558	0	814	338	152	0	0	98	20	18	92	0	0
Crimes contra a Economia Popular	0	5	0	5	4	0	0	0	0	0	0	2	0	0
Crimes contra a Fé Pública	112	206	0	318	226	94	0	2	60	12	2	32	0	0
Crimes contra a Honra	107	228	7	328	190	22	0	0	34	0	4	8	0	0
Crimes Contra Incolumidade Pública	16	35	0	51	26	12	0	0	4	0	0	8	0	0
Crimes contra a Ordem Econômica	25	49	0	74	34	12	0	0	2	0	0	4	0	0

Crimes contra a Ordem Tributária	33	67	0	100	62	16	0	0	0	0	0	8	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	104	247	0	351	290	108	0	0	92	12	6	74	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	27	11	0	38	8	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Vida	793	2410	4	3199	2070	378	0	0	50	2	52	508	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	2	2	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contras as Relações de Consumo	20	36	0	56	42	8	0	0	0	0	0	6	0	0
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	63	120	5	178	120	8	0	4	8	2	4	10	0	0
Crimes contra o Patrimônio	2204	4607	6	6805	3376	1916	0	24	1464	172	198	1218	0	0
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	19	72	0	91	56	12	0	0	2	0	0	8	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	9	12	0	21	18	2	0	0	2	0	0	8	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	1	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidade	21	81	0	102	30	8	0	0	2	0	0	6	0	0
Crimes de Tortura	16	26	0	42	16	6	0	0	2	0	0	12	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	803	1857	0	2660	864	990	0	0	538	86	60	618	0	0
Crimes de Trânsito	336	661	1	996	586	116	0	88	102	8	12	90	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	501	1078	0	1579	644	586	0	10	440	46	68	290	0	0
Demais Assuntos	29	156	0	185	206	20	0	0	12	0	4	4	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	5	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente	27	68	0	95	78	38	0	0	12	4	2	24	0	0
Crimes Previstos no Estatuto do Idoso	6	25	0	31	32	18	0	2	6	0	0	4	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	452	965	3	1414	906	294	0	4	172	26	48	88	0	0
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	49	258	0	307	162	140	0	0	50	10	8	24	0	0
Demais Assuntos	1391	3596	42	4945	3508	1038	0	12	540	96	160	680	0	0

Tabela 24 - Criminal - Execução penal

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS				Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável			
Anistia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excesso ou Desvio	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Indulto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Superveniência de Doença Mental	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Transferência entre Estabelecimentos	1	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0
Unificação de Penas	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	432	705	1	1136	736	20	0	2	2	0	0

Tabela 25 - Eleitoral

ASSUNTOS	ESTATISTICA				MOVIMENTOS				Recurso	Manifestação em 2ª Grau	Manifestação em Tribunais Superiores		
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplica a Contestação					
Administração da Justiça Eleitoral	1	4	0	5	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Alistamento Eleitoral	1	27	0	28	42	0	0	0	16	0	0	0	0
Diplomação	0	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	116	306	0	422	616	30	20	0	62	4	18	16	0
Direitos Políticos	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	0	41	0	41	16	0	0	0	66	0	4	0	0
Garantias Processuais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	3	16	0	19	8	0	0	0	2	0	0	0	0
Plebiscito	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requerimento	0	11	0	11	14	0	0	0	12	2	2	0	0
Demais Assuntos	12	114	1	125	98	0	2	0	40	0	6	0	0

Tabela 26 - Atendimento ao público

Atendimento	
Total realizado no período	8848
Notícia de fato	
Total instaurados no período	12703
Atividade não procedimental	
Audiência Pública Participante	17
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	7
Representação Institucional em Evento	95
Representação Institucional em Órgão Colegiado	1
Representação Institucional em Palestra	21
Representação Institucional em Projeto	15
Reunião	497

1.4.3 Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, compostas por procuradores de justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho de suas funções.

Em cada câmara dos Tribunais de Justiça funciona uma Procuradoria de Justiça, bem como no Tribunal de Contas, sendo obrigatória a presença de procurador de justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

Os procuradores de justiça exercem inspeção permanente nos serviços dos promotores de justiça nos autos em que oficiem, cabendo-lhes remeter seus relatórios à Corregedoria Geral do Ministério Público.

Incumbe às Procuradorias de Justiça Cíveis e Criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se para fixar orientação sobre questões jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as à Procuradoria Geral de Justiça.

a) Atividade processual dos membros das Procuradorias de Justiça Criminais em 2015

Tabela 27 - Atividade processual dos membros das Procuradorias de Justiça Criminais em 2015

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Hab. Corp.	Apel. crim.	Rec.Se. Est.	Outros
1ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Eduardo Jorge H. Nicolau	705	703	204	367	64	70
Maria dos Remédios Serra	527	526	149	261	47	70
Selene Coelho de Lacerda	604	608	145	160	30	269
Suvamy V. Meireles*	-	-	-	-	-	-
SUB TOTAL	1836	1837	498	788	141	409

2ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Krishnamurti Lopes França	511	514	163	235	40	73
Lígia Maria da S. Cavalcanti	448	448	182	203	22	41
Regina Lúcia de A. Rocha*	-	-	-	-	-	-
Regina Maria Costa Leite	393	397	134	184	32	43
SUB TOTAL	1352	1359	479	622	94	157
3ª PROCURADORIA CRIMINAL						
Flávia Teresa de V. Vieira	523	525	198	214	41	70
Maria Luíza R M Cutrim	357	357	141	159	15	42
Maria de Fátima R. T. Cordeiro	596	598	199	268	50	79
Rita de Cassia Maia Baptista	324	324	114	143	24	43
SUB TOTAL	1800	1804	652	784	130	234
TOTAL GERAL CRIMINAL	4.988	5.000	1.629	2.194	365	800

* Regina Lúcia de Almeida Rocha - Procuradora-Geral de Justiça

* Suvamy Vivekananda Meireles - Corregedor-Geral do Ministério Público

b) Atividade processual dos membros das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2015

Tabela 28 - Movimentação Processual Geral das Procuradorias de Justiça do Estado do Maranhão

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Mand. Seg.	Agr. inst.	Ape. Cível	Remessa	Ação. Resc.	Outros
1ª PROCURADORIA CÍVEL								
Domingas de Jesus Gomes	1243	1308	23	154	569	46	0	451
José Antônio O. Bentes	604	609	15	103	429	28	0	29
Marco Antônio A. Guerreiro	776	788	0	19	135	551	28	43
Terezinha de Jesus Guerreiro	677	693	17	118	481	29	0	32
SUB TOTAL	3300	3398	55	394	1614	654	28	555
2ª PROCURADORIA CÍVEL								
Clodenilza Ribeiro Ferreira	502	506	14	56	371	32	0	29
Eduardo Daniel Pereira Filho	732	737	19	91	550	32	0	40
Raimundo Nonato C. Filho	870	870	19	86	668	38	0	59
Sandra Lúcia A. Elouf	824	818	22	79	638	42	0	43
SUB TOTAL	2928	2931	74	312	2227	144	0	171
3ª PROCURADORIA CÍVEL								
Ana Lídia de Melo Moraes	636	651	19	135	429	22	0	31
Iracy M. Figueiredo	963	963	29	183	676	36	0	39
Mariléia Campos dos S. Costa	705	705	21	145	474	36	0	29
Themis Maria Carvalho	1105	1132	27	211	760	60	0	47
TOTAL	3409	3451	96	674	2339	154	0	146
4ª PROCURADORIA CÍVEL								
Carlos Jorge Avelar Silva	1369	1307	34	234	986	61	0	54
Francisco das Chagas Barros*	-	-	-	-	-	-	0	-
José Henrique Moreira	1301	1212	20	154	995	28	0	104
Paulo Roberto Saldanha	995	1001	21	141	752	50	0	31
SUB TOTAL	3665	3520	75	529	2733	139	0	189

5ª PROCURADORIA CÍVEL

Joaquim Henrique de C. Lobato	1924	2010	26	210	962	68	0	658
Sâmara Ascar Sauáia	817	817	14	146	601	22	0	34
Teodoro Peres Neto	1461	1464	29	241	982	73	0	136
SUB TOTAL	4202	4291	69	597	2545	163	0	828
TOTAL GERAL CÍVEL	17.504	17.591	369	2.506	11.458	1254	28	1889

* Regina Lúcia de Almeida Rocha - Procuradora-Geral de Justiça

* Suvamy Vivekananda Meireles - Corregedor-Geral do Ministério Público

* Francisco das Chagas Barros de Sousa - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

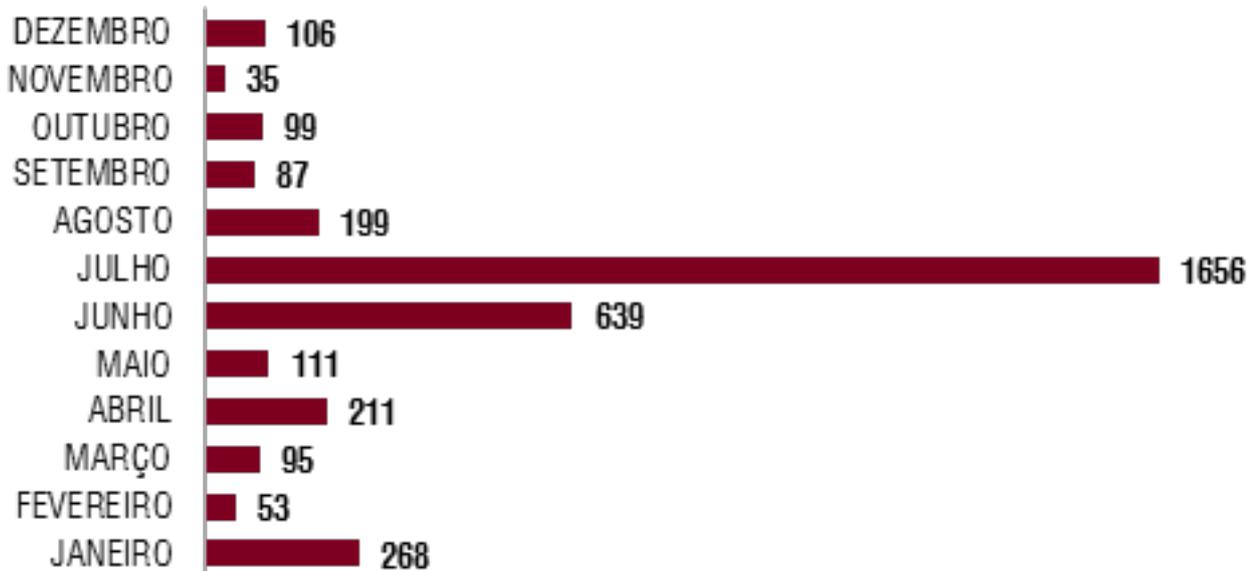


Gráfico 5 - Número de Processos recebidos na Procuradoria Geral de Justiça Tribunal do Pleno

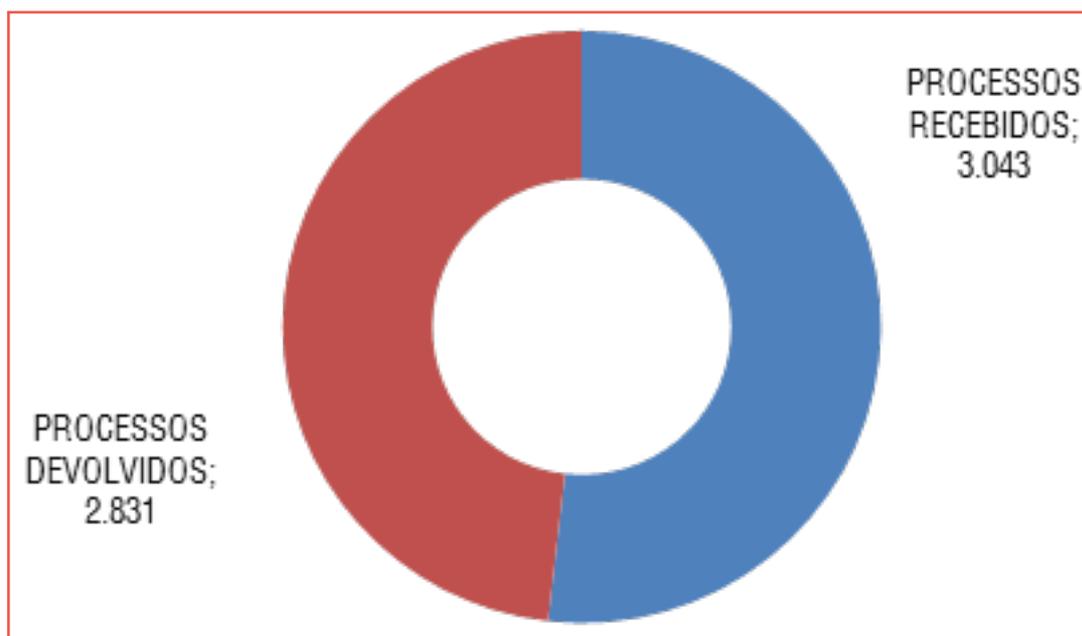


Gráfico 6 - Número de Processos movimentados pela PGJ no Tribunal do Pleno

1.4.4 Corregedoria em Ação

Nomeação de Novos Membros, concurso 2013



Palestra 3º Setor



Reunião Local do CNMP



Lançamento da Campanha contra Violência de Gênero



Reunião Conamp



Semana de capacitação



Reunião de Trabalho - Transporte Aquaviário Ferry - Corregedoria



Campanha pela Municipalização do Trânsito em Pinheiro - evento



Semana de capacitação



Belágua - Audiência Pública



Lançamento do Manual de Atuação Funcional na Semana de Capacitação



Audiência Pública em Marajá do Sena





2

ÓRGÃOS AUXILIARES

2.1 Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP)



Planejamento Estratégico na ESMP

A Escola Superior do Ministério Público está disciplinada pela Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991, e por seu Regimento Interno, instituído pela Resolução nº 03/2005-CSMP.

A Escola não possui autonomia financeira, e seus custos são de responsabilidade da Procuradoria Geral de Justiça. Todos os eventos ofertados são gratuitos, não recebendo qualquer valor ou vantagem pela realização de cursos, seminários e congressos, que são realizados, portanto, sem qualquer ônus aos destinatários.

A contratação para pagamentos a professores e a cursos são solicitados à procuradora-geral de justiça, que avalia e defere, conforme legislação específica. Somente depois de autorizados, os cursos são ministrados.

A ESMP manifestou-se em todos os pedidos de capacitação de servidores e membros, para cursos que não ofertou, mas que integravam o conteúdo de interesse institucional. Com base nesses deferimentos, foi reformulado o planejamento inicial por terem sido abordados conteúdos estabelecidos.

Ressalta-se que a procuradora-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público apoiaram as atividades planejadas pela Escola e que, sem esse apoio, não seria possível realizar as atividades estabelecidas este ano.

Registra-se, ainda, a realização do V Congresso Estadual do Ministério Público, sob o tema “O Ministério Público em Movimento: reavaliando e transformando ações”, nos dias 10 e 11 de dezembro, com ampla participação de membros, servidores e da comunidade jurídica e acadêmica. O tema do congresso passou a ser tema do Planejamento e Gestão Estratégica de 2016.

O mandato da atual diretora, conferido por indicação do Conselho Superior do Ministério Público e conforme nomeação do Ato nº 428/2014-GPGJ, iniciou-se, para o biênio 2014/2016, em 2 de julho de 2014 e encerra em 2016.

2.1.1 Principais Atividades desenvolvidas em 2015

Em 2015, o planejamento da Escola foi realizado em parcerias com os Centros de Apoio Operacionais e com todos os órgãos administrativos, havendo uma concentração das atividades de capacitação na Escola, com a respectiva certificação, atendendo ao art. 37 da Lei Complementar nº 013/91.

Houve uma maior participação dos membros e servidores do Ministério Público, que pode ser notada nos eventos sempre com número expressivo de participantes.

Destaca-se, em relação aos anos anteriores, a maior interação entre membros, servidores e setores administrativos com a Escola Superior.

Pela primeira vez estiveram presentes, em apresentações, nos dois cursos de ingresso ministrados aos novos promotores de justiça, todos os representantes da Administração Superior e de todos os órgãos administrativos, bem como dos Centros de Apoio Operacionais.

Foram recebidos pela Direção, também pela primeira vez, em visita à ESMP, os Diretores da Escola da Magistratura do Estado do Maranhão, Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, e da Escola da Magistratura do Trabalho da 16ª Região, Desembargador Federal Gérson de Oliveira Costa Filho.

Ressaltam-se as parcerias realizadas entre esta Escola e todas as Escolas Judiciais, concedendo-se vagas a membros e servidores do Ministério Público em Cursos ofertados por essas Escolas.

Nos itens a seguir encontram-se discriminadas as atividades de capacitação e as atividades administrativas desenvolvidas pela Escola em 2015 e os demais eventos em parceria.

a) Atividades de Capacitação

Neste item são apresentados todos os eventos de capacitação, com a carga horária e a quantidade de capacitados, com os cargos exercidos.

Quadro 5 - Capacitações de membros e servidores pela ESMP

Curso: Atualização em Processo Civil Público Alvo: Membros e servidores do MPMA Professores: Ronaldo Cramer, Luís Henrique Volpe Camargo e Alexandre Reis Siqueira Freire Data: 16 e 17/03/15 Carga Horária: 16 horas/aula Participantes: 41 Promotores de Justiça e 78 servidores Total de Participantes: 119	Curso: Atualização em Técnicas de Júri Público Alvo: Membros e servidores do MPMA Professor: Rodolfo Soares Reis Data: 20/03/15 Carga horária: 08 horas/aula Participantes: 53 Promotores de Justiça e 36 servidores Total De Participantes: 89
Curso: Procedimentos Administrativos Público Alvo: Membros e servidores do MPMA Professores: Cláudio Rebêlo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim Data 18 e 19/03/15 Carga Horária: 16 horas/aula Participantes: 66 Promotores de Justiça e 71 servidores Total de Participantes: 137	Curso: Gerenciamento de Crises - Timon/MA Público Alvo: Membros do MPMA e convidados Professor: André Luís Gossain Data: 07 e 08/05/15 Carga horária: 15 horas/aula Participantes: 12 Promotores de Justiça e 14 convidados Total de Participantes: 26

Seminário de Escuta Qualificada de Crianças e Adolescentes, em parceria com o Caop-IJ

Público Alvo: Membros e servidores do MPMA e convidados

Professor: Antonio Augusto Nepomuceno, Márcio Thadeu S. Marques, Robson M. Lopes, José Antonio Daltoé Cezar e Denise Casanova Villela

Data: 25 e 26/05/15

Carga horária: 16 horas/aula

Participantes: 32 Promotores de Justiça, 11 servidores e 07 convidados

Total de Participantes: 50

Curso: Instruções para interrogatório, em parceria com o Gaeco

Público Alvo: Membros do MPMA e convidados

Professor: André Estevão Ubaldino Pereira

Data: 27 e 28/05/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 35 Promotores de Justiça e 10 convidados

Total de Participantes: 45

Oficina sobre a política Nacional de Resíduos Sólidos, em parceria com o Cao-UMA, Abrampa e Abividro

Público Alvo: Membros e servidores do MPMA

Professores: Luís Fernando C. B. Júnior, Paulo Celso dos Reis Gomes, Vítor Mendes, Ana Paula Bernardes, Raimundo de Jesus C. Moraes, Rodrigo M. Rocha e os mediadores, Cláudio R. C. Alencar e Luiz Carlos de A Lula Fylho

Data: 29/05/15

Carga Horária: 06 horas/aula

Participantes: 24 Promotores de Justiça e 16 servidores

Total de Participantes: 40

1º Curso de preparação e aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do MPMA-2015

Público Alvo: Membros do MPMA

Professores: Membros e Servidores da Administração Superior

Data: 17 a 28/08/15

Carga Horária: 76 horas/aula

Participantes: 25 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 25

2º Curso de preparação e aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do MPMA-2015

Público Alvo: Membros do MPMA

Professores: Membros e Servidores da Administração Superior

Data: 21/09/15 a 02/10/15

Carga Horária: 72 horas/aula

Participantes: 15 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 15

Curso Libras (Avançado)

Público Alvo: Servidores do MPMA

Professoras: Mariluce da Silva Goulart e Luiziane de Jesus da Silva

Data: 19 a 23/10/15

Carga Horária: 40 horas/aula

Participantes: 16 servidores

Total de Participantes: 16

Curso de preparação e aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do MPMA-2015

Público Alvo: Membros do MPMA

Cursos e Professores:

1. Tratamento Adequado de Conflitos pelo MP - Danielle de Guimarães Germano Arlé

2. Gerenciamento de Crises - André Luís Gossain

3. FUNDEB e Transporte Escolar - Paulo Silvestre Avelar

4. Tribunal do Júri - o Ministério Público e as estratégias de atuação em plenário e no sumário da culpa - Rodolfo Soares dos Reis

5. Direito Eleitoral - Pablo Bogéa Pereira Santos

6. Revenda de GLP e Combustíveis - Lítia Teresa Costa Cavalcanti, Lúcio Wanderley Vasconcelos, Sebastião Anchieta, Aymoré Fernandes, Michelle Vargens, Hugo Napoleão e Viviane Correa

7. Decisões dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Maranhão em Violência Doméstica - Selma Regina Souza Martins

8. Políticas de Saúde e SUS- Marcos Antônio Barbosa Pacheco

9. Independência funcional, Ministério Público e redes sociais: questões controversas. - Salomão Abdo Aziz Ismael Filho, Paulo Rubens Rebouças, Teodoro Peres Neto, Cássius Guimarães Chai e Doracy Moreira Reis Santos

10. Procedimentos Administrativos: espécies, ritos, marcos legais, prazos, instruções, movimentações - Cláudio Rebelo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim.

Data: 03 a 13/11/15

Carga Horária: 72 horas/aula

Participantes: 39 Promotores de Justiça e 01 Promotor de Justiça convidado

Total de Participantes: 40

12- Curso de atualização em Língua Portuguesa

Público Alvo: Servidores do MPMA

Professora: Maria de Nazaré Martins Souza

Data: 16 a 20/11/15

Carga Horária: 20 horas/aula

Participantes: 22 servidores

Total de Participantes: 22

13 - Curso de procedimentos administrativos destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do MPMA-2015

Público-Alvo: Membros do MPMA

Professores: Cláudio Rebelo Correia Alencar e Tarcísio José Sousa Bonfim

Data: 09/12/2015

Carga Horária: 04 horas/aula

Participantes: 35 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 35

14 – V Congresso Estadual do MP com o tema “O Ministério Público em movimento: Reavaliando e transformando ações”

Público-Alvo: Membros do MPMA, servidores e convidados

Painelistas: Alexandre de Castro Coura, Ricardo Goretti Santos, Vicente De Paulo Silva Martins, Priscila Schreiner, Denise Casanova Villela, Valéria Diez Scarance Fernandes, Andréa Bernardes de Carvalho, Nicolao Dino, Douglas Fischer, Eduardo Paes Machado, Manuel Pinheiro Freitas

Data: 10 e 11/12/2015

Carga Horária: 13 horas/aula

Participantes: 140 Promotores de Justiça, 03

Procuradores de Justiça, 40 servidores e 86 convidados.

Total de Participantes: 269



Mesa de abertura do V Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão



Cursos promovidos pela ESMP

b) Cursos em parceria, com a participação dos membros e servidores do MPMA

Quadro 6 - Cursos realizados com Instituições parceiras do MPMA

1 - Curso sobre Crime Organizado, em parceria com a CDEMP e a Universidade de Roma Tor Vergata

Público-Alvo: Membros do MPMA

Data 04 a 15/05/15

Carga Horária: 60 horas/aula

Participantes: 02 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 02

2 - Seminário de Atualização Jurídica “O Novo Código de Processo Civil”, em parceria com a ESMAM

Público-Alvo: Membros do MPMA

Professores: Paulo Sérgio Velten Pereira, Luiz Henrique Volpe Camargo, Alonso Reis Siqueira Freire, Glauco Gumerato Ramos, Alexandre Reis S. Freire, Newton Pereira Ramos Neto, Eduardo José da Fonseca Costa, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

Data: 11 e 12/06/15

Carga Horária: 11 horas/aula

Participantes: 12 Promotores de Justiça

Total de Participantes: 12

3 - Minicurso sobre O Novo Código de Processo Civil, em parceria com a ESDPMA

Público-Alvo: Membros do MPMA e servidores

Professora: Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira

Data: 02 e 03/07/15

Carga Horária: 08 horas/aula

Participantes: 03 Promotores de Justiça e 07 servidores

Total de Participantes: 10

4 - Curso “Como fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma atuação eficiente do Fiscal e do Gestor”, em parceria com a Diretoria Geral da PGJ/MA

Público-Alvo: Servidores do MPMA e convidados

Professores: Luiz Gonzaga M. Coelho e Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Data: 10 e 11/09/15

Carga Horária: 16 horas/aula

Participantes: 34 servidores

Total de Participantes: 34

5 - Curso de Educação Continuada “Aspectos Controvertidos do Novo Cód. de Proc. Civil”, em parceria com a PGE/MA

Público-Alvo: Membros e assessores do MPMA

Professores: Alexandre Freire, Luiz Henrique V. Camargo, Alonso Freire, Newton Ramos, Leonardo C. da Cunha, Bruno Dantas

Data: 11/09/15 a 16/10/15

Carga Horária: 60 horas/aula

Participantes: 02 Promotores de Justiça e 03 assessores

Total de Participantes: 05

6 - Curso de Autocad Fundamentos 1, em parceria com a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da PGJ/MA

Público-Alvo: Servidores do COEA do MPMA

Professor: Calebe Dourado Farias

Data: 14 a 18/09/15

Carga Horária: 20 horas/aula

Participantes: 11 servidores

Total de Participantes: 11

7 - Curso “Ações de Família e Alimentos no Novo CPC”, em parceria com a ESMAM

Público-Alvo: Membros do MPMA

Professor: Rafael Calmon Rangel

Data: 17 e 18/09/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 01 Promotora de Justiça

Total de Participantes: 01

8 - Curso “Princípio da Reserva do Possível – Judicialização da Saúde”, em parceria com a ESMAM

Público-Alvo: Membros do MPMA

Professora: Maria Paula Gouveia Galhardo

Data: 21 e 22/09/15

Carga Horária: 14 horas/aula

Participantes: 01 Promotora de Justiça

Total de Participantes: 01

9 - Minicurso “Experiências sobre Audiências de Custódia”, em parceria com a ESDEP

Público-Alvo: Membros do MPMA e servidores

Professores: Virginia Sanches Rodrigues Caldas Catelan, Adriano Antunes Damasceno e Cleopas Isaías Santos

Data: 25/09/15

Carga Horária: 04 horas/aula

Participantes: 05 assessores

Total de Participantes: 05

Tabela 29 - Quantitativo dos Cursos realizados, pela ESMP, para Membros e Servidores em 2015:

Total de Capacitados		Total de Horas/Aula Ministradas		Total de Cursos Oferecidos	
Membros	521	Membros	328h	Membros	12
Servidores	290	Servidores	135h	Servidores	08
Total	811	Total	463h	Total	20

Do total de 20 cursos oferecidos pela ESMP/MA em 2015, foram realizados 14.

Tabela 30 - Quantitativo dos Cursos, em parceria, com a participação dos Membros e Servidores do MPMA

Total de Capacitados		Total de Horas/Aula Ministradas		Total de Cursos Oferecidos	
Membros	21	Membros	167h	Membros	07
Servidores	60	Servidores	108h	Servidores	04
Total	81	Total	275h	Total	11

Tabela 31 - Atividades Administrativas

Descrição	Quantidade
Sessões Ordinárias do Conselho Pedagógico	2
Ofícios expedidos	178
Ofícios recebidos	64
Ofícios Circulares recebidos	2
Memorandos expedidos	20
Memorandos recebidos	5
Declarações expedidas	3
Pareceres das Promotoras de Justiça Auxiliares	58

2.2 Ouvidoria-Geral do Ministério Público



Homenagem à Ouvidoria

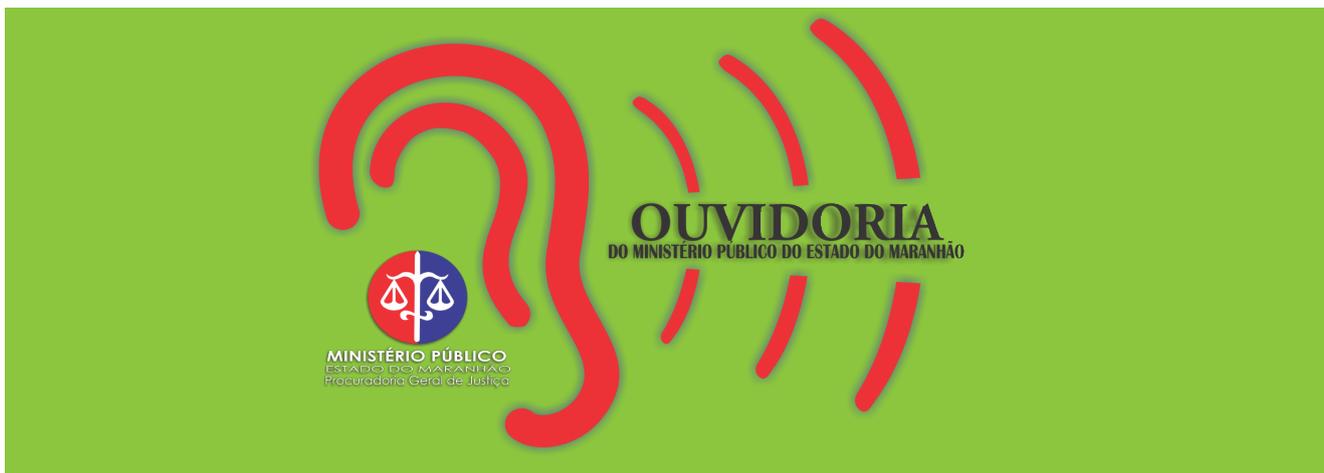
Compete à Ouvidoria, em síntese, dentre outras atribuições, receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, bem como representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis ou, conforme o caso, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência.

A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correccionais, não interfere, nem substitui as atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Maranhão será exercido por procurador de justiça, em atividade, nomeado pelo procurador-geral de justiça a partir da lista tríplice escolhida pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

O acesso à Ouvidoria é realizado por comparecimento, ou mediante correspondência, ligação telefônica, devidamente reduzida a termo pela Ouvidoria, mensagem via fac-símile ou comunicação via Internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

O atendimento prestado pela Ouvidoria aos cidadãos maranhenses em 2014 aconteceu de várias formas, destacando-se:



a) Atendimento Pessoal (orientações jurídicas)

- Diariamente é feito atendimento pessoal aos cidadãos que buscam orientações jurídicas. Cada atendimento é registrado no livro próprio da Ouvidoria. Tais orientações jurídicas também são dadas através de e-mail institucional, quando assim o cidadão solicita. Total de orientações jurídicas em 2015: 388.

b) Cadastro de Manifestação

- Os cidadãos podem fazer suas denúncias, reclamações, críticas, sugestões, elogios, pedido de providência e/ou informação, sugestões através do cadastro de manifestação que está disponível no site do Ministério Público do Maranhão por meio do link: <http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/> cadastrar, ou via telefone pelos números (98) 3219 1738/1767/1769/1603, bem como pelo Disque-Denúncia da Ouvidoria: 0800 098 1600. Total de demandas pelo Cadastro de Manifestação em 2015: 250.

c) E-mail

- As denúncias ou manifestações podem ser feitas por e-mail através do endereço eletrônico: ouvidoria@mpma.mp.br. Além disso, a Ouvidoria recebe diariamente reclamações registradas no Disque-Denúncia (Brasília-DF) e na Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República. Total de demandas por e-mail em 2015: 606.

d) Ocorrências

- As ocorrências são registradas quando a reclamação dos cidadãos é pertinente. A reclamação é reduzida a termo sendo direcionada à Ouvidora, que posteriormente dá o seu devido encaminhamento. Total de registro de ocorrências em 2015: 91.



Gráfico 7 - Demandas recebidas na Ouvidoria

Tabela 32 - Demandas recebidas na Ouvidoria em 2015 por assunto

Demandas	Quantidade
Crimes / execução penal	699
Demanda alheia à competência da Ouvidoria e consultas e dúvidas jurídicas	357
Infância e juventude	72
Improbidade administrativa	71
Outros	50
Idoso	39
Educação	37
Infração disciplinar de membro e servidor / inércia ou morosidade na atuação funcional	34
Saúde	32
Meio ambiente	26
Serviços públicos	22
Concurso público	18
Consumidor	17
Pessoas com deficiência	9
Irregularidades trabalhistas	8
Administração e funcionamento do MP	7
Controle externo da atividade policial	6
Eleitoral	5
Lei de Acesso à Informação / remuneração de Membros e Servidores	2
Residência na comarca / lotação de membros	0
Total de demandas por assunto	1511

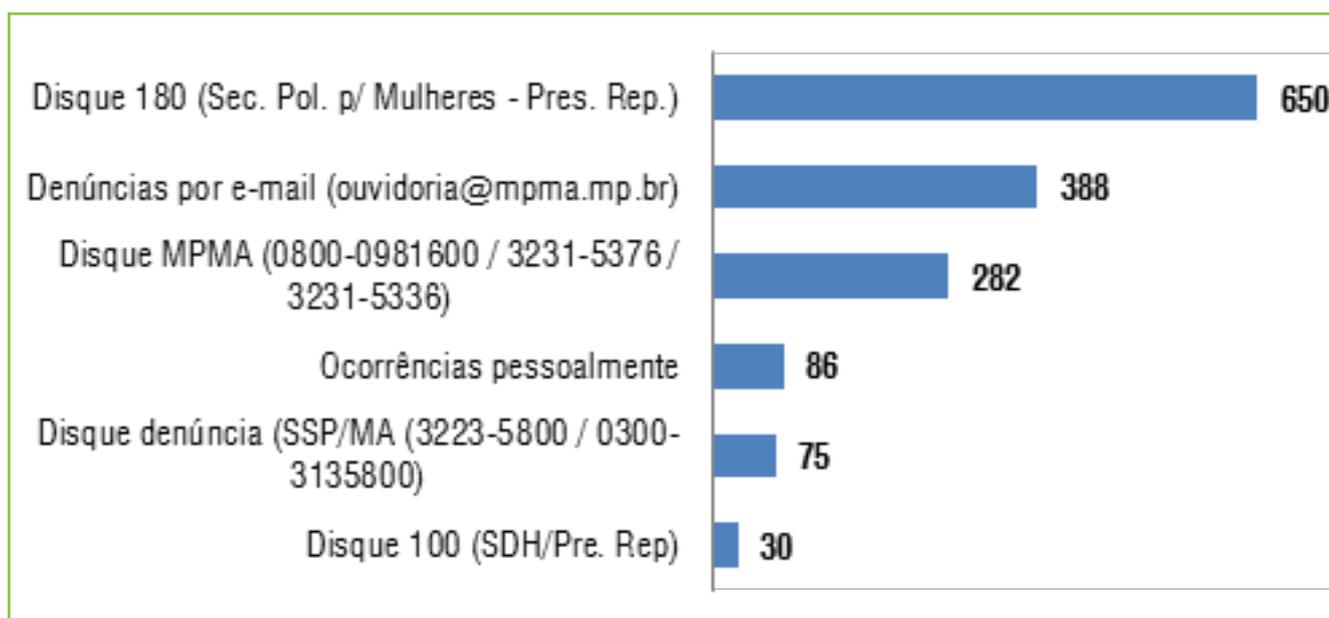


Gráfico 8 - Meio de recebimento de denúncias na Ouvidoria

Das 1.511 demandas recebidas, 43,02% foram provenientes do Disque 180; 1,99% do Disque 100; 18,66% do Disque Ministério Público; 4,96 do Disque Denúncia do Maranhão; 25,68% pelo e-mail da Ouvidoria; e 5,69% ocorrências pessoalmente na sede deste órgão.

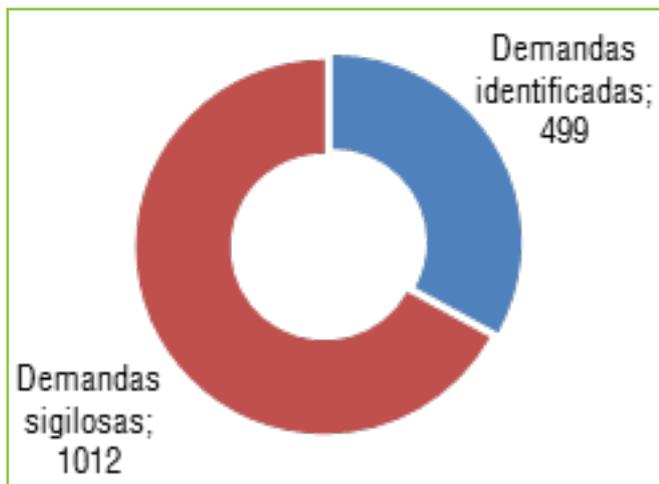


Gráfico 9 - Tipo de demanda recebida na Ouvidoria

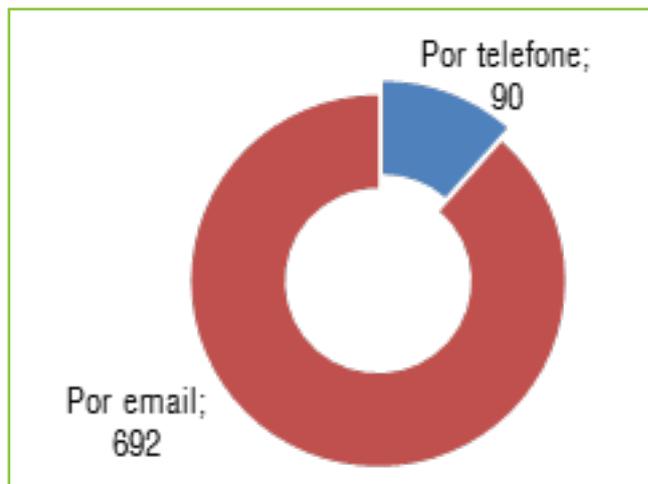


Gráfico 10 - Meio de resposta das demandas recebidas na Ouvidoria

Quadro 7 - Destino das demandas

Procuradoria Geral de Justiça/MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Pessoa com Deficiência;	Promotoria de Justiça de Bequimão;
Corregedoria Geral/MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada do Controle Externo da Atividade Policial;	Promotoria de Justiça de Bom Jardim;
Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural –MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação;	Promotoria de Justiça de Brejo;
Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa – MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e Juventude;	Promotoria de Justiça Buriti Bravo;
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos – MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor;	Promotoria de Justiça de Buriticupu;
Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça/MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Ordem Tributária e Econômica;	Promotoria de Justiça de Cândido Mendes;
Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça/MA;	Promotoria de Justiça Especializada de Fundações e Entidades de Interesse Social;	Promotoria de Justiça de Cantanhede;
Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas – MPMA;	Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa;	Promotoria de Justiça de Carolina;
Subprocuradoria para Assuntos Administrativos da Procuradoria Geral de Justiça/MA;	Promotoria de Justiça de Açailândia;	Promotoria de Justiça Caxias;
Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;	Promotoria de Justiça de Alcântara;	Promotoria de Justiça de Chapadinha;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher;	Promotoria de Justiça de Amarante do Maranhão;	Promotoria de Justiça Codó;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Idoso;	Promotoria de Justiça de Araiões;	Promotoria de Justiça Coelho Neto;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde;	Promotoria de Justiça de Arame;	Promotoria de Justiça Colinas;
Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público;	Promotoria de Justiça de Bacabal;	Promotoria de Justiça de Cururupu;
	Promotoria de Justiça de Balsas;	Promotoria de Justiça de Dom Pedro;
	Promotoria de Justiça de Barra do Corda;	Promotoria de Justiça de Estreito;
	Promotoria de Justiça de Barreirinhas;	Promotoria de Justiça Governador Eugênio Barros;
		Promotoria de Justiça Governador Nunes Freire;
		Promotoria de Justiça de Grajaú;
		Promotoria de Justiça de Guimarães;
		Promotoria de Justiça de Humberto de Campos;
		Promotoria de Justiça de Icatu;
		Promotoria de Justiça de Imperatriz;

Promotoria de Justiça de Itapecuru Mirim;	Promotoria de Justiça de São Domingos do Azeitão;	Ouvidoria da Companhia Energética do Maranhão;
Promotoria de Justiça de João Lisboa;	Promotoria de Justiça de São Domingos do Maranhão;	Ouvidoria da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Lago da Pedra;	Promotoria de Justiça São Luiz Gonzaga;	Ouvidoria do Porto do Itaqui.
Promotoria de Justiça de Magalhães de Almeida;	Promotoria de Justiça de São Mateus;	Secretarias do Estado do Maranhão
Promotoria de Justiça de Maracaçumé;	Promotoria de Justiça de São Raimundo das Mangabeiras;	Secretaria da Educação;
Promotoria de Justiça de Matinha;	Promotoria de Justiça de São Vicente de Férrer;	Secretaria de Saúde;
Promotoria de Justiça de Mirinzal;	Promotoria de Justiça de Senador La Roque;	Secretaria de Segurança Pública;
Promotoria de Justiça de Monção;	Promotoria de Justiça de Sucupira do Norte;	Secretaria de Administração Penitenciária;
Promotoria de Justiça de Montes Altos;	Promotoria de Justiça de Timbiras;	Secretaria de Gestão e Previdência Social;
Promotoria de Justiça de Morros;	Promotoria de Justiça de Timon;	Secretaria de Cultura.
Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar;	Promotoria de Justiça de Tuntum;	Secretarias Municipais de São Luís
Promotoria de Justiça de Paraibano;	Promotoria de Justiça de Tutoia;	Secretaria de Educação;
Promotoria de Justiça de Passagem Franca;	Promotoria de Justiça de Urbano Santos;	Secretaria de Saúde;
Promotoria de Justiça de Paulo Ramos;	Promotoria de Justiça de Vargem Grande;	Secretaria de Trânsito de Transporte;
Promotoria de Justiça de Penalva;	Promotoria de Justiça de Viana;	Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
Promotoria de Justiça de Pindaré Mirim;	Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim;	Secretaria da Criança e Assistência Social;
Promotoria de Justiça de Pinheiro;	Promotoria de Justiça de Vitorino Freire;	Outros Órgãos Estaduais
Promotoria de Justiça de Pio XII;	Promotoria de Justiça de Zé Doca;	Delegacia de Polícia do Meio Ambiente;
Promotoria de Justiça de Poção de Pedras;	Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão;	Delegacia de Polícia da Cidade Operária;
Promotoria de Justiça Porto Franco;	Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão;	Delegacia de Polícia de Acidentes de Trânsito;
Promotoria de Justiça de Presidente Dutra;	Conselho Nacional do Ministério Público;	Diretor do Hospital Nina Rodrigues;
Promotoria de Justiça Raposa;	Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.	Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Riachão;	Ouvidorias	Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça de São José de Ribamar;	Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado Maranhão;	Reitoria da Universidade Federal do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Rosário;	Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Maranhão;	Reitoria da Universidade CEUMA;
Promotoria de Justiça de Santa Inês;	Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão;	Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Santa Luzia;	Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão;	Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Tide;	Ouvidoria do Ministério Público Federal;	Diretoria do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça de Santa Quitéria;		Presidente da Ordem dos Advogados do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça Santa Rita;		Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão;
Promotoria de Justiça de São Bento;		
Promotoria de Justiça de São Bernardo;		

2.3 Comissão de Concurso



A Comissão de Concurso é um órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo procurador-Geral de Justiça e integrada por 3 (três) membros do Ministério Público titulares, preferencialmente, procuradores de justiça, e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Superior, além de um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Tem a incumbência de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, sendo vedada a participação na Comissão de parente consanguíneo ou afim até o segundo grau de candidatos inscritos.

Em 2015, foram nomeados e empossados 40 (quarenta) promotores substitutos aprovados no concurso público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP, e titularizados 37 (trinta e sete) promotores de justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas.

Também ocorreu a nomeação e posse de 07 (sete) servidores efetivos, sendo 02 (dois) analistas ministeriais e 05 (cinco) técnicos ministeriais aprovados no concurso público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo, homologado em 4 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 5 de novembro de 2013.

Ainda em 2015, foi prorrogada, por 02 (dois) anos, a validade do referido concurso público para servidores, pelo Edital de Prorrogação de 4 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 6 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 5 de novembro de 2015, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período.

2.4 Estagiários

No ano de 2015, a Procuradoria Geral de Justiça criou 18(dezoito) vagas de estagiários, não-obrigatório, pelo Ato Regulamentar nº 13/2015-GPGJ, de 13 de outubro de 2015, assim distribuídas:

Tabela 33 - Lotação de estagiários

Lotação das vagas de estagiário	Vagas
Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar	2
Promotorias de Justiça da Raposa	1
Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	6
Promotorias de Justiça de Caxias	2
Promotorias de Justiça de Coroatá	2
Conselho Superior do MP	1
Diretoria Geral	1
Promotorias de Justiça da Capital	2
Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos	1
Total	18

Tabela 34 - Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Descrição	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Ato Reg 10/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011	Ato Reg 02/2010	Ato Reg 02/2010
Nº Estagiários Total						
Admitidos	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	64	2	19	36	26	44
Desligados	56	18	41	61	64	33
Nº de estagiários em exercício em dezembro	115	127	15	52	86	79

Fonte: CGP/PGJ-MA.

2.5 Órgãos de Assessoramento

São órgãos de assessoramento do Ministério Público: a Assessoria Especial, a Assessoria Jurídica, a Assessoria Técnica, a Assessoria do Controle Interno e a Assessoria de Auditoria.

2.5.1 Assessoria Especial

À Assessoria Especial, de livre escolha do procurador-geral, constituída preferencialmente por membro do Ministério Público, incumbe auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição. Foram emitidos pareceres em 2701 processos e interpostas 52 ações.

2.5.2 Assessoria Técnica

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Tabela 35 - Pareceres emitidos em 2015

Pareceres	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Técnicos da ASTEC	114	100	117	119
Médicos	7	8	7	12
Núcleo da ASTEC	23	15	26	10
Total	144	123	150	141

Tabela 36 - Atividades Administrativas

Memorandos emitidos	Total
ASTECC	70
Núcleo da ASTEC	0
Ofícios emitidos	
ASTECC	183
Núcleo da ASTEC	70
Cálculos financeiros	
ASTECC	29
Núcleo da ASTEC	4
Notas técnicas	
ASTECC	1
Núcleo da ASTEC	0
Atendimento a consultas	
ASTECC	12
Núcleo da ASTEC	13
Documentos referentes à Promotoria Itinerante	
Pareceres técnicos	12
Outros (relatórios)	63
Cálculos	1

Tabela 37 - Participação de servidores em cursos e capacitações

Descrição	Período	Nº Servidores
Curso Completo de Prática em SICONV	16 a 19/06/15	1
Seminário Terceiro Setor	20 e 21/07/15	1
Congresso Brasileiro de Infectologia	25 a 28/08/15	1
Curso: "In Company – Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública"	10 e 11/09/15	1
Curso sobre análise de contas do transporte escolar	21/09/2015	10
Palestra: Uso racional de antimicrobianos	23/10/2015	1
Curso Uso de drogas na amamentação	06/10/2015	1
Planejamento Estratégico	26/10/15 a 06/11/15	1
Português e Redação Oficial	16 a 20/11/15	1

Tabela 38 - Participação em atividades externas

Atividades	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Participação em comissões	01 Comissão	03 Comissões	03 Comissões	01 Comissão
Audiências públicas e judiciais	-	01 audiência	02 audiências	02 audiências
Estudos e sugestões	-	Plano de Ação 2016	-	-
Operações conjuntas com outros órgãos	-	-	-	CGU-Fiscalização de transporte escolar

2.5.3 Assessoria de Controle Interno

As atribuições desta Assessoria de Controle Interno estão prescritas no Ato Regulamentar Nº 002/2012 – GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Foram emitidas por este setor manifestações sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos / reajustes contratuais; empenho de despesas e pagamento a fornecedores; locação de imóveis; licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço); solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/ averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço; requisição de servidores; verbas indenizatórias; ajuda de custo; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos 1.645 (mil seiscentos e quarenta e cinco) manifestações durante o exercício de 2015, assim distribuídas:

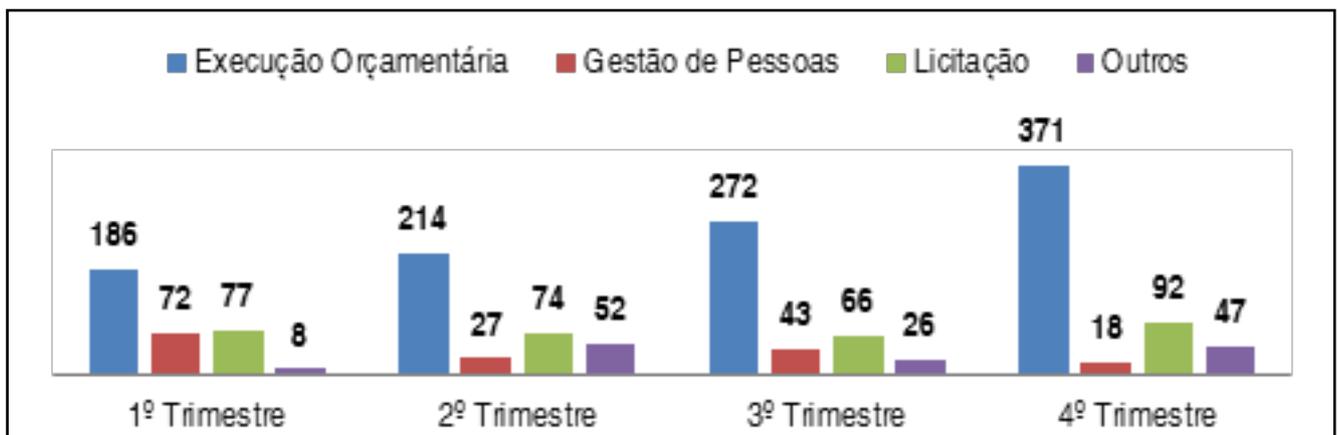


Gráfico 11 - Manifestações da ACI por grupo processos

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 39 - Manifestações em processos Gestão de Pessoas - 2015

Assunto	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Verbas indenizatórias	50	21	31	17	119
Requisição de servidor	1	0	1	0	2
Abono de permanência	1	2	9	1	13
Incorporação tempo de serviço e/ou contribuição	1	2	1	0	4
Ajuda de custo	3	0	1	0	4
Auxílio moradia	16	2	0	0	18

A respeito dos processos administrativos relativos à licitação, as análises estão assim distribuídas:

Tabela 40 - Manifestações em processos de licitação - 2015

Assunto	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Reajuste contratual	3	13	4	7	27
Inexigibilidade de licitação	4	27	28	28	87
Fase interna de licitação	14	12	8	11	45
Aditivo contratual	11	11	10	24	56
Locação de imóvel	42		1	15	58
Dispensa de licitação	3	7	13	3	26
Adesão SRG	0	4	2	4	10

Conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais céleres, principalmente em virtude das edições dos normativos que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários para regular a instrução dos mesmos:

1. A edição da ORDEM DE SERVIÇO N° 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
2. A edição do ATO REGULAMENTAR N° 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
3. A edição do ATO REGULAMENTAR N° 10/2013 – GPGJ, de 9 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada;
4. A edição do ATO REGULAMENTAR N° 11/2014 – GPGJ, que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária assim se apresentaram:

Tabela 41 - Manifestações em processos de Execução Orçamentária - 2015

Assunto	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
Pagamento de obras, materiais e serviços	112	122	149	161	544
Prestação de contas de adiantamento	18	47	66	163	294
Solicitação de empenhos	53	45	57	47	202
Prestação mensasl de contas do FEMPE	3	0	0	0	3

No tocante às solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Outras atividades realizadas:

Além das 1.645 (mil seiscentos e quarenta e cinco) manifestações, coube a esta Assessoria, no exercício 2015: elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado e participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

Sugestões de melhoria das atividades:

- adoção de política permanente de treinamento por setor/unidade gestora de forma a capacitar os servidores, tendo em vista as frequentes alterações nas legislações pertinentes à Administração Pública;
- criação por cada setor/unidade gestora de procedimentos padrões, estes homologados pela Administração Superior, a fim de tornar mais célere a tramitação dos processos administrativos e as consequentes tomadas de decisões.

2.5.4 Assessoria de Auditoria Interna

A Assessoria de Auditoria Interna, enquanto unidade diferenciada na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, foi criada e estruturada no exercício de 2012, pelo Ato Regulamentar nº 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA).

O Ato Regulamentar nº 002/2012-GPGJ determinou a extinção da Assessoria de Controle Interno e Auditoria, a criação da Assessoria de Controle Interno e da Assessoria de Auditoria Interna e elencou suas atribuições e as dos cargos de assessor-chefe de Controle Interno e de assessor-chefe de Auditoria, nos artigos 1º, 2º, 3º, 9º, 10, 16 e 17, respectivamente.

Assim, na busca do aprimoramento dos mecanismos de controle e do fortalecimento institucional, a Assessoria de Controle Interno realizou atividades tanto de auditoria como de acompanhamento da implementação de recomendações nas áreas de Folha de Pagamento, Licitações e Contratos Administrativos (Serviços Gerais), Gestão Patrimonial (Bens de Consumo, Bens Permanentes e Imóveis) e Administrativa (Portal da Transparência e Passagens Aéreas).

Tais atividades resultaram na elaboração dos respectivos relatórios, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

Cabe frisar, na forma consignada nas considerações finais de cada relatório expedido, que o objetivo é o do fortalecimento institucional, tendo as deficiências e fragilidades verificadas o papel primordial de auxiliar no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle. Portanto, o ato de identificar eventuais fragilidades não é visto pela Assessoria de Controle Interno, de forma alguma, como um fim em si mesmo, mas tão somente como um meio para atingir o objetivo que todo órgão público deve abraçar: o de cumprir, em nível de excelência cada vez maior, o papel para o qual foi concebido.

Além das auditorias e acompanhamentos em questão – cujos trabalhos envolveram análises documentais, reuniões, exames dos registros, avaliações, levantamentos, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão – cabe pontuar as atividades abaixo sucintamente descritas, dentre as executadas por esta Assessoria no exercício de 2015:

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior, por meio do Memo. nº 001/2015-AUDIT./PGJ, datado de 06/01/2015, do Plano Anual de Auditoria Interna - 2015, bem como do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2014;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 01/2015 – Área: Folha de Pagamento, com 17 (dezesete) recomendações, com o objetivo de sanar as pendências verificadas ou de aperfeiçoar os mecanismos de controle afins (vide PA nº 4979AD/2015, Vol.: 1, fls. 02-212);
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 02/2015 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Serviços Gerais, voltado ao 2º acompanhamento da implementação das recomendações do Relatório de Auditoria nº 02/2013, concluindo-se que das 15 (quinze) recomendações emitidas, 09 (nove) foram efetivamente implementadas (vide PA nº 7594AD/2013, Vol.: 1, fls. 170-190);
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 03/2015 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens de Almoarifado, Bens Permanentes e Imóveis, voltado ao 4º acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 05/2012, com a conclusão de que persistem os principais aspectos de fragilidade, notadamente quanto à necessidade de elaboração dos inventários (bens permanentes e bens imóveis) deste Órgão e da efetiva disponibilização de um sistema informatizado que adequadamente atenda às nossas necessidades institucionais (vide PA nº 9335AD/2012, Vol.: 3, fls. 628-638);
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 04/2015 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência, tendo como escopo a verificação do cumprimento, por este Ministério Público Estadual, da normatização atinente ao “Portal da Transparência”, instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando, assim, o correspondente devido controle social pelos administrados (vide PA nº 10053AD/2015, Vol.: 1, fls. 03-22);
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 05/2015 – Área: Folha de Pagamento. Os trabalhos abrangeram, conforme determinação da Administração Superior, o conjunto de 208 (duzentos e oito) membros deste Ministério Público, cujas implantações de verbas, sobretudo, de Substituição e Direção de Promotoria foram avaliadas via procedimentos de análises documentais, exames dos registros, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para aferição da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão, com base na NBC TA 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna. Foram auditados os atos praticados no período de janeiro a maio/2015, tendo sido emitidas 11 (onze) recomendações, visando sanar as pendências verificadas ou aperfeiçoar os mecanismos de controle afins (vide PA nº 12176AD/2015, Vol.: 1, fls. 03-169);
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, para conhecimento e deliberações cabíveis, do Relatório de Auditoria Interna nº 06/2015 – Área: Administrativa, Foco: Passagens Aéreas, com o objetivo de sanar as pendências verificadas ou de aperfeiçoar os mecanismos de controle pertinentes à gestão das aquisições de passagens aéreas a membros e servidores deste Ministério Público;
- Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 08/2014 – Área: Administrativa, Foco: Diárias, conforme parecer técnico contido nos autos do Processo Administrativo nº 11435AD/2014, Vol.: 1;
- Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº 01/2013 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta, conforme parecer técnico contido nos autos do Processo Administrativo nº 5304AD/2013, Vol.: 1;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 7276/2015-GPGJ (PA nº. 8306AD/2015), visando à apresentação de sugestões para adequar as atribuições de Controle Interno, objetivando atender à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público, exarada no Relatório Conclusivo de Inspeção junto a este Órgão Ministerial, especialmente no que diz respeito ao Princípio da Segregação de Função;

- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 1672/2015-GPGJ (PA nº 2584AD/2015), visando à elaboração de Ato Regulamentar que discipline os serviços terceirizados e de natureza contínua no âmbito deste Ministério Público. A respectiva minuta foi encaminhada por esta Assessoria de Auditoria Interna, via e-mail institucional, em 10/03/2015, para leitura e posterior análise conjunta em reunião a ser oportunamente agendada;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 0741/2014-GPGJ, objetivando a elaboração de ato normativo para disciplinar a supervisão, fiscalização e gestão de contratos, convênios e outros ajustes de natureza financeira no âmbito deste Ministério Público, tendo em vista os termos do Processo Administrativo nº 170AD/2014, resultando na publicação do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ, no Diário da Justiça – Poder Judiciário, em 24/08/2015;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº 6281/2015-GPGJ, visando ao estabelecimento e normatização dos procedimentos que serão utilizados para implementação da depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes a este Ministério Público, conforme PA nº 5925AD/2015, tendo sido encaminhado o Relatório Técnico atinente a tais procedimentos via Memo. nº 057/2015-AUDIT/PGJ;
- Elaboração da defesa apresentada ao Conselho Nacional do Ministério Público, em razão dos apontamentos contidos no seu Relatório Preliminar da Inspeção realizada neste Ministério Público Estadual, pertinentes à atuação da Assessoria de Controle Interno, notadamente quanto às questões suscitadas nos itens 17.4.5 e 18.8 do citado relatório;
- Participação nos estudos e atividades atinentes ao aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente, racionalizando as ações de controle, notadamente quanto à revisão do Ato Regulamentar nº 018/2012-GPGJ, que dispõe sobre a regulamentação de registro e controle biométrico, por meio de impressão digital, de frequência dos servidores deste Ministério Público;
- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna emitidos em 2012, 2013 e 2014; e
- Expedição de 83 (oitenta e três) memorandos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria.

2.5.5 Assessoria Jurídica da Administração

Além da manifestação nos processos administrativos, a Assessoria Jurídica da Administração desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, bem como participa de diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição, a exemplo das Portarias nº 1810/2013-GPGJ, 0741/2014-GPGJ.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração (AJAD), referente ao exercício de 2015, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 42 - Movimentação Processual da AJAD 2015

Processos	Quantidade
Recebidos	632
Devolvidos	625
Remanescentes	7

Os processos supracitados, em sua grande maioria tratam de licitações e contratos, o que exigiu da AJAD uma análise minuciosa dos autos, em especial do edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente sobre os procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Por fim, no ano de 2015, destaca-se a sugestão que foi dada por esta Assessoria e acolhida pela Administração Superior, no que se refere à realização de “Curso In Company”, destinado a 30 (trinta) servidores envolvidos na área de licitação, cujo tema foi “Como Fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma Atuação Eficiente do Fiscal e do Gestor”, objetivando o aprimoramento, capacitação, padronização e atualização de conhecimento dos servidores, em busca de maior celeridade e eficiência nos resultados pretendidos pela Procuradoria Geral de Justiça.

2.5.6 Assessoria de Planejamento

Vinculada à Diretoria Geral, a Assessoria de Planejamento Geral (Asplan) foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ.

A Asplan desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela Asplan em 2015 estão:

- Participação nas três reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril, agosto e outubro de 2015.
- Participação Curso In Company - Como Fiscalizar Contratos de Compras e Serviços na Administração Pública – Melhores Práticas para uma Atuação Eficiente do Fiscal e do Gestor, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça;
- Ação Nacional Estruturante - Participação do Assessor de Planejamento no evento da Ação Nacional Estruturante sobre Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional, promovido pelo Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), realizadas em Brasília/DF, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2015. Na oportunidade foi elaborado e assinado o Acordo de Resultados da Ação Estruturante, que estabelece os objetivos, metas, prazos e responsabilidades dos representantes dos MPs na implementação do projeto de desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional e Estaduais.
- Vitaliciamento – A Asplan participou do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público, aos novos 40 Promotores de Justiça empossados em 2015, nos meses de agosto e setembro, junto com todas as demais coordenadorias da PGJ. Na ocasião, os integrantes da Asplan se apresentaram aos novos membros, repassando informações sobre o setor e as suas respectivas atribuições, bem como sobre as rotinas e procedimentos administrativos internos, auxiliando-os no exercício das atividades administrativas das suas promotorias de justiça.
- Participação no Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, realizado no mês de dezembro/15, em São Luís.
- Edição do Relatório Anual de Atividades do MPMA.

- Gestão por Competências - Visando à implantação do Programa de Gestão por Competências no âmbito do MPMA, a equipe da ASPLAN participou de várias reuniões da Comissão, instituída por ato regulamentar da Procuradora Geral de Justiça, para implementar tal iniciativa. Foram discutidos os passos para concretização do programa, tendo como base o Acordo de Resultados da Ação Nacional Estruturante promovida pelo FNG/CNMP, em Santa Catarina, em novembro/14, bem como programas de outros MPs como o MPMGO. A equipe da Asplan e representantes da Comissão do Programa participaram ainda de uma palestra sobre o tema, promovido pelo GES PÚBLICA e a Escola de Formação de Governo do Estado, ministrada pela especialista no assunto, Rosely Vieira, servidora do TRT-MA. Por fim, no dia 4 de dezembro de 2015, por ocasião do lançamento do Projeto de Elaboração do Novo Ciclo de Gestão Estratégica 2016-2021 do MPMA, com a presença de membros e servidores da Instituição, a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, proferiu a palestra "Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU", cujo objetivo foi sensibilizar os presentes para a implementação do projeto Gestão por Competências no MPMA, focado em uma gestão humanizada, facilitadora do desenvolvimento humano e voltada para resultados (meritocracia).
- Elaboração do PPA 2016-2019 - A Assessoria de Planejamento, em conjunto com a Diretoria Geral, a Secretaria para Assuntos Institucionais e demais órgãos da administração superior do MPMA, desenvolveram um processo de construção participativa do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 do órgão, por meio de consulta pública pelo site da instituição e a colocação de urnas para coleta de sugestões nos prédios da PGJ e das Promotorias de Justiça da Capital, bem como a expedição de ofícios a membros, servidores, entidades de classe (Ampem, Sindsemp e Asfupema) e organizações da sociedade civil. Após o período da consulta pública, membros da administração superior e servidores do Ministério Público do Maranhão estiveram reunidos, no dia 10 de agosto de 2015, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para discutir a elaboração do Plano Plurianual de Ação (PPA) do Parquet. A iniciativa, inédita na instituição, buscou democratizar a participação de todos os segmentos na preparação do orçamento que, após, revisão da Coordenação de Orçamento e Finanças e aprovação pelo Colégio de Procuradores, foi encaminhado ao executivo estadual.
- Banco de Projetos do CNMP – A Asplan é a responsável pela revisão de projetos e programas institucionais desenvolvidos pelo MPMA, inseridos no Banco de Projetos do CNMP, bem como inserção de novos projetos na referida ferramenta, criada para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Ressalte-se que, em 2015, o "Projeto Ghandi: acolher para transformar", de autoria do promotor de justiça Marco Antônio Santos Amorim, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Inês, obteve o 2º lugar na categoria Diminuição da Criminalidade do Prêmio CNMP. Outros dois projetos foram classificados entre os cinco finalistas: "Trânsito Seguro, Direito de Todos", desenvolvido pelo promotor Alessandro Brandão Marques, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz; e o projeto "Mapa da Vulnerabilidade: conhecer para combater" também de autoria do promotor Marco Antônio Amorim.
- Planejamento Estratégico do MPMA 2016-2021 – A Asplan elaborou o projeto básico, bem como organizou o processo de contratação de empresa especializada em desenvolvimento e implementação de modelo de gestão e planejamento estratégico, para o Ministério Público do Estado do Maranhão, visando ao horizonte 2016-2021, em colaboração com a Secretaria para Assuntos Institucionais e a Diretoria Geral. Na oportunidade, foi realizado um benchmarking junto a outras unidades ministeriais no Brasil e selecionadas três empresas com larga experiência na área de gestão e planejamento estratégico, especialmente em órgãos públicos iguais ou similares ao MP, que apresentaram suas propostas aos representantes da Administração Superior, coordenadores de CAOPs e unidades administrativas da PGJ, em agosto/15, culminando na contratação do Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, com sede em Brasília/DF, que apresentou proposta metodológica própria, chamada de FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica e relação custo/benefício mais adequada às necessidades do Parquet maranhense. A construção do novo ciclo de Planejamento Estratégico teve início em novembro/15, com as primeiras reuniões de trabalho, aprovação do calendário de trabalho e instituição das Comissões de Gestão e Execução do Planejamento Estratégico (CGPE e CEPEI), por meio de ato da procuradora-geral de justiça. As atividades se estenderão até novembro/16, com etapas de capacitação de membros e servidores, encontros presenciais e atividades a distância, culminando com a entrega do Plano Estratégico em maio/16 e o seu desdobramento a partir de julho, após a posse do novo procurador-geral de justiça, em planos tático-operacionais. No contrato, também está prevista a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação da Estratégia, bem como a implantação de um software de monitoramento da gestão e a realização de Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE).

2.6 Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

O Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (GAECO) foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão para a prevenção e repressão ao crime organizado. É composto por no mínimo três membros subordinados ao procurador-geral de justiça, que atuarão em inquéritos em representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios e processos destinados a identificar e reprimir as organizações criminosas, cabendo-lhes, inclusive, atuar na instrução processual dos feitos até decisão final de primeira instância. Também incumbe-lhe a atividade de inteligência e segurança institucional no âmbito ministerial.

2.6.1 Destaques da Atuação

- Caso Pacovan – Realização de operação conjunta com a Polícia Civil, em 18 de novembro de 2015, que levou à prisão do acusado Josival Cavalcante da Silva, conhecido como Pacovan. Ele e mais 16 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.
- Coletiva de imprensa sobre desvio de recursos públicos em Anajatuba – No dia 20 de outubro, membros do Ministério Público do Maranhão, Polícia Federal e Controladoria Geral da União informaram a imprensa sobre detalhes das investigações que resultaram na prisão do prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, e mais sete pessoas acusadas de participar de organização criminosa que fraudava licitações e desviava recursos públicos do município.
- Sistema de monitoramento eletrônico chega a 79 sedes do MPMA - Para garantir a segurança de membros e servidores, além da população que procura os serviços do Ministério Público do Maranhão, a PGJ expandiu a instalação de sistemas de segurança em suas várias unidades em todo o estado. Os sistemas de monitoramento por câmeras já estão em funcionamento em 79 unidades do MPMA e, em outras 17, estão em fase de implementação. A meta é que todas as sedes do Ministério Público do Maranhão estejam interligadas ao sistema, que é monitorado diretamente pelo Centro de Monitoramento Eletrônico, montado junto ao Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco).
- A assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o MPMA e o Detran possibilitou aos membros e aos servidores que integram o Gaeco o acesso aos dados do Sistema Informatizado do Detran, bem como ao cadastro do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e à base de dados do departamento dos outros estados. O objetivo é ampliar a articulação e o intercâmbio entre as instituições para dar maior proteção ao patrimônio público. Por meio de senha, será possível aos membros e servidores do Gaeco buscar informações sobre veículos e motoristas cadastrados nos órgãos de trânsito, exclusivamente para o auxílio às investigações do Ministério Público do Maranhão sobre condutas ilegais nas esferas administrativa, cível e criminal.

- Por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foram cumpridos, em Anajatuba e São Luís, seis mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e uma condução coercitiva. Além do prefeito, foram presos os secretários municipais Edinilson dos Santos Dutra (Administração e Finanças), Alida Maria Mendes Santos Sousa (Educação); os empresários Fernando Júnior e Fabiano Bezerra; José Antonio Machado de Brito Filho (um dos operadores do esquema); Matilde Sodré Coqueiro (secretária de Fernando Júnior) e Natascha Alves Lesch (ex-mulher de Fabiano Bezerra).
- Operação do Gaeco e Polícia Civil efetua prisão de dois prefeitos envolvidos em agiotagem – O trabalho conjunto entre o Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), e a Polícia Civil, realizado no dia 5 de maio, resultou nas prisões dos prefeitos de Bacuri, Richard Nixon dos Santos, e Marajá do Sena, Manoel Edvan Oliveira da Costa. Também foram presos na operação, o ex-prefeito de Marajá do Sena, Perachi de Farias Moraes, o agiota Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan, e o empresário José Epitácio Muniz Silva, vulgo Cafeteira. As prisões são resultantes da investigação desencadeada depois da morte do jornalista Décio Sá, em abril de 2012, para apurar a participação de prefeitos e outros agentes públicos no crime de agiotagem. No total, 42 prefeituras maranhenses estariam envolvidas nas irregularidades. Durante a operação foram apreendidos em São Luís, Zé Doca e Marajá do Sena cheques, veículos e computadores nas residências e empresas dos envolvidos.
- MPMA firma convênio com Junta Comercial do Maranhão – Por meio de Termo de Cooperação Técnica assinado entre a PGJ-MA e a Junta Comercial do Maranhão, os membros do Ministério Público passaram a ter acesso e visualização ao cadastro de empresas registradas na Jucema, via internet. No acordo, o Ministério Público do Maranhão se comprometeu a usar o acesso aos dados da Jucema exclusivamente para fins jurisdicionais de sua competência, na forma e fins previstos em lei. Também deverá auditar a utilização dos acessos disponibilizados, por meio de relatórios gerenciais de consultas. O acordo vai proporcionar celeridade não somente à consulta, como também aos procedimentos ministeriais, que necessitem destas informações.



Operações do Gaeco

2.7 Centros de Apoio Operacional



Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades. Também incumbe aos centros a promoção do intercâmbio e integração entre os órgãos de execução com atribuições comuns, visando inclusive à uniformização das atividades desenvolvidas no enfrentamento de demandas similares. Além disso, cabe aos centros estabelecer intercâmbio permanente com entidades públicas e privadas que atuem em áreas afins.

2.7.1 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural



Oficina sobre resíduos sólidos

No exercício de suas atividades, os Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de todo o Brasil têm se empenhado na elaboração do planejamento das ações do Ministério Público buscando sua maior eficácia; na formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos.

Em atividades externas à administração, os centros de apoio vêm se dedicando à participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

Em 2015, o CAOUMA manteve o foco de suas atividades nas prioridades do planejamento estratégico, tanto no desempenho de atividades conjuntas sobre o cumprimento da lei de política nacional de resíduos sólidos quanto na formação de grupo temático de atuação de promotores de justiça. Também continuou a atender as demandas dos órgãos de execução para o desempenho de suas atividades típicas.

Dentre as principais atividades desenvolvidas em 2015, destacam-se:

Quadro 8 - Atividades previstas na lei complementar nº013/91.

“Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”	<ul style="list-style-type: none">• Em 2015 foram realizadas duas reuniões de capacitação com os Promotores substitutos na Escola Superior do Ministério Público, três reuniões do Grupo de Saneamento Ambiental e uma oficina sobre resíduos sólidos com a ABIVIDRO, sem prejuízo do contato direto.• O resultado mais direto foi a emissão da Nota Técnica nº 001/2015, que trata da eventual prorrogação do prazo do art.54 da Lei nº 12.305/2010 e está servindo de orientação a todos os promotores de justiça do Estado do Maranhão.
“Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”	<ul style="list-style-type: none">• A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução.• Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.• Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental. Foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo 29 (vinte e nove) mensagens contendo anexos de doutrina e jurisprudência.• Foram elaborados 20 (vinte) pareceres técnicos e 4 (quatro) laudos periciais atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. A maioria dos pareceres técnicos atenderam promotores de justiça em comarcas do interior do Maranhão.• O CAOUMA retomou a atividade de acompanhamento dos licenciamentos ambientais e, como resultado, foram enviadas 573 (quinhentas e setenta e três) comunicações de licenciamento ambiental a todas as Promotorias do Estado. Esse serviço permite que os promotores de justiça saibam, com antecedência, quais as atividades estão sendo licenciadas nos territórios de suas Promotorias de Justiça e, com isso, podem adotar medidas preventivas e fiscalizatórias.
“Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”	<ul style="list-style-type: none">• O Centro de Apoio participou das reuniões do Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo, tendo destacada atuação nas medidas relacionadas ao cumprimento da Lei nº 12.305/2010.• Esteve presente nas reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente (Copema), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e nas reuniões do Fórum Nacional de Recursos Hídricos do Conselho Nacional do Ministério Público.• O promotor de justiça e integrante do CAOUMA Cláudio Rebelo compareceu à maioria das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (consema).

a) Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico

As medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico 2012-2016 se concentraram nos treinamentos, seminário e na remessa dos ofícios circulares e modelos de peças processuais e extraprocessuais relacionadas ao cumprimento da Lei nº 12.305/2010.

Conforme já foi relatado, os gestores municipais continuam sendo instados a cumprir o art. 54 da Lei nº 12.305/2010, notadamente quanto à instalação da disposição final ambientalmente adequada.

b) Metas para 2016

Não obstante a necessidade de detalhamento das ações e a apresentação de planejamento anual, bem como o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico, apresentamos as seguintes metas:

- Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
- Implementação e remodelação dos projetos de resíduos sólidos, sistemas municipais de meio ambiente e municipalização da gestão cultural;
- Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;
- Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil.
- Implantação do Fundo Estadual de Interesses Difusos Lesados.

2.7.2 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude



Membros integrantes e servidores do Caop-IJ

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ), na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, desenvolve uma atuação planejada de apoio aos órgãos de execução ministerial no que tange às normativas legais e à interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. Para tanto, desenvolveu e participou, no decorrer de 2015, das seguintes atividades:

a) Eventos formativos, mobilizações e articulações

Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações, promovidos pelo CAOp/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para promotores de justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos:

- Reunião de trabalho com promotores de justiça integrantes do CAOp/IJ, com o objetivo de traçar o Plano de Trabalho Anual 2015;
- 2ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão: pensando as práticas institucionais, realizada em parceria com a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), para aprofundar a discussão sobre a escuta qualificada de crianças e adolescentes vítima de violência, com objetivo de apresentar o marco legal e modelos jurídicos, bem como as técnicas utilizadas. Como principal encaminhamento do evento, foi definida a criação de um grupo de trabalho para discutir um posicionamento institucional sobre o tema.
- Campanha “18 de Maio” uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão, através do CAOp/IJ, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações, efetivando diversas ações de mobilização social na capital e em 76 municípios maranhenses em alusão ao “18 de Maio” - Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O CAOp/IJ forneceu às promotorias de justiça materiais da campanha (panfletos, cartazes, adesivos e camisas) para fortalecer as ações municipais.
- Lançamento do Programa Institucional “Família Acolhedora”, que visa estimular os gestores municipais para instalação do programa nos municípios maranhenses, garantindo assim o direito à convivência familiar e comunitária, e diminuir o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, conforme preconizado nas normativas legais e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Participaram do evento membros e servidores do Ministério Público do Maranhão, representantes do Governo de Estado, da Prefeitura de São Luís, do Unicef e de instituições engajadas no Sistema de Garantia de Direitos. Para auxiliar o trabalho dos promotores de justiça nas comarcas, o CAOp/IJ preparou um cronograma de ações simultâneas e minutas de Recomendação às prefeituras, proposta de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e Ações Cíveis Públicas, todas ligadas à temática.
- Treinamento, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), na formação inicial dos quarenta (40) novos promotores(as) de justiça, efetivados no quadro, explicando as atribuições deste CAOp/IJ e o papel do Ministério Público dentro do Sistema de Garantias de Direitos para efetivação da prioridade absoluta, preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Reunião de trabalho sobre fiscalização da votação do processo de escolha unificado dos Conselhos Tutelares, com a participação dos promotores de justiça o evento foi realizado, no dia 18/09/15, para discutir estratégias de fiscalização no dia da votação, além de tratar de assuntos pertinentes ao pleito, como lista eleitoral, locais de votação, lacre das urnas, registro de ata de votação, procedimento de apuração, cédula de votação e registro de fatos que apontasse a inidoneidade do candidato.
- Projeto piloto sobre Acolhimento Institucional, firmado Termo de Convênio entre o Ministério Público do Rio de Janeiro e o MPMA para cessão gratuita do direito de utilização do programa de computador intitulado Módulo Criança e Adolescente (MCA), que tem como objetivo criar um cadastro on-line com os dados dos programas de acolhimento de cada criança ou adolescente acolhido, permitindo a integração em rede, através da internet, dos órgãos e entidades com a medida de acolhimento, tais como as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude, juizado, conselho tutelar, as instituições de acolhimento, entre outros. Em 2016, será implantado o projeto-piloto em Açailândia, com expectativa de ampliar para outros municípios até abranger todo Maranhão.
- Reunião de assinatura do Protocolo de Intenções da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, no dia 11/11/15, estabelecendo a cooperação técnica entre os integrantes da Rede como uma estratégia político-pedagógica de articulação para qualificar o atendimento socioeducativo privativo, restritivo e em meio aberto no Maranhão.



Campanha 18 de Maio no Estdo do Maranhão

b) Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão

Foram emitidas sete notas técnicas, sem caráter vinculativo, para subsidiar a atuação dos promotores de justiça no âmbito da atividade-fim sobre:

- Expedição de enunciados produto de discussão sobre o processo de escolha de conselheiros tutelares 2015 pelos membros integrantes do Caop/IJ, cuja aplicação ficou condicionada ao entendimento fundamentado de cada órgão de execução ministerial, dentro de sua prerrogativa constitucional da independência funcional, em três edições.
- Plantão de apoio às Promotorias de Justiça e termos judiciários no dia de votação do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares, 04 de outubro de 2015.
- Plantão de apoio à 32ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude na votação do processo de escolha dos conselheiros tutelares de duas áreas não realizadas anteriormente, dia 22 de novembro de 15.
- Apoio na elaboração do projeto e mobilização de recursos para a corrida de rua, realizada pela 4ª Promotoria de Justiça de Açailândia, alusiva à Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que teve como objetivo central interagir com a comunidade e alertar a sociedade sobre as diversas formas de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.
- Socializar Recomendações sobre diversos assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os promotores de justiça.
- CAOPIJ INFORMA - serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para procuradores de justiça, promotores de justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e servidores.
- Serviço de Consulta - atender demandas apresentadas pelos promotores de justiça ao Caop/IJ, via e-mail, contato telefônico e ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios; com eventuais remessas de pesquisa sobre materiais demandados, além de minuta de ações judiciais ou não, bem como pareceres técnicos, quando necessários pela complexidade da demanda apresentada.
- Acompanhamento da elaboração e dispersão do material atinente à campanha "18 de Maio", subsidiando ações realizadas pelas Promotorias de Justiça em 77 municípios maranhenses.

• **Notas Técnicas**

- Nota Técnica nº 01/2015-Caop/IJ. Ementa: Análise de lei Municipal sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itinga do Maranhão;
- Nota técnica nº 02/2015-Caop/IJ. Ementa: Análise do Projeto de Resolução nº 28/2014 do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão acerca das atribuições próprias das Promotorias de Justiça Especializadas, englobando aquelas afetas à defesa da infância e juventude;
- Nota técnica nº 03/2015-Caop/IJ. Ementa: Estudo do Programa de Acolhimento Familiar como alternativa ao acolhimento institucional, seguindo a moderna tendência mundial de desinstitucionalização. Implementação da política voltada à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no âmbito municipal;
- Nota técnica nº 04/2015-Caop/IJ. Ementa: Análise da legalidade do exercício de mandato de presidente e vice-presidente do CMDCA enquanto as instituições às quais são vinculados, concomitantemente, firmaram convênio para desenvolvimento de projetos custeados pelo Fundo Municipal da Infância e Juventude, 7ª promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Imperatriz;
- Nota técnica nº 05/2015-Caop/IJ. Ementa: Análise da legalidade da exigência de prova de conhecimentos básicos como etapa do processo de escolha unificado para conselheiros tutelares, com caráter eliminatório, bem como alternativa para quando o número de candidatos habilitados for insuficiente para realização do certame, Promotoria de Justiça de Estreito.
- Nota técnica nº 06/2015-Caop/IJ. Ementa: Análise da pertinência da unificação do Processo de escolha para conselheiros tutelares (Lei nº 12.696/2012);
- Nota técnica nº 07/2015-Caop/IJ. Ementa: processo de escolha para conselheiros tutelares (Lei nº 12.696/2012). Formas de fiscalização. Lista de eleitores.

c) Temáticas sensíveis em que o CAOp/IJ atua sistematicamente

Demanda: 'Disque 100'	O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012. Esta atividade é realizada diariamente pela equipe do CAOp/IJ, que está sistematizando um mapeamento da forma de processamento dessas denúncias pelas promotorias implicadas, a fim de viabilizar estratégias de potencializar a ferramenta e subsidiar essa atuação de forma qualitativa. Para tanto, foi realizada uma visita técnica ao 'Disque denúncia' local, com o fito de se apropriar do fluxograma e elucidar quais procedimentos podem ser agregados a fim de beneficiar a tramitação das denúncias do Disque 100. Também realizou visita técnica à 7ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Imperatriz, com a presença ainda do corpo técnico da 4ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude de Açailândia para um primeiro contato com os servidores que fazem o manejo do sistema, para que se possa compreender e assessorá-los com a alimentação do mesmo. Para 2016 estão previstas as seguintes atividades: finalização da alimentação do SONDHA com respostas físicas em posse deste CAOp/IJ para se quantificar as respostas já inseridas no sistema e a finalização de denúncias; contato com todas as Promotorias de Justiça para informar do quantitativo de denúncias e indagar sobre os procedimentos adotados; a elaboração de plano técnico para capacitação de todos os servidores que manejam o sistema a ser ministrada pela equipe do CAOp/IJ em conjunto com os servidores, inicialmente, de Imperatriz e Açailândia como multiplicadores;
Demanda: 'Medidas Socioeducativas no Maranhão'.	O CAOp/IJ vem acompanhando a situação das medidas socioeducativas no Maranhão e encaminhou a todos os promotores de justiça, o Ofício Circular nº 01/2014, contendo a tabela de ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras, bem como a minuta de Ação Civil Pública por dano moral coletivo, tendo por objeto a liberação compulsória de adolescente autor de ato infracional por falta de vaga para cumprimento da medida imposta judicialmente, com os respectivos anexos, para análise da pertinência e adequação por parte dos promotores, como ferramenta a criar pressão no Estado que permanece inerte perante a situação de caos que impera nessa área. Ainda sobre esse tema, o CAOp/IJ vem realizando o mapeamento em todos os municípios, através das Promotorias, sobre a elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;
Demanda: 'Processo de Escolha unificado de Conselhos Tutelares em 2015'.	Em 2015, foi realizado o primeiro processo de escolha em questão e o CAOp/IJ desenvolveu inúmeras atividades e articulações em prol do mesmo, se configurando o Ministério Público tanto quanto fiscalizador – prerrogativa legal – mas também como ponto de suporte para produção de entendimentos técnicos. Por conta dessa demanda foram produzidas diversas Notas Técnicas – conforme supracitado – além de articulação junto ao TRE-MA e ao TCE-MA, este através do MPC, provocando o posicionamento dessas instituições perante a temática, aquele no sentido de dar suporte aos municípios para o uso de urnas e caderno de eleitores, este no sentido de dirimir dúvidas sobre a aprovação de contas do prefeito, em caso de ônus relativo ao certame. No mesmo sentido provocou ainda a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para se preparar para a movimentação nos municípios devido à realização do evento. Também participou da oficina realizada na Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) com apoio dos consultores da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) sobre o tema.
Demanda: 'Embarque clandestino no trem de cargas da VALE S/A'	O CAOp/IJ vem atuando nessa demanda desde o ano de 2012, devido à tramitação na 32ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude da capital do Procedimento Administrativo nº 106/2005 e a Ação Civil Pública nº 157-60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, ambos afetas à problemática. Por força de acordo judicial assinado entre a empresa e o signatário da promotoria de justiça de Santa Luzia, foi firmado acordo para dar fim à demanda, ficando, entre outras obrigações, a encargo do MP, a divulgação dos termos do mesmo para os Promotores de Justiça titulares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, em parceria com o Ministério Público do Pará que participou ativamente das negociações, através da Promotoria de Justiça de Marabá. Na oportunidade foi realizada uma audiência pública em Marabá, da qual participou o coordenador do CAOp/IJ, além de reunião de monitoramento com a presença da Vale S/A, sendo este também ponto contido no referido acordo judicial;
Demanda: 'Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA)'	O CPTCA, em suma, foi previsto, quando de sua criação, por força de acordo firmado internacionalmente pelo Estado do Maranhão, no caso conhecido por 'Caso dos Meninos Emascarados'. Em 2015 foram realizadas duas vistorias no CPTCA, com a presença da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão, presidida pelo promotor de justiça Márcio Thadeu Silva Marques, 1º Promotor da Infância e Juventude da capital e coordenador deste CAOp/IJ, que solicitou o acompanhamento do Centro de Apoio. Como desdobramento dessa visita, vem se tentando a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, para que o CPTCA passe a funcionar com quadro efetivo de pessoal, o que não ocorre no momento. Sistematicamente, estão sendo realizadas reuniões solicitadas conjuntamente pelo MPE e o MPF, através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, com os representantes do Estado do Maranhão, a saber, Delegacia-Geral, Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), Secretaria de Estado de Gestão e Previdência Social (SEGEP) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Também está sendo elaborada e analisada pelos implicados uma proposta com objetivo de realizar o concurso público.

d) Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

- Projeto “A Criança no Memorial do MPMA” o CAOp/IJ participou, no decorrer de 2015, de várias atividades do projeto realizando palestras para estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas de São Luís, no Memorial do Ministério Público do Maranhão. O projeto tem como objetivo proporcionar o contato com a Justiça e consciência a respeito sobre direitos e deveres. A palestra aborda o Estatuto da Criança e do Adolescente, o sistema de garantia de direitos, a redução da maioridade penal e as formas de prevenção e combate à violência contra a criança e o adolescente, bem como as formas de denunciar;
- Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, quando coordenou o painel sobre pornografia infantil;
- Atividades alusivas ao aniversário de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ato público na Praça Deodoro, dia 13/07/15, e na sessão solene na Assembleia Legislativa do Maranhão, dia 16/07/15;
- Participação no lançamento da V Edição do Observatório Criança, publicação sobre os indicadores sociais da infância no Maranhão, realizado pelo Centro de Defesa Padre Marcos Passerini;
- Participação no lançamento da cartilha de turismo, sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, realizado pelo Centro de Defesa Padre Marcos Passerini.
- Apresentar as diretrizes do “Programa Institucional Família Acolhedora” na reunião do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas), realizada pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), com a participação de gestores de 25 (vinte e cinco) municípios maranhenses, esclarecendo dúvidas dos gestores sobre a iniciativa do Ministério Público do Maranhão.
- Planejamento Estratégico do Ministério Público do Maranhão 2016 a 2021 - membros e servidores deste CAOp/IJ participam e integram a comissão executiva de elaboração do planejamento estratégico.

e) Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que tem como objetivo proporcionar o intercâmbio de experiências entre membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes. O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ e realizou o levantamento estadual sobre o processo de escolha unificado do Conselho Tutelar, bem como acompanha o processo de elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA), da qual o CAOp/IJ compõe o Grupo Gestor com as atribuições de coordenação e secretaria-executiva. A rede realiza plenárias mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos. Durante 2015 o CAOp/IJ representou a REPI-MA na assembleia nacional da Rede Nacional da Primeira Infância.
- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual, do qual o CAOp/IJ é integrante e tem por finalidade monitorar as ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, é articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) e conta com a participação de organizações governamentais e não-governamentais;
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa, composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não-governamentais, desde 2009. Tem como objetivos: ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do GT sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

2.7.3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial



Reunião dos Centros de Apoio Operacionais com a PGJ

O Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) constitui-se num órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, afeta ao exercício do controle externo da atividade policial, Está regido pela Resolução 11/2010 – CPMP, norma de regência que o criou e definiu suas regras de competência.

O atual coordenador é o promotor de justiça José Cláudio Cabral Marques, titular da 23ª Promotoria de Justiça Especializada (1ª Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial), tendo sido designado pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, em 06 de maio de 2013, por meio da portaria n.º 2448/2013-GPGJ.

No decorrer do ano de 2015, o órgão auxiliar da atividade funcional do Controle Externo da Atividade Policial do MP/MA executou importantes ações visando ao cumprimento dos preceitos normativos que o instituem, qual seja: trilhar os caminhos que se destinam ao aprimoramento do Controle Externo da Atividade Policial no Ministério Público do Estado do Maranhão e, por via de consequência, contribuir com a melhoria da Segurança Pública no Estado do Maranhão.

a) Principais atividades desenvolvidas

Quadro 9 - Atividades desenvolvidas pelo Caop-Ceap

- | | |
|--|---|
| Atuar, por meio de ações coordenadas, para dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, buscando uma maior integração entre Ministério Público e órgãos policiais: | <ul style="list-style-type: none">• Realização de reunião com os promotores de justiça designados como coordenadores regionais do CAOp-CEAP a fim de definir com eles quais medidas (dentre elas a divisão das comarcas em que iriam atuar) seriam utilizadas para dar efetividade ao Controle Externo da Atividade Policial no Ministério Público do Estado do Maranhão. |
|--|---|

Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade.

Colaborar com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, faixa etária e horário de ocorrência.

Divulgar as atividades e trabalhos do Ministério Público

Detalhamento das Atividades Desenvolvidas pelo CAOP-CEAP em 2015

- Remessa de ofícios circulares a todos os promotores de justiça do MP/MA, com atribuição do Controle Externo da Atividade Policial, cujas dissertações versavam, dentre outras, acerca das diretrizes normativas que obrigam a realização das inspeções nas repartições policiais civis e militares existentes no interior do Estado do Maranhão, explicitando suas periodicidades, a importância delas tanto para a prevenção e repressão da violência no Estado do Maranhão quanto para o cumprimento da Meta 2 da ENASP, por meio do levantamento, no acervo cartorário das Delegacias de Polícia, dos Inquéritos Policiais inconclusos que foram instaurados para investigação dos crimes de homicídios (tentados e consumados) dentre outros.
- No decorrer do ano de 2015, o Caop-Ceap, por meio de seu coordenador, visando conscientizar as autoridades dos Poderes Legislativo (Federal, Estadual e Municipal), Executivo e Judiciário do Estado do Maranhão acerca do gradativo crescimento da violência existente nos municípios que compõem a Grande São Luís (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa), encaminhou-lhes reiterados ofícios informando-lhes acerca das estatísticas afetas à criminalidade (número dos crimes violentos letais intencionais (CVLI) e número de assaltos praticados em coletivos) existente em tais entes federativos. Oportuno mencionar que, em relação a tal iniciativa, houve o reconhecimento, por meio de respostas ao CAOP-CEAP, de parlamentares, magistrados e de autoridades do Poder Executivo que atuam na área da Segurança Pública, tendo havido um retorno, por parte destes últimos (PMMA e SSP/MA), de que operações preventivas e repressivas estavam sendo realizadas visando à diminuição dos altos índices da violência a eles apresentados.
- Para cumprimento do disposto no inciso IX da resolução instituidora do CAOP-CEAP, houve, no decorrer de 2015, por parte do órgão auxiliar, a divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado em morte.
- Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos ocorridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.
- Merece ser destacada a ampla publicidade dada pelo CAOP-CEAP aos promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial, por intermédio tanto de e-mail (mala direta) quanto pela divulgação no sítio da Instituição, dos prazos estipulados pelo CNMP (Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP) para realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e órgãos de Perícia, dos referidos formulários de visita técnica a serem utilizados nas referidas vistorias, e outras informações relevantes para alimentação do sistema do CNMP com os dados obtidos nas inspeções etc.
- Delegacia de Defesa da Mulher: identificação de 254 inquéritos policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010 e solicitação de providências;
- Delegacia de Acidente de Trânsito: identificação de 73 inquéritos policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010 e solicitação de providências;
- Conclusão do Diagnóstico da Violência CAO-CEAP, com as seguintes informações: efetivo da Polícia Civil no Estado do Maranhão (especificando capital e interior); déficit da Polícia Civil no Estado do Maranhão (especificando capital e interior) efetivo da Polícia Militar no Estado do Maranhão (especificando a Grande Ilha e interior do estado); déficit da Polícia Militar no Estado do Maranhão (especificando a Grande Ilha e interior do estado); número de municípios sem delegados e sem delegacias; número de municípios sem policiamento militar; estatística de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI; Estatística de Assaltos a Coletivos; identificação dos bairros mais perigosos do Município de São Luís (2013, 2014 e 2015);
- Execução do Plano de Georreferenciamento dos bairros e aglomerados do Município de São Luís (CAOP-CEAP e IMESC), identificando as ocorrências, os horários e a faixa etária;
- Cadastro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (site do CNMP); Identificação das repartições de Polícia Militar de nível igual ou superior a Batalhão nas unidades de Polícia Militar do Maranhão (CNMP);
- Envio de Ofício Circular (nº 05) encaminhando a cópia da Resolução nº 129 do CNMP a todos os promotores de justiça de entrância inicial e média;

Reunião do CNMP sobre morte cometida em intervenção policial

- O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOP-CEAP) realizaram uma reunião, no dia 6 de abril de 2015, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, para discutir as ações que podem ser adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial e as novas diretrizes do CNMP para o controle externo da atividade policial. Na reunião, foram apresentados dados sobre o crescimento do número de mortes em operações policiais no Brasil. Uma das propostas do CNMP para enfrentar o problema é a realização pelos promotores de justiça com atuação no controle externo da atividade policial de visitas semestrais às delegacias de polícia e aos órgãos de perícia, sendo fixado um percentual mínimo de 60% na primeira visita, entre abril e maio de 2015, e de 70% na segunda visita, entre outubro e dezembro.

Também integra o conjunto de propostas do Conselho Nacional do Ministério Público recomendações às Secretarias de Segurança Pública para que seja inserido um campo específico nos boletins de ocorrência para registro de mortes decorrentes da atuação policial. A medida visa assegurar que o delegado de polícia instaure, imediatamente, inquérito específico para apurar o fato, sem prejuízo de eventual prisão em flagrante. Ao Ministério Público, cabe requisitar a instauração quando a autoridade policial não tiver procedido dessa forma.

A reunião contou com a participação de procuradores e promotores de justiça com atribuições criminais e no controle externo da atividade policial. O conselheiro Antonio Pereira Duarte e o membro-auxiliar do CNMP, José Augusto Peres Filho, do MP do Rio Grande do Norte, ministraram painéis sobre a temática do evento.

2.7.4 Centro de Apoio Operacional do Consumidor



Abertura do XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor

a) Principais atividades desenvolvidas

Quadro 10 - Atividades desenvolvidas pelo Caop-Consumidor

- Reunião do Caop/Consumidor visando debater estratégias para 2015;
- Remodelação de todo o site do Caop/Consumidor;
- Construção de uma nova logo marca para o Caop/Consumidor;
- Treinamento realizado com o setor de TI para o site do Caop/Consumidor;
- Criação de um novo e-mail para o CAOp/Consumidor assistenteconsumidor@mpma.mp.br ;
- Atualização de endereços e telefones dos promotores de justiça do Consumidor;
- Publicação do novo site em 16 de junho de 2015;

- Organização e realização do XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), em parceria com o Governo do Estado do Maranhão, Secretária Nacional do Consumidor (Senacon) e o Ministério Público do Maranhão – MPMA;
- Reunião com a diretoria-geral e a chefe do Cerimonial desta PGJ, com objetivo de adequar os itens dos eventos (XV Congresso do MPCON e reunião da Senacon);
- Reunião com o presidente do MPCON Plínio Lacerda. Pauta: XV Congresso Nacional do MPCON;
- Parceria e apoio do Caop/ Consumidor na 12ª Reunião da Senacon, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2015;
- Reunião com o governador do Maranhão – Flavio Dino. Pauta: Solicitar o apoio e patrocínio para o XV Congresso Nacional do MPCON;
- Caop/Consumidor responsável de emissão dos certificados para os participantes do XV Congresso Nacional do MPCON;
- Palestra na ESMA para os novos promotores de justiça com o tema: O Papel do Promotor de Justiça do Consumidor;
- Palestra na Esma sobre Revenda de GLP / Combustíveis e Abate Clandestino de Animais, Seus Produtos e Subprodutos no Estado do Maranhão, dirigido aos promotores de justiça das Comarcas do Interior do Estado, em parceria com Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e Agência estadual de defesa Agropecuária do Maranhão;
- Fornecimento de modelos de peças jurídicas, TAC's, informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio aos Promotores de justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução;
- Criação de um grupo no WhatsApp para os promotores de justiça do consumidor,
- Uso compartilhado do sítio de Internet e Sistema Consumidor Vencedor, visando à alimentação de informações destinadas a sociedade em geral, referente às ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais e termo de ajustamento de condutas na atuação em defesa do consumidor. Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- Solicitação de desbloqueio de acesso às redes sociais, tendo em vista a necessidade de interação com a sociedade, bem como o acompanhamento de demandas e investigações em ações desenvolvidas pelo Caop/ Consumidor;
- Articulação com os promotores de justiça com atuação na Baixada Maranhense e Corregedoria-Geral de Justiça visando solucionar os problemas relativos aos problemas enfrentados pelos usuários dos serviços de ferry-boat;
- Articulação com os promotores de justiça da Região da Baixada Maranhense para assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta assinado com as empresas Serviporto e Internacional Marítima, realizada em uma reunião na Emap, ocasião em que foram apresentadas, pela Presidência e sua respectiva equipe, as melhorias já implantadas nos terminais e as que serão implantadas brevemente;
- Inspeção com a Superintendência do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNP, superintendente da ANVISA, superintendente de Vigilância Sanitária no Maranhão (SUVISA), Presidente da H2ONG, Coordenação de Vigilância Sanitária em Fábrica de Água Mineral, visando inspecionar as estruturas das fábricas de água mineral na cidade de São Luís-MA, com o escopo de garantir a segurança dos produtos colocados no mercado consumidor;
- Palestra no Memorial do MPMA para os alunos do Colégio Raio de Sol sobre o tema: O papel do Ministério Público na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Audiência Pública sobre as condições de prestação do serviço de transporte de ferry boat na Ilha de São Luís: Ponta da Madeira e Porto do Cujupe;
- Indicação de quatro membros para compor o Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOp/Consumidor nas regionais
- Reunião com a equipe do CAOp/ Consumidor visando debater estratégias para 2016.

b) Metas para 2016:

Quadro 11 - Proposta de atuação do CAOp/Consumidor para 2016

Linha de Ação	Foco
Combustíveis	Força-Tarefa de Fiscalização de gás e combustíveis junto à ANP, Secretaria de Fazenda, INMEQ, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Inspeção de gás e combustíveis nas cidades de São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e na capital São Luís.
Telefonia Móvel	Participação em audiência pública na Assembleia Legislativa do Maranhão para tratar sobre as condições prestadas das operadoras de telefonia móvel.
Matadouro	Participação em audiência pública para debater a regularização da produção e comercialização de produtos de origem animal no município de Coroatá. Inspeção nos matadouros da capital e dos interiores do Maranhão a ser realizada em parceria com a Aged.
CAOP Regional	Posse dos Novos Membros do CAOp Regional. Reunião com os novos membros do CAOp/Consumidor a fim de orientar acerca de seus papéis e atribuições visando ao auxílio nas ações em defesa do consumidor.

2.7.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa



a) Atividades de controle de processos licitatórios (concorrência, dispensa e inexigibilidade de licitação e contratos nas administrações públicas estadual e municipais)

Quadro 12 - Atividades de controle de processos licitatórios Caop-ProAd

- Levantamento das publicações de avisos de licitações e contratos nos Diários Oficiais do Estado e dos Municípios;
- Transposição das informações das publicações para quadro demonstrativo geral;
- Elaboração de quadro demonstrativo das informações por Município e comarca;
- Expedição de ofícios aos promotores de justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa informando da ocorrência dessas licitações e contratos.

Tabela 43 - Demonstrativo de Controle de Licitações na Adm. Públicas

Janeiro / Fevereiro – 2015	Total
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	42
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	249
Março / Abril – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	60
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	264
Maio / Junho – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	62
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	308
Julho / Agosto – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	75
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	271
Setembro / Outubro – 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	149
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	279
Novembro / Dezembro - 2015	
Licitações na modalidade concorrência nas administrações públicas estadual e municipais	157
Contratos: dispensa e/ou inexigibilidade	185

b) Atividades de Controle de Repasses de Fundo Municipal da Saúde

A atividade faz parte da rotina administrativa do CAOP-ProAd desde o ano de 2015 e consiste na pesquisa diária das publicações dos atos de repasse de recursos do Estado para os fundos municipais de saúde, resultando em demonstrativos dos repasse quanto a sua finalidade, um para os destinados ao fim genérico de assistência à saúde e outro para objeto específico.

Desse levantamento resulta:

- Transposição das informações para quadros demonstrativos distintos, conforme os tipos de repasse de recursos, sendo um quadro para os destinados à assistência à saúde em geral, outro para os destinados a objetos específicos, como aquisição de ambulância, construção e reforma de unidade hospitalar etc.
- Expedição de ofícios aos promotores de justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, encaminhando os extratos dos quadros demonstrativos, com as informações relativas aos municípios da comarca.
- Atividade de Controle de Execução de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE

No ano de 2015 esteve suspenso o envio dos acórdãos do Tribunal de Contas para o fim de sua execução em juízo pelos órgãos do Ministério Público nas comarcas, conduta essa que foi adotada em razão da expectativa de reversão do entendimento do Supremo Tribunal Federal quanto ao reconhecimento da legitimidade da instituição para a promoção da ação executiva, questão essa ora submetida à apreciação daquela Corte em inúmeros recursos do Ministério Público maranhense.

Esse fato resultou em mudança de estratégia no trato do conteúdo dos acórdãos do Tribunal de Contas, que voltarão a ser enviados às Promotorias de Justiça, agora com a orientação, dentre outras, de servirem à instrução de procedimentos administrativos investigatórios visando à obtenção de ressarcimento ao erário com a promoção de ações civis públicas de improbidade administrativa.

No decorrer do ano de 2015 foram levantados 960 (novecentos e sessenta) acórdãos do Tribunal de Contas com certidão do trânsito em julgado.

c) Atividades de Fiscalização de Convênios firmados pela Administração Pública:

- Pesquisa dos convênios celebrados pelos entes públicos nas esferas estadual e municipal que importem em transferência de recursos públicos;
- Requisição dos convênios aos órgãos públicos concedentes de recursos públicos;
- Baixa dos convênios requisitados e alimentação do sistema;
- Remessa dos termos de convênio às Promotorias de Justiça das comarcas onde projetados os efeitos do ajuste;
- Orientação aos promotores de justiça na fiscalização da execução dos convênios;
- Requisição de cópias de prestações de contas de convênios aos órgãos convenientes/concedentes para instrução de procedimentos investigatórios;
- Movimentação dos termos de convênios requisitados.

Tabela 44 - Fiscalização de Convênios na Adm. Públicas

Janeiro / Fevereiro – 2015	Total
Convênios requisitados	84
Convênios enviados aos promotores de justiça	42
Março / Abril – 2015	
Convênios requisitados	47
Convênios enviados aos promotores de justiça	34
Maio / Junho – 2015	
Convênios requisitados	111
Convênios enviados aos promotores de justiça	77
Julho / Agosto – 2015	
Convênios requisitados	82
Convênios enviados aos promotores de justiça	2
Setembro / Outubro – 2015	
Convênios requisitados	51
Convênios enviados aos promotores de Justiça	9
Novembro / Dezembro - 2015	
Convênios requisitados	44
Convênios enviados aos promotores de justiça	138

2.7.6 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação



Reunião do Caop e promotores da Educação como o Governo do Estado

Criado pela Resolução nº. 12/2013-CPMP, publicada no Diário Oficial do dia 18 de janeiro de 2013, e implementado em agosto de 2013, o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, tem, dentre as suas diversas atribuições legais, a atuação sistêmica e planejada na prestação de auxílio aos órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal, bem como na instituição e aprimoramento de políticas públicas visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão, elaborando diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas, mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos à área de educação.

Além dessas atribuições legalmente previstas, compete também ao CAOp Educação a criação e disponibilização de instrumentos eficientes de apoio aos órgãos de execução e de assessoramento, favorecendo a criação de espaços permanentes de capacitação e troca de experiências entre membros do Ministério Público Estadual, Federal e de Contas na busca permanente de efetivação da fiscalização dos recursos da educação, de modo a dar efetividade ao controle social na área, inclusive por meio de ações definidas pelos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, dentre elas a definição de campanhas e programas institucionais e interinstitucionais objetivando a melhoria da qualidade da educação maranhense.

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação é coordenado desde sua implementação pelo promotor de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva, consoante Portaria n.º 12/2013-CSMP.

Atualmente, conta com a participação dos promotores de justiça Sandra Soares de Pontes, Érica Ellen Beckman da Silva, Carla Mendes Pereira Alencar e Carlos Augusto Soares como membros, além das servidoras Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira (analista ministerial do quadro de apoio técnico-administrativo do MPMA), Jainara Laiara de Oliveira Souza (chefe de gabinete), Tacianne Cristine Padilha Aragão (estagiária) e Conceição de Maria Lisbôa de Andrade (pedagoga e especialista em Educação, cedida da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão).

Essa equipe é responsável pelo acompanhamento de procedimentos administrativos, atendimento ao público e aos membros do MP, pesquisas, planejamento, execução e avaliação de projetos, elaboração de material de apoio e demais ações inerentes ao setor.

Por meio dessa equipe, o CAOp/Educação vem se destacando como um importante agente de transformação durante o ano de 2015, desenvolvendo importantes atividades em sua área de atuação, dentre as quais, pode-se destacar: o Projeto “Ministério Público pela Educação -MPEDUC”, o Programa Interinstitucional “Educação de Qualidade; Direito de Todos os Maranhenses”, do qual decorre o Projeto “Transporte Escolar: Uma Questão de Dignidade e Justiça” (ver mais detalhes no capítulo sobre projetos, programas e campanhas institucionais do MPMA).

a) Participações em eventos destinados à Defesa da Educação

- Reunião no MPF, no dia 09 de fevereiro/15, para discussão de estratégias a serem utilizadas na implantação do projeto MPEDUC nos 10 municípios maranhenses selecionados, com a participação de 10 promotores, além dos integrantes do Caop-Educação, MPF e do Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, procurador-geral em exercício.
- Reunião, dia 27 de fevereiro, com a secretária de Estado de Educação, na sala de Reuniões das Promotorias da Capital, para apresentação do plano de governo na área da educação.
- Reunião, dia 06 de março, com os gestores do Município de Anajatuba para discussão de estratégias que visem ao cumprimento das recomendações no âmbito do MPEDUC. Participantes: MPF, CAOp-Educação, Secretaria de Estado, Corpo de Bombeiros, DETRAM.
- Reunião da Coordenação Nacional do MPEDUC e da COPEDUC, em Salvador/BA, no período de 03 a 06 de março de 2015.
- Reunião na Escola de Governantes, dia 27 de março, para discussão da proposta do plano de trabalho do projeto de implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica no Maranhão.
- Reunião na CGU, dia 30 de março, para tratar do Relatório de Auditoria da 2ª Etapa da Fiscalização de Transporte Escolar nos municípios: Caxias, Vargem Grande, Governador Edson Lobão, Anajatuba, Presidente Juscelino.
- Reunião com o gestor de Cachoeira Grande, TCE e CAOp, dia 07 de abril, para discussão sobre assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a participação de coordenador do CAOp-Educação Paulo Avelar, a promotora de justiça de Cachoeira Grande Erica Beckman, procurador do Ministério Público de Contas Jairo Cavalcanti, a assessora técnica do CAOp Eliana Santana e o prefeito do Município de Cachoeira Grande.
- Realização da 2ª Audiência Pública em Anajatuba (MPEDUC), dia 8 de abril, com a presença do coordenador do Caop-Educação, Paulo Avelar, da promotora de justiça Carla Mendes e da assessora técnica do Caop Eliana Santana.
- Reunião, dia 10 de abril com o diretor-geral do Detran, Antônio Nunes, para discussão sobre a questão do transporte escolar.
- Reunião, dia 15 de abril, com o capitão Marcos Todashi da Capitania dos Portos, para discussão sobre o Transporte Escolar Marítimo.
- Palestra do coordenador do CAOp-Educação no Memorial do MP sobre o “Papel do MP no Direito à Educação de Qualidade”, 28 de abril, Dia Internacional da Educação. Na oportunidade, os membros do CAOp realizaram atividades nas suas comarcas em comemoração à data.
- Reunião, dia 08 de maio, dos membros do CAOP com a professora Elizabeth Gomes, da Secretaria de Estado da Educação, para discutir sobre os Planos Municipais de Educação.
- Reunião dia 25 de maio, com o conselheiro nacional de educação Moacir Feitosa, acerca da Lei 11.738/2008, que trata da redução da carga horária.
- Reunião, dia 25 de maio, com os 08 promotores da Regional Pedreiras, os 10 promotores de Justiça do MPEDUC e os membros do CAOP, no Colégio de Procuradores, para apresentação e discussão do Projeto Educação de Qualidade: direito de todo o maranhense e Programa “Observatório da Educação”.
- Realização do IV FÓRUM DE DISCUSSÃO: Enfrentando a Violência no espaço escolar, nos dias 18 e 19 de junho, no Convento das Mercês.
- Reunião dia 31 de julho com o diretor-geral do DETRAN, a respeito de Minuta da Portaria Estadual sobre Transporte Escolar, que dispõe sobre a expedição de autorização destinada aos veículos de transporte escolar, nos termos do artigo 136, CTB.
- Participação na 2ª Reunião MPEDUC, dia 4 de agosto, em Belo Horizonte/MG.
- Participação na 2ª Reunião Ordinária do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNMP), dias 5 a 7 de agosto, em Belo Horizonte/MG.
- Realização do Encontro Regional de Educação envolvendo os municípios do polo de Pedreiras, no dia 24 de setembro, em Pedreiras, para apresentação do Sistema de Orientação Monitoramento e Avaliação da Educação Básica (Soma), desenvolvido pelo CAOp-Educação em parceria com a Escola de Formação de Governantes – EFG-MA.
- Realização do Encontro Regional de Educação envolvendo os municípios do polo da Baixada, em Pinheiro/MA, no dia 24 de setembro, para apresentação do Soma.

- Realização da 1ª Audiência Pública em Codó promovida pela promotora de justiça Valéria Chaib, com a presença da promotora de justiça Sandra Pontes, no dia 21/08/2015;
- Realização da 1ª Audiência Pública em Pedro do Rosário promovida pelo promotor de justiça Jorge Luís Ribeiro, com a presença do coordenador do Caop-Educação, Paulo Avelar, dia 02/09/2015;
- Reunião, dia 17 de agosto, na sala das Promotorias da Capital, sobre Educação Indígena, com a participação de integrantes do Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio, Polícia Federal e secretaria de Estado da Educação;
- Reunião, dia 25 de agosto, na sala das Promotorias da Capital, para apresentação da Base Nacional Comum (BCM), com a participação da Secretária de Educação.
- Reunião, dia 29 de setembro, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), tendo como pauta a implantação da Unidade Plena do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia – IEMA, nos Municípios de São Luís, Bacabeira, Axixá, Pindaré e São José de Ribamar. Na ocasião, foi apresentado o programa, seus objetivos, importância e definição dos cursos.
- Participação do coordenador do CAOp-Educação na reunião do GT 8 do Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNMP, em Brasília, dia 04 de novembro.
- Participação no treinamento para os novos promotores de justiça, realizado na Escola Superior do MP, dia 5 de novembro, com a pauta do FUNDEB e Transporte Escolar.
- Participação da promotora de justiça Sandra Pontes, no I Seminário do Ministério Público pela Educação (MPeduc), em Brasília-DF, dias 16 e 17 de novembro, representando o Caop-Educação.
- Evento de divulgação da Portaria de Inspeção Veicular no transporte escolar, promovido pelo MPE/DETRAN/MPC, dia 20 de novembro, no Auditório Gervásio Santos da Assembleia Legislativa do Maranhão.
- Realização da Operação de fiscalização do transporte escolar – 3ª Etapa, no período de 23 a 27 de novembro, nos municípios de Viana, Grajaú, Sítio Novo e Timon.
- Realização de reunião de planejamento das atividades do CAOp-Educação para 2016, dia 27 de novembro, na AMPEM.
- Reunião, dia 1º de dezembro, para discussão da Ação Civil Pública do Programa Interinstitucional (Polo Pedreiras), em Governador Eugênio Barros, com a presença do promotor de justiça e integrante do Caop-Educação, Carlos Augusto Soares.
- Realização de coletiva de imprensa, dia 02 de dezembro, no auditório da PGJ para divulgação da Portaria de Inspeção Veicular no transporte escolar.



b) Metas para 2016

- Reunião com todos os promotores de justiça da Educação para apresentação do Programa Institucional: escola pública de qualidade: um direito de todos os maranhenses (EPAQ), em março;
- Realização de seminário sobre educação inclusiva (Imperatriz), no mês de abril;
- Encontro Regional de Educação do Programa Institucional Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses, em Imperatriz, no mês de abril, em parceria com EFG;
- Encontro com o MEC, juntamente, com Encontro Regional de Educação do Programa Institucional Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses, em São Luís, no mês de abril, em parceria com EFG;
- Encontro Nacional com os jovens sobre Educação em Direitos Humanos (Projeto João Cidadão) e Dia Mundial da Educação, em maio, com apoio da COPEDUC;
- Realização da Operação Pau de Arara, em parceria com a CGU, sobre desvio de recursos no transporte escolar, em novembro.

2.7.7 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania



Reunião dos Centros de Apoio Operacionais com a PGJ

Criado pela Resolução nº 03/2006 do Colégio de Procuradores, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (Caop/DHC), tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio. Também são atribuições do Caop/DHC coordenar a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.

Para otimizar os trabalhos e também devido à ampla abrangência dos direitos humanos, o Caop/DHC está dividido em 08 (oito) Núcleos Especializados, cada um sob a direção de um promotor de justiça. São eles:

- Núcleo de Defesa dos Direitos da Mulher - Selma Regina Souza Martins, titular da Promotoria de Defesa da Mulher de São Luís;
- Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua - Klycia Luiza Castro de Menezes, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Bacabal / Maria da Glória Mafra Silva, titular da 19ª Promotoria Especializada na Saúde;
- Núcleos de Diversidade Sexual e de Igualdade Étnico-Racial - Samira Mercês dos Santos, titular da Promotoria Especializada na Defesa dos Direitos do Idoso e do Deficiente de Açailândia;
- Núcleo de Conflitos Agrários - Haroldo Paiva de Brito, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários;
- Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas - Cássius Guimarães Chai, 6º promotor de justiça de Substituição Plena;
- Núcleos de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e de Prevenção da Tortura - Lana Cristina Barros Pessoa, promotora do Controle Externo da Atividade Policial.

Assim estruturado, o Caop/DHC participou assiduamente das comissões estaduais e nacionais que buscaram, através de seu trabalho, acompanhar as políticas públicas e desenvolver ações institucionais e intersetoriais entre os órgãos públicos e instituições com atuação na garantia e defesa dos direitos humanos.

Destaque-se a participação dos promotores de justiça deste Centro de Apoio que ofereceram capacitação aos 40 novos membros do mpma empossados em 2015, ressaltando o dever e compromisso do Ministério Público em garantir e efetivar os mais variados direitos humanos.

Em 2015, o Centro de Apoio Operacional recebeu denúncias referentes às seguintes áreas dos direitos humanos, todas encaminhadas às Promotorias de Justiça competentes, com solicitação de informação sobre as providências adotadas:

- Conflitos agrários com ocorrência de homicídios em comunidade quilombola;
- Articulação e reforço - a pedido da ouvidora de Segurança Pública do Estado do Maranhão, Elivânia Estrela Aires - junto às Secretarias Estadual de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e da Criança e Secretaria Estadual de Direitos Humanos, para dar assistência à família paraense refugiada no Maranhão, após assassinato de seu filho por milicianos em chacina ocorrida no Pará;
- Ausência de intérprete de libras na Câmara Municipal de São Luís para atender os cidadãos com deficiência auditiva;
- Denúncia de agressão física sofrida por internos da Casa de Detenção (Cadet), além de negligência por policiais e pelo diretor do Presídio de Pedrinhas;
- Quatro denúncias de discriminação contra cidadãos homossexuais, envolvendo agressão física e psicológica cometida por familiares, colega de trabalho e prefeito de município, nas cidades de Brejo/MA, Cachoeira Grande, São Luís e Monção;
- Denúncia de exploração financeira e agressão física contra deficiente visual;
- Assassinato de liderança indígena ka'apor no povoado Centro de Pedro, no município Centro do Guilherme, em decorrência de conflitos por retirada de madeira das terras indígenas por madeireiros ilegais;
- Denúncia sobre atuação ineficiente de magistrados do Maranhão em casos de violência doméstica;
- Denúncia de violência sexual e agressão psicológica sofrida por cidadã lésbica, praticada por irmão, em virtude de sua orientação sexual;
- Denúncia de violência física, ameaças de morte e cárcere privado praticados por companheiro de cidadã moradora de Olinda Nova/MA;
- Denúncia de negligência e violência institucional praticadas por Delegado de Polícia Civil;
- Denúncia de precariedade física de Delegacia, bem como insalubridade e condições desumanas nas celas;
- Denúncia relacionada a crime ambiental, violência, perseguição e ameaça na comunidade quilombola de Vargem do Forno, Chapadinha-MA: desmatamento de áreas de preservação permanente: nascentes, margens de riacho.

a) Principais atividades e ações desenvolvidas pelo Caop/DHC em 2015

- Coordenação compartilhada das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à: tortura; relações étnico-raciais; idosos; apoio às vítimas de violência; defesa do controle social do uso dos meios de comunicação
- em atenção à dignidade do ser humano; conflitos no campo; violência contra povos indígenas; diversidade sexual; defesa dos direitos da mulher; defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- Envio de Comunicações, Notícias e Ofícios Circulares, via e-mail, a todos os promotores de justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Secretarias Estaduais, Nacionais e Ministérios
- da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Aproximação e reafirmação das relações com a sociedade civil organizada, seguindo uma orientação do CNMP de que o Ministério Público precisa ter como parceiro o movimento social. Assim, promotores de justiça do Caop/DHC participaram das reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e do Comitê Estadual de Combate à Tortura.

- Alimentação constante da página do Caop/DHC no Portal do MPMA: divulgação de notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos; Postagem de materiais que podem subsidiar aos Promotores(as) em suas atividades: modelos de peças jurídicas, documentos importantes (pactos, acordos, tratados, dentre outros), textos de apoio, obras e publicações disponibilizadas on-line, legislação pertinente a área de atuação de cada núcleo do Caop/DHC, links interessantes. A página do Caop/DHC, visando o cidadão comum, dispõe de links para lista de órgãos e entidades que atuam na defesa dos direitos humanos (“Como denunciar violação aos Direitos Humanos”) e mapeamento de todas as Promotorias de Justiça com atuação na defesa dos Direitos Humanos no Estado do Maranhão, com os respectivos contatos (“Endereço das Promotorias de Direitos Humanos”) atualizados.
- Atendimento à população, mesmo não sendo o Centro de Apoio um órgão de execução, mas sim de apoio aos membros do Ministério Público. Cidadãos trouxeram situações de desrespeito aos direitos humanos diretamente ao Caop/DHC, os quais foram recebidos e devidamente encaminhados aos órgãos competentes, com acompanhamento das providências dadas aos problemas.
- Encaminhamento e confirmação, via e-mail, e também por telefone, de informações relevantes aos promotores(as) do interior, para reforçar e incentivar o trabalho destes na garantia dos direitos humanos;
- Divulgação aos promotores de justiça, via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos, como editais de projetos, manuais de orientação, tramitação de projetos de lei de interesse dos direitos humanos.

b) Algumas informações enviadas em 2015

- Manual do Selo Quilombola, editado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Resolução Nacional nº 12/2015 que estabelece parâmetros e garantias das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização;
- Disponibilização do livro “No País do Racismo Institucional: Dez anos de ações do GT Racismo no MPPE” em pdf, publicação destinada a auxiliar o trabalho dos/as promotores/as no enfrentamento do racismo institucional, remetendo à Ação nº 5 do Conselho Nacional do MP: “O Ministério Público promove a igualdade e a inclusão social”;
- Envio de folder com a Agenda Legislativa para a Promoção da Igualdade Racial na Câmara dos Deputados, com os projetos prioritários para a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR para 2015. Entre eles, encontra-se a PEC 215/00, que transfere para o Congresso a competência para demarcação de terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação, e também a PEC 171/93, que reduz a idade da responsabilização penal de 18 para 16 anos, projetos aos quais a SEPPIR se posiciona contra;
- Envio do relatório das Discussões dos GT’s do 2º Encontro Nacional do Ministério Público e Movimentos Sociais, para conhecimento e apreciação, com recomendação da Comissão de Direitos Fundamentais do CNMP para que os promotores informem ao Caop/DHC sobre os encaminhamentos protagonizados pelas Promotorias em que atuam, a partir da apreciação do teor das discussões divulgadas no relatório;
- Envio de estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – para fins de reflexão dos/as promotores/as - que discute a redução da maioria penal e o mito da impunidade, com informações que mostram que medidas socioeducativas em meio aberto são possibilidades reais de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei;
- Divulgação de Edital da SEPPIR – Secretaria da Igualdade Racial, com destinação de recursos para financiamento de projetos de órgãos da administração pública (estados, municípios e DF) com atuação voltada ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial;
- Envio do Projeto de Guia de Atuação Ministerial referente à População em Situação de Rua, para conhecimento dos membros do Ministério Público do Maranhão, com o objetivo de análise pelos promotores/as e possíveis sugestões. O Guia é fruto do encontro MP em Defesa das Pessoas em Situação de Rua, promovido pelo CNMP, através da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Envio da publicação da Comissão Pastoral da Terra – CPT “Conflitos no Campo – Brasil 2014”, com o fim de subsidiar os trabalhos dos/as promotores/as que atuam na defesa dos direitos agrários e mediação de conflitos no campo;
- Divulgação da Lei Estadual nº 10.355/15, bem como envio da mesma em pdf, a qual dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto da mão-de-obra escrava;
- Divulgação do Decreto Nacional nº 8.553/15, que cria Pacto Nacional para Alimentação Saudável;
- Divulgação do Decreto Nacional que proíbe propaganda de alimentos para bebês. O decreto veta todo e qualquer tipo de propaganda de leites artificiais, mamadeiras, papinhas, fórmulas, produtos farináceos e chupetas em veículos de comunicação;

c) Participação do Caop/DHC em eventos, encontros e reuniões no ano de 2015

- Seminário alusivo ao Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais, dia 29 de janeiro, no Conselho Municipal de Saúde;
- Reuniões da COETRAE – Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão;
- Reuniões do CECT – Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura;
- Reuniões do PROVITA-MA – Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas;
- Reuniões do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDDH/MA
- I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, nos dias 04 a 6 de março, na Sede do Ministério Público em Salvador/BA;
- Reuniões do Comitê de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia do Maranhão;
- Reunião da Comissão Temporária de Articulação para Implantação do Programa de Defensores de Direitos Humanos do Estado do Maranhão – Programa Defensores, dia 20 de maio, no auditório da SEDIHPOP;
- III Encontro Nacional do MP e Movimentos Sociais: Educação em Direitos Humanos, iniciativa do CNMP, realizado na sede do Ministério Público Federal e Territórios – Brasília/DF, dias 17 e 18 de junho;
- Audiência do CECT com o Governador do Estado Flávio Dino, no Palácio dos Leões, dia 26 de junho;
- II Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, no período de 5 a 7 de agosto, na sede do Ministério Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte/MG. No mesmo evento estiveram reunidos os representantes da COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica Familiar contra a Mulher, da qual faz a Promotora de Justiça Selma Martins, e da COPEDH: Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, da qual a Promotora de Justiça Lana Pessoa é a representante do MPMA;
- Encontro MP em Defesa das Pessoas em Situação de Rua, realizado pelo CNMP, dias 7 e 8 de agosto em Brasília/DF, com participação da Promotora de Justiça Glória Mafra, representando o Caop/DHC;
- Reunião sobre criação de Comitê para enfrentamento à intolerância religiosa, promovida pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação População – SEDIHPOP, dia 12 de agosto, na Casa do Maranhão;
- Caravana da Liberdade em Codó (Combate e Prevenção ao Trabalho Escravo), promovida pela COETRAE/MPT, dia 19 de agosto, no Campus da UFMA;
- Semana Estadual do Orgulho LGBT - Seminário de construção do Fluxograma e notificação de Violência homofóbica, dia 21 de agosto, no auditório da Fundação da Memória Republicana, com a participação da Promotora de Justiça Samira Mercês;
- Lançamento da Campanha Mais Mulheres na Política, a Reforma que o Brasil precisa, organizada pela Secretaria Estadual da Mulher, dia 24 de agosto, no auditório Fernando Falcão, da Assembleia Legislativa, com a participação da Procuradora de Justiça e coordenadora do Caop/DHC Sandra Elouf e da Promotora Lana Cristina Pessoa;
- Curso de Formação aos 25 novos promotores de justiça, realizado na Escola Superior do MP, dia 27 de agosto, com a presença da Procuradora de Justiça e coordenadora do Caop/DHC Sandra Elouf; dos Promotores Lana Cristina Pessoa; Selma Martins; Haroldo Paiva de Brito e da Assessora Jurídica Luciana Doudement.
- Reunião Ordinária do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres – PEPM 2013/2015, realizada pela Secretaria Estadual da Mulher, dia 02 de setembro;
- Audiência Pública sobre Cota para Negros em Concursos Públicos Estaduais, dia 17 de setembro, no Teatro João do Vale, promovida pela SEIR – Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade;
- Palestra sobre Direitos Humanos aos estudantes da Unidade Integrada Estado de São Paulo, no Memorial do MP, dia 22 de setembro, pela Promotora de Justiça Lana Pessoa;
- Reunião com a Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e Núcleo de Direitos Humanos da DPE – Defensoria Pública Estadual, dia 6 de outubro, na sala de reuniões da Ouvidoria, para discutir proposição de ações preventivas às violações dos direitos humanos, em especial aos direitos humanos das crianças e adolescentes.
- Acompanhamento da sessão de aprovação dos 3 (três) Projetos de Lei do Poder Executivo: Criação do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e do Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura, dia 24 de novembro, na Assembleia Legislativa;
- Oficina de Trabalho para Adaptação no Estado do Maranhão da Metodologia do Survey Hard to See, Harder to Count (Difícil de ver, mais difícil de contar), realizada no Hotel Luzeiros, dias 31 de novembro e 1º de dezembro, pela OIT/Brasil (Organização Internacional do Trabalho), Governo Federal e SEDIHPOP, com a participação do Dr. Cássius Chai;
- III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema “Por um Maranhão que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, dia 17 de dezembro, no Hotel Veleiros, em São Luís/MA.

d) Comissões, Conselhos e Comitês com participação do Caop/DHC

Comissões Nacionais

- COPEVID - Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Membros: Titular: Dra. Selma Regina Sousa Martins, Promotora de Justiça de Defesa da Mulher. Suplente: Dra. Márcia Haydée Porto de Carvalho, Promotora de Justiça de Defesa da Mulher.
- COPEDH - Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos em Sentido Estrito, uma comissão do GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos do CNPG – Conselho Nacional de Procuradores Gerais. Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos.
- Ação Nacional de Enfrentamento ao Racismo - Iniciativa do CNMP– Conselho Nacional do Ministério Público por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Membros: Titular: Dra. Samira Mercês dos Santos; Suplente: Dra. Klycia Luiza Castro de Menezes. Uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público, por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, a Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais tem, como objetivos: fortalecer a unidade nacional do MP na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuir para a concretização dos resultados institucionais e o retorno para a sociedade, afirmados pela Ação Nacional do Ministério Público – 2011/2015.

Comissões, Comitês e Conselhos Estaduais

- COETRAE - Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão. Titular: Dr. Cássius Guimarães Chai; Suplente: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.
- CETP – Comissão Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Membros: Titular: Dr. Cássius Guimarães Chai; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos. Inativo em 2015.
- PROVITA/MA– Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Maranhão. Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês
- CEDDH/MA - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Maranhão – Membros: Titular: Dra. Maria da Glória Mafra Silva; Suplente: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa
- CEEH/MA - Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão – Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa; Suplente: Dra. Samira Mercês dos Santos.
- CECT – Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura. Membros: Titular: Dra. Lana Cristina Barros Pessoa.

2.7.8 Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde



O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Caop/Saúde), órgão auxiliar do Ministério Público instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, tem como uma de suas principais competências atuar, por meio de ações coordenadas de apoio, no exercício da função constitucional do Ministério Público na Defesa da Saúde.

a) As principais atividades desenvolvidas em 2015 foram as seguintes

- Reestruturação do Caop/Saúde - mudança da sede para o prédio das Promotorias da Capital; solicitação à Administração Superior da edição de uma nova resolução disciplinando o formato de composição/integrantes da estrutura permanente do Caop/Saúde a ser formado por todos os promotores de justiça com atribuição na Defesa da Saúde das 08 (oito) macrorregiões (São Luís, Imperatriz, Caxias, Pinheiro, Presidente Dutra, Coroatá, Santa Inês e Balsas), e também a reestruturação técnica do órgão com a composição mínima de 01 (um) técnico ministerial, 02 (dois) assessores técnico com formação jurídica, contábil, psicológica, médica, farmacológica, odontológica ou assistência social e 01 (um) estagiário extracurricular;
- Atualização semanal da página do CAOp/Saúde no site do MPMA;

b) Participação em eventos, reuniões e inspeções

- Acompanhamento em inspeção do Hospital Nina Rodrigues realizada como ação integrante do projeto de Inspeção Nacional de Manicômios Judiciários, Hospitais de Custódia, Alas Psiquiátricas e similares, pelo Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP/22ª Região), em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e o Ministério Público do Estado do Maranhão, realizado dia 07 de maio;
- Reunião do Comitê Municipal de Mobilização contra os casos de Dengue, Febre Chikungunya e Febre Zika no Maranhão, na Vigilância Municipal de Saúde, dia 30 de junho;
- Apresentações das propostas de realinhamento do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão pelas empresas de consultoria, dias 04 e 05 de agosto;
- Curso Preliminar de Ingresso dos Recém-Nomeados promotores de Justiça, ministrado na Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão pelo promotor de justiça de Defesa da Saúde e Coordenador do CAOp/Saúde, Herberth Costa Figueiredo, dias 27 de agosto e 1º de outubro de 2015;
- Capacitação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI), ministrada pelos consultores do Instituto Sagres, Raul Sturari e Verônica Korlício, para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para os anos de 2016 a 2021, dias 1º a 3 de dezembro de 2015.

c) Encontro Regional do Programa Institucional do Caop/Saúde

- O Encontro Regional do programa institucional "Direito à Saúde: Prevenção, controle e combate à corrupção" foi realizado na Macrorregião de Pinheiro/MA, no dia 05 de maio de 2015, no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney.
- O referido encontro teve como objetivo atuar promovendo a interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações e serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.
- O evento reuniu promotores de justiça, profissionais da saúde, conselheiros, agentes comunitários, secretários municipais, vereadores e prefeitos da Região da Baixada Maranhense, tendo a presença de representantes de 15 municípios, totalizando mais de 300 pessoas.
- O corregedor-geral de Justiça do MPMA, Suvamy Vivekananda Meireles, e a procuradora geral de justiça do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha também participaram do Encontro.
- O promotor de justiça de Defesa da Saúde e Coordenador do Caop/Saúde, Herberth Costa Figueiredo apresentou a oficina "Programa de Melhoria do Acesso e de Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB)", ressaltando seus desafios estruturais e conjunturais, bem como apresentou o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pela Portaria nº 1.654/2011 GM/MS, cujo objetivo é ampliar o acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde.
- Outras duas oficinas foram realizadas: "Controle Social no SUS" pelo auditor da Controladoria Geral da União (CGU), Wellington Resende, que enfatizou o papel da sociedade civil no combate à corrupção e desvio de recursos públicos e "Regulação em Saúde no Maranhão" pela diretora da Unidade Gestora de Controle, Regulação e Avaliação da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Marina do Nascimento Souza. Ela apresentou dados sobre os municípios que compõem a Macrorregião de Saúde de Pinheiro/MA, as unidades de saúde existentes, o número de leitos por especialidade médica, os equipamentos, recursos humanos, rede de atenção à urgência, cirurgias eletivas e demais serviços.

d) Reuniões Institucionais

Quadro 13 - Reuniões Institucionais

- Reunião Institucional realizada no dia 10 de fevereiro de 2015, entre o Caop/Saúde, PGJ, Secinst, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Na reunião, foram discutidos os seguintes assuntos: Política Institucional entre a PGJ, SES e Semus; Instrumentos Operacionais (PPI, PAS, PPS, Coap e TAS); Terceiro Setor (OSs, Oscips, Cooperativa e Fundações); Parceria Público Privada (PPP); Concurso Público; Central de Regulação de Leitos (Unificação); Hospital de Servidores do Estado (HSLZ); Hospital do Câncer (Cacon) e outros.
- Reunião institucional realizada no dia 26 de janeiro/15, conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a PGJ, a SECINST e as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de Imperatriz/MA, no gabinete do procurador-geral de Justiça em São Luís/MA. A reunião teve como objetivo discutir a situação referente à saúde pública da região da Comarca do Município de Imperatriz/MA e traçar estratégias e diretrizes de atuação institucional no âmbito do Ministério Público do Maranhão. Foram acordados os seguintes encaminhamentos:
 - a) Que cada Órgão Ministerial buscará informações junto ao Município e ao Estado do Maranhão acerca da existência dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS) e de Termo de Ajustamento Sanitário (TAS) no respectivo Município e, em não existindo, que o Órgão Ministerial provoque os gestores envolvidos no sentido de que os referidos contratos sejam celebrados;
 - b) Que seja elaborado pelo Caop/Saúde três recomendações, em separado, traçando o perfil mínimo de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão em termos de ações e serviços de saúde, quais sejam, Macrorregiões, Regionais de Saúde e Portas de Entrada, orientando, assim a atuação das Promotorias de Justiça com atribuição na saúde o que competem a cada uma delas exigir dos gestores de saúde;
 - c) A composição permanente do Caop/Saúde será através do perfil por regiões, devendo incluir, de forma permanente, os promotores de justiça com atribuição em matéria de saúde das Macrorregiões das Comarcas de São Luís, Imperatriz, Balsas, Caxias e Pinheiro, o Caop-Saúde deve providenciar o encaminhamento dos respectivos convites a todos os promotores de justiça das referidas Comarcas, bem como convidar os demais promotores de justiça de Defesa da Saúde das Macrorregiões restantes do Estado do Maranhão, quais sejam, Coroatá, Presidente Dutra e Santa Inês, para integrarem de forma não definitiva o Caop/Saúde.
- Reunião Institucional realizada no dia 22 de junho/15, conjuntamente entre o Caop/Saúde e as Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião de Caxias, no Fórum da Comarca de Caxias/MA. A Reunião de trabalho tratou da Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/Caop-Saúde, dos Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde (COAP, TAS, TAC, Ações Cautelares, Ações Cíveis Públicas, Ação de Interdição, PGASS, PPI, PAS, RENASES), da Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão e do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB). Ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:
 - a) fazer uma recomendação conjunta para elaborar uma nova PPI com todos os promotores de justiça das Macrorregiões e Regiões de Saúde, bem como o Caop/Saúde, a Secretaria de Assuntos Institucionais e a Procuradoria-Geral de Justiça;
 - b) que o conteúdo dessa recomendação seja pauta da segunda reunião institucional realizada conjuntamente entre o Caop/Saúde, a PGJ, a SECINST, a SES e SEMUS;
 - c) realização de Termos de Cooperação com a Universidade Federal e Estadual (IFMA, CRM e COREN) com o objetivo de disponibilização de equipes técnicas para realização de laudos e relatórios na área do Direito Sanitário para subsidiar possíveis ações judiciais;
 - d) que quando houver encaminhamento de uma parturiente não regulada de outros municípios, bem como qualquer outro paciente não regulado, deve-se processar o gestor, o estabelecimento e o médico da cidade de origem que encaminhou indevidamente o usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) sem que o município de referência tomasse ciência do encaminhamento do mesmo pelo município contrarreferência, sem observar os critérios de regulação estabelecidos pelas Resoluções da CIB/MA no que se refere à regulação de fluxos quando do deslocamento e/ou encaminhamento de pacientes; sendo necessário que os Promotores de Justiça das Macrorregiões, Regiões e Portas de Entrada do Estado do Maranhão instaurem procedimento administrativo de acompanhamento para monitoramento da regulação do acesso às Unidades de Saúde referenciadas;
 - e) designar data para agendamento da segunda Reunião de Trabalho com o secretário Estadual de Saúde e também com os gestores municipais das Macrorregiões e Regiões para dezembro de 2015 para monitorar o cumprimento da Recomendação e monitorar as metas, objetivos e avaliações do SUS no Estado; e,
 - f) Por fim, deliberou-se, ainda, acerca da composição permanente do CAOp/Saúde, ficando acordado que o Dr. Williams Silva de Paiva, Promotor de Justiça da 4ª Promotoria de Caxias-MA, irá compor, de forma permanente, o CAOp/Saúde, sendo que este aquiesceu com sua indicação.

- Reunião Institucional realizada dia 24 de agosto de 2015, conjuntamente entre o Caop/Saúde e as Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Macrorregião de Santa Inês/MA, na Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês/MA, para discussão da Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/CAOp-Saúde, dos Instrumentos operacionais para implementação e efetivação das ações e serviços de saúde (COAP, TAS, TAC, Ações Cautelares, Ações Civis Públicas, Ação de Interdição, PGASS, PPI, PAS, RENASES), da Resolução nº 27/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) e Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), do Plano Diretor de Regionalização (PDR) e da Mediação Sanitária (Parcerias Público-Privadas e Consórcios Públicos). Ficaram acordados os seguintes encaminhamentos:

a) será realizada a próxima Reunião de Trabalho da Macrorregião de Santa Inês/MA no Município de São Luís/MA;	b) solicitar um Curso de Mediação Sanitária destinado aos Promotores de Justiça das Macrorregiões e Regiões de Saúde do Estado do Maranhão; e,	c) elaboração de uma minuta de Mediação Sanitária na Atenção Básica e nos Perfis Mínimos das Macrorregionais e Regionais de Saúde de forma a instrumentalizar os Contratos Organizativos de Ações Públicas (COAPS) e Termos de Ajustamento Sanitário (TAS).
---	--	---
- Reunião de Trabalho com todos os promotores de justiça com atribuição na Defesa da Saúde do Ministério Público do Maranhão, dia 30 de novembro de 2015, na Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPPEM). Na reunião foram discutidos: a) Instrumentos de Planejamento e Gestão do SUS (Plano Diretor de Regionalização e Programação Pactuada e Integrada) e a realidade dos Municípios e do Estado do Maranhão; b) o Sistema Único de Saúde, a Regulação da Assistência e Regulação da Saúde e a realidade dos Municípios e do Estado do Maranhão (Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade, Complexos Reguladores, CRONP e Controle Integrado de Leitos de gestão do Estado do Maranhão); e, c) Tratamento Fora do Domicílio e Manual Estadual de Tratamento Fora do Domicílio do Maranhão Interestadual e Intermunicipal.

e) Recomendação Conjunta

- Em fevereiro de 2015, foi formulada a Recomendação Conjunta nº 01/2015 – PGJ/Caop-Saúde aos promotores de justiça com atribuição na área da saúde nos municípios que são Macrorregiões de Saúde, Regiões de Saúde e Portas de Entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) que: exijam dos gestores que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão as ações e serviços de saúde que devem ser disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), intermediando a celebração dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS) e Termos de Ajustamento Sanitários (TAS); e, b) promovam de imediato sua adequada divulgação, afixando-a em local de acesso ao público e levando-a ao conhecimento de todas as Autoridades de Saúde Pública do Estado do Maranhão.

2.7.9 Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência



Promotora ministra palestra sobre direitos do idoso (Olho D'água das Cunhãs)

a) Principais atividades desenvolvidas

- Orientação – Em 10 de abril de 2015 foram prestadas orientações e informações ao promotor de justiça da comarca de Porto Franco, Dr. Gabriel Sodré Gonçalves, concernentes à realização de audiência pública, que tinha como objetivo principal discutir os direitos da pessoa com deficiência;
- Cumprimento de Carta Precatória n.º 03/2015 – 1ª PJB – No dia 23 de julho do ano de 2015, por meio do ofício n.º 085/2015 – 5ª PJB, foi recebida a Carta Precatória Interministerial n.º 003/2015, na qual o promotor de justiça Antônio Lisboa de Castro Viana Júnior, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Balsas, solicita que seja ouvida a Leidianny dos Santos Mota sobre a situação de abandono de seu genitor José Antônio Bento dos Santos, tendo sido tomadas as medidas necessárias, tais como: solicitação de comparecimento da demandante e sua subsequente oitiva; envio do ofício n.º 223/2015 -14ª PJE ao Promotor de Justiça, informando a oitiva, bem como seu compromisso em prestar informações sobre seu genitor diretamente na 5ª Promotoria de Balsas;
- Reserva de vagas para pessoa com deficiência na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) – No dia 15 de agosto de 2015, o promotor de justiça Antônio Coelho Soares Júnior solicitou a intervenção deste Centro de Apoio junto à Reitoria da UEMA, informando que não estava sendo observado o percentual legal de reservas de vagas nos cursos oferecidos por essa instituição de ensino superior. Encaminhada a manifestação à 14ª Promotoria de Justiça Especializada, o promotor de justiça titular e coordenador do CAOP, com o escopo de assegurar direitos fundamentais às pessoas com deficiência, dentre os quais o da educação, encaminhou à Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão, no dia 11 (onze) de setembro de 2015, o Ofício n.º 005/2015 – CAOP, requerendo o envio de esclarecimentos a esta Promotoria de Justiça Especializada sobre os critérios de escolha dos cursos superiores com reserva de vagas para pessoa com deficiência, culminando em diversos entendimentos que objetivam resguardar os interesses desse segmento social;
- Inspeção Conjunta – Em 26 de agosto de 2015, foi realizada inspeção em parceria com a titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação na Escola Padre João Mohana para verificar o andamento das reformas de acessibilidade ajustadas com a direção dessa escola de educação especial;
- Participação na Campanha “Educação Inclusiva: Direito de Todos.” - O promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, Ronald Pereira dos Santos, participou do lançamento da Campanha: “Educação Inclusiva: Direito de Todos”, realizada no dia 14 de setembro de 2015 no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, que teve como objetivo promover a convivência com as diferenças, fomentando a educação inclusiva nas redes pública e privada em todo o Maranhão;

- Audiências Públicas – O Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência, por meio de seu coordenador, em parceria com a 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, representada por sua titular, Maria Luciane Lisboa Belo, promoveram audiência pública para discutir a necessidade de reformas estruturais no Centro de Ensino de Educação Especial "Padre João Mohana" referente a Educação Especial.
- Também participou da audiência pública realizada no dia 24 de setembro de 2015 em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação, que teve como objetivo discutir a necessidade de alteração do edital de Concurso Público da Secretaria Municipal de Educação para inclusão da exigência de prova prática, de caráter eliminatório, de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os cargos de instrutor e intérprete;
- Entrevista no programa "Estação Ministério Público" – Dia 19 de setembro de 2015, o coordenador deste Caop e a titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação participaram de entrevista no programa de rádio "Estação Ministério Público" cujo tema era sobre os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, especialmente sobre educação especial na perspectiva inclusiva, além de questões correlatas e outros assuntos relacionados ao respeito à diferença e igualdade de oportunidades;
- Participação no III Encontro do Fórum Metropolitano das Entidades de Pessoa com Deficiência - "Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos.", dias 18 e 19 de setembro de 2015;
- Participação no evento "Dia D - A Festa do Acolhimento e do Reconhecimento" - Evento realizado no dia 25 de setembro de 2015 que teve como objetivo promover a inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado formal de trabalho, em dia de atendimento exclusivo para esse segmento social.
- Participação na III Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, com o tema: "Educação Especial: refletindo e agindo na era da inclusão", dia 28 de setembro de 2015;
- Pesquisa de Informação e Atualização de Bancos de Dados - No dia 20 de outubro de 2015 foi enviado a todas as Promotorias de Justiça do estado, via e-mail eletrônico, o Ofício Circular n.º 001/2015 – CAOPPIPPD, com o escopo de obter informações acerca da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, para atualização de banco de dados estatístico, bem como para elaboração de Plano Estratégico referente à orientação prestada por este CAOP.
- Página Virtual - Elaboração e alimentação rotineira do link reservado a este Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.
- Verificação, análise e divulgação da Legislação Infraconstitucional. Diariamente são verificadas possíveis alterações na legislação referente a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, bem como decisões judiciais específicas, divulgando-as aos Promotores e Procuradores de Justiça.
- Acompanhamento do calendário de eventos para divulgação.
- Início de discussão da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em âmbito local.



Atendimento aos casos de violência contra idosos é debatido em reunião na PGJ



3

DIRETORIAS

3.1 Diretoria-Geral



No ano de 2015, a Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão continuou agindo em prol do aperfeiçoamento das suas rotinas internas, visando à promoção da gestão pública de excelência, contribuindo para a melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

Todas as ações da Diretoria-Geral estão orientadas para o aprimoramento constante dos seus níveis de gestão, bem como para a adoção de um modelo gerencial de administração, a fim de obter resultados mais eficazes e eficientes. Para tanto, investe-se cada vez mais em modernização das técnicas de gestão, aperfeiçoamento do quadro de pessoal e fiscalização das ações empreendidas.

Cabe ressaltar que, para o alcance de uma gestão pública excelente, a Diretoria-Geral adota uma agenda positiva de ações para implementação de uma gestão por resultados, com planejamento e controle que permitem corrigir possíveis erros, bem como efetivar os resultados pretendidos.

Quadro 14 - Atividades da Diretoria-Geral

- Dando continuidade à política de interiorização da gestão, o ano de 2015 foi marcado pelas visitas in loco em várias promotorias de justiça do interior do Estado, juntamente com a equipe das Coordenadorias de Obras, Engenharia e Arquitetura, de Serviços Gerais e de Modernização e Tecnologia da Informação, com o fim de verificar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados, oportunidade em que vários reparos foram realizados de forma imediata e outros agendados para realização pelas empresas contratadas para os serviços de manutenção predial. Tal iniciativa faz parte do projeto “Promotoria Legal”, que busca oferecer melhores condições de trabalho aos membros e servidores das promotorias de justiça do Estado. Dentre as comarcas visitadas estão Olho D’Água das Cunhãs, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Igarapé Grande, Joselândia, Pedreiras, Paulo Ramos, Vitorino Freire, Lago da Pedra, Santa Rita, Cantanhede, Santo Antônio dos Lopes, Dom Pedro, Pio XII, São Mateus, Bacabal, Araióses, Buriti, Chapadinha, Tutóia, Brejo, Vargem Grande, São Bernardo, Urbano Santos, Santa Quitéria, Magalhães de Almeida, Viana, Penalva, Matinha, São Vicente Férrer, São Bento, São João Batista, Pinheiro, Santa Helena, Guimarães, Mirinzal, Cururupu, Bacuri, Turiaçu, Bequimão, Cândido Mendes, Santa Luzia do Paruá, Carutapera e Cedral.
- No ano de 2015, foram empossados novos promotores de justiça, os quais participaram do Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público. Numa iniciativa pioneira, a Diretoria Geral participou do referido curso nos meses de agosto e setembro, oportunidade em que convocou todas as coordenadorias da PGJ para se apresentarem aos novos membros, repassando informações sobre o setor e as suas respectivas atribuições, bem como sobre as rotinas e procedimentos administrativos internos, auxiliando-os no exercício das atividades administrativas das suas promotorias de justiça.
- Dando continuidade à política de valorização e capacitação dos servidores, nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, foi realizado o curso “Como fiscalizar contratos de compras e serviços na Administração Pública: Melhores práticas para uma atuação eficiente do fiscal e do gestor nas alterações e rescisão do contrato e na aplicação de penalidades”. O curso teve carga horária de 16h e foi ministrado para servidores de todas as unidades administrativas da PGJ/MA. A referida capacitação foi ministrada na modalidade “In Company”, ou seja, voltado especificamente para a realidade da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, totalmente alinhado às normas internas referentes ao tema do curso.
- Em 2015, a Diretoria-Geral expediu 88 (oitenta e oito) notificações, dentre as quais algumas destinadas a empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando à regularização do fornecimento ou mesmo à aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 6 (seis) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.
- Já considerada uma marca da atual gestão da Diretoria-Geral da PGJ/MA, o ano de 2015 manteve como boa prática de gestão a realização de reuniões de trabalho com as unidades gestoras da PGJ/MA, tudo com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior, reforçando o compromisso com o alcance de resultados.
- O ano de 2015 foi marcado por melhorias na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, tudo com o intuito de proporcionar boas condições de trabalho a membros e servidores, influenciando diretamente na qualidade da prestação ministerial à sociedade.
- No ano de 2015, tiveram início dois grandes projetos para o Ministério Público do Maranhão: o Planejamento Estratégico 2016-2021 e a Gestão por Competências. No período de 1º a 3 de dezembro de 2015, com a presença de membros e servidores do MPMA, foi realizada a capacitação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI). A capacitação em planejamento estratégico foi ministrada pelos consultores do Instituto Sagres, instituição contratada para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para o período de 2016 a 2021. As demais ações do planejamento estratégico serão realizadas durante o primeiro semestre de 2016, com previsão de entrega do plano estratégico para maio de 2016. Em dezembro de 2015, na ocasião do lançamento da Gestão Estratégica 2016-2021 do MPMA, a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, proferiu a palestra “Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU”, cujo objetivo foi sensibilizar os presentes para a implementação do projeto Gestão por Competências no MPMA, focado em uma gestão humanizada, facilitadora do desenvolvimento humano e voltada para resultados (meritocracia).



Reuniões e atividades da Diretoria-Geral



Por fim, cabe ressaltar que a Diretoria-Geral da PGJ/MA não tem medido esforços no sentido de dotar o Ministério Público da melhor estrutura possível de trabalho e atendimento ao público, promovendo ações voltadas ao fortalecimento da instituição enquanto referência de gestão na área pública.

3.2 Secretaria para Assuntos Institucionais



O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Secretaria para Assuntos Institucionais, desenvolve suas atribuições em parceria com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e Institucionais, Diretoria-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, CAOPs e Coordenadorias, primando pelo cumprimento da Lei Complementar 013/91, Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça e das diretrizes do Planejamento Estratégico 2012-2016.

Em 2015, a Secinst apoiou e monitorou a execução dos programas institucionais desenvolvidos pela Instituição ministerial nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública e o Programa do Memorial do Ministério Público, conjuntamente com os Centros de Apoio Operacionais nas áreas de suas matérias, bem como no desenvolvimento das sampanhas institucionais, junto a Coordenadoria de Comunicação.

A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foi responsável pela divulgação do Banco de Projetos - iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público – entre os membros e servidores do MP, que culminou na inscrição de 23 (vinte e três) projetos do Parquet maranhense nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2015, no Prêmio Nacional do CNMP. Dos 45 projetos selecionados pelo Conselho Nacional, três são desenvolvidos pelo Ministério Público do Maranhão. As categorias premiadas são Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade; Diminuição da Corrupção; Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Relacionamento; Profissionalização da Gestão; e Tecnologia da Informação.

Do Maranhão, os três projetos finalistas concorreram na categoria "Diminuição da criminalidade". Um deles, desenvolvido pelo promotor Alessandro Brandão Marques, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz. Já o promotor Marco Antônio Santos Amorim, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Santa Inês, que atua nas áreas da educação e de defesa da criança e do adolescente, teve dois projetos entre os finalistas: "Projeto Gandhi: acolher para transformar" e " Mapa da Vulnerabilidade: conhecer para combater".

Tabela 45 - Procedimentos Administrativos

Parceres	902
Ofícios Enviados	101
Ofícios Circulares	4
Memorandos Enviados	470
Comunicados e outros	1233

3.2.1 Celebração de Termos de Convênios e Cooperação Técnica

Em 2015, a Secinst em apoio à procuradora-geral de justiça minutou 07(sete) Termos de Convênios, aditivos e Termos de Cooperação Técnica, objetivando a melhoria e o desenvolvimento dos trabalhos desempenhados por membros e servidores. Dentre as atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado e outros órgãos públicos e privados, que se desenvolvem através da celebração de Termo de Convênio e Cooperação Técnica e da realização de reuniões institucionais e de trabalho. Foram celebrados pela procuradora-geral de justiça os seguintes termos em 2015 e realizadas reuniões institucionais:

- Termo de Cooperação - Termo de Cooperação Operacional entre o MPMA e MPRJ, tendo como objeto a consecução de esforços para alimentação e o uso conjunto do sistema institucional de transparência e integração com a sociedade consumidor vencedor.
- Termo de Compromisso Nº 02/2015 - Termo de Compromisso entre o CNJ, MJ, Governo do Maranhão, TJMA, MPMA e OAB. Objeto: Implementação de Medidas Administrativas com vistas à adequação do sistema de Justiça Criminal Maranhense ao sistema de execução penal e carcerário.
- Termo de Convênio Nº 01/2015 - Termo de Convênio nº 01/2015 que entre si celebram o Ministério Público do Estado e o Conselho Regional de Farmácia do Maranhão.
- Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional – Termo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA.
- Termo de Cooperação Técnica Nº 003/2015/AGED – MA - Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Procuradoria-Geral de Justiça e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária, tendo como objeto defesa e inspeção animal.
- Extrato de Aditivo de Termo de Cooperação Nº 02/2014, entre o MPMA e o TRT da 16ª Região - Objeto: prorrogação do prazo de vigência: 15 (quinze) meses, compreendendo o período de 25/11/2014 a 24/02/2016.
- Extrato de Termo de Cooperação Técnica Nº 03/2014 - Objeto: Remeter aos PRF, lotados nos postos e delegacias a tarefa de confeccionar Termo Circunstanciado, conforme art. 69 da Lei 9.099/95 e Lei 9.503/97, bem como Boletim de Ocorrência Circunstanciado.



Reuniões Institucionais



3.2.2 Parcerias Institucionais

Em 2015, o Ministério Público do Estado do Maranhão, representado pela procuradora-geral de justiça, solidificou o estreitamento das relações institucionais com diversos parceiros, tendo realizado reuniões e participado de eventos externos, alguns com a representação da Secretaria para Assuntos Institucionais, e diversos membros do Ministério Público, visando alcançar resultados para a sociedade, podendo destacar:

- Termo prevê acesso do Gaeco a informações de veículos e motoristas - A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou na Procuradoria Geral de Justiça, Termo de Cooperação Técnica com o diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Antônio de Jesus Leitão Nunes. O acordo vai possibilitar aos membros e aos servidores que integram o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) o acesso aos dados do Sistema Informatizado do Detran, bem como ao cadastro do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e à base de dados do departamento dos outros estados. O objetivo é ampliar a articulação e o intercâmbio entre as instituições para dar maior proteção ao patrimônio público. "Com o acesso aos dados, o Ministério Público vai atuar com mais agilidade, ampliando o controle e a investigação", destacou Regina Rocha.
- MPMA firma convênio com Junta Comercial - A procuradora-geral de justiça, e o presidente da Junta Comercial do Maranhão (Jucema), Sérgio Silva Sombra, firmaram Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de liberar o acesso e visualização do cadastro de empresas registradas na Jucema, por meio da internet, aos membros do MPMA. Firmado na Procuradoria Geral de Justiça, o acordo tem prazo de vigência de 60 meses. As senhas pessoais para o cadastro e acesso ao banco de dados da Jucema podem ser adquiridas na Assessoria Especial da PGJ, no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) ou na Secretaria para Assuntos Institucionais.
- MPMA, Aged e Sagrima assinam Termo de Cooperação Técnica - A parceria vai implementar ações integradas para o controle sanitário animal e vegetal. O acordo tem vigência de 48 meses. O documento foi assinado pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, pelo presidente da Aged, Sebastião Cardoso Anchieta Filho, e pelo secretário de estado da Agricultura e Pecuária, Márcio José Honaiser.
- MPMA e Emap discutem parceria para atendimento à comunidade - O Ministério Público do Maranhão participou na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) de reunião para discutir uma proposta de convênio entre as duas instituições. Na ocasião, foi discutida a possibilidade de elaboração de um termo de cooperação para a garantia de direitos da população que vive no entorno do Porto do Itaqui e adjacências. Participaram da reunião o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), Luiz Gonzaga Martins Coelho e o titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, Vicente de Paulo Silva Martins.

- MPMA firma convênio com Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão - O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou Termo de Cooperação Técnica, com o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren), objetivando efetivar parceria na fiscalização do exercício profissional e na promoção de medidas para a adequada prestação de serviços na área da saúde. O acordo tem prazo de duração de cinco anos. Assinaram o documento a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o presidente do Coren, Carlos Eduardo de Castro Passos. No acordo, o Ministério Público ficou responsável pelo fornecimento de subsídios, dentro de suas atribuições, para a realização de ações conjuntas, visando à adequação dos serviços de saúde e ao atendimento dos pacientes.

- MPMA e Conselho de Farmácia assinam convênio - Foi celebrado um termo de convênio entre o Ministério Público do Maranhão e o Conselho Regional de Farmácia (CRF), que objetiva a articulação e conjugação de esforços para assegurar melhor implementação de suas atribuições legais. O termo, que teve a iniciativa do promotor de justiça Herbert Costa Figueiredo, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Saúde do MPMA, foi assinado pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e pela presidente do CRF, Maria José Luna dos Santos da Silva. Com a cooperação, o Ministério Público poderá ter acesso ao cadastro de profissionais registrados no conselho que sejam interessados em prestar serviços de assessoramento técnico-científico, para a instrução de processos judiciais ou procedimentos administrativos presididos por membros do MP.
- Acompanhamento dos resultados da Inspeção da Corregedoria Nacional - A Secinst, por delegação da procuradora-geral de justiça, ficou responsável por prestar informações à Corregedoria Nacional, de todos os itens elencados no Relatório de Inspeção do CNMP. Nesse sentido, foram prestadas informações em 37 processos administrativos, onde o Ministério Público do Maranhão vem cumprindo todos os itens relacionados no referido relatório.



Capacitação do Simp



3.2.3 Implantação dos Sistemas de Informação e a interoperabilidade com o Tribunal de Justiça e órgãos públicos

Implantação e Treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público (SIMP) - Em continuidade ao processo de modernização na área de tecnologia do MPMA, em 2015, foi implantado o Sistema SIMP nas Promotorias de Justiça das Cidades de Caxias, Chapadinha, Codó, Icatu, Rosário, João Lisboa, Matinha, Morros, Penalva, Pindaré, Bom Jardim, Santa Rita, Senador La Roque, Tutoia, Vargem Grande, Viana e Zé Doca e realizados treinamentos nas referenciadas cidades, bem como intensificado o apoio aos promotores de justiça que já possuíam o sistema implantado, via WhatsApp, telefones e e-mails.

A equipe do SIMP, tendo à frente a Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais e os servidores Décio Santiago (SIMP) e Antônio Carlos (CMTI), esteve em todas as Comarcas, cumprindo o calendário definido no começo do ano de 2015. A equipe contou com apoio integral da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), bem como dos diretores e servidores das Promotorias de Justiça envolvidas na implantação. Segue o calendário de implantação:

- Membros, assessores, servidores e estagiários do Ministério Público do Maranhão que atuam nas comarcas de Matinha, Viana e Penalva receberam o treinamento e implementação do SIMP durante a semana de 23 a 27 de novembro;
- Nas Comarcas de Santa Inês, Pindaré, Bom Jardim e Zé Doca o treinamento aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro, em Pindaré e 19 e 20, em Bom Jardim.
- Araiões e Tutóia, dias 26 a 29 de novembro;
- Nas comarcas de Chapadinha, Vargem Grande e Cantanhede, a oficina aconteceu no período de 19 a 22 de outubro, na Promotoria de Justiça de Vargem Grande;
- Nas Comarcas de Morros, Icatu e Santa Rita o treinamento e implementação do sistema SIMP ocorreu no período de 28 a 30 de setembro, na Promotoria de Justiça de Morros.
- Nas Comarcas de Senador La Rocque e João Lisboa, a oficina aconteceu nos dias 15 a 17 de setembro, reunindo ainda servidores e assessores das cidades de Imperatriz e Açailândia que participam da capacitação como atividade de reciclagem.
- Em Rosário, o treinamento ocorreu nos dias 25 e 26 de agosto;
- Em Codó, a oficina foi ministrada nos dias 1º e 2 de julho;
- No dia 24 de junho foi realizada uma capacitação para membros e servidores das Promotorias de Justiça da Grande Ilha sobre o funcionamento do Sistema Integrado do Ministério Público, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Nas comarcas que formam a Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), o SIMP foi implantado em abril de 2014.
- A implantação do SIMP nas Promotorias de Justiça da Comarca de Bacabal foi realizada nos dias 8 e 9 de junho;
- Na Comarca de Santa Luzia, aconteceu no período de 07 a 08 de abril.
- Em Açailândia o treinamento aconteceu entre os dias 23 e 27 de março, na sede das Promotorias de Justiça da comarca.
- Na Comarca de Caxias, a capacitação foi realizada nos dias 23 a 27 de fevereiro.
- SISTEMA PJE - A Secretária para Assuntos Institucionais participou de todas as reuniões para implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) durante o ano de 2015, considerando que integra o Comitê de Gestão do PJE, representando a Procuradora-Geral de Justiça. Desta forma, foram adotadas medidas no âmbito do MP/MA para que a Instituição pudesse receber o sistema e foi ofertado treinamento aos membros e servidores do Ministério Público, tendo sido capacitados ao longo do ano, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado.
- Diário Eletrônico do Ministério Público - Durante o segundo semestre de 2015, foi efetivada a parceria com o Tribunal de Justiça do Estado, e através das Coordenadorias de Documentação e Biblioteca e Tecnologia e Informação, foi fornecido o sistema para que a Procuradoria Geral de Justiça pudesse implantar o Diário Eletrônico do Ministério Público, com a criação deste por meio da Lei n.º 10.399/2015, que foi sancionada. O sistema está em fase de teste, onde será colocado em funcionamento no primeiro semestre de 2016.

3.2.4 Reuniões Institucionais da Procuradora-Geral de Justiça e órgãos públicos

- A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, a visita da deputada federal Eliziane Gama e do vereador Fábio Câmara. Acompanharam a reunião a subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos, Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, e os promotores de justiça Sirlei Aires Rodrigues (Chefe de Gabinete da PGJ) e Marco Aurélio Ramos Fonseca (13ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena), que está respondendo por duas Promotorias de Justiça de Execução Penal.
- A procuradora-geral de justiça, visitou a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire. O objetivo foi debater questões institucionais, como a construção da sede do Fórum de Caxias em parte do terreno doado ao Ministério Público. Foi discutida, ainda, a possibilidade de o Ministério Público integrar o Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (Ferj). Também participaram do encontro, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), Luiz Gonzaga Martins Coelho e o assessor especial da PGJ, Emmanuel Guterres Soares. Do Poder Judiciário, estiveram presentes o diretor-geral do TJ Maranhão, Hebert Leite e a diretora de engenharia, Márcia Delane. Regina Rocha destacou que o Poder Judiciário construiu a sede do Fórum de Caxias utilizando parte do terreno do Ministério Público. Ela afirmou que a instituição planeja construir a sede da Promotoria de Justiça integrando-se à Cidade Judiciária.
- A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita do deputado estadual Rigo Telles e um grupo de vereadores do município de Barra do Corda. Também participaram do encontro o corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, o subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e o assessor especial da Procuradoria Geral de Justiça, Emmanuel Soares. Durante a reunião a comitiva apresentou denúncias contra a administração do prefeito de Barra do Corda, Eric Costa. Segundo depoimentos dos líderes políticos, o gestor estaria cometendo uma série de irregularidades em prejuízo do erário municipal.
- A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e a deputada estadual Francisca Primo (PT), acompanhada de um grupo de três vereadores de Buriticupu, debateram a questão da falta de promotor de justiça titular na comarca, que concentra cerca de 12 mil processos, segundo os integrantes da comitiva. A procuradora-geral garantiu que é uma das prioridades da administração superior do Ministério Público do Maranhão a nomeação dos aprovados no concurso para promotor de justiça, a fim de suprir as vagas abertas nas promotorias de justiça, sobretudo de entrada inicial. "Conhecemos essa realidade e estamos apenas esperando surgirem as condições orçamentárias para a convocação dos aprovados até o segundo semestre deste ano", anunciou.
- A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita institucional do representante do Conselho Federal de Farmácia (CFF) no Maranhão, Fernando Bacelar Lobato. O objetivo foi pedir o apoio do Ministério Público para as ações de fiscalização nas farmácias em todo o estado. O conselheiro destacou que o CFF planeja ampliar as vistorias e, para isso, vai propor um convênio com o MPMA. "A presença do farmacêutico é essencial para a promoção da saúde pública", avalia Fernando Bacelar.
- A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu visita de cortesia do procurador-geral do estado, Rodrigo Maia, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís. O objetivo foi propor ao Ministério Público a parceria institucional em ações e campanhas de combate à corrupção. O representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE) falou sobre a intenção de ampliar a atuação do órgão, notadamente contra o desvio do dinheiro público. "Nesse sentido, pedimos o apoio do Ministério Público, especialmente dos Centros de Apoio Operacionais, Escola Superior e promotorias especializadas", afirmou Rodrigo Maia.
- O promotor de justiça Esdras Liberalino Soares Junior, diretor das Promotorias de Justiça da Capital em exercício, visitou a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, para tratar de assuntos institucionais. Participaram do encontro o diretor-geral da PGJ, Luis Gonzaga Martins Coelho; o presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes; a promotora de justiça e chefe de gabinete da Corregedoria-Geral, Doracy Moreira Reis Santos; e os promotores de justiça Tarcísio Bonfim e Peterson Abreu.

- Reunião do CNMP debate morte cometida em intervenção policial. Para discutir as ações que podem ser adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial e as novas diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o controle externo da atividade policial, foi realizada uma reunião de trabalho dia 6 de abril, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça. Promovida pelo CNMP e Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do MPMA, a reunião contou com a participação de procuradores e promotores de justiça com atribuições criminais e no controle externo da atividade policial.
- O Ministério Público do Maranhão (MPMA) celebrou o Dia Internacional Contra a Corrupção. A mobilização ocorreu dia 9 de dezembro, na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, em conjunto com outros órgãos e instituições que formam a Rede de Controle da Gestão Pública. Participaram da mobilização membros e servidores do MPMA, representantes do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria de Estado de Transparência e Controle (STC). O evento teve por objetivo a divulgação de ações institucionais voltadas para o combate à corrupção, além da sensibilização sobre a importância do controle social.
- Foi realizada no dia 22 de setembro, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a II Reunião Técnica dos Órgãos da Rede de Controle. A rede, que tem a coordenação executiva formada por membros do TCU, CGU e Ministério Público, objetiva articular as ações de fiscalização e combate à corrupção além de integrar os diversos órgãos de controle nos níveis municipal, estadual e federal. Na abertura, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, destacou que "o trabalho desenvolvido é de extrema relevância para a sociedade, que cobra processos cada vez mais transparentes e resultados efetivos." A reunião discutiu os resultados de ações já realizadas e sobre possibilidades de convênios e acordos que facilitem as medidas fiscalizadoras. Além disso, foi aprovado o convite a outros órgãos para que participem do grupo, além de uma apresentação da Escala Brasil Transparente (EBT), feita pela Controladoria Geral da União (CGU). Um dos órgãos que passou a participar da Rede de Controle foi a Procuradoria-Geral do Estado do Maranhão. Além dela, a Secretaria de Estado de Transparência e Controle também participou pela primeira vez, já que o órgão substituiu a Controladoria-Geral do Estado na composição do grupo. A diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA (Secinst), Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, falou sobre as ações e projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo órgão no combate à corrupção, inclusive com parcerias com diversos órgãos como CGU, Ministério Público Federal e Secretaria de Segurança Pública.



3.2.5 Lei de Acesso à Informação

As informações durante o ano de 2015 foram recebidas pela Secretaria para Assuntos Institucionais, através da Dra. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, gestora do portal da Lei de Acesso à Informação. Foram recebidas 58 solicitações e todas atendidas sem nenhuma decisão de indeferimento e sem recurso. As informações solicitadas, em sua maioria, estavam publicadas no Portal da Transparência e de livre acesso a todos os cidadãos. As demais foram relacionadas a pedidos de material didático para monografias de acadêmicos de direito, relação de servidores, quantidade de servidores e membros que recebem auxílio-alimentação, solicitação de cópia de contrato do MP com a OI- serviço 0800, denúncias do cidadão sobre desvio de dinheiro público e que foram endereçadas aos membros do Ministério Público com atuação na área envolvida para adoção de medidas cabíveis.

3.2.6 Gerenciamento do Portal da Transparência do Ministério Público

O Portal da Transparência do Ministério Público do Maranhão é administrado pela Secretaria Institucional e Diretoria-Geral, por força de determinação da procuradora-geral de justiça. Desta forma vem cumprindo seu papel de informar ao cidadão todas as receitas, despesas, folha de pagamento, dados das atividades do Ministério Público, estando todo adaptado às diretrizes do novo manual do CNMP, ofertadas em 2015.



A implementação de modelos estruturados de governança, por meio da gestão e do planejamento estratégico, e da gestão por competências em todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro são metas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Tais iniciativas visam à implementação de ações de modernização administrativa, buscando ampliar o atendimento às demandas da sociedade e oferecer resultados efetivos, em consonância com o art. 37 da Constituição Federal, que consagrou a eficiência como um dos princípios reitores da Administração Pública.

Nesse contexto, o Ministério Público do Estado do Maranhão, no propósito de cumprir sua relevante missão constitucional, deu início, em 2015, à licitação para contratação de empresa especializada para realização, em parceria com os membros e servidores, da construção do seu novo ciclo de gestão estratégica para o horizonte 2016-2021. A proposta enseja avaliar e aperfeiçoar práticas atuais, tornar o planejamento efetivo instrumento de gestão, permeando pragmaticamente todas as atividades institucionais, de modo a induzir ganhos de produtividade e melhorias nas condições de trabalho de membros e servidores.

A Secretaria Institucional e a Assessoria de Planejamento estão à frente dos trabalhos desde 2015, apoiando a alta administração na condução do Plano Estratégico em 2016. Por meio de ato da procuradora-geral de justiça foram criadas as Comissões de Gestão (CGPE) e Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (CEPEI).

Em dezembro de 2015 foi dado início aos trabalhos de capacitação e abertura, com a presença de representantes da alta administração e demais integrantes das comissões gestoras, com realização de dois eventos na Procuradoria-Geral de Justiça e Escola Superior, ministrados pelos consultores do Instituto Sagres, Raul Sturari e Verônica Korílio, empresa contratada para elaborar a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para os anos de 2016 a 2021.

O novo planejamento estratégico do MPMA será elaborado em 12 meses, sendo dividido em nove etapas. A previsão é que todo o programa seja encerrado em novembro de 2016. No entanto, o plano estratégico deverá estar pronto em maio do próximo ano, antes do fim da gestão da atual administração. Os trabalhos vão envolver membros e servidores de todos os setores da instituição.



3.2.8 Programa de Gestão por Competências

O programa foi lançado no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, no dia 4 de dezembro, com a palestra de sensibilização "Gestão por competências no MPDFT, conceitos, metodologias e experiências dos ramos do MPU," ministrada pela professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

3.2.9 Relacionamento institucional com as Associações de Membros e Servidores e Sindicato dos Servidores

Em continuidade ao relacionamento institucional, a Procuradora-Geral de Justiça, o Diretor da PGJ, Assessores Especiais e a Secretaria Institucional mantiveram o diálogo e parceria com as Associações de Membros (Ampem), de Servidores (Asfupema) e o Sindicato dos Servidores (Sindsemp-MA), ao longo de 2015, na garantia de melhoria das condições de trabalho, estrutura física e salariais de todos, pautado nos princípios da transparência dos atos de gestão.





4

PROGRAMAS, PROJETOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO MPMA

4.1 Projetos e programas executados pelo Caop/Educação



a) Programa Institucional Educação de Qualidade: Direito de todos os maranhenses

Objetivo:	O Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses” tem o objetivo de assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, por meio da realização de encontros regionais e audiências públicas visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos indicadores da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar, educação infantil, além do acompanhamento dos planos municipais de educação.
Parceiros:	Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, MEC, Escola de Formação de Governantes do Maranhão (EFG-MA), Controladoria-Geral da União-Regional Maranhão (CGU/MA), UNICEF, Conselho Regional de Nutrição-Regional Nordeste (CRN/NE), Vigilância Epidemiológica Sanitária Estadual, Organização Mundial da Primeira Infância (OMEP/MA), Ministério Público de Contas, Ministério Público Federal, Detran, dentre outros.
Descrição do Trabalho:	Em parceria com a Escola de Formação de Governantes, o Ministério Público do Maranhão está fazendo um levantamento da situação da educação nos municípios participantes, com a criação do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA. Este sistema é alimentado pelas comissões municipais, criadas em cada município, cujos dados servirão de base para a elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais, incluindo os Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC’s, o que permitirá o acompanhamento e monitoramento das ações tomadas pelos gestores públicos.

Principais resultados:

Inicialmente, o Programa foi implementado em 57 municípios, divididos em três regionais, a saber: a Regional Pedreiras, com 24 municípios; a Baixada Maranhense, com 23 municípios envolvidos; e os 10 municípios participantes do Projeto MPEDUC

No ano de 2015, foi realizado o II Encontro Regional do Polo Pedreiras, no dia 24 de setembro de 2015, no auditório da Faculdade São Francisco - FAESF, em Pedreiras-MA, com a apresentação do Programa e a metodologia a ser adotada, além das orientações necessárias à indicação do articulador e dos membros das comissões de cada município, a capacitação dos membros sobre o SOMA, e a capacitação dos conselheiros tutelares, do FUNDEB e de Alimentação Escolar, sobre a gestão adequada de recursos públicos e as formas de fiscalização. Um total de 300 pessoas foram capacitadas, sendo: 14 Promotores de Justiça e 286 Conselheiros.

O Encontro Regional do Polo Baixada manteve a programação do Encontro de Pedreiras, sendo realizado no dia 29 de outubro de 2015, no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney, na cidade de Pinheiro-MA. Um total de 250 pessoas foram capacitadas, sendo: 14 Promotores de Justiça e 236 Conselheiros.

Após a realização dos encontros, foram formadas as comissões de cada município que darão suporte à atividade ministerial na comarca, aplicando questionários sobre educação infantil, alimentação escolar, transporte escolar e qualidade no ensino, para alimentação do Soma, com apoio da Escola de Formação de Governantes. Com base em todos os dados coletados e em outros, a Escola de Formação de Governantes produziu um relatório sobre a situação da educação de cada município, apontando as falhas e dificuldades encontradas, as quais subsidiarão a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta com os municípios, para assegurar a qualidade da educação em todo o Estado.

O SOMA atuará como uma importante ferramenta de acompanhamento das ações propostas no TAC, nos PME's, recomendações etc., não somente para o promotor de justiça, como também para toda a sociedade, haja vista que o sistema ficará disponível on line, por meio do sítio <http://soma.mpma.mp.br/users/login>.

b) Projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC)



Objetivo:

O Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC” foi implantado por meio do Protocolo de Intenções firmado entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado (DOE de 09/04/2014) e com o escopo de verificar se os recursos públicos destinados à educação estão sendo devidamente aplicados, bem como melhorar os baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos municípios.

Parceiros:

Ministério Público Federal, Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, representantes da Sociedade Civil Organizada e dos gestores municipais.

Descrição do Trabalho: Com a participação da comunidade e dos gestores municipais, o promotor de justiça e o procurador da República fizeram um diagnóstico da situação da educação nos municípios integrantes do projeto no Maranhão (Anajatuba, Araguañã, Bacurituba, Belágua, Cachoeira Grande, Codó, Davinópolis, Lago da Pedra, Pedro do Rosário, Peritoró), que subsidiou a elaboração de estratégias e recomendações a serem encaminhadas aos gestores públicos, a fim de que fossem tomadas as providências necessárias para o saneamento das irregularidades identificadas.

Em linhas gerais, o projeto prevê as seguintes fases: a) Reunião entre procurador da República e promotor de justiça para definição das estratégias de execução do projeto e instauração de inquérito civil público; b) Reunião com as Secretarias de Educação do estado e município e conselhos sociais com a finalidade de apresentar o projeto, explicar seus objetivos e funcionamento, solicitando apoio e auxílio na divulgação; c) Requisição para que as escolas, conselhos e gestores respondam aos questionários elaborados; Realização de audiência pública; d) Visitação das escolas pelos procuradores da República e promotores de Justiça a fim de realizar registros fotográficos das condições das escolas, envolver a comunidade nas questões escolares, bem como dar visibilidade ao Projeto; e) Consolidação (eletrônica) das respostas dos questionários, que, somada às informações obtidas na audiência pública e nas visitas, permitirá identificar as demandas a serem trabalhadas no âmbito do Projeto; f) Com base no diagnóstico obtido, elaborar as recomendações e as peças de atuação a serem encaminhadas aos gestores públicos a fim de que sejam tomadas as providências necessárias a sanar as irregularidades identificadas; g) Após o término do prazo estipulado para o cumprimento das recomendações, realizar nova audiência pública para informar a sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos, bem como sobre as providências adotadas e não adotadas pelos gestores.

Principais resultados: No município de Cachoeira Grande, o projeto Ministério Público pela Educação (MPEDUC) foi implementado no dia 12 de maio de 2015. O ato foi formalizado em audiência pública, na Colônia de Pescadores do município. Na audiência, foram discutidas as medidas a serem tomadas para a execução do projeto.

Já no município de Codó o MPEDUC foi implementado no dia 21 de agosto de 2015 por meio do ato formalizado em audiência pública, no auditório da UFMA daquele município. Na audiência foram discutidas as medidas a serem tomadas para a execução da iniciativa, bem como as causas do baixo desempenho das escolas do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Foram realizadas 07 (sete) audiências públicas de lançamento do Projeto (08/04/15 – Anajatuba; 16/04/15 – Bacurituba; 12/05/15 – Araguañã e Cachoeira Grande; 10/06/15 – Lago da Pedra; 24/06/15 – Peritoró; 07/08/15 – Codó e 02/09/15 – Pedro do Rosário);

c) Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça”

Objetivo: Como um dos desdobramentos do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”, o Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça” foi desenvolvido com o objetivo de assegurar a prestação adequada do serviço de transporte escolar para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Maranhão.

Parceiros: A execução do projeto, que teve início em 2014, foi fruto de uma parceria entre o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público de Contas (MPC) e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão.

Descrição do Trabalho: Por meio da parceria entre Ministério Público Estadual, o Ministério Público de Contas e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão, foram coletados dados concretos sobre a realidade do transporte escolar em cada município do Estado, sendo fiscalizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), a fim de identificar possíveis desvios dos recursos públicos, a devolução ao erário e punição aos autores de atos de improbidade.

Principais resultados: Em 2015, foi realizada a terceira etapa da Operação Pau-de-Arara, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, abrangendo os seguintes municípios: Viana, Timon, Grajaú e Sítio Novo, que é termo de Montes Altos. A ação contou com a participação de analistas ministeriais em campo, em conjunto com os auditores da CGU, que realizaram a fiscalização in loco.

Destaca-se, que, no município de Viana, também se realizou a fiscalização na área de merenda escolar, aproveitando-se o ensejo da operação do transporte escolar, em virtude das flagrantes evidências de fraude na prestação desse serviço.

As etapas anteriores alcançaram os municípios de Cachoeira Grande, Lago da Pedra, Miranda do Norte, Presidente Vargas e São João do Sóter, na primeira etapa, além de Caxias, Vargem Grande, Governador Edison Lobão, Presidente Juscelino e Anajatuba, que foram alvo da segunda etapa da fiscalização.

Cachoeira Grande (Termo da Comarca de Morros). No município de Cachoeira Grande, que é termo da Comarca de Morros, de titularidade da promotora de justiça Érica Ellen Beckman da Silva, membro do CAOp/Educação, foi firmado TAC com o Município, por meio do qual se estabeleceu um cronograma de aquisição de ônibus escolares. Contudo, as duas licitações realizadas com esse propósito foram consideradas desertas, tendo, como alternativa provisória, a adaptação dos carros utilizados atualmente com os itens de segurança mínimos.

Lago da Pedra. Também no município de Lago da Pedra, em que atua a promotora de Justiça Lays Gabriella Pedrosa Souza, foi firmado TAC com intuito de realizar uma licitação para contratação de empresas para a efetivação do cronograma de aquisição de ônibus escolares previsto.

Durante a realização da Operação Pau de Arara, foram detectadas 28 (vinte e oito) caminhonetes tipo pau de arara. Após a fiscalização, foi realizada uma licitação, que também foi considerada deserta. No entanto, o Município reduziu em 50% o número de caminhonetes tipo pau de arara, usadas no transporte de escolares, adquirindo 02 (dois) ônibus escolares, além de se comprometer a adaptar as 14 (quatorze) caminhonetes remanescentes para o transporte adequado dos alunos.

São João do Sóter (Termo da Comarca de Caxias). Atualmente sob a titularidade do promotor de justiça Romero Lucas Rangel Piccoli, a Promotoria da Educação de Caxias iniciou as negociações com o Município de São João do Sóter para a assinatura do TAC, mas, em virtude do não comparecimento da prefeita, no dia 09 de março de 2015, foi solicitado o seu afastamento. No entanto, as tentativas de negociação não foram deixadas de lado, sendo constatado que a prefeitura adquiriu, após a fiscalização, 02 (dois) ônibus escolares, dentre outras ações.

Miranda do Norte (Termo da Comarca de Itapecuru-Mirim). Tendo a promotora de justiça Carla Mendes Pereira Alencar como sua titular que é membro do Caop da Educação, a Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim firmou um TAC com o Prefeito de Miranda do Norte no dia 10 de abril de 2014, com o compromisso de adquirir 8 (oito) veículos, por meio de convênio com o Governo Federal, sendo 04 (quatro) deles até o final de 2015 e os demais até março de 2016. Ficou estabelecido, ainda, que não fosse mais contratada a empresa Frazão Construções LTDA no ano de 2016, e assegurar a qualificação adequada dos motoristas que conduzam os veículos destinados ao transporte escolar.

Presidente Vargas (Termo de Vargem Grande). O promotor de Justiça de Vargem Grande, Benedito de Jesus Nascimento Neto, ajuizou a Ação Civil Pública nº. 2142-07.2014.8.10.0139 (2161/2014), com pedido de afastamento do prefeito em dezembro de 2014, estando em tramitação desde então. Atualmente, o processo está concluso para despacho/decisão, desde o dia 21/10/2015.

Caxias. O relatório oficial da CGU referente ao município de Caxias foi entregue à Promotoria no mês de junho de 2015 e, por determinação da promotora Cristiane Carvalho de Melo Monteiro, o relatório foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Caxias, solicitando manifestação. No entanto, a Prefeitura solicitou novo prazo para prestar as informações, o qual se encerra em janeiro de 2016.

Vargem Grande. De titularidade do promotor de justiça Benedito de Jesus Nascimento Neto, a Promotoria de Vargem Grande também foi alvo de fiscalização do transporte escolar, sendo o relatório final da CGU encaminhado à Promotoria em meados de 2015 e, com base nesse relatório, a Promotoria está em negociação com o prefeito para que seja firmado um TAC visando à melhoria da qualidade do transporte escolar no município.

Governador Edison Lobão (Termo da Comarca de Imperatriz). O relatório do município de Governador Edison Lobão somente foi entregue pela CGU no mês de dezembro de 2015, e foi encaminhado à promotora de justiça de Educação da Comarca de Imperatriz, que abrange o referido município.

Presidente Juscelino (Termo da Comarca de Morros). O relatório oficial da CGU foi encaminhado à Promotoria de Presidente Juscelino em novembro de 2015, e está sob a análise da promotora de justiça da Comarca de Morros, Érica Ellen Beckman da Silva, membro deste CAOp.

Anajatuba. Também participante do Programa MPEDUC, o município de Anajatuba, cujo promotor de justiça titular é o Carlos Augusto Soares, membro do CAOp/Educação, realizou contrato com a empresa Formiga e Sousa LTDA, com vigência de 24.03.2015 a 31.12.2015. Desse modo, foram contratados 15 (quinze) carros, incluindo barco tipo canoa, (utilizado no período de cheia), 3 (três) micro-ônibus e 7 (sete) ônibus. O município possui mais 02 (dois) micro-ônibus, que estão parados, em manutenção.

Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar. Ainda como desdobramento do projeto Transporte Escolar, o Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp/Educação, provocou o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão (Detran-MA) acerca da ausência de regulamentação do transporte escolar no estado. Assim, após algumas reuniões entre Detram e MPMA, com o apoio do MPC, chegou-se à minuta de uma Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar, que foi apresentada pelo MPMA e Detran no dia 20 de novembro de 2015, no auditório Gervásio Santos (Plenarinho), na Assembleia Legislativa do Maranhão, para a sociedade civil, gestores municipais e estaduais; empresários de transporte e profissionais da imprensa.

A Portaria prevê, entre outras medidas, que o condutor deverá ter idade mínima de 21 anos e carteira na categoria “D”, os veículos devem ter até 10 anos de uso; os cintos de segurança devem contemplar todos os lugares do veículo; o veículo deve ter faixa horizontal na cor amarela, com o dístico “Escolar” em cor preta. Determina, ainda, que a inspeção do transporte escolar será feita semestralmente e se dará em relação aos veículos e condutores e que os resultados serão disponibilizados em tempo real para consulta pública e o cronograma das inspeções obedecerá uma ordem, de acordo com o número final da placa do veículo.

4.2 Programa institucional executado pelo Caop-Saúde



a) Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção

Objetivo:	Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.
Parceiros:	Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA), UNASUS/UFMA, ESMP, MS, DATASUS.
Descrição do Trabalho:	Realização de Encontros Regionais de Saúde envolvendo membros e servidores do Ministério Público, segmentos sociais com atuação na defesa da saúde, incluindo os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, gestores em saúde pública, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM-MA), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-MA) e Conselho Regional de Odontologia (CRO-MA) e a fiscalização a prestação dos serviços delineados no Anexo I da Resolução CIB/MA nº 47/2011 e propor a pactuação de Termos de Ajuste Sanitário (TAS), Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Audiências Públicas, Recomendações e Proposição de Ações Cautelares e Ações Civis Públicas (ACPs) para resolução dos problemas.
Principais resultados:	Realização de um Encontro Regional de Saúde em Pinheiro, reunindo mais de 300 pessoas, de 15 municípios, sendo: 16 promotores de justiça; 30 gestores de Saúde; 264 conselheiros estaduais e municipais de Saúde e tutelares; Realização de 03 (três) Oficinas – Programa de Melhoria do Acesso e de Qualidade na Atenção Básica - PMAQ-AB (Coordenador do CAOp/Saúde), Controle Social no SUS (Auditor da CGU) e Regulação em Saúde no Maranhão (Diretora da Unidade Gestora de Controle, Regulação e Avaliação da Secretaria de Estado da Saúde); Inspeções em Hospital de Alta Complexidade e recomendação para solução de problemas identificados; Reunião do Comitê Municipal de Mobilização contra os casos de Dengue, Febre Chikungunya e Febre Zika no Maranhão, na Vigilância Municipal de Saúde; Reunião institucional realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Na reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Política Institucional entre a PGJ, SES e Semus; Instrumentos Operacionais (PPI, PAS, PPS, COAP e TAS); Terceiro Setor (OSs, Oscips, Cooperativa e Fundações); Parceria Público Privada (PPP); Concurso Público; Central de Regulação de Leitos (Unificação); Hospital de Servidores do Estado (HSLZ); Hospital do Câncer (Cacon) e outros.

4.3 Programa institucional executado pelo Caop-Controle Externo da Atividade Policial

a) Controle e fiscalização dos sistemas de segurança pública e penitenciária do Estado

Objetivo:	Exigir o cumprimento do direito à Segurança Pública e o cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP) e garantia dos direitos humanos com a humanização dos presídios.
Parceiros:	Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na área Criminal, Centro de Apoio Operacional Criminal, membros e servidores do MPMA, organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de controle social (conselhos municipais de Segurança Pública.), instituições públicas, universidades, alunos, professores, igrejas, clubes de serviço, gestores escolares e de saúde, policiais militares e civis, secretarias estaduais, prefeituras, câmaras municipais, secretarias municipais, conselhos de classe, dentre outros.
Descrição do Trabalho:	Realização de 02 (duas) grandes linhas de trabalho, que serão os momentos ideais de execução da lógica da negociação. A primeira linha de ação será a realização de encontros regionais sobre o Sistema de Segurança, num fórum de discussão sobre o modelo, estrutura, concepção, ações a serem adotadas pelo Ministério Público; e a segunda linha de ação será FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA, com adoção de medidas judiciais, TACS, fiscalização das estruturas físicas e de pessoal, acompanhamento das ações interpostas, dentre outras medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
Principais resultados:	<p>Levantamento, no acervo cartorário das delegacias de polícia, dos inquéritos policiais inconclusos que foram instaurados para investigação dos crimes de homicídios (tentados e consumados).</p> <p>Elaboração e divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), utilizando metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado em morte. Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos ocorridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.</p> <p>Identificação de 254 inquéritos policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências, na Delegacia de Defesa da Mulher;</p> <p>Identificação de 73 inquéritos policiais pendentes de conclusão relativos ao ano de 2010, e solicitação de providências, na Delegacia de Acidente de Trânsito;</p> <p>Conclusão do Diagnóstico da Violência no Estado do Maranhão e da estatística de assaltos a coletivos, com identificação dos bairros mais perigosos do município de São Luís (2013, 2014 e 2015).</p> <p>Execução do Plano de Georreferenciamento dos bairros e aglomerados do Município de São Luís (CAOP-CEAP e IMESC), identificando as ocorrências, os horários e a faixa etária;</p> <p>Alimentação do Cadastro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial (site do CNMP);</p> <p>Identificação das repartições de Polícia Militar de nível igual ou superior a batalhão nas unidades de Polícia Militar do Maranhão (CNMP);</p> <p>Realização do Fórum de Debate e Segurança Pública realizado no Município de Cururupu/MA;</p> <p>Discussão do Plano de Redução da Violência Letal junto com o TRE/MA;</p> <p>Reunião de Criação da Câmara Técnica – TJ/MA;</p> <p>Participação no evento de lançamento da Meta III da ENASP – Brasília/DF;</p> <p>Participação no Congresso de Diálogo Insurgente Sobre Linchamento – SEDIHPOP/MA</p> <p>Atualização do Site da PGJ com dados estatísticos de CVLI's e assaltos a coletivos;</p>

4.4 O Ministério Público na via da segurança



Objetivos:	Estimular os membros do Ministério Público do Maranhão a deflagrarem o processo de municipalização do trânsito no Estado; Reduzir os grandes números de acidentes automobilísticos nos municípios maranhenses, bem como diminuir os enormes índices de letalidade e/ou lesões corporais irreversíveis; Fiscalizar o cumprimento das leis de trânsito, em especial quanto ao veículo automotor de duas rodas (motocicletas), tanto estimulando sua regularização, quanto no uso de acessórios obrigatórios, tal como capacetes, por seus ocupantes.
Responsável:	Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão
Parceiros:	Procuradoria-geral de justiça, promotores de justiça com atuação na defesa da cidadania e/ou dos direitos humanos do Estado do Maranhão; Detran-MA, Polícias Militar e Civil; Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Saúde do Estado; prefeituras municipais.
Descrição do Trabalho:	Municipalização do trânsito nos 217 municípios maranhenses; Incrementar a fiscalização da aplicação do Código de Trânsito Brasileiro; Incentivar os municípios a promoverem campanhas educativas sobre o trânsito. Realização de uma campanha de mobilização com elaboração de material de divulgação (banners, cartazes, folders, CD com peças jurídicas - modelos de TACs, Recomendações e ACPs; Manuais sobre Municipalização do Trânsito; Exemplo de Boas Práticas da atuação ministerial; Fluxograma etc. Informação no site do MPMA.
Principais resultados:	Operação na BR 316 com ações educativas e de fiscalização no trânsito realizado pela Promotoria de Santa Luzia do Parauá. Além do Ministério Público do Maranhão (MPMA), também participaram o Detran, Prefeitura de Santa Luzia do Parauá, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Civil e Militar. A blitz resultou em 17 autos de infração e 16 veículos apreendidos. Também foram lavrados 13 Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO's), contra condutores sem habilitação. A mesma operação foi realizada em Nova Olinda, que é termo judiciário da Comarca de Santa Luzia do Parauá. Como resultado, foram lavrados 17 autos de infração e apreendidas 14 motocicletas.

O MPMA firmou Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), em dezembro de 2014, com os Municípios de Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici e Nova Olinda do Maranhão, visando à municipalização do trânsito, conforme determina o Código Brasileiro de Trânsito.

Em 2015, também foram assinados TACs com os municípios de Paço do Lumiar, Cândido Mendes, Godofredo Viana

Realizadas audiências públicas em Santa Luzia do Paruá, Presidente Médici e Olinda Nova do Maranhão, Pinheiro, Imperatriz, São Luís Gonzaga, Monção, Igarapé do Meio

Emissão de Recomendação aos chefes dos Executivos Municipais de Governador Nunes Freire, Vicente de Férrer, Bacuri, Mirinzal, Carolina, Turiaçú, Arame, Montes Altos, Sítio Novo, Ribamar Fiquene, Barra do Corda requerendo a elaboração e o envio, em 10 dias, de projeto de lei de criação do órgão de trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) à Câmara de Vereadores do município, pela Promotora de Justiça da Comarca.

Realização de 03 (três) reuniões com promotores de justiça de 47 comarcas para debater as ações do projeto institucional “MP na via da segurança – municipalização do trânsito em defesa da vida”, em São Luís.

Realização da Operação Encarrilha, pela Promotoria de Justiça de Carolina com o apoio de organizações da sociedade civil e órgãos do Poder Público, incluindo as polícias Civil e Militar. A Operação Encarrilha é uma proposta de educação e conscientização no trânsito, visando instruir o condutor quanto à necessidade de ter os equipamentos e a documentação obrigatória para a condução, emplacamento de veículos e, principalmente, respeito no tráfego. Na última ação realizada em outubro, com a Polícia Militar, foram registradas 14 ocorrências de motoristas dirigindo sem documento de habilitação.

4.5 Programa Memória Institucional



Objetivo:	Resgatar, guardar, preservar e divulgar, por meio de ações e publicações, a trajetória do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Parceiros:	Procuradoria-Geral de Justiça, Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão, Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, CAOP's da Infância e Juventude e Educação, Escolas Públicas Estaduais e Municipais.
Descrição do Trabalho:	<p>O Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas de atuação: I – o Memorial do Ministério Público Estadual; II – o Concurso Celso Magalhães de Monografia; III – o Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá; IV – a Política de Conservação e Preservação da Documentação;</p> <p>Desde a sua reinauguração, em 09 de agosto de 2013, o Memorial do MPMA está funcionando no andar térreo do prédio onde está instalada a 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor da Capital, na Rua Nilton Prado, nº 53 – Centro Histórico de São Luís. Fica aberto no horário comercial e recebe visitantes (pesquisadores, estudantes, turistas entre outros) para conhecer a trajetória histórica do MPMA desde sua fundação até os dias atuais, por meio de exposição de acervo composto por publicações, fotografias, vídeos, mobiliário e demais objetos que retratam o Parquet.</p> <p>O programa desenvolvido pelo MPMA também trabalha na guarda, preservação e apresentação do acervo histórico do Memorial.</p>
Principais resultados:	<p>Durante o exercício de 2015, a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional, coordenada pelo procurador de justiça Teodoro Peres Neto, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ, da Secretaria para Assuntos Institucionais e o auxílio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca na secretaria do desenvolvimento das atividades e relatoria das reuniões da Comissão Gestora, efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial e continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao Parquet maranhense;</p> <p>Iniciativa e implementação do Projeto “A Criança no Memorial do MPMA”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas de ensino fundamental e médio ao Memorial do MPMA, onde se encontram documentos, galerias, símbolos e demais objetos que evocam a história do Parquet Maranhense, estimulando o desenvolvimento cultural, a promoção da cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por Membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes. Visitaram o Memorial do MPMA, os alunos das escolas: Escola Raio de Sol (28 alunos); Colégio Liceu Maranhense (28 alunos); Escola José Giorcelli Costa (28 alunos); Unidade Integrada Estado de Alagoas (26 alunos); Unidade Estadual Estado de São Paulo (14 alunos); Centro de Ensino Bernardo Coelho de Almeida (30 alunos); Escola Complexo Educacional Teresinha Alves Rocha (município de Nova Olinda/MA), visita espontânea de 18 alunos.</p> <p>A estatística anual do Memorial contabilizou o total de 479 visitantes, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.</p>

Em março, houve a nomeação da analista ministerial-Bibliotecária Susane Maria Pinto Viégas pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, como responsável pela equipe do Memorial junto ao Programa Memória Institucional;

Avaliação e Reforma do prédio-sede do Memorial do MPMA, pela Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, nos meses de abril e maio de 2015;

Participação do promotor de justiça e membro da Comissão Gestora, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro e da servidora Giovana Canavieira Furtado, no "I Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão", realizado pela Universidade Federal do Maranhão, nos dias 22 a 26 de junho. O promotor foi um dos palestrantes da mesa redonda "Gestão Documental em Arquivos e Centros de Memória Judiciais" e, em sua apresentação, falou sobre o trabalho de pesquisa e transcrição dos documentos da instituição, a pesquisa realizada para resgatar a história do órgão e a política de conservação e preservação da documentação do MPMA;

Em julho, houve a disponibilização da página virtual do Programa Memória Institucional do MPMA (<http://www.mpma.mp.br/memorial/>) pela Comissão Gestora, com atualizações de itens, conteúdo e arquivos em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ e colaboração da estagiária do Memorial Thais Mendes Pinheiro;

Visita técnica do Coordenador do programa, Teodoro Peres Neto, da analista ministerial-Bibliotecária Susane Maria Pinto Viégas e das monitoras Alda Iris Arruda de Araújo e Elizabeth Silva Bezerra ao Arquivo Público do Estado do Maranhão para conhecer as fontes documentais originais, que serviram de base para a transcrição histórica das publicações do Programa Memória;

Em agosto, registram-se as visitas do Wilson Paulo Fialho Félix Júnior, da Maria Alice Araújo Correia Lima Rocha, da Maria das Graças Correia Lima e da Mayalu Moreira Félix ao Memorial do MPMA, parentes (filho, sobrinha-neta, sobrinha e neta) de Aurora Correia Lima, primeira mulher no Maranhão a assumir o cargo de promotor público na condição de concursada. Cabe informar que a referida promotora está incluída na Galeria de Mulheres Pioneiras do Ministério Público do Estado do Maranhão;

Participação das monitoras do Memorial do MPMA, na 9ª Primavera dos Museus nos dias 21 a 27 de setembro. A Primavera dos Museus acontece anualmente no início da estação homônima, quando museus brasileiros, convidados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desenvolvem uma programação especial, chamando a comunidade a refletir, discutir e trocar experiências. O tema deste ano foi "Museus e Memórias Indígenas" e o Memorial participou com as visitas guiadas pelas monitoras na sua própria sede;

Em outubro, registrou-se a visita do Secretário de Estado da Cultura, Felipe Costa Camarão, a convite da promotora de justiça de Defesa do Consumidor, Lítia Teresa Costa Cavalcanti, para conhecer o Memorial do MPMA, com a finalidade de incluir esse espaço museológico na Lista de Museus do Estado do Maranhão e também inseri-lo como espaço de lançamento de livros de autores maranhenses;

Participação da historiadora-assessora do Programa Memória, Kelcilene Rose Silva, no "VI Encontro Nacional de Memoriais", realizado na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo (ES), nos dias 15 e 16 de outubro. Este evento foi destinado para membros e servidores do MP que atuam nos Memoriais e Arquivos ou que tenham interesse nos temas relacionados à memória e história ministerial;

Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série "Correspondência Ativa dos Promotores Públicos", no período de 1872-1892, numeração de documentos e elaboração de Índice Onomástico, pela historiadora-assessora e estagiários do Programa Memória junto ao Arquivo Público do Estado do Maranhão;

Inserção do Memorial do MPMA no Cadastro Nacional de Museus (CNM) desenvolvido pelo IBRAM;

Nos autos do PA 11996AD/2015, foi registrada a designação do procurador de justiça Teodoro Peres Neto pelo Conselho Nacional do Ministério Público para integrar por seis meses o Grupo de Trabalho da Comissão Temporária de Memória Institucional (conforme Portaria CNMP-PRESI nº 140/2015), com a finalidade de buscar medidas para promover o estímulo à preservação da memória institucional;

Participação do coordenador da comissão gestora, procurador Teodoro Peres Neto, na 1ª Reunião do Grupo de Trabalho da Comissão Temporária de Memória Institucional do CNMP, realizada em 20 de novembro, na cidade de Brasília/DF, na qual apresentou minuta de propostas para integrar a resolução de instituição do Programa Nacional de Memória do MP, além de relatar experiências positivas do Memorial do MPMA;

Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Memória Institucional do MPMA, de autoria do escritor e procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, coordenador da Comissão Gestora.

4.6 Campanhas Institucionais

Foram iniciadas cinco campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação:

- **Maria da Penha em Ação:** Idealizada pelas 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís, a campanha tem como objetivo conscientizar sobre a prevenção da violência doméstica, com foco nas instituições de ensino, e contribuir para a erradicação deste tipo de violência. Para a campanha, foram desenvolvidas as seguintes peças: identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.
- **Trânsito Seguro:** A campanha foi feita por meio de mobilização nas emissoras de rádio e TV, blitzes educativas e distribuição de material publicitário: cartazes, folders e adesivos. Também foi promovido um passeio ciclístico no município de Imperatriz. Entre os órgãos e instituições parceiras do projeto estão a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Secretarias Municipais de Trânsito e de Educação.
- **Campanha “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?”** – Esta é uma campanha idealizada pela 11ª Promotoria Especializada de Substituição Plena, com o objetivo de prevenir e combater as drogas, visando despertar uma reflexão sobre a problemática e suas implicações na vida familiar e social. Outra finalidade é contribuir para a diminuição da criminalidade, consistindo em palestras e concursos de desenhos e poesias em escolas públicas municipais e estaduais de São Luís.
- **Campanha “AÇÃO ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO – Compromisso com a cidadania”.** Para reafirmar o compromisso de combater a corrupção no Maranhão, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça deflagraram a campanha com o objetivo de reforçar as atuações dos dois órgãos, denunciando e julgando ações em combate ao desvio de verbas públicas e à prática de atos de corrupção e de improbidade administrativa. São pautadas nas comarcas e varas da Justiça estadual, audiências de processos de improbidade administrativa; ajuizadas pelo MP, Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa; emissão de Recomendações e oferecimento de Denúncias por práticas criminosas, além de palestras em comunidades.
- **A campanha “Educação Inclusiva: direito de todos”,** idealizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís em parceria com as Promotorias de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência da capital, foi lançada no auditório da PGJ-MA em setembro de 2015. Tem como objetivo promover a convivência com as diferenças, fomentando a educação inclusiva nas redes municipais, estadual e privada em todo o Maranhão. O Estado do Maranhão tem, atualmente, 1,643 milhão de pessoas com deficiência, das quais apenas 3% são atendidas por algum tipo de política pública. Na educação inclusiva, estão apenas 2% desse total.



Campanha Maria da Penha em Ação



Campanhas institucionais



4.7 Projetos premiados em 2015 pelo CNMP

O Banco Nacional de Projetos é uma ferramenta desenvolvida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. A ferramenta possibilita que cada unidade do Ministério Público, ao inscrever seus projetos, possa dar ampla publicidade às suas atividades de sucesso, as quais podem ser replicadas em todo o território nacional, havendo interesse. Além disso, o Banco Nacional de Projetos é importante fonte de memória de um trabalho amplo e eficaz realizado pelos MPs, estando disponível a todos no link <http://bancodeprojetos.cnmp.mp.br>.

Desde a primeira edição, o Ministério Público do Maranhão tem projetos premiados pelo CNMP. No ano de 2015, o "Projeto Ghandi: acolher para transformar", de autoria do promotor de justiça Marco Antônio Santos Amorim, da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Inês, obteve o 2º lugar na categoria Diminuição da Criminalidade do Prêmio CNMP. Outros dois projetos foram classificados entre os cinco finalistas. "Trânsito Seguro, Direito de Todos", desenvolvido pelo promotor Alessandro Brandão Marques, titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz; e o projeto "Mapa da Vulnerabilidade: conhecer para combater" também de autoria do promotor Marco Antônio Amorim.

A Secretaria para Assuntos Institucionais em conjunto com a Assessoria de Planejamento Geral foram os responsáveis pela divulgação do Banco de Projetos entre os membros e servidores do Parquet maranhense, que culminou na inscrição de 19 projetos nos últimos dois anos, com a premiação de dois deles, em 2014.

4.7.1 Projetos do MPMA inscritos no Banco de Projetos do CNMP até 2015

Projeto: Maria da Penha em Ação

Objetivo: Divulgar a Lei Maria da Penha; Informar os direitos constantes na Lei; Educar os alunos das redes públicas de ensino municipal e estadual, fazendo com eles tenham a consciência das violências de gênero; Retransmitir as informações obtidas na escola aos pais, familiares e a sociedade em geral, para incentivar a denúncia de violência doméstica; Promover caminhadas com o objetivo de sensibilizar e informar a sociedade em geral sobre a violência doméstica.

Responsável: Selma Regina Souza Martins - Promotora de Justiça da 15ª Promotoria de Justiça na Defesa da Mulher.

Programa Contas na Mão

Objetivo: Combater a improbidade administrativa e defender o patrimônio público, social, histórico e cultural.

Responsável: Fabíola Fernandes Faheína Ferreira - Promotora de Justiça e Secretária para Assuntos Institucionais.

Estação MP

Objetivo: Conscientização da sociedade sobre o papel do Ministério Público; o esclarecimento de dúvidas; a transparência da instituição ao desenvolver suas ações; a aproximação entre Ministério Público e sociedade; o fortalecimento da imagem da instituição, por meio da produção e veiculação de um programa de rádio, realizado todos os sábados, na Rádio São Luís AM, no horário de 9h às 10h, com a participação de membros do MP e participação dos ouvintes.

Responsáveis: Johellton Gomes e Francisco Colombo – Jornalistas da Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.

Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante: Garantindo acesso aos cidadãos e cidadãs maranhenses

Objetivo: Facilitar o diálogo do cidadão com o Ministério Público. A Promotoria Comunitária Itinerante é um canal de aproximação do Ministério Público com a sociedade, que se instala em determinado bairro, por no mínimo 90 dias, trabalhando com as lideranças locais na defesa dos direitos coletivos, a partir de diagnóstico da própria comunidade em audiência pública, prestando ainda orientação jurídica e resolvendo conflitos de menor complexidade através da mediação e da conciliação.

Responsável: Vicente de Paulo Silva Martins - promotor de justiça titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante.

Informativo em Dia

Objetivo: Fortalecer a comunicação institucional, por meio do envio do informativo Em Dia, por e-mail, para todos os membros e servidores do MPMA.

Responsáveis: Adriano Costa Rodrigues – Jornalista / Lucina Macedo Medeiros – Publicitária da Coordenadoria de Comunicação Social da PGJ-MA.

Projeto Planos Diretores

Objetivo: Zelar pela defesa e proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Responsável: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior - Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (Cao-uma).

Superando Barreiras

Objetivo: Aperfeiçoar o sistema prisional e as medidas alternativas, por meio de visitas agendadas, onde são realizadas reuniões, envolvendo a direção e técnicos dos CREAS. Durante as reuniões são apontadas questões que envolvem a relação dos Centros com a 31ª PJ Especializada, tais como a elaboração dos Planos Individuais de Atendimento - PIA e sua pactuação, relatórios de acompanhamento, dificuldades e avanços, etc., bem assim a situação específica de algum socioeducando, sendo pontuadas alternativas de encaminhamento.

Responsáveis: Fernanda Helena Nunes Ferreira - promotora de justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).

Projeto Acolher

Objetivo: Prolatada a sentença, a Secretaria Judicial e/ou o 31ª PJ Especializada expede as convocações para comparecimento dos adolescentes e seus familiares ou responsáveis para participarem da audiência coletiva de acolhimento. São igualmente chamados a comparecer à audiência, a direção dos CREAS e suas respectivas equipes técnicas. A audiência é aberta pelo Ministério Público Estadual, pontuando o objetivo do momento, bem assim a importância do cumprimento da medida, diante de sua finalidade, destacando seus aspectos responsabilizador e, principalmente, socioeducativo. Após, poderão ser feitas colocações pelos presentes, inclusive, com o esclarecimento de dúvidas, seguido da assinatura pelo adolescente e familiares ou responsáveis um termo de conhecimento, sendo o adolescente encaminhado para a equipe técnica do respectivo CREAS, ao qual vinculado o adolescente por força do seu local de residência, a fim de ser agendado o primeiro atendimento. Sempre que possível, são distribuídas cartilhas educativas que abordam temas de interesse dos jovens, tais como: Drogas: cartilha álcool e jovens e Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes, todas da Série Por dentro do Assunto, publicações da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - MJ.

Responsável: Fernanda Helena Nunes Ferreira - Promotora de Justiça Titular da 31ª Promotoria de Justiça Especializada / Ana Margarida Barbosa Santos - Assistente Social da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude (Execução de Medidas Socioeducativas).

Chá com os artistas

- Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral. Promover circuitos culturais com o objetivo de que toda a comunidade de Santa Inês e Bela Vista do Maranhão tenha acesso à cultura maranhense e local, prestigiando artistas da terra, que, além de se apresentarem sem ônus, desempenham o papel de selecionadores de novos talentos.
- Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - promotor de justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores da 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês – MA.

Projeto Ghandi

- Objetivo:** Consiste em trabalhar com o adolescente em conflito com a lei, evitando que o mesmo volte a delinquir, acolhendo-o de modo especial. Desse modo, é feito o minucioso estudo social e a partir dele acionada a rede de proteção para garantir-lhes tudo que lhe é de direito, bem como à sua família. O adolescente recebe gratuitamente, por funcionário capacitado do Ministério Público, curso de 40h sobre leitura e desenvolvimento pessoal. Depois de concluir, caso queira, ingressa em curso profissionalizante ou é encaminhado diretamente às empresas conveniadas com o SENAC, para o programa MENOR APRENDIZ. Paralelamente, o adolescente ingressa numa prática desportiva de sua escolha, sem qualquer ônus para sua família. Caso possua problemas com o uso de álcool ou substância que cause dependência química, o mesmo é encaminhado a tratamento, às custas do Município, haja vista a condenação em ACP manejada pelo Ministério Público para esse fim.
- Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

Esporte nas Escolas

- Objetivo:** Mobilizar crianças e adolescentes, para que através do esporte busquem melhorar sua condição social e não participem de atos de violência.
- Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - Promotor de Justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

MP nas Escolas

- Objetivo:** aproximar o Ministério Público da comunidade, destinatária final de suas atividades; levar oficinas de teatro, dança e música para os alunos; fazer com que os pais sejam mais participativos no ambiente escolar; revelar talentos; promover palestras, mesas redondas e atendimentos com servidores do Ministério Público com o objetivo de que toda a comunidade escolar conheça direitos e deveres relacionados ao exercício da cidadania, fazendo com que todos sejam cidadãos atuantes.
- Responsável:** Marco Antonio Santos Amorim - promotor de justiça. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

Judicialização da Saúde: o Ministério Público na reconstrução das políticas públicas

- Objetivo:** Esse projeto visa ao aprimoramento das políticas públicas para evitar a judicialização da saúde na busca de soluções políticas que minimizem os custos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo central é garantir os direitos das pessoas por meio de ações preventivas e proativas, constituídas em parcerias com outras instituições. Evitar as aquisições de produtos e serviços de saúde sem licitação, na esfera da judicialização, que se baseiam em urgência pela preservação da saúde e da vida humana na ausência de políticas públicas adequadas são outros objetivos. Pretende-se também que o SUS incorpore os pacientes atendidos pela judicialização da saúde nos mecanismos de controle, para acompanhamento do tratamento e coleta de dados estatísticos voltados para o aprimoramento dessas políticas.
- Responsável:** Nacor Paulo Pereira dos Santos - promotor de justiça da 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

Demandas de valores elevados: segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas à vista do MP

- Objetivo:** Este projeto apresenta como ideia força a tese de que existe risco à segurança do patrimônio financeiro das Fazendas Públicas nas ações de valor elevado e naquelas cuja estimativa de valor dependa da produção de provas ou de circunstâncias que devam acontecer no curso da tramitação do feito. Com esse escopo, o Ministério Público deve exercer a sua atribuição típica de fiscalização do cumprimento da lei e do respeito à probidade, de modo que as obrigações financeiras impostas às Fazendas Públicas sejam revestidas de legalidade e substanciadas por valores que expressem legitimidade.
- Responsável:** Nacor Paulo Pereira dos Santos - promotor de justiça da 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

Trânsito Seguro, Direito de Todos

- Objetivo:** Intensificar parcerias e trabalhos em rede de cooperação com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral. O Projeto Trânsito Seguro, Direito de Todos busca promover a prevenção da pequena criminalidade ligada à violência no trânsito, a partir da adoção de medidas eleitas com base nas principais causas dessa violência urbana. Dessa forma, o projeto desenvolve-se com foco em três causas principais de acidentes de trânsito em Imperatriz: 1- carência da educação para o trânsito; 2- insuficiente fiscalização do trânsito; e 3- deficiência na sinalização de trânsito.

Responsável: Alessandro Brandão Marques, promotor de justiça da 7ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz/MA.

Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça

Objetivo: O Projeto de Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça foi concebido para ser aplicado em todos os municípios maranhenses, tendo como articuladores e coordenadores as Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, além dos Centros de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp Educação) e da Infância e Juventude (CAOp-IJ), com vistas a intensificar a fiscalização, o controle e, por fim, exigir do Poder Público o cumprimento da oferta deste serviço com dignidade e respeito à pessoa humana. Além do viés preventivo, o referido projeto tem um cunho social e de controle, porque pretende envolver a comunidade e os órgãos responsáveis na fiscalização eficaz do serviço público do transporte escolar, bem como promover todas as ações necessárias à responsabilização dos gestores por atos de corrupção e improbidade administrativa.

Responsável: Paulo Silvestre Avelar Silva - promotor de justiça e coordenador do Caop/Educação, com apoio Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.

Programa Institucional "Direito à Saúde: Prevenção e Combate à Corrupção"

Objetivo: Atuar promovendo interlocução com os Conselhos de Saúde, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, segmentos em organizações das sociedades civis e gestores de Saúde no âmbito Municipal, Estadual e Federal de forma a desenvolver e implementar as políticas de saúde (ações de serviços de saúde), seja judicialmente ou extrajudicialmente.

Responsável: Francisco das Chagas Barros de Sousa - procurador de justiça e coordenador do CAOp/Saúde, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Saúde, Centro de Apoio Operacional da Saúde.

Programa Interinstitucional "Educação de qualidade: Direito de Todo Maranhense"

Objetivo: Assegurar o direito à educação, à saúde e ao trabalho digno. O Programa Interinstitucional visa exigir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis, considerando acesso e permanência com sucesso, combatendo a evasão escolar, garantindo transporte e alimentação escolares adequados, especialmente entre as crianças e adolescentes.

Responsável: Paulo Silvestre Avelar Silva - promotor de justiça titular da 4ª Promotoria Especializada de Defesa da Educação, com apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça com atribuições na Defesa do Direito à Educação e da Infância e Juventude, Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação.

"CABRERA: prevenindo o abuso e a exploração sexual"

Objetivo: Promover palestras e mesas-redondas com o intuito de que crianças, adolescentes e adultos virem agentes combatentes do abuso sexual e exploração infantil, permitindo assim que as denúncias cheguem de forma rápida, identificando as vítimas e encaminhando-as para acompanhamento psicossocial, retorno ao ambiente escolar e mercado profissional, bem como identificar os agressores, que responderão aos crimes cometidos, conforme capitulação penal.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - promotor de justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores da 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês – MA.

"Pagar Tributos é um ato de cidadania"

Objetivo: Criação de cronograma de reuniões com os Órgãos públicos dos Entes da Federação, das áreas da Fazenda Pública e da Educação, para o planejamento, e execução de ações conjuntas para levar à população informações da importância do pagamento dos tributos como ato de cidadania. Visitações às Escolas e Entidades comunitárias, levando informações sobre a importância dos serviços públicos custeados pelos recursos resultantes da arrecadação tributária.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - promotor de justiça da 12ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São Luís.

"Formando 'João Cidadão': o agir do Ministério Público na formação humana integral - Projetando uma Escola Modelo"

Objetivo: Levar cidadania aos alunos do ensino médio, criando o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos, preparando-os para a vida pós-escolar, habilitando-os não apenas para os desafios que exijam o desenvolvimento intelectual, mas também os desafios diários da vida em comunidade. Aproximar o Ministério Público ainda mais da sociedade; instigar o corpo docente a melhorar a qualidade de ensino, preparando os jovens para o protagonismo juvenil.

Responsável: Marco Antonio Santos Amorim - promotor de justiça; José Soares Lima e Fernanda Marília Carolina Araújo, servidores. 4ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e Juventude de Santa Inês –MA.

“Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”

Objetivo: Trata-se de um projeto de prevenção e combate ao uso indevido de drogas entre crianças, adolescentes e jovens devidamente matriculados nas escolas públicas municipais e estaduais do Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, considerando o notório aumento do número de adolescentes e jovens envolvidos em práticas criminosas, inclusive em crimes de homicídio, e a decisiva presença do elemento droga em tais atos delitivos.

Responsável: Cristiane Gomes Coelho Maia Lago – promotora de justiça, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital

“Testemunhar é um ato de cidadania”

Objetivo: O projeto objetiva despertar maior compromisso das pessoas com efetivos resultados do Sistema Penal, mediante a consciência de que testemunhar é um ato de cidadania. As testemunhas são pessoas que integram a estrutura da sociedade e não podem ficar alheios aos resultados que se almeja na persecução criminal.

Responsável: Nacor Paulo Pereira dos Santos - Promotor de Justiça.

4.7.2 Novos projetos do MPMA desenvolvidos em 2015



O Ministério Público na Defesa da Transparência Pública – Município Transparente, Garantia de Acesso à Informação.

Objetivo: Adotar a política institucional, permanente e sistematizada, de transparência da gestão pública, constituída de instrumentos, ações e programas de prevenção e combate à corrupção, subsidiando os membros do Ministério Público do Estado do Maranhão na defesa do Patrimônio Público, com elementos para verificar o cumprimento das normas concernentes aos portais de transparência pelos entes públicos e a Lei de Acesso à Informação.

Responsáveis: Procuradoria-Geral de Justiça - Assessoria Especial da PGJ - Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ.

Parceiros: Rede de Controle da Gestão Pública, Controladoria Geral da União – Regional Maranhão, Ministério Público de Contas, TCE-MA, Secretaria de Estado de Transparência e Controle, órgãos fiscalizadores, sociedade civil, conselhos sociais, imprensa, ouvidorias estaduais e municipais, PGE-MA, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Federal, Receita Federal

Implantação de Núcleo de Justiça Comunitária no bairro do Sol e Mar, em São Luís/Maranhão

Objetivo: O presente projeto tem por finalidade a implementação de 01 (um) Núcleo de Justiça Comunitária na cidade de São Luís, no bairro do Sol e Mar e adjacências, objetivando contribuir para a democratização do acesso à justiça, por meio da mobilização e capacitação de agentes comunitários em mediação de conflitos, animação de redes e educação para os direitos, contratação de equipes multidisciplinares, aquisição de equipamentos, adequações de espaços físicos conforme as diretrizes do Programa Justiça Comunitária da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

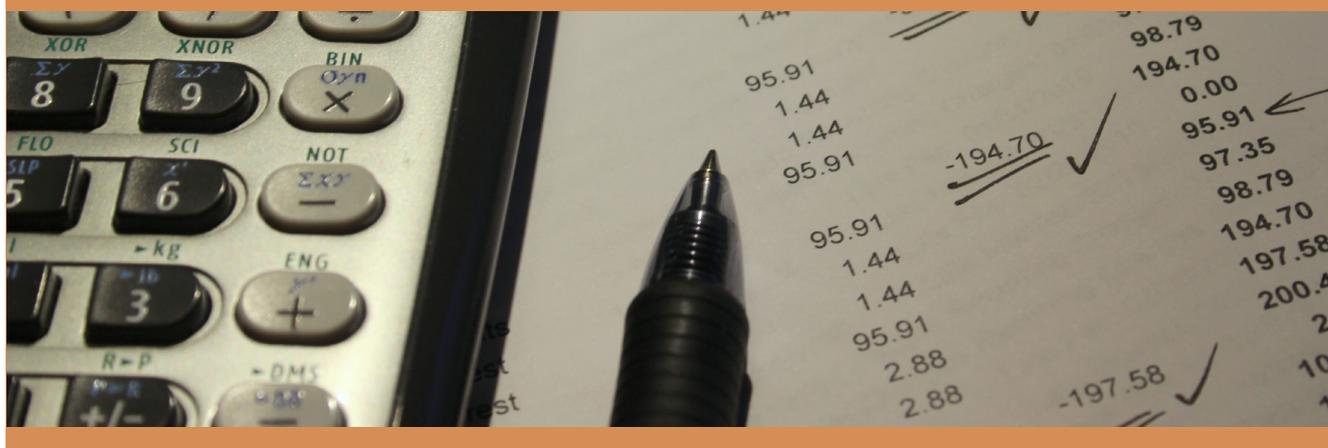
Responsável: Vicente de Paulo Silva Martins - promotor de justiça titular da Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante



5

COORDENADORIAS

5.1 Coordenadoria de Orçamento e Finanças



A Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF) é a unidade responsável pelo planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro do Parquet maranhense.

Realizou suas funções regimentais conforme a LOA 2015, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 406.681.067,54.

Do total aprovado, 70,12% foram destinados a despesas com Pessoal e Encargos; 23,34% a Outras Despesas Correntes, e 6,61% com Investimento. No exercício de 2015, foram executados 98,70% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo 99,95% com Pessoal e Encargos Sociais; 95,61% com Outras Despesas Correntes, e 95,24% com Investimento, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 46 - Detalhamento da Despesa 2015

Descrição	R\$
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54
Programa: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	114.117.060,54
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	89.677.248,59
Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	
Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público	13.840.000,00
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	9.599.811,95
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça	1.000.000,00
Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	
Programa: 0411 - Apoio Administrativo	292.864.007,00
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	

Ação: 4674 – Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado	251.842.404,00
Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.	
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão	7.707.485,00
Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão"	
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	26.972.208,00
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	6.341.910,00
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,70%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 47 Execução Orçamentária por Programa

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
0411 – Apoio Administrativo	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
Programa: 0337 – Gestão da Cidadania	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.			
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania	89.677.248,59	86.040.618,78	95,94
Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça			
Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público	13.840.000,00	12.902.829,52	93,23
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.			
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	9.599.811,95	9.599.811,95	100
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público			
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	1.000.000,00	734.512,08	73,45
Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.			
Programa: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação			
Ação: 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado	251.842.404,00	251.839.432,30	100
Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.			
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão	7.707.485,00	7.103.739,37	92,17
Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão			
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	26.972.208,00	26.862.806,19	99,59

Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores

Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência 6.341.910,00 6.318.585,88 99,63

Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores

Tabela 48 - Execução Orçamentária por Programa por Projeto/Atividade

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
0411 – Apoio Administrativo	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE			
Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54	401.402.336,07	98,7
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania	114.117.060,54	109.277.772,33	95,76
Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.			
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania	89.677.248,59	86.040.618,78	95,94
Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça			
Ação: 3037 – Construção da sede própria do Ministério Público	13.840.000,00	12.902.829,52	93,23
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.			
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	9.599.811,95	9.599.811,95	100
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público			
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça	1.000.000,00	734.512,08	73,45
Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.			
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado	292.864.007,00	292.124.563,74	99,75
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação			
Ação: 4674 - Pagamento de Pessoal Ativo e Encargos Sociais no Estado	251.842.404,00	251.839.432,30	100
Finalidade: Garantir o pagamento de pessoal e encargos do MPE.			
Ação: 4683 – Gestão de Informática no Estado do Maranhão	7.707.485,00	7.103.739,37	92,17
Finalidade: Garantir a infraestrutura e acesso aos sistemas essenciais de TI inerentes as atividades institucionais do órgão			
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	26.972.208,00	26.862.806,19	99,59
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores			
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	6.341.910,00	6.318.585,88	99,63
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores			

Para execução desses programas, o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

a) Execução do orçamento por grupo de despesa

Tabela 49 - Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado	Empenhado (B)	Liquidado (C)	%B/A	% C/A
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	406.681.067,54	401.402.336,07	375.525.951,63	98,7	93,55
1 - PESSOAL E ENCARGOS	285.156.522,00	285.020.824,37	285.020.824,37	99,95	100
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.938.700,59	90.774.971,61	86.569.739,38	95,61	95,37
4 - INVESTIMENTOS	26.885.844,95	25.606.540,09	3.935.387,88	95,24	15,37

b) Execução do orçamento por elemento de despesa

Tabela 50 - Execução Orçamentária por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
Órgão: 07000 – Ministério Público do Estado do Maranhão	401.402.336,07	375.525.951,63
07 - Contribuição ao Fepa e ao Fumbem	26.862.806,19	26.862.806,19
08 - Auxílio-moradia	15.898.137,07	15.898.137,07
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	222.943.032,63	222.943.032,63
13 - Obrigações patronais	6.318.585,88	6.318.585,88
14 - Diárias - pessoal civil	1.276.406,27	1.276.406,27
16 - Ajuda de custo	18.750,00	18.750,00
30 - Material de consumo	2.392.487,83	1.750.972,41
33 - Passagens e despesas com locomoção	435.517,43	435.517,43
36 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	2.956.653,95	2.912.889,02
37 - Locação de mão-de-obra	5.947.028,64	5.618.535,69
39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	19.196.187,01	16.002.695,44
46 - Auxílio alimentação	22.245.960,58	22.245.960,58
49 - Auxílio transporte	62.256,51	62.256,51
51 - Obras e instalações	21.499.322,37	1.480.148,08
52 - Equipamentos e material permanente	3.897.455,22	2.248.477,30
91 - Senteça judicial	18.143.565,04	18.143.565,04
92 - Despesas de exercícios anteriores	21.277.836,68	21.276.869,32
93 - Idenizações e restituições	9.556.589,25	9.556.589,25
94 - Idenizações e restituições trabalhistas	473.757,52	473.757,52

Tabela 51 - Indicadores da Execução Orçamentária 2015

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	98,70
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,95
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	71,01
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	95,61
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	22,61
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	95,24
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	6,38

Através de sua home page o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente, a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

c) Dirigentes responsáveis e ordenadores de despesas da Procuradoria-Geral de Justiça em 2015

Quadro 15 - Ordenadores de Despesa da PGJ-MA

Nome	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Ato e Data de Nomeação
Regina Lúcia de Almeida Rocha	Procuradora-geral de justiça	Procuradora de Justiça	15/05/2012 até a presente data	Ato nº 094, de 15.05.2012
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Diretor-feral da Procuradoria-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	15/06/2012 até a presente data	Ato nº 118, de 19.06.2012
SUPLENTES				
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Subprocurador-geral de justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	Ato nº 0528, de 02/09/2014
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	Subprocuradora-geral de justiça para Assuntos Administrativos	Procuradora de Justiça	02/09/2014 até a presente data	Ato nº 0257, de 02/09/2014
Abelardo Teixeira Balluz	Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira	-	15/06/2012 até 02/01/2015	Ato nº 0363, de 15/06/2012
Carmen Lígia Paixão Viana	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	Analista Ministerial - Administrativo	02/02/2015 até a presente data	Ato nº 049, de 02/02/2015
Tatiana Alves de Paula	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial - Contadora	04/07/2005 até a presente data	Ato nº 086, de 05/05/1995
Ana Cláudia Reis Godinho	Técnica Ministerial – Chefe da Seção de Execução Financeira	Técnica Ministerial	10/10/2011 até a presente data	Portaria nº 4603, de 10/10/2011

d) Dirigentes responsáveis e ordenadores de despesas do Fundo Especial do Ministério Público Estadual - FEMPE 2015

Quadro 16 - Ordenadores de Despesa do FEMPE

Nome	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Regina Lúcia de Almeida Rocha	Procuradora-geral de justiça	Procuradora de Justiça	15/06/2012 até a presente data	Ato nº 094, de 15/05/2012	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Diretor-geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até a presente data	Ato nº 118, de 19/06/2012	-
Abelardo Teixeira Balluz	Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira	-	15/06/2012 até 02/01/2015	Ato nº 0363, de 15/06/2012	Ato 001 de 02/01/2015
Carmen Lúgia Paixão Viana	Diretora da Secretaria Administrativo- Financeira	Analista Ministerial - Administrativo	02/02/2015 até a presente data	Ato nº 049, de 02/02/2015	-
Tatiana Alves de Paula	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	Ato nº 086, de 05/05/1995	-
Ana Cláudia Reis Godinho	Técnica ministerial – Chefe da Seção de Execução Financeira	Técnica Ministerial	10/10/2011 até a presente data	Portaria nº 4603, de 10/10/2011	-

e) Portal da Transparência

Para intensificar a integração do Ministério Público com a sociedade brasileira, o Parquet maranhense instituiu, em seu site na internet, o Portal da Transparência, ferramenta de acesso às informações sobre a gestão administrativa. Por meio dessa comunicação direta, o cidadão pode fiscalizar a utilização de bens e recursos públicos, analisar os gastos e sugerir mudanças de rumos.

O Portal da Transparência atende ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público nº 86.

As informações disponibilizadas foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira, Licitações, Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas. Em cada um desses links, os dados estão subdivididos por ano, para facilitar a navegação. O Portal da Transparência não exige senha do usuário.

5.2 Coordenadoria de Folha de Pagamento



Compete à Coordenadoria processar a folha de pagamento dos ativos, estagiários e exonerados; gerenciar lançamentos de vantagens e descontos no sistema da folha; programar o sistema da folha de acordo com a legislação própria; acompanhar o processamento e promover retificações para eventuais ajustes; promover apoio aos setores administrativos, com estatísticas, previsão orçamentária e relatórios de impacto; dentre outras atribuições compatíveis com a natureza da Coordenadoria.

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 52 - Evolução do número de servidores

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2015	1	Comissionado	455	-
2015	1	Efetivo	585	-
2015	1	Membro	299	-
2015	1	Requisitado	341	-
TOTAL			1680	-
2015	12	Comissionado	460	1,10%
2015	12	Efetivo	583	-0,34%
2015	12	Membro	337	12,71%
2015	12	Requisitado	325	-4,69%
TOTAL			1705	1,49%

Houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2015 na ordem de 1,49%, aumentando o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc., só relativo à folha principal.

a) Contracheques

Em 2015, como no ano de 2014, publicamos 100% dos contracheques gerados pela Folha de Pagamento do Ministério Público no sítio eletrônico da instituição, tendo que imprimir uma quantidade ínfima de documentos dessa natureza.

Um número expressivo de servidores utiliza o portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos aos pagamentos, tendo ampliado a oferta de serviços. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;

- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- Autenticação de documentos no portal, diminuindo demanda de assinaturas em contracheques ou fichas financeiras.

b) Consignações:

Tabela 53- Consignações Ativas (com base no último mês do ano)

Empresa	Lançamentos	Valor
ABEM - BRADESCO	5	368,26
AMPEM	485	345.122,99
ASFUPEMA	527	17.672,83
BANCO CRUZEIRO DO SUL	26	12.975,68
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A	6	6.772,32
BRADESCO S/A	9	4.669,13
CAPEMISA	1	805,46
CEF / AQ.ANTEC/PAR	2	353,18
CEF / CASA PROPRIA	20	3.713,94
CEF / EMPRESTIMO	280	435.211,70
COOMAMP	372	240.019,11
FEPA (PROGRAMA MINHA CASA)	2	711,94
FUNBEN (SFH/GEMOR)	1	80,54
GBOEX	1	155,34
GOV.EST.P.PR.GRANDE	1	225,58
HSBC BANK BRASIL SA	4	899,47
ITAÚ UNIBANCO S.A.	6	2.863,96
MONGERAL	7	1.287,70
PROC. GERAL JUSTICA CDC EF*	499	715.982,36
RSPP PREVIDÊNCIA	14	250,16
SIN. VIGILANTE - SFPVEMA	1	1,36
SINDSEMP/MA	431	23.261,77
SINTSEP	1	100,20
TOTAL VOLUME MENSAL		1.813.504,98

Tabela 54 - Evolução das Consignações Ativas

MÊS	Lançamentos	Valor	Crescimento Lançamentos	Crescimento Valores
Jan	2.659	1.527.728,47	-%	-%
Dez	2.701	1.813.504,98	1,55%	15,76%
TOTAL	-	3.341.233,45	1,55%	15,76%

O volume de consignações aumentou, assim como o valor também. Isso demonstra que houve mais movimentações em que o servidor contraiu novas dívidas.

5.3 Coordenadoria de Gestão de Pessoas



Tem como função coordenar a operacionalização dos procedimentos administrativos inerentes ao ingresso, permanência e desligamento de membros, servidores e estagiários; coordenar os estudos para garantir compatibilidade do perfil do pessoal às demandas institucionais; sugerir as estratégias e diretrizes para capacitação, motivação, valorização e desenvolvimento de pessoas; coordenar o processo de organização, controle e guarda das informações cadastrais e financeiras dos membros, servidores e estagiários do Ministério Público, dentre outras atividades. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas compreende a Seção de Administração de Pessoal, a Seção de Desenvolvimento de Pessoal e a Seção de Saúde Funcional.

a) Conquistas e avanços na área de Pessoal

O ano de 2015 foi considerado um ano difícil. Acontecimentos na política e na economia do Brasil contribuíram para um cenário de incertezas para os próximos exercícios. A palavra “crise” foi bastante utilizada para caracterizar dificuldades nos atos de gestão. No âmbito do estado do Maranhão, com a troca do chefe do Executivo, houve a redução nas ações administrativas naquele poder, justificada pela cautela necessária em primeiro ano de governo. Apesar dessa realidade, a Procuradoria-Geral de Justiça continuou seus avanços na área de Gestão de Pessoas, na medida dos limites prudenciais impostos. Dentre esses avanços, citam-se:

- Implantação, administrativamente, dos “21,7%” nos contracheques dos servidores em janeiro de 2015;
- Realização de duas Semanas de Saúde, ocorridas nos meses de maio e outubro, com a prestação de serviços de vacinação, medição de pressão arterial, teste de glicemia capilar, além de palestras nas áreas de medicina, saúde bucal, qualidade de vida e administração financeira;
- Nomeação e posse de 40 (quarenta) promotores substitutos aprovados no concurso público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Titularização de 37 (trinta e sete) promotores de justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas;
- Nomeação e posse de 7 (sete) servidores efetivos, sendo 2 (dois) analistas ministeriais e 5 (cinco) técnicos ministeriais aprovados no concurso público homologado em 4 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça de 5 de novembro de 2013;
- Prorrogação, por 02 (dois) anos, da validade do referido concurso público para servidores, pelo Edital de Prorrogação de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;

- Realização e homologação de 3(três) concursos de remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de 09 (nove) cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 03(três) na área Administrativa e 06(seis) na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior;
- Concessão de 22 (vinte e dois) adicionais de qualificação (AQ) contemplando, assim, um total de 361 servidores, correspondendo a 79,34% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao adicional;
- Início do desenvolvimento do novo Sistema de Gestão de Pessoas com a contratação da empresa PD Case para criação e implementação do software de Gerenciamento de RH;
- Certificação digital para membros e servidores a fim de habilitá-los para atuarem nos processos eletrônicos;
- Criação de 18(dezoito) vagas de estagiários, não-obrigatório, pelo Ato Regulamentar nº 13/2015-GPGJ, de 13 de outubro de 2015, assim distribuídas:
- Lançamento do Programa de Gestão por Competência com a designação da Comissão responsável por sua implantação neste MPMA, pela Portaria nº 3085/2015, de 06 de maio de 2015, e a palestra de sensibilização com a professora doutora Maria Júlia Pantoja, da Universidade de Brasília – UNB.

Tabela 55 - Lotação de estagiários

Lotação	Vagas
Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar	2
Promotorias de Justiça da Raposa	1
Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	6
Caxias	2
Coroatá	2
Conselho Superior do MP	1
Diretoria-geral	1
Promotorias de Justiça da Capital	2
Subprocuradoria-geral para Assuntos Administrativos	1

b) Quantitativo de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, atendido pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Tabela 56 - Número de membros e servidores

Descrição	TOTAL	%
Membros	337	16,75
Servidores efetivos	584	29,03
Exclusivamente comissionados	462	22,96
Requisitados	324	16,1
Aposentados /Pensionistas	190	9,44
Estagiários não obrigatórios	115	5,72
TOTAL	2.012	100

c) Provimento de cargos (admissões, exonerações/aposentadorias)

• **Admissões em cargos efetivos**

Tabela 57 - Admissões de membros e servidores

CARGOS EFETIVOS	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	-	-	-
TOTAL	49	58	91	2	33	62

- **Admissões em cargos comissionados:**

Tabela 58 - Admissões de comissionados

Cargo	Quantidade de Nomeações					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação da procuradora-geral de justiça	31	24	37	114	37	52
De indicação de procurador de justiça	43	28	87	33	44	37
De indicação de promotor de justiça	91	102	132	193	22	86
TOTAL	165	154	256	340	103	175

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de assessor de procurador de justiça;

** Criação/provimentos de novos cargos de assessor de promotor de justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos

d) Vacâncias cargos efetivos (exonerações/demissões, falecimento, aposentadoria):

Tabela 59 - Número de cargos efetivos em vacância

CARGO Especificação	Quantidade de Exonerações/Vacâncias					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	1	4	1	0	3	6
Técnico Ministerial	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	0	2	0	0	0	0
TOTAL	12	23	10	12	18	38

- **Exonerações de cargos comissionados**

Tabela 60 - Número de exoneração de comissionados

EXONERAÇÕES - CARGO	Quant. Exonerações					
	2015	2014	2013*	2012	2011	2010
De indicação da Procuradora-Geral de Justiça	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	76	80	93	42	22	5
TOTAL	137	122	177	163	70	92

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;

e) Movimentação na carreira de membros e servidores

Tabela 61 - Movimentação de membros

Movimentação	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para procurador de justiça	1	0	2	0	0	2
Promoção de promotor de justiça	2	23	23	47	2	2
Titularidade de promotor de justiça	38	3	1	26	22	16
Remoção	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria procurador de justiça	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria promotor de justiça	1	1	1	2	0	0

Tabela 62 - Movimentação de Servidores

Ação – Avaliação e Movimentação na Carreira	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Avaliação de desempenho – nº servidores	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Homologação de estágio probatório	0	1	34	17	38	182
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	271	312	437	528	325	403
Remoções	14	62	9	16	10	24

f) Adicional de Qualificação (AQ)

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos 22(vinte e dois) Adicionais de Qualificação, em 2015, contemplando 13 novos servidores, uma vez que 9 já recebiam o AQ por “graduação” e passaram a receber por “especialização”

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 361(trezentos e sessenta e um) servidores, que corresponde a 76,81%, de um total de 457 cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de, no mínimo, 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 63 - Quantitativo de Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2015					
	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	5	151	4	160	44,32
Especialização	76	107	4	187	51,8
Mestrado	10	3	0	13	3,6
Doutorado	1	0	0	1	0,28
TOTAL de servidores com AQ	92	261	8	361	79,34
Cargos providos servidores estáveis	97	335	23	455	

Tabela 64 - Servidores sem Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES SEM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2015				
	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	97	335	23	455
Quantitativo de servidores estáveis sem AQ	5	74	15	94
% por cargo de servidores SEM AQ	5,15	22,09	65,22	20,66

g) Capacitação de membros e servidores

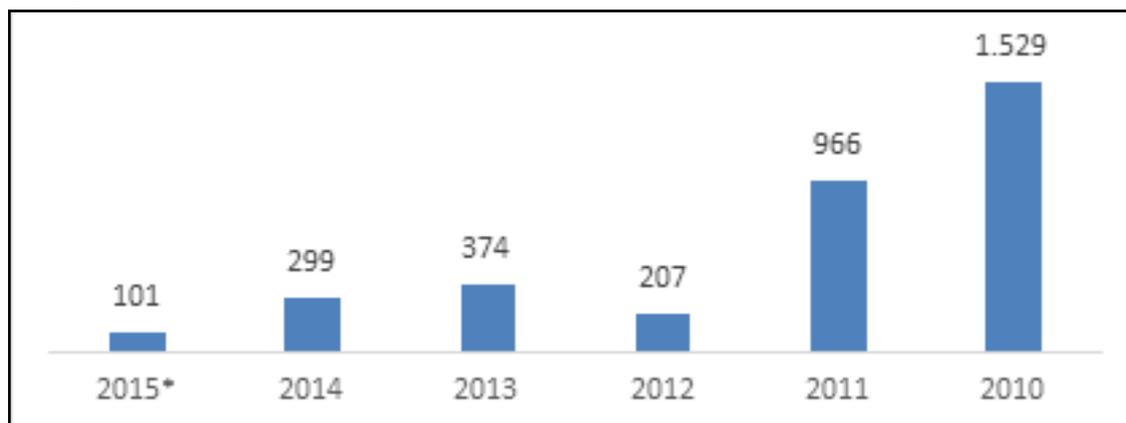


Gráfico 12 - Comparativo de membros e servidores capacitados pela CGP

* Dados extraídos dos Termos de Referências elaborados na CGP

h) Gestão do estágio não-obrigatório

Tabela 65 - Comparativo de número de estagiários

Descrição	Nº de estagiários					
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
	Ato Reg. 10/2015	Ato Reg 10/2014	Ato Reg 03/2013	Ato Reg 14/2011	Ato Reg 02/2010	Ato Reg 02/2010
Nº Estagiários Total	150	132	132	132	91	91
Admitidos	46	128	4	29	69	41
Renovação de estágio	64	2	19	36	26	44
Desligados	56	18	41	61	64	33
Nº de estagiários em exercício em dezembro	115	127	15	52	86	79

i) Concursos de remoção para servidores efetivos estáveis em 2015

Tabela 66 - Concurso de remoção

Itens	1º Concurso	2º Concurso	3º Concurso
	PA 2909AD/2015	7270AD/2015	8999AD/2015
Edital de Abertura	01/2015, de 17/03/15	02/2015, de 23/07/15	03/2015, de 16/09/15
Publicação DO	19/03/2015	30/07/2015	18/09/2015
Ato Homologação	196/15, de 08/05/15	383/15, de 09/09/15	479/2015, de 16/10/15
Publicação DO	14/05/15, republicado em 15/06/15	11/09/2015	20/10/2015
Ato de Remoção	Atos 206/2015 (Cyntia) e 239/2015 – (Agnaldo)	426/2015, de 21/09/15	Atos 488/15 (Claudia Libia) 489/15 – Rondineli 490/15 – Jefferson 491/15- Fernando Américo
Publicação DO	25/05/2015 23/06/2015	25/09/2015	
Nº de vagas	04 (02 Tec. Adm. e 02 Tec. Exec.)	01 Tec. Exec.	04 (01 Tec. Adm. e 03 Tec. Exec.)
Nº de inscritos	09 (03 indeferidos)	11	20
Nº Servidores Removidos	2	1	4

j) Procedimentos Administrativos - Atividades de Rotina CGP

Tabela 67 - Atividades Administrativas

ATIVIDADES	2015	2014	2013	2012	2011
Declaração de Margem de Consignação	831	854	676	788	815
Processos administrativos informados;	18.841	18.844	16.853	21.248	14.087
Ofícios expedidos;	306	511	602	642	317
Memorandos expedidos;	436	594	542	456	317
Elaboração Atos de servidores e membros;	579	659	824	851	454
Elaboração Portarias de servidores e membros;	10.194	8.497	7.686	6.903	6.150
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros);	10.773	9.156	8.510	7.843	6.682
Elaboração de Termos de Referência	42	51	53	65	49
Termos de Compromisso de Estágio	46	128	4	29	69
Termo de Renovação de Estágio	64	2	19	36	26
Termo de Desligamento de Estágios	56	18	41	61	64
Termo de Realização de Estágio	56	18	41	61	64
Editais de Convocação de Estágio	26	17	-	6	8

l) Outras atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas em anexos, outras tarefas de rotina, tais como:

- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
 - Inscrição de servidores para participarem de cursos e acompanhamento na realização dos treinamentos;
 - Cadastramento e alimentação do Sistema de RH dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
 - Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em
- inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
 - Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
 - Elaboração e publicação do
- Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
 - Produção dos crachás de identidade funcional.

• **Seção de Saúde Funcional**

A Seção de Saúde Funcional oferece assistência à saúde/saúde bucal dos membros e servidores, efetivos, aposentados e seus dependentes. Nossa unidade dispõe de um consultório odontológico, um consultório médico e uma sala de repouso.

- Setor odontológico realiza:
Consultas, palestras, atendimento de membros, servidores e dependentes, orientação saúde bucal, raio-X, análise de processos de licença por motivos odontológicos, fiscalização de processos desta unidade gestora, fiscalização da vigilância sanitária, responsabilidade técnica perante o Conselho Regional de Odontologia do Maranhão, auxílio na compra de equipamentos elaborando tabela descritiva.
- Setor médico realiza:
Consultas de rotina, atendimento de pequenas emergências, perícia domiciliar, visita domiciliar, perícia médica, análise de processos administrativos de LTS, LAPF, LG, requisição de exames periódicos e de rotina, admissão de estagiários.
- Administrativo realiza:
Controle de dados (atendimento médico e odontológico), processos administrativos, relatório de atividades, gestão e fiscalização de contratos do setor (solicitação de materiais médico/odontológico, equipamentos e coleta de lixo especial, realização das campanhas de saúde.

As consultas odontológicas são previamente agendadas. São realizados aproximadamente 1000 atendimentos anualmente. As consultas médicas são realizadas conforme procura durante o horário de expediente da instituição. O número médio de consultas é de 1.500 e 1.200 processos analisados ao ano.

Tabela 68 - Prestação de serviços saúde

AÇÃO	2015	2014	2013	2012	2011
Vacinação	500	402	305	72	211
Atendimento Médico – consultas	1514	3.300	2.501	1.688	1.763
Atendimento Odontológico – nº pacientes	358	850	961	558	421
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	899	3.220	3.603	1.601	2.192
Análise de Processos Administrativos	1208	957	711	606	745
Exames admissionais/rotina	42	32	185	150	63

• **Processos de Licença**

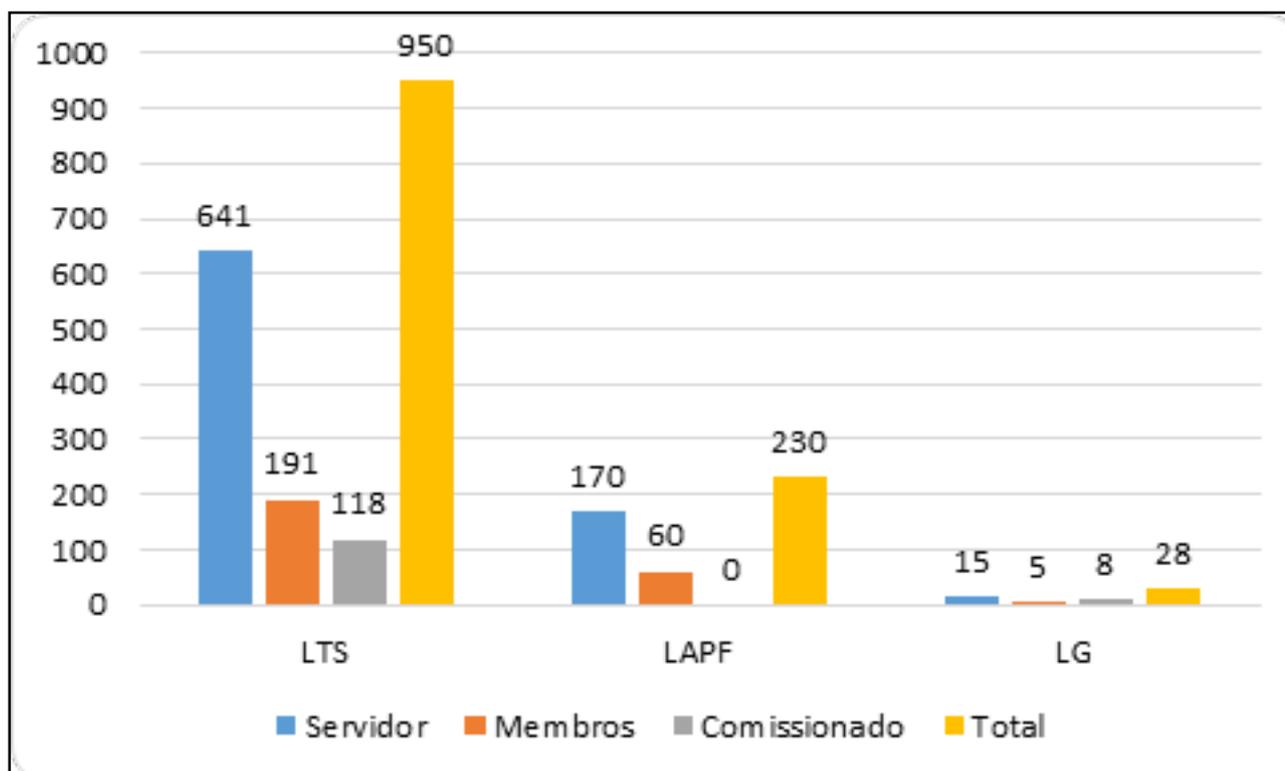


Gráfico 13 - Número de processos de licença em 2015

- **Semana da saúde**

Foi realizada nos meses de maio e outubro de 2015 na Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão e Promotorias da Capital, dentro do Programa de Qualidade de Vida.

Tabela 69 - Prestação de serviços na Semana de Qualidade de Vida

Serviços oferecidos na PGJ	
Descrição	Nº de pessoas atendidas
Vacina influenza	328
Teste glicemia capilar	324
Pressão Arterial	249
Palestras	539
Serviços oferecidos na sede das Promotorias da Capital	
Descrição	Nº de pessoas atendidas
Vacina influenza	172
Teste glicemia capilar	162
Pressão Arterial	115
Palestras	100
Total de Atendimento	1.989

- **Atendimento odontológico**

Durante o ano de 2015 foram atendidos 358 pacientes entre membros, servidores e dependentes, sendo ofertados os procedimentos de restaurações, profilaxia (limpeza), raspagem periodontal, exodontia, radiografias e urgência.

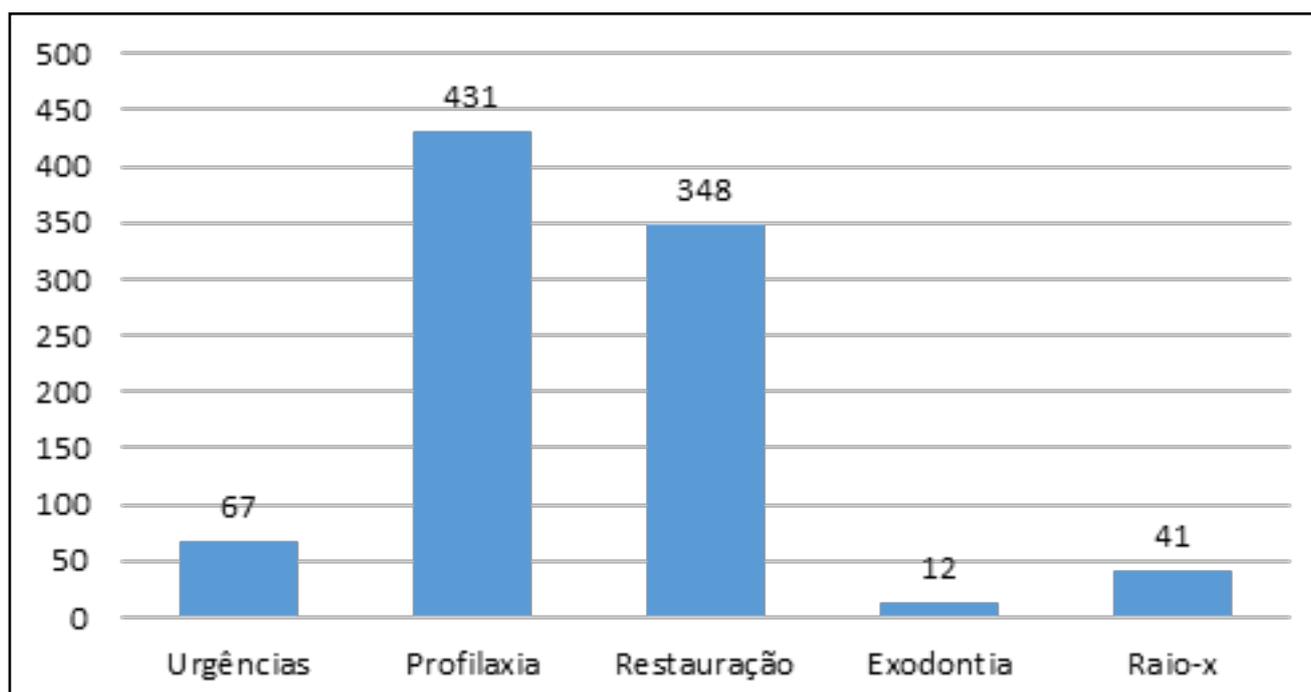


Gráfico 14 - Número de procedimentos odontológicos realizados em 2015

5.4 Coordenadoria de Serviços Gerais



Compreendem a Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) as Seções de: Manutenção e Serviços Gerais; Transporte; Segurança e Análise de Custos.

Dentre as principais atividades realizadas destacamos: manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização nos prédios da capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película, chaves e carimbos. Acompanhamento dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; fotocopiadoras; gerenciamento de frota de veículos; locação de imóveis, inclusive com mudança para imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc.).

Em 2015, a Diretoria-Geral implementou o programa “Promotoria Legal”, onde as Coordenadorias de Serviços Gerais, Engenharia e Informática, viajam juntos até as Promotorias para verificarem as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos de energia/lógico e telefônico, configuração da rede interna, além de móveis e equipamentos em geral.

A CSG também é responsável pela gestão da frota de veículos, através da Seção de Transporte, que cuida desde o processo de aquisição até a manutenção dos automóveis.

Tabela 70 - Quantitativo da Frota de Veículos da PGJ-MA em 2015

LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	QUANTIDADE
Procuradoria Geral de Justiça	45
Promotorias de Justiça da Capital	17
Promotorias de Justiça do Interior	66
TOTAL DE VEÍCULOS	128



Gráfico 15 - Distribuição da frota de veículos em 2015

5.5 Coordenadoria de Administração



De acordo com o Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, a Coordenadoria de Administração (CAD) é a unidade administrativa incumbida de coordenar e acompanhar a execução das atividades de: aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição relativa a materiais e patrimônio, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas atividades.

A CAD é composta pelas Seções de Patrimônio e de Material e de Compras, consolidando-se, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, na área de gestão patrimonial, o que a doutrina especializada denomina de “tripé”, consistente na segregação das funções de comprar, controlar o estoque de material de consumo e, igualmente, o de material permanente.

A Seção de Patrimônio engloba as atividades de controle, utilização, guarda e conservação dos bens permanentes da Instituição, tanto os bens móveis quanto os imóveis, compreendendo, ainda, o planejamento de aquisição e reposição de materiais permanentes, ambos através da abertura do competente procedimento administrativo ou, em caráter excepcional, mediante compra direta.

Em relação à Seção de Materiais cumpre, igualmente, organizar, controlar o consumo de materiais e estabelecer níveis de estoque adequados; emitir relatórios para controle de consumo de materiais e velar pela manutenção do almoxarifado.

Registre-se, outrossim, importante incumbência da Coordenadoria de Administração, que por meio da Seção de Compras deve prestar informações e assistência à Comissão Permanente de Licitações (CPL) no decorrer do procedimento licitatório, para aquisição de materiais de consumo e permanente, como também pesquisa de mercado para coleta das propostas necessárias para subsidiar a elaboração do Termo de Referência, procedimentos iniciais para uma licitação.

Importante ainda destacar a tarefa de identificação dos bens móveis, com afixação de plaquetas, para fins de inventário; a deflagração e acompanhamento de processos administrativos tendentes a viabilizar a alienação de tais bens, considerados em desuso ou inservíveis, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012-GPGJ; além da orientação sobre a utilização dos materiais permanentes;

a) Melhorias implementadas em 2015

Almejando o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2015, a Coordenadoria de Administração buscou viabilizar o suprimento das necessidades de materiais de consumo e permanente das novas sedes da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, das Promotorias de Justiça de entrância inicial, intermediária e final, assim como das Procuradorias de Justiça e diversas unidades administrativas sediadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

Nesse contexto, a CAD empreendeu esforços para a adoção de todas as providências cabíveis para a disponibilização de estrutura adequada de trabalho para os novos membros do Ministério Público, aprovados no concurso público com nomeação em 2015.

Também em parceria com a Diretoria-Geral e dos membros detentores de carga patrimonial, atuantes nas unidades de execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviços nº 01/2012-GPGJ, publicada em 16 de agosto de 2012, conferiu plena eficácia à política institucional de desfazimento de bens inservíveis.

Com o advento do ato normativo acima citado, a Seção de Patrimônio atuou e acompanhou até o final do exercício financeiro de 2015, 09 (nove) procedimentos administrativos, totalizando 908 (novecentos e oito) bens baixados.

A agilidade implementada no trâmite dos procedimentos administrativos relacionados ao desfazimento de bens inservíveis trouxe vários benefícios não apenas para a Instituição Ministerial, como para toda a sociedade, pois que libera as Promotorias de Justiça espalhadas por todo o Estado do ônus de manter em suas sedes materiais sem qualquer utilização. Também amplia o espaço útil dos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição, cuja retirada de materiais inservíveis implica melhor eficiência na armazenagem de novos materiais. Isso facilita o planejamento da aquisição de materiais, especialmente os de natureza permanente que ocupam quantidade significativa de espaço. Por fim, beneficia entidades de interesse social, com a entrega, mediante doação, de bens passíveis de serem utilizados no atingimento de suas funções estatutárias, em total sintonia com o interesse público primário.

Acresça-se, ainda, o fato de que as Promotorias de Justiça do Interior passaram a ter autonomia para designar comissões presididas pelos respectivos Diretores, encarregadas da avaliação e classificação dos bens a serem doados, além da destinação dos mesmos a entidades beneficentes situadas nas próprias comarcas, sem a necessidade de prévia remessa de tais bens para guarda nos almoxarifados da capital e posterior destinação a entidades beneficentes aqui instaladas.

Em 2015 foi dada continuidade aos trabalhos de inventários de materiais de consumo e permanente, conforme estabelece os arts. 56 e 57 do Ato Regulamentar nº 03/2014, que regulamenta a realização de inventários no âmbito do Ministério Público, com especial destaque à regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade do MPMA, tendo sido envidados esforços no sentido de obtenção das escrituras públicas de doação de imóveis, renovação de contratos de cessão de uso e assinatura de novos instrumentos congêneres a este último.

A Coordenadoria de Administração, em parceria com a Diretoria-Geral, a Comissão de Inventário de Bens Imóveis e promotores de justiça situados em todo o Estado, não vem medindo esforços para mapear e regularizar a situação de cada um dos imóveis da Procuradoria-Geral de Justiça. Com a atualização das situações dos imóveis, verificou-se que dos 45 (casa/prédios) próprios, 22 (vinte e dois) estão pendentes de averbação, quais sejam: Açailândia, Alto Parnaíba, Arari, Bom Jardim, Caxias, Chapadinha, Colinas, Grajaú, Itapecuru Mirim, Maracaçumé, Montes Altos, Paço do Lumiar, Pindaré Mirim, Pinheiro, Santa Rita, Santa Inês, São Mateus, São Luiz Gonzaga, Turiaçu, Timon, Viana e Vargem Grande.

Quanto aos imóveis averbados atualmente foram regularizados 08 (oito): Bequimão, Carutapera, Governador Eugênio Barros, Guimarães, Matinha, Paraibano, Pio XII e Presidente Dutra.

Ainda no que diz respeito à inventários, à Seção de Patrimônio concluiu um trabalho de envio, recebimento e processamento de informações constantes dos formulários de pré-inventários dos bens pertencentes às unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, culminando no levantamento da situação patrimonial de mais de 50.000 (cinquenta mil) itens de material permanente, e atualização dos registros patrimoniais do SIAGEM, etapa essa de fundamental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens, tendo em vista que o sistema GESP, que está em fase de conclusão, permitirá a aplicação do método de depreciação para os bens patrimoniais do Ministério Público do Maranhão.

A Seção de Material, através dos 02 (dois) almoxarifados, em 2015, atendeu 3.115 (três mil cento e quinze) requisições de materiais, das quais foram fornecidas 337.871 (trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e um) unidades dos itens solicitados. Ressaltamos que, apesar dos grandes números de pedidos, a celeridade nos atendimentos anda lado-a-lado a um rigoroso controle de estoque.

Com a previsão de mudança da sede da Procuradoria-Geral de Justiça para 2016, a Coordenadoria de Administração equipou o almoxarifado da nova sede com estrutura metálica tipo Mini Porta Pallet, composta de 59 (cinquenta e nove) estantes reforçadas, que promoverão economia de espaço, através da verticalização do estoque, segurança à guarda do material de consumo da Instituição e melhoria do acondicionamento.

Informe-se ainda que as Promotorias de Justiça de Imperatriz e Timon passaram a receber do almoxarifado da PGJ materiais de higiene, limpeza, além de café e açúcar, para abastecer as necessidades das respectivas promotorias. Essa iniciativa é uma preparação para descentralização dos almoxarifados, um projeto-piloto para futuras implantações em outras promotorias.

Importante destacar que foi iniciado no ano de 2014, o desenvolvimento do SISTEMA GESP, que envolve diretamente 03 (três) servidores desta Coordenadoria dando suporte à CMTI e empresa PDCASE, responsáveis pela construção desta solução para que tenhamos um sistema próprio, que proporcionará otimização dos trabalhos do setor e cumprimento das normas aplicadas ao patrimônio público.

b) Aquisição de material permanente

Em 2015, a Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou 3.604 (três mil, seiscentos e quatro) itens, valendo destacar a aquisição de 905 itens mobiliários (poltronas, mesas e cadeiras); 548 (câmera de vídeo); 150 (scanners); 210 (telefones); 140 (condicionadores de ar); 135 (impressoras); 281 (estrados de plástico), dentre outros. Também foram adquiridos materiais de consumo, tais como: alimentos e bebidas (água); combustíveis, lubrificantes e peças para veículos, material de expediente e limpeza, além de impressos, camisas, dentre outros.

5.6 Coordenadoria de Comunicação



A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) se divide em 02 (duas) seções: Seção de Imprensa e Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

a) Seção de Imprensa

Nesta seção é produzido o clipping dos jornais impressos, com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público. Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a CCOM produz clippings especiais, mediante demanda dos membros, sobre temas e/ou períodos específicos.

- **Clipping especial**

Foram elaborados três clippings especiais em 2015, visando subsidiar ações do Ministério Público.

Quadro 17 - Descrição dos clippings especiais produzidos

Notícias Solicitadas	Solicitante	Período
Repercussão das atividades da Corregedoria do MP nos veículos de comunicação	Corregedoria	Jan/2014 a Ago/2015
Canibalismo em Pedrinhas	Secinst	Jan/2014 a Out/2015
Anúncios abusivos e sexuais em busdoor	Promotor de Justiça Márcio Thadeu	Nov/15

- **Aparições do MPMA em mídia impressa em 2015**

O Ministério Público apareceu em 2.230 notícias publicadas na mídia impressa do Maranhão, conforme tabela abaixo:

Tabela 71 - Aparições do MPMA em Mídia Impressa – 2015

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Positivas	56	77	77	82	123	61	123	124	98	108	86	68	1083
Negativas	2	11	3	2	3	1	0	2	1	8	1	1	35
Geradas	44	42	31	40	76	33	62	55	59	76	36	45	599
Espontâneas	14	46	49	44	50	29	61	71	40	40	51	24	519
Total/Mensal	58	88	80	84	126	62	123	126	99	116	87	69	1118

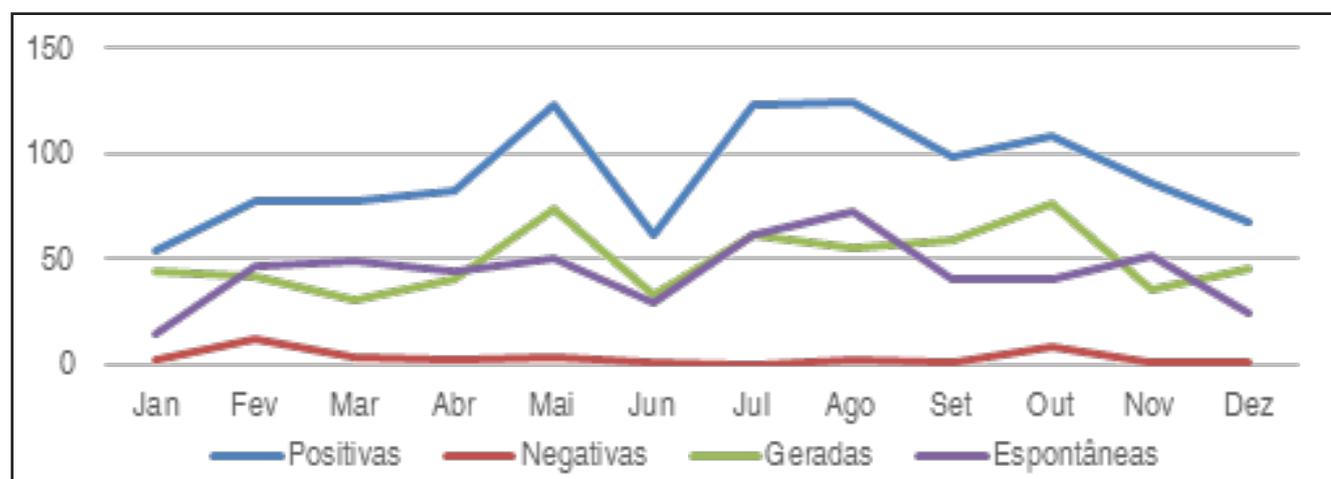


Gráfico 16 - Aparição do MPMA na imprensa escrita

- **Redes Sociais**

Página no Facebook - Criado em setembro de 2013, o perfil no facebook é a primeira participação do MPMA em uma rede social. Idealizado com o objetivo de criar mais uma via de divulgação de suas atividades e de interação com a sociedade, a rede social é um canal pelo qual a comunidade poderá tirar dúvidas e encaminhar demandas ao Ministério Público. Tendo acesso a informações sobre a estrutura da instituição, notícias da atuação do órgão, arquivos das campanhas desenvolvidas e imagens das diversas ações desenvolvidas em todo o estado.

Tabela 72 - Estatística do Facebook do MPMA em 2015

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Curtidas	232	72	08	69	58	34	26	14	28	11	27	34	613
Notícias publicadas	03	78	46	52	77	43	69	59	75	73	82	45	702
Publicação mais comentada	1	2	2	0	0	1	8	5	41	2	32	1	797
Publicação mais curtida	15	30	51	22	16	12	62	90	217	128	257	121	1.016
Compartilhamentos	4	14	23	20	6	12	18	46	77	58	80	49	407
Alcance ao Público	2.676	5.661	8.193	8.928	7.108	4.785	1.2191	9.730	18.329	10.425	13.209	10.769	112.004

- **Atendimento à Imprensa:**

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite passar os contatos dos membros sem a prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade dos promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez. O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e blogs.

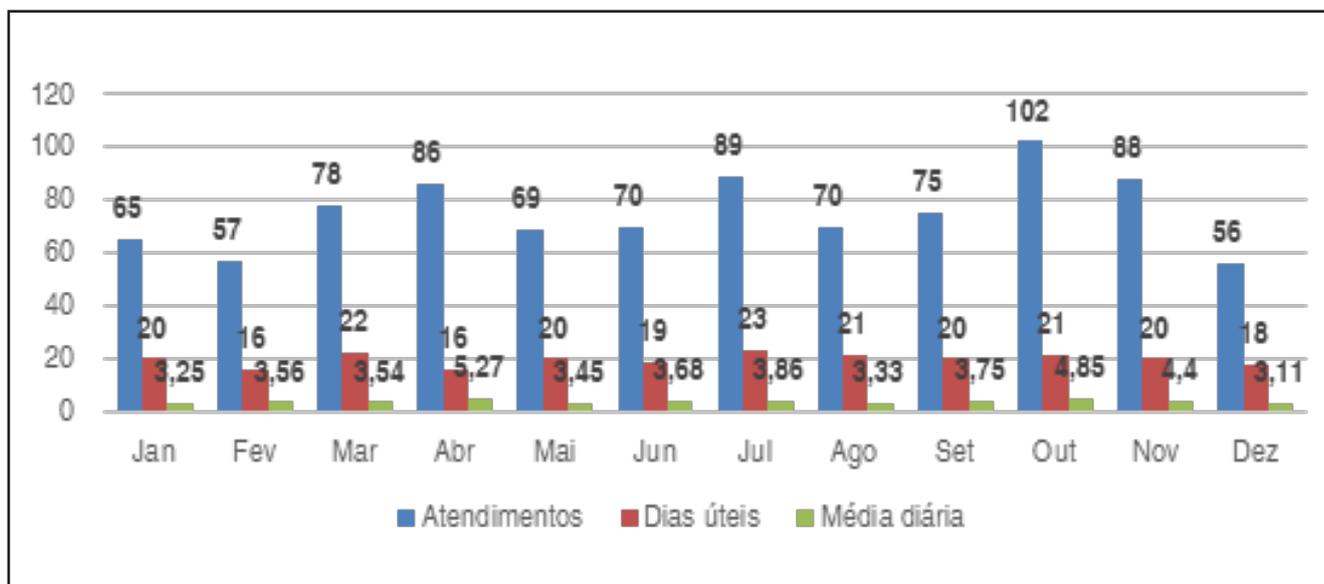


Gráfico 17 - Atendimento à imprensa

- **Veículos atendidos**

Quadro 18 - Veículos atendidos

Emissoras de televisão locais	TV Assembleia, TV Cidade, TV Mirante, TV Difusora, TV Guara, TV Brasil, TV Maranhense, TV Meio Marte (Teresina).
Emissoras de televisão nacionais	Rede Record, Rede Globo, Globo News.
Jornais impressos locais	O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno, O Debate, Atos e Fatos, Extra, A Tarde e O Progresso.
Jornais de circulação nacional	Correio Braziliense, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Extra – Rio de Janeiro.
Jornais de circulação internacional	Globe and mail – Canadá, New York Times - EUA.
Emissoras de rádio locais	Difusora AM e FM, Rádio Universidade FM, Rádio Capital, Rádio Educadora, Mirante AM, Rádio Universidade FM.
Emissora de rádio nacional	Rádio Justiça, Rádio Globo, Rádio Nacional da Amazônia, CBN-SP.
Emissora de rádio internacional	BBC Londres, Al Jazeera - Catar.
Portais/sites locais	Imirante.com, G1 Maranhão, Agência Matraca, IDifusora.
Portais/sites nacionais	Globo.com, Folha Online, Uol, Fato Online - Brasília, Consultor Jurídico (Conjur), I6.
Blogs/ Sites locais	Atual 7, Gilberto Léda, Neto Ferreira.
Revistas	Veja

- **Programa de Rádio “Estação Ministério Público”**

O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9 às 10 da manhã. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa. O espaço para exibição do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

Em 2015 foram realizados 34 programas, sendo que dos 39 entrevistados: 9 (nove) foram promotores entrância inicial, 7 (sete) de entrância intermediária, 15 (quinze) de entrância final e 08 (oito) integrantes de outros poderes.

- **Sítio do MPMA na internet**

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Foi reformulado em 2013, com o objetivo de dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando as informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas institucionais do Ministério Público, cumprindo ainda a Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio ".mp.br" pelo Ministério Público. O desenvolvimento do site, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.

Tabela 73 - Estatística do Site MPMA

	Notícias	Avisos	Programa Estação Ministério Público
Publicados	758	104	34
Total de acessos	269.346	28.141	13.576
Média de acessos	355,33	270,58	399,29
Mais acessados	2.180	1.657	1.064
	Nomeação do concurso para membros” (2/09)	Calendário de Pagamentos (16/01)	Investigação contra a prefeita de Bom de Jardim (24/08)

Fonte: CMTI, números em 05/01/2016

b) Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Como parte das atribuições do setor, definidas em norma específica, estão:

- Clipagem diária das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa;
- Suporte aos eventos internos, junto ao Cerimonial;
- Planejamento de eventos comemorativos, como o Dia da Mulher, Dia das Mães, Semana do Servidor, Caminhada “Maria da Penha em Ação”, Passeio ao Parque Botânico da Vale;
- Planejamento, execução e avaliação das duas edições do “Ministério Público em Ação”;
- Planejamento, diagramação e produção dos informativos interno “Em Dia” das campanhas institucionais
- Planejamento, execução e avaliação das campanhas institucionais;
- Atualização permanente do Facebook institucional;
- Atualização permanente dos murais da instituição



5.7 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB), composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, tem como missão fundamental realizar a gestão da política documental do Ministério Público do Maranhão, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Durante o ano de 2015, com o apoio da Administração Superior do MPMA, esta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, para contemplar as necessidades informacionais dos membros, assessores e servidores do Parquet estadual e da comunidade em geral, bem como dar transparência e visibilidade das seguintes ações, serviços e produtos oferecidos aos seus clientes:

a) Gestão e Fiscalização de Contratos

Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam a promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

- Solicitação de assinatura e renovação de periódicos jurídicos impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese e Dialética);
- Assinatura e renovação de sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:
 - “Boletim de Licitações e Contratos BLC (NDJ)”: à Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Assessoria de Controle Interno e à Comissão Permanente de Licitação;
 - “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ;
- Fiscalização dos serviços de publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em Jornais Locais;

- Fiscalização dos serviços de assinatura, entrega e fornecimento de Jornais Locais;
- Fiscalização dos serviços de Guarda, Digitalização e Gerenciamento de Documentos e Arquivos – Sistema GED ARQUIVAR;
- Fiscalização dos serviços de fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);
- Fiscalização dos serviços de formatação e diagramação de obras institucionais;
- Solicitação e acompanhamento da aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração e Promotorias de Justiças.

b) Supervisão Editorial e Normalização de Obras Institucionais

Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

- Organização, normalização e distribuição da Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 22, 2015 (anual);
- Normalização do “Relatório de Atividades MPMA – 2014”;
- Normalização do “O Timbira: Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público”;
- Normalização do “Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão”;
- Organização, normalização e distribuição do “Manual de Expediente Oficial” (2ª edição, revisada e ampliada);
- Organização e distribuição da “Agenda MPMA AMPEM 2016” e do “Caderno de Anotações MPMA AMPEM 2016”;
- Revisão e distribuição do “Calendário MPMA AMPEM 2016”.

c) Política de Atendimento ao Usuário

A seguir, demonstra-se o comparativo anual (2014-2015) dos produtos e serviços oferecidos:

Tabela 74 - Utilização de Serviços e Produtos

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2014	2015
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	298	444
Serviço de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	820	602
Serviço de empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	1.589	804
Consultas locais ao acervo bibliográfico	351	268
Sumários correntes (Disponibilização on line)	80	80
Serviço de publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão (Recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão)	2.723	3.313
Serviço de publicidade de avisos, editais e notas oficiais nos jornais locais	285	157

d) Política de Desenvolvimento e Ampliação de Coleções

Por iniciativa desta coordenadoria, foi realizada a solicitação de empenho e acompanhamento da aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração e Promotorias de Justiça.

Igualmente, tendo em vista a mudança de sede da PGJ, foi realizado o inventário do acervo bibliográfico, objetivando o eventual desbaste e posterior descarte de obras obsoletas.

Abaixo, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

Tabela 75 - Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2014	2015
Doação de livros	240	41
Renovação de assinaturas de periódicos jurídicos e técnicos	16	16
Doação de periódicos jurídicos	20	20
Inclusão de fascículos de periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	67	75

e) Apoio à implantação de Sistemas Institucionais

- Apoio à implantação institucional do Sistema DIGIDOC (sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), no que se refere à análise e elaboração da Tabela de Assuntos.
- Apoio à atualização do Sistema de Protocolo/PGJ com a inclusão das Tabelas Taxonômicas Unificadas de Gestão Administrativa do Conselho Nacional do Ministério Público para uso em ambiente de produção.
- Auxiliar a implantação institucional do ambiente de testes do Sistema de Gestão do Diário Oficial Eletrônico, através de visitas técnicas sobre o funcionamento do referido aplicativo junto à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão, além da análise das ferramentas técnicas e compatibilização de matérias e setores, em ambiente de testes, para posterior disponibilização do ambiente de produção após homologação pela Administração Superior do MPMA.

f) Outras ações importantes

A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

Tabela 76 - Ações e iniciativas de relevo - CDB

AÇÕES DE DESTAQUE	2014	2015
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	371	408
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual (LEGIS) e de Legislação Municipal	58	71
Atualização – Link virtual de Legislação Interna	50	66
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	153	189

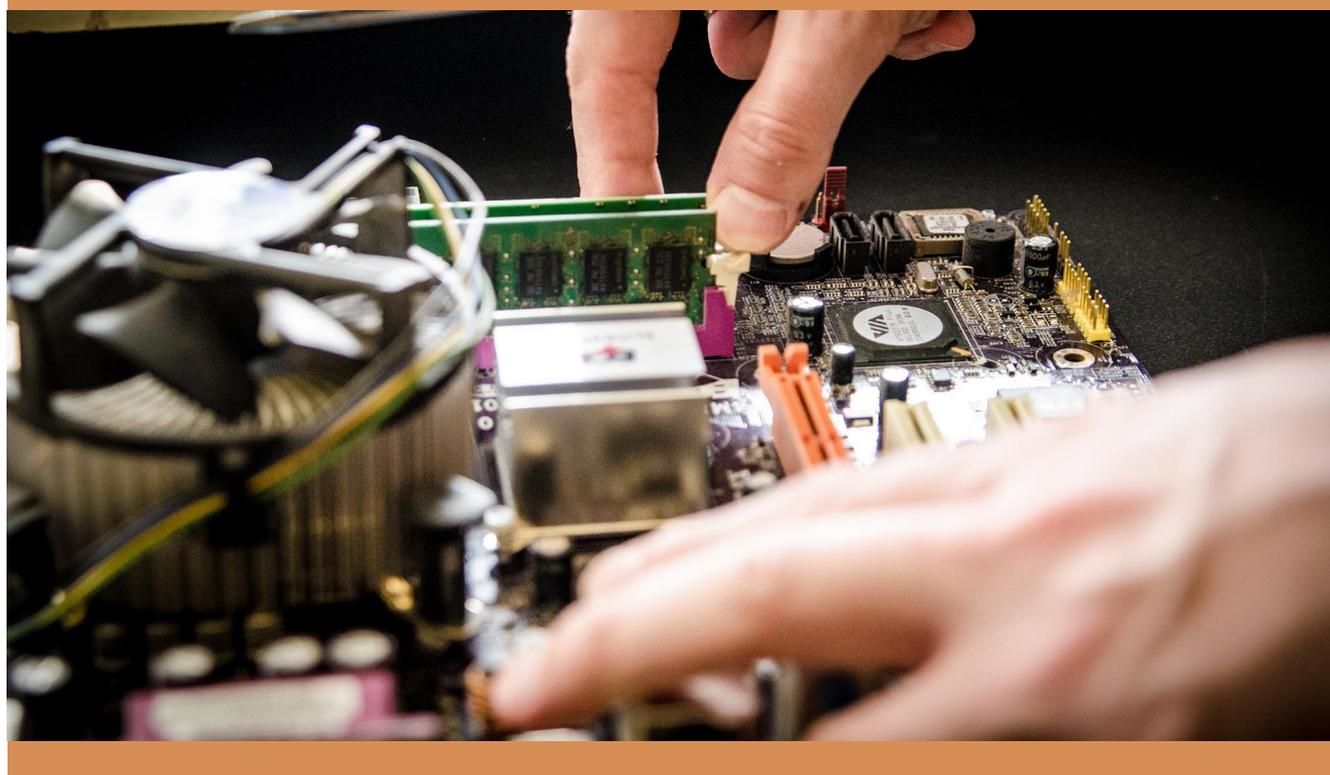
Tabela 77 - Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	13.338	13.708
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	2.644	743
Recebimento/Autuação de outros processos	526	32
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	2.948	1.755

Tabela 78 - Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2014	2015
Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, memorandos, dossiês e certidões)	14.447	12.535
Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, memorandos, dossiês e certidões).	2.487	1.179
Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (Empresa ARQUIVAR - pastas e caixas-arquivo contendo pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).	241	872
Documentos solicitados e eliminados (descarte seguro - caixas poliondas de pareceres, diários oficiais e clippings)	313	344

5.8 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação



A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

É dividida em três seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores; e
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário, que terão suas atividades apresentadas em conjunto devido à interdependência destas;

a) CMTI em números

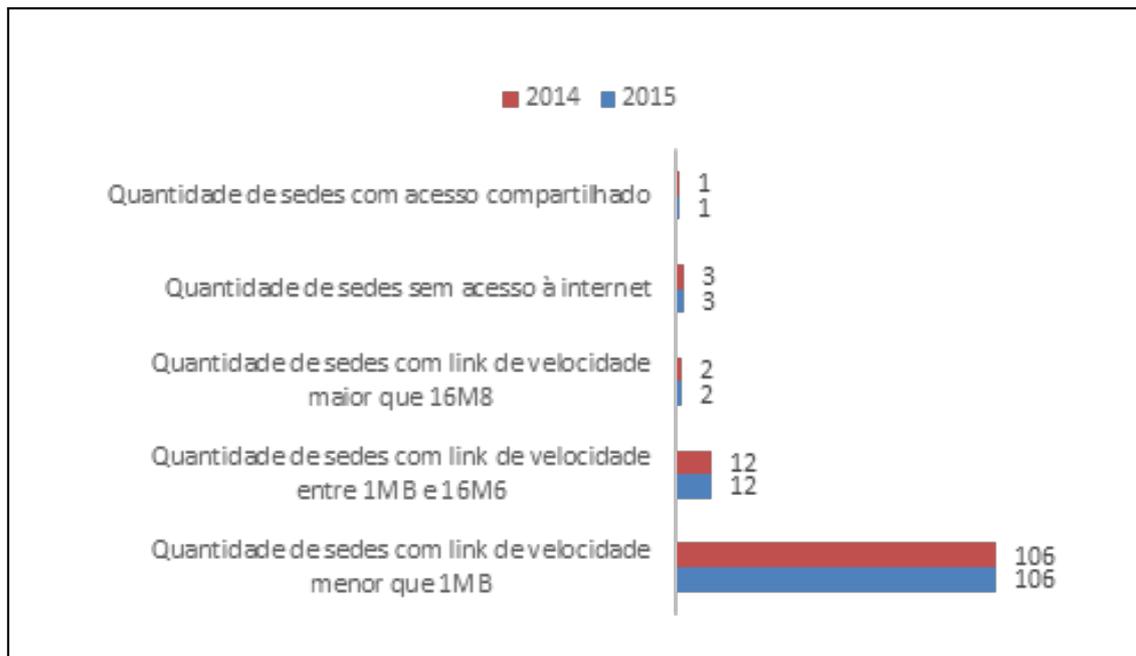


Gráfico 18 - Infraestrutura de internet do MPMA

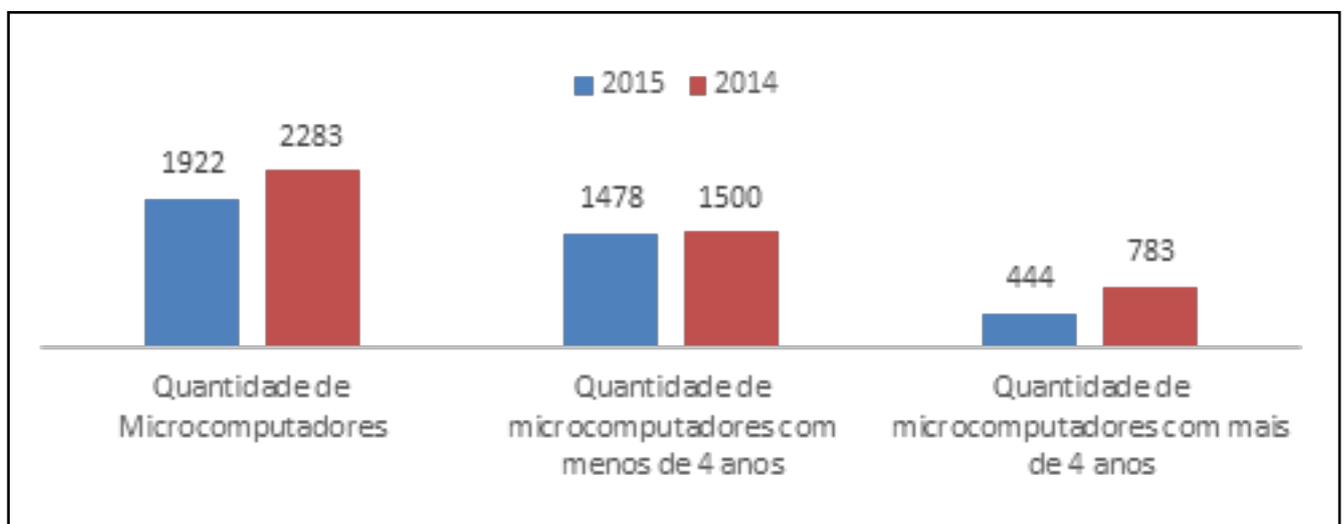


Gráfico 19 - Número de computadores tipo desktops do MPMA

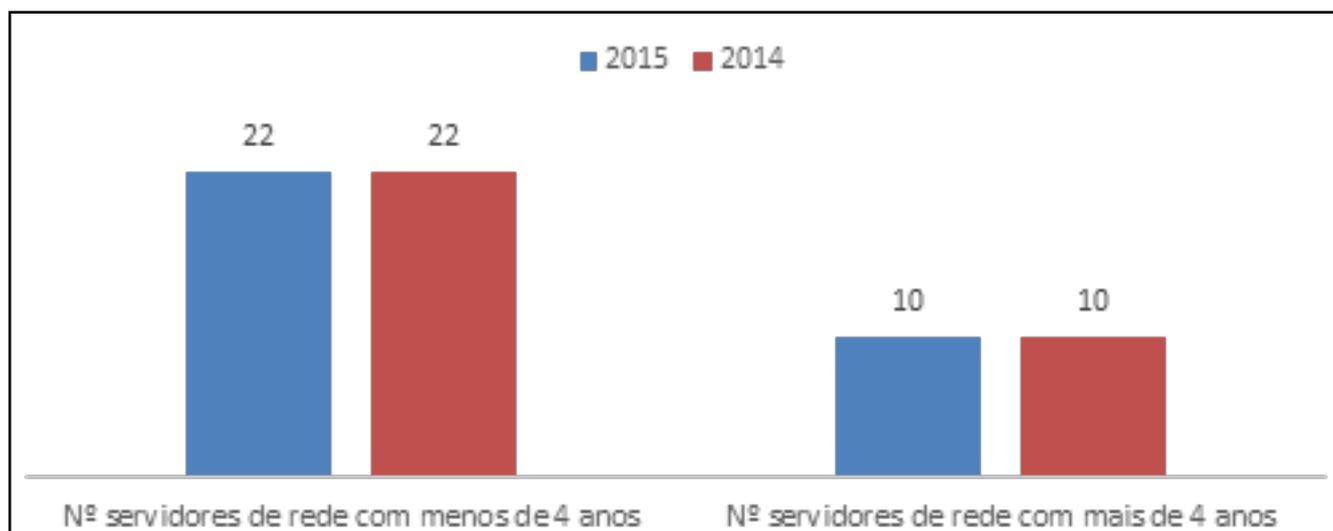


Gráfico 20 - Número de notebooks utilizados

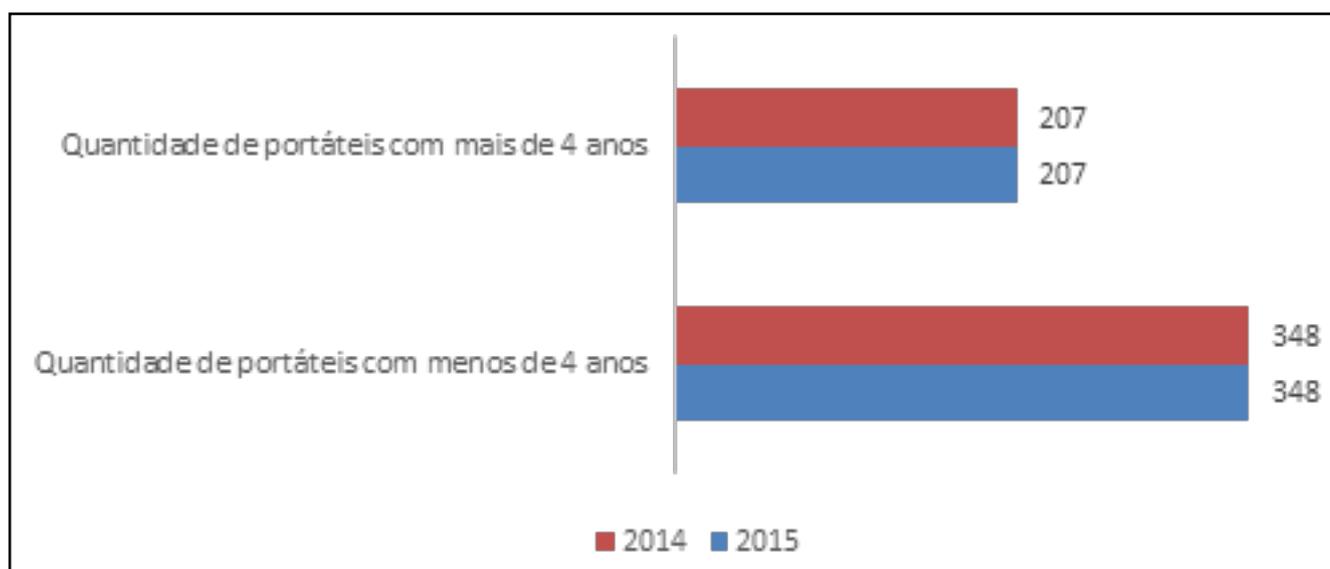


Gráfico 21 - Quantitativo de servidores de rede do MPMA

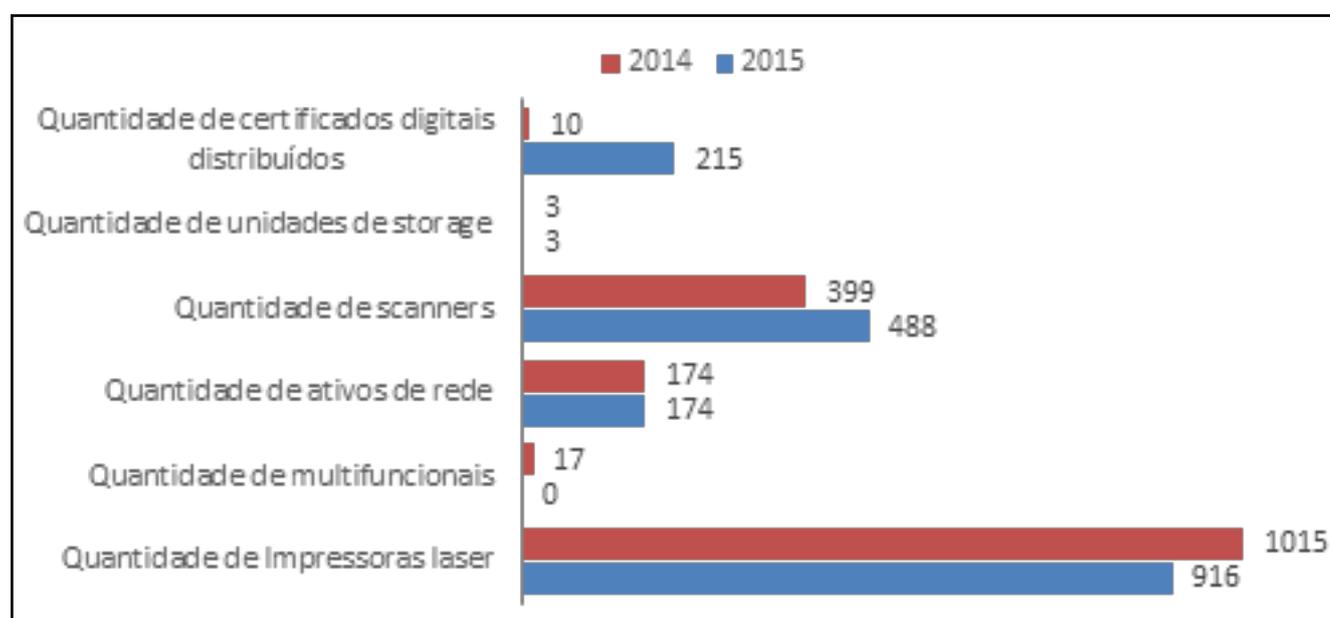


Gráfico 22 - Outros equipamentos de TI utilizados

b) Atividades da Coordenação da CMTI

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições:

- Aditivo de prazo para prestação de serviços continuados da Rede de Dados (INFOVIA) – PA 1184AD/2015. Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços das áreas finalísticas.
- Projeto Executivo das Promotorias de Justiça da Capital (PJ Capital) – Contrato 110/2013 – PA 1858AD/2015. Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços de comunicação e colaboração entre servidores e membros.
- Aquisição de leitores biométricos – PA 2426AD/2015. Melhoria no controle de registro da frequência de servidores nas diversas unidades do Ministério Público.
- Serviços de instalação de link ponto a ponto – PA 2648AD/2015. Instalação de link a rádio ponto a ponto, entre os prédios das Promotorias de Justiça da capital e a sede da Procuradoria-Geral de Justiça, visando melhoria na comunicação de dados e Internet para membros e servidores das promotorias de justiça da capital.
- Aquisição de projetores multimídia – PA 2544AD/2015. Melhoria no atendimento e divulgação das ações administrativas e finalísticas nas diversas unidades do Ministério Público.
- Formalização do 3o Aditivo de Prazo ao Contrato 72/2013 – PA 10683AD/2015, para melhoria e otimização no processo de desenvolvimento de software.
- Fornecimento de 400 eToken 5100 da Safenet e 1000 Leitor de Smart Card Gem PC TH Gemalto – PA 11009AD/2015. Melhoria no controle e segurança de documentos digitais.
- Aquisição de impressoras de crachá – PA 3782AD/2015. Melhoria no controle de acesso e segurança institucional através da identificação funcional.
- Capacitação de servidores da Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos – PA 3517AD/2015 e 3519AD/2015, para recuperação de HD e demais mídias visando extração de dados com conserto físico e lógico. Melhoria e otimização na recuperação de informações lógicas comprometidas em função de falhas dos dispositivos de armazenamento de dados.
- Aquisição de cartões PVC com chip sem contato (MIFARE) – PA 3783AD/2015. Melhoria no controle de acesso e segurança institucional através da identificação
- Aquisição de carteiras funcionais, certificados digitais, tokens e leitoras smartcard, para uso da assinatura digital nos sistemas SIMP, DIGIDOC e PJe.
- Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação voltada ao desenvolvimento e manutenção evolutiva e adaptativa de sistemas de informação, em regime de Fábrica de Software em JAVA, PHP e PL/SQL, durante 12 (doze) meses, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Maranhão – PA 5078AD/2015.
- Serviços de implantação de Infraestrutura para nova sede da PGJ – PA 4419AD/2015. Autos instruídos objetivando contratação de infraestruturas tecnológicas de: cabeamento estruturado para rede de dados, telefonia e segurança eletrônica (cftv e controle de acesso), rede elétrica dedicada a ti, infraestrutura e solução integrada de vídeo monitoramento ip, controle de acesso, detecção e alarme de incêndio e sonorização ambiente/emergência, além do sistema de combate automático de incêndio em data center e soluções de sonorização e projeção para o auditório e Colegiado, incluindo o fornecimento de equipamentos, materiais e acessórios, para atender as necessidades do novo prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.
- Aquisição de Licenças para solução de BI – PA 5565AD/2015. Melhoria na qualidade e atuação da Instituição.
- Fornecimento de 50 (cinquenta) scanners – PA 7162AD/2015. Melhoria e otimização no processo de virtualização de documentos.
- Fornecimento de 110 (cento e dez) impressoras térmicas – PA 7163AD/2015. Melhoria no controle e registro dos processos judiciais e extrajudiciais.
- Fornecimento de 40 (quarenta) ultrabooks – PA 7166AD/2015. Melhoria na atividade da área fim do Ministério Público.
- Fornecimento de 90 (noventa) Hds externos. Melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- Serviços de transferência (moving) do Data Center da sede atual da PGJ/MA para a nova sede – PA 7457AD/2015. Garantia da qualidade e manutenção da infraestrutura de datacenter do MPMA.
- Vistoria Técnica nas Promotorias de Justiça de São José de Ribamar – PA 11226AD/2015, para intervenções na infraestrutura de redes.
- Aquisição de Computadores Desktop e Monitores – PA 11820AD/2015. Melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade.
- Fornecimento de 50 leitores ópticos manual de código de barras – Tipo Pistola – PA 12184AD/2015, para uso nos sistemas SIMP e GESP.
- Licitação – Aquisição de Baterias Seladas para Nobreaks – PA 12580AD/2015. Garantia da qualidade dos serviços nas áreas meio e fim.
- Prorrogação em caráter emergencial (INFOVIA) – PA 12777AD/2015. Autos instruídos com a solicitação de aditivo para cobertura contratual durante o período de migração dos circuitos para o novo contrato.
- Aquisição de Certificados Digitais A3 – PA 12812AD/2015. Autos instruídos com a solicitação de formalização do contrato para emissão de 100 unidades.
- Aquisição de Switches – PA 12839AD/2015

c) Outros procedimentos gerenciais

- Cooperação Técnica com o TCE/MA, para recebimento de informações encaminhadas pela CPL, através do Sistema SACOP (TCE/MA), visando melhoria na comunicação de dados e Internet para membros e servidores das Promotorias de Justiça da capital.
- Adequação do DataCenter do prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital. Melhoria na segurança e preparação do ambiente para comportar uma sala segura de datacenter.
- Reunião Extraordinária do CETI com o objetivo de revisar o Plano Diretor de TI 2015-2016 com base na consolidação da reduzida proposta orçamentária para a área de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado do Maranhão; Definição dos serviços essenciais vigentes e projetos continuados futuros (investimento e custeio) que deverão ser descontinuados, face à reduzida reserva orçamentária; Previsão de aquisições de materiais permanentes e de consumo (Investimento) de atas de registro de preços vigentes; e, Discutir estratégia para definição das aquisições futuras (Investimento e Custeio), com base no reduzido orçamento do exercício de 2015.
- Desligamento de contas de e-mail institucional – PA 3788AD/2015. Melhoria no atendimento e divulgação das ações administrativas e finalísticas nas diversas unidades do Ministério Público.
- Inclusão de taxonomia CNMP para a área administrativa – PA 6980AD/2015. Melhoria dos serviços prestados e padronização para análise efetiva dos dados gerados.
- Levantamento do nível de governança da TI do MPMA – PA 4026AD/2015. Concluído o levantamento de nível de governança da TI da Instituição, através do preenchimento de planilha para levantamento sobre o estado atual de governança e gestão do MPMA. Originalmente esta planilha foi desenvolvida pelo TCU/SEFTI e utilizada para o cálculo do iGovTI 2014, na qual foram feitos acréscimos/modificações pelo Escritório de Governança de TI do MPPE.
- Solicitação do 2º aditivo de prazo ao contrato nº 110/2013 – PA 7799AD/2015. Formalizado pedido objetivando a continuidade dos serviços essenciais de comunicação e colaboração baseado em nuvem (office365) na qual são providos os serviços de e-mail Institucional, armazenamento virtual e comunicação instantânea. Melhoria na qualidade da comunicação Institucional.
- Reequilíbrio econômico-financeiro em ARP 043/2014 – PA 7879AD/2015. Após provocação da empresa detentora da ARP 043/2014, os autos foram devidamente instruídos e encaminhados para análise por parte da Administração Superior. Refere-se à aquisição de impressoras térmicas.
- Aplicação de penalidades a fornecedor – PA 8034AD/2015. Cumprimento das cláusulas contratuais vigentes.
- Criação de Comissão de Estudos para Elaboração de Ato Normativo – PA 8781AD/2015. Solicitada a criação de comissão de estudos objetivando a elaboração de ato normativo que discipline e estabeleça normas para a contratação de soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, considerando a Resolução nº 102/2013-CNMP.

d) Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

- Interoperabilidade SIMP/Pje/Themis - Suporte junto ao TJMA para operacionalização da interoperabilidade com os sistemas Pje e Themis.
- Diário eletrônico - Adaptado o sistema de Diário Eletrônico, cedido pelo TJMA, às particularidades do MPMA. Aguardando a homologação por parte do setor requisitante, a saber: Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.
- Sistema para controle de ocorrências de plantão - Concluído o desenvolvimento do sistema de plantão, demandado pela Corregedoria-Geral do MPMA. Sistema aguardando homologação do requisitante para ser disponibilizado em ambiente de produção. Criadas Views no Banco de Dados para acesso às tabelas usadas no sistema desenvolvido.

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações.

- COF – exportação de pagamentos para EXCEL.
- Adaptação ao Ato 11/2015, geração de relatórios e inclusão de novas funcionalidades.
- Melhorias no sistema de portarias (CGP);
- Adaptação do sistema Frotas do TJMA (CSG);
- Suporte ao SISPAD (correção de erros);
- Relatório de setores sem relógio de ponto para RH – Ponto Eletrônico (CAD);
- Elaboração do documento de Padrões de Desenvolvimento (CMTI – SADS);
- Emissão do relatório de atividade funcional – SIMP (área fim do MPMA);

- Boletim Interno - Adição de e-mails; Correção de bugs.
- Portal da Transparência - Adequação layout e níveis de navegação segundo novo manual do CNMP.
- SIMP - Alterações em cadastros e relatórios (remoção e adição de campos) e otimização no carregamento de páginas.
- Portal (Intranet e Internet) Institucional - Criação de links e páginas de campanhas, atualização de conteúdo, conforme demandas da SECINST.
- SOLMAT - Intervenções em banco de dados para alterar em pedidos de material
- CNMP - Criação de ponto de acesso para envio de informações de membros.
- Portarias - Configuração de modelos junto à CGP.
- Redmine CCOM - Adaptado ao fluxo de trabalho do setor requisitante;
- Desenvolvimento de Módulos dos Sistemas de Patrimônio, Material, RH, Gabinete Médico Odontológico, Portarias.

e) Seção de Segurança e Rede de Computadores

- Análise das Propostas das Licitantes para a contratação da nova Rede de Dados e Link de Acesso à Internet;
- Apoio à equipe técnica responsável pela implantação do SIMP nas Promotorias de Justiça do Interior do Estado;
- Suporte às demandas na área de Rede e Conectividade da PGJMA, Promotorias de Justiça da Capital e Interior;
- Fiscalização e Gestão dos Contratos vinculados à Seção, destacando-se o Contrato INFOVIA, Serviços de Nuvem e Infraestruturas Tecnológicas da Nova Sede da PGJMA;
- Contato com a Gerência de Serviços Gerenciados da Operadora OI (INFOVIA);
- Manifestações em processos administrativos referentes à Seção de Segurança e Redes de Computadores;
- Visita técnica a Promotorias de Justiça do Interior do Estado em conjunto com a Coordenadoria de Serviços Gerais e Diretoria Geral;
- Continuação da elaboração dos Projetos Executivos para o Prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital em conjunto com a COEA;
- Implantação da Sala de Fiscalização do Contrato 59/2015 na Nova Sede da PGJMA.

f) Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

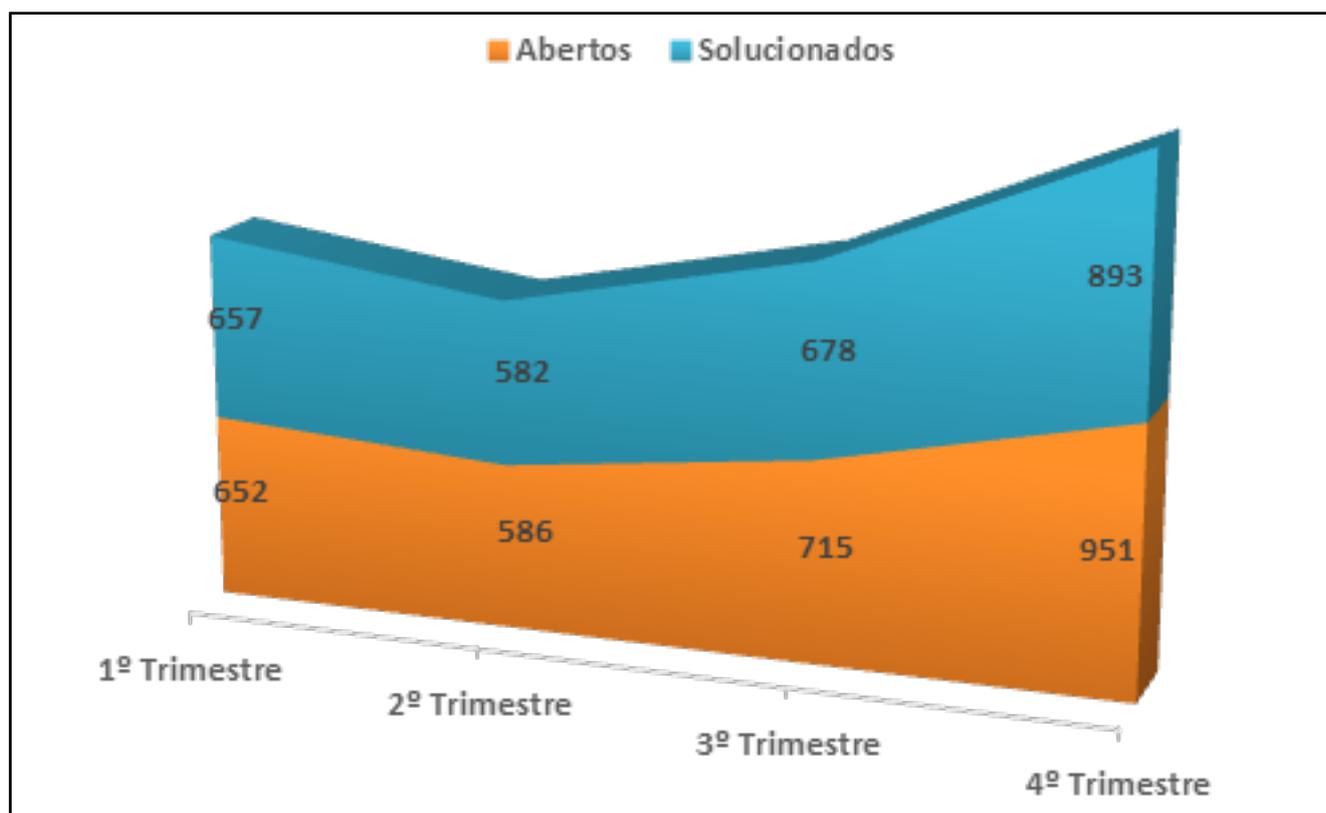
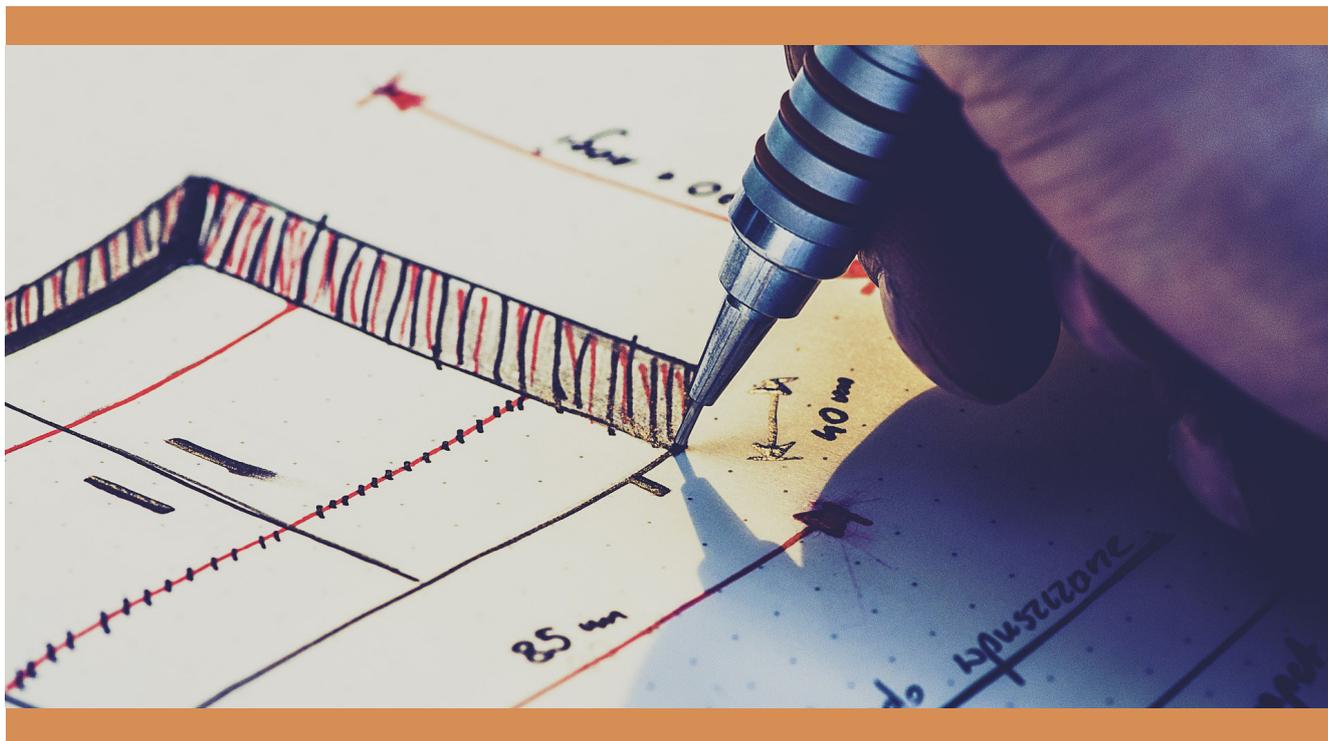


Gráfico 23 - Atendimento a usuários em 2015

Atividades da equipe de suporte técnico do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público

- Cadastro de usuários e permissões de acesso ao SIMP;
- Criação de locais (comarcas, câmaras, delegacias, departamentos, departamentos externos, órgãos externos, promotorias, procuradorias, varas, juizados, turmas recursais, zonas eleitorais);
- Criação de contadores de distribuição;
- Configuração/Vinculação de áreas, classes e assuntos a contadores de distribuição conforme atribuições;
- Configuração dos ambientes de homologação e produção para implantação do SIMP em: Promotorias de Justiça de Zé Doca, Matinha, Viana, Penalva, Codó, Pindaré-Mirim, Bom Jardim, Tutóia, Araióses, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar, Bacabal, Codó, Timon, Caxias, Açailândia, Imperatriz, Santa Luzia, Rosário, Morros, Santa Rita, Icatu, Senador La Rocque, João Lisboa, Promotorias de Justiça da Capital, Procuradorias de Justiça, Setores Administrativos da PGJ e Centros de Apoio Operacional.

5.9 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura



Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas à elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área.

Em 2015, a COEA realizou o acompanhamento de obras e serviços de reforma e construção de unidades ministeriais tanto na capital quanto no interior do estado, além de serviços de engenharia de levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça.

Elaborou projetos de reformas e construções de sede de Promotorias, realizou avaliação de valor locativo de imóveis, levantamentos para elaboração de laudo de perícias e de situação de instalações elétricas, além de vistorias de obras em execução durante o ano, conforme quadro abaixo:

Quadro 19 - Promotorias construídas/reformadas pela COEA em 2015

CONSTRUÇÃO	REFORMA
Paço do Lumiar	Alcântara
Colinas	Promotorias de Justiça da Capital (em andamento)
Pindaré-Mirim	
Eugênio Barros	
Nova sede de Imperatriz (em andamento)	
Nova sede da PGJ (em andamento)	

Quadro 20 - Promotorias com serviço de manutenção realizado pela COEA em 2015

MANUTENÇÃO		
Imperatriz	Dom Pedro	Santa Inês
Montes Altos	Paraibano	Zé Doca
Porto Franco	Caxias	Vitória do Mearim
Bacabal	Codó	Balsas
São Luís Gonzaga	Matões	São Raimundo das Mangabeiras
Olho D'Água da Cunhãs	São Vicente Ferrer	Carolina
Pedreiras	Guimarães	Itapecuru-Mirim
Igarapé Grande	Matinha	Santa Rita
Lago da Pedra	Viana	Vargem Grande
Esperantinópolis	Cururupu	Rosário
São Domingos do MA	Penalva	Chapadinha
Santo Antônio dos Lopes	Turiaçu	São Bernardo
São Mateus	São José de Ribamar	Araioses
João Lisboa	Estreito	Raposa
Pinheiro	São João Batista	Mirinzal
Barreirinhas	Humberto de Campos	Açailândia

5.10 Comissão Permanente de Licitação



As licitações realizadas contemplaram as modalidades de Pregão na forma Eletrônica, Presencial e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2015:

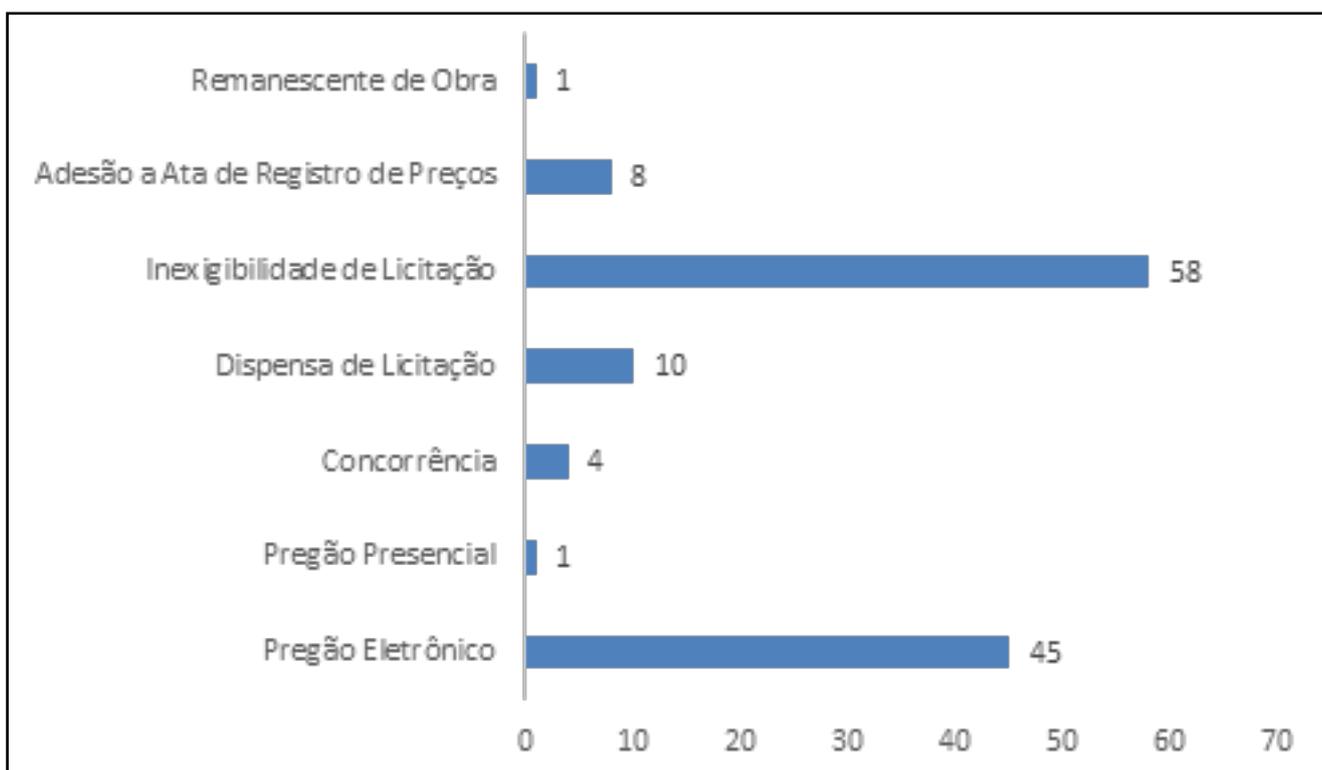


Gráfico 24 - Total de licitações realizadas em 2015

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2015, foram concluídos 50 (cinquenta). Desse total, 45 (quarenta e cinco) foram na modalidade Pregão Eletrônico; 1 (um) Pregão Presencial, e 4 (quatro) Concorrências.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões (carona) feitas pela Procuradoria-Geral de Justiça, resultaram na formalização de 18 (dezoito) Contratos Administrativos e 67 (sessenta e sete) Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2015 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

Tabela 79 - Economia nos processos licitatórios em 2015

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto - R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	45	65.947.620,44	50.793.312,22	15.154.308,22	22.97%
Pregão Presencial	1	2.002.011,00	1.049.000,00	953.011,00	47.60%
Concorrência	4	13.767.321,11	12.304.515,65	1.462.805,46	10.62%
TOTAL	50	81.716.952,55	64.146.827,87	17.570.124,68	21.50%

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este órgão ministerial foi da ordem de R\$ 17.570.124,68 (dezessete milhões, quinhentos e setenta mil, cento e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), o que equivale a 21,50% do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2015.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL, no ano de 2015, realizou 10 (dez) enquadramentos de contratações por dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 869.618,40 (oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta centavos), e 58 (cinquenta e oito) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 1.229.937,98 (um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos), para compras e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores.

Tabela 80 - Valor dos processos licitatórios em 2015

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	45	50.933.312,22
Pregão Presencial	1	1.049.000,00
Concorrência	4	12.304.515,65
Dispensa	10	869.618,40
Inexigibilidade	58	1.229.937,98
Adesão a ARP	8	953.263,10
Remanescente	1	29.596,56
TOTAL		67.369.243,91

5.11 Chefia de Cerimonial



A Chefia de Cerimonial é o setor responsável por planejar, organizar, executar e assessorar os eventos do Ministério Público do Maranhão, além de acompanhar o chefe da instituição ou seu representante em eventos externos, quando solicitado pelo procurador-geral de justiça. Também é responsável por outras atividades burocráticas e, desde o ano de 2012, pela emissão de passagens aéreas.

O setor tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do Parquet, tendo participação ativa nas ações estratégicas da Administração Superior - do planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados. Conta com o apoio da Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade em geral.

Quadro 21 - Atividades desenvolvidas:

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras dentre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico, desde a disposição dos móveis, ornamentação, recursos audiovisuais, alimentação e todos os recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Solicitação e acompanhamento de processos de empenho referentes aos contratos de responsabilidade da Chefia para todos os eventos solicitados;
- Confecção e expedição dos convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;

- Acompanhamento e assessoramento à procuradora-geral de justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamentos correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;
- Confecção de cartões de nominata;
- Orientação do mestre de cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades no decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas.
- Divulgação no Portal da Transparência das passagens aéreas.

Tabela 81 - Comparativo de eventos realizados (2014-2015)

EVENTOS	2014	2015
Ação Social	1	-
Solenidades	4	7
Encontros, Simpósios, etc.	9	15
Campanhas	1	3
Concurso	1	1
Caminhada	1	2
Eleição	1	5
Reunião	14	59
Pedra Fundamental	-	-
Posses	4	7
Inauguração/Reformas (Promotorias no Interior, Memorial, etc.)	5	2
Audiências Públicas	2	5
Comemorações	4	4
Cursos, palestras, oficinas, fóruns e capacitações.	15	29
Acompanhamentos Externos	9	12
TOTAL DE EVENTOS	71	151

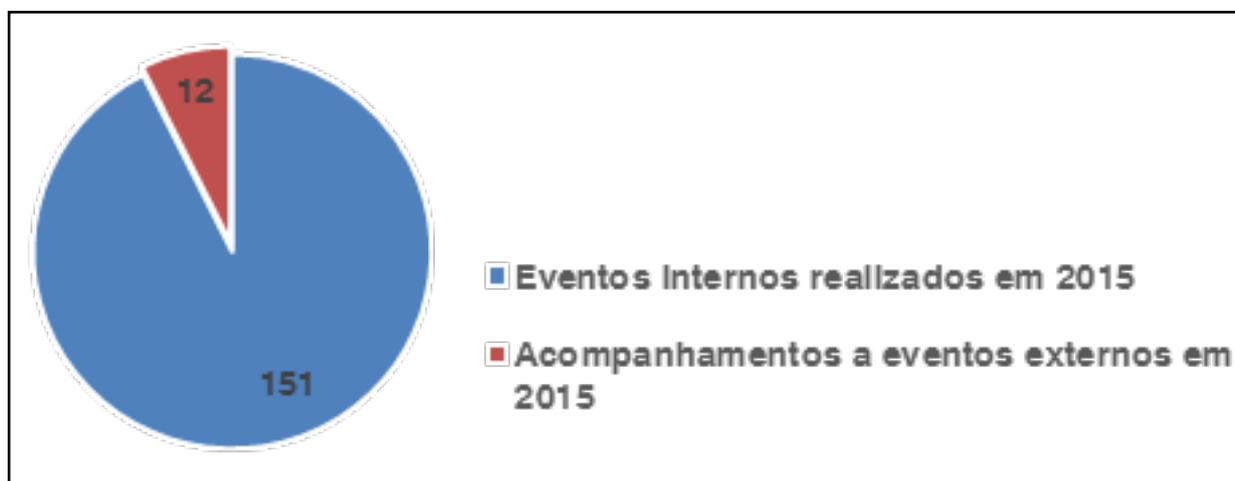


Gráfico 25 - Número de eventos realizados pelo Cerimonial

Tabela 82 - Passagens emitidas em 2015

MÊS	BILHETES EMITIDOS			TOTAL
	MEMBROS	SERVIDORES	OUTROS	MENSAL
Janeiro	7	6	0	13
Fevereiro	9	18	0	27
Março	37	35	10	82
Abril	31	40	0	71
Maio	25	26	9	60
Junho	31	35	11	77
Julho	8	22	4	34
Agosto	40	45	0	85
Setembro	32	33	0	65
Outubro	29	30	0	59
Novembro	36	48	6	90
Dezembro	11	16	24	51
Total Anual	296	354	64	714

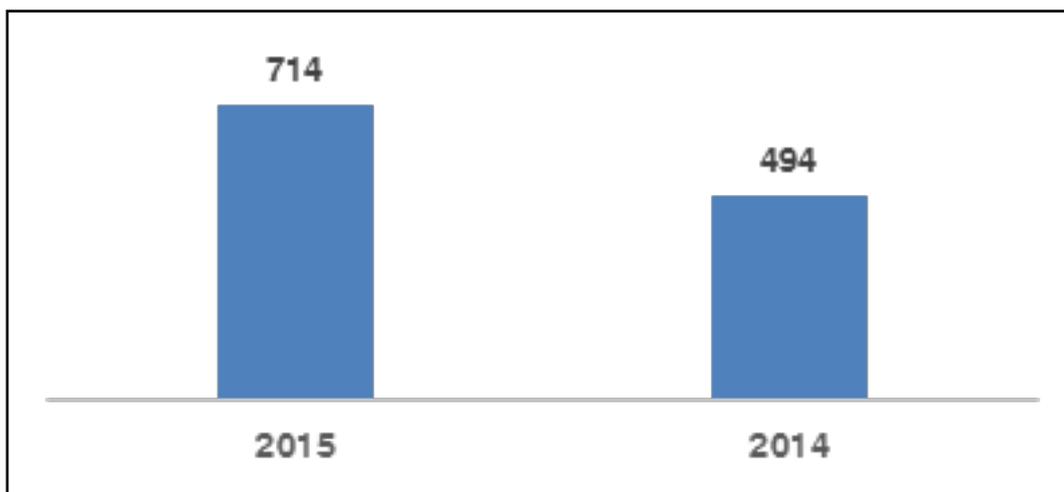


Gráfico 26 - Comparativo de emissão de passagens aéreas



6

MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO

• **LIMA CAMPOS - Ex-prefeito é acionado por fraude nos recursos destinados à saúde**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Lima Campos, Francisco Geremias de Medeiros, conhecido como Xarim. O documento, de setembro de 2014, é assinado pela 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras, da qual Lima Campos é Termo Judiciário, e pelo Grupo de Promotores Itinerantes (GPI).

• **PGJ recebe secretário de Segurança Pública**

A procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu o secretário de estado de Segurança Pública, Jeferson Miller Portela e Silva, e o secretário adjunto de Desenvolvimento e Articulação Institucional, Aurélio Araújo Queiroz. No encontro, foi discutida a parceria entre as duas instituições.

• **MPMA reivindica melhorias no atendimento à mulher em Imperatriz**

O promotor de justiça de Defesa da Mulher, da Comarca de Imperatriz, Joaquim Ribeiro de Sousa Junior, reuniu-se com a secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto, na sede da referida secretaria, em São Luís. O objetivo do encontro foi discutir investimentos na capacitação de profissionais e na estrutura dos órgãos que prestam atendimento à mulher na região Tocantina.

• **PGJ reúne-se com os Centros de Apoio Operacionais**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reuniu-se com os coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais (CAOps) do Ministério Público do Maranhão. O objetivo foi fazer um balanço das atividades realizadas em 2014 e estabelecer metas e ações a serem desenvolvidas em 2015, em parceria com a Administração Superior, Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão e Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

• **Sonegação fiscal é debatida por representantes do MPMA, PGE e Secretaria de Estado da Fazenda**

O promotor de justiça José Osmar Alves, titular da Promotoria de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária de São Luís, recebeu representantes do Governo do Maranhão para discutir o restabelecimento da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal no Maranhão. O objetivo é desenvolver ações para recuperar receitas, executar a cobrança e combater a sonegação.

• **COROATÁ - Recomendação do MPMA é atendida pelo Detran-MA**

Em resposta à Recomendação do Ministério Público do Maranhão, o Detran-MA informou, através de ofício nº 1588/14, datado de 3 de dezembro de 2014, que a relação das autoescolas credenciadas no estado do Maranhão, já está disponível no sítio do órgão e pode ser acessada por todos.

• **MPMA recomenda concurso público para Cras e Creas**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Humanos, emitiu, em 15 de dezembro, Recomendação à Prefeitura de São Luís para que seja autorizada, no prazo de 90 dias, a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro funcional nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), mantidos pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – Semcas.

• **AÇAILÂNDIA - Acordo mediado pelo MPMA obtém recomeço de atividades anestésicas no Hospital Municipal**

A intervenção do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde na Comarca de Açailândia, viabilizou a assinatura de um acordo entre a Secretaria Municipal de Saúde e a empresa Unicentro, que presta serviços de anestesia no Hospital Municipal (HMA). Os serviços estão paralisados desde dezembro, sob a alegação de falta de mínimas condições de trabalho.

• **MIRINZAL - MPMA propõe ACP contra cinco pessoas por fraude em processo licitatório**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Mirinzal, ajuizou, em 14 de janeiro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra cinco envolvidos em fraude de processo licitatório para construção de unidade de educação básica e quadra escolar coberta com vestiário no município.

• **DAVINÓPOLIS - MPMA realiza inspeções e pede reativação do Hospital Municipal**

O Ministério Público do Maranhão instaurou procedimento administrativo para apurar a situação da saúde pública em Davinópolis. Após inspeções realizadas nos postos de saúde e no Hospital Municipal de Davinópolis, a 5ª Promotoria de Justiça de Especializada na Defesa da Saúde de Imperatriz constatou que o estabelecimento hospitalar, inaugurado em junho do ano passado, encontra-se fechado desde o mês de outubro.

• **SAO JOSÉ DE RIBAMAR - MPMA emite Recomendação sobre loteamentos urbanos irregulares**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de São José de Ribamar, emitiu, em 16 de janeiro, Recomendação para que sejam identificados e regularizados os loteamentos no município. O documento foi encaminhado ao prefeito, Gil Cutrim, ao secretário municipal de Meio Ambiente, Edson Calixto, ao cartório de Registro Imobiliário de São José de Ribamar e às instituições financeiras públicas e privadas de créditos imobiliários.

• **IMPERATRIZ - MPMA requer imediata nomeação de enfermeiros para atuar no Hospital Municipal**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Imperatriz, ajuizou, em 19 de janeiro, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, requerendo a nomeação, em 30 dias, de, pelo menos, 81 aprovados no último concurso para o cargo de enfermeiro para atuar no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), conhecido como Socorrão.

• **CURURUPU - MPMA pede indisponibilidade dos bens de ex-presidente da Câmara Municipal**

O Ministério Público do Maranhão solicitou, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada no dia 13 de janeiro, a indisponibilidade dos bens de Antônio Lourenço da Silva Louzeiro, ex-presidente da Câmara Municipal de Cururupu. A ação foi motivada por irregularidades praticadas pelo ex-gestor no exercício financeiro de 2008.

• **Audiência discute impactos da alteração dos limites territoriais entre Senador La Rocque e Buritirana**

Uma audiência pública, realizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Senador La Rocque, em 19 de janeiro, no salão paroquial da Igreja Católica do município, discutiu os impactos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 83914/2009 sobre os limites territoriais entre os municípios Senador La Rocque e Buritirana, modificados pela Lei Estadual nº 265/2008.

• **MATA ROMA - MPMA propõe quatro Ações de Execução contra ex-prefeito**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, ajuizou, em 12 de janeiro, quatro Ações Cíveis Públicas de execução forçada contra Lauro Pereira Albuquerque, ex-prefeito de Mata Roma.

• **SÃO LUÍS - MPMA vistoria unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas**

O promotor de justiça Carlos Jorge Avelar Silva, titular da 33ª Promotoria de Justiça Criminal, especializada na área de execução penal e fiscalização de presídios, realizou inspeções na Penitenciária Feminina e nos presídios São Luís I e II. A atividade contou com o apoio do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária Estadual, Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça, além do Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop).

• **LIMA CAMPOS - Ação do MPMA contra prefeitura e Caema requer medidas imediatas para melhorar qualidade de água**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras, ajuizou, em 19 de janeiro, Ação Civil Pública com Pedido de Liminar contra o Município de Lima Campos (termo judiciário da Comarca) e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), para que tomem, em 60 dias, as medidas recomendadas pela Fundação Nacional de Saúde no Maranhão (Funasa) em laudo técnico sobre a qualidade da água oferecida à população do município.

• **AMARANTE DO MARANHÃO - MPMA propõe ACP para regularização do pagamento do salário dos servidores**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Amarante do Maranhão, ingressou, em dezembro, com Ação Civil Pública de obrigação de fazer contra o Município. A ação requer o pagamento da remuneração atrasada servidores públicos, no prazo de 24 horas.

• **CAROLINA - Operação Encarrilha fiscaliza trânsito durante Enduro do Cerrado**

O Ministério Público do Maranhão coordenou a Operação Encarrilha realizada nos dias 17 e 18 de janeiro, durante o Enduro do Cerrado, evento de motociclismo, que ocorre há mais de 15 anos no município de Carolina. O trabalho foi realizado em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Civil do Maranhão e Polícia Civil de Tocantins.

• **Denúncia do MPMA resulta em prisão de empresário condenado por sonegação**

Como resultado de Denúncia oferecida pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, foi preso, em 22 de janeiro, em São Luís, o empresário José Maria Machado Martins, devido à sonegação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no valor de R\$ 767.944,86.

• **SÃO LUÍS - Solar de Outono é inspecionado pelo MPMA**

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso realizou na manhã desta quinta-feira, 22, inspeção no Solar do Outono, em São Luís. O objetivo foi avaliar as instalações do asilo após a conclusão da reforma.

• **IMPERATRIZ - MPMA recomenda implantação do piso salarial nacional dos professores**

Em 21 de janeiro de 2015, a 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz expediu Recomendação aos prefeitos Sebastião Madeira (Imperatriz), Ivanildo Paiva (Davinópolis), Evando Viana de Araújo (Governador Edison Lobão) e Karla Batista Cabral (Vila Nova dos Martírios) estipulando o cumprimento, a partir de fevereiro de 2015, do percentual de 13,01% estabelecido pelo Ministério da Educação, para o reajuste do piso salarial nacional do magistério público da educação básica.

• **Diretor das Promotorias de Justiça da Capital visita PGJ**

O promotor de justiça Esdras Liberalino Soares Junior, diretor das Promotorias de Justiça da Capital em exercício, visitou, na última sexta-feira, 23, a procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, para tratar de assuntos institucionais.

• **Acordo prevê concurso público na rede estadual de educação**

O Ministério Público do Maranhão e o Estado do Maranhão firmaram acordo judicial estabelecendo prazo de 90 dias para a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) apresentar um levantamento da carência de professores na rede de educação, apresentando cronograma com todas as etapas do concurso público para a área. O edital deve ser lançado até agosto deste ano.

• **CHAPADINHA - MPMA propõe duas Ações de Execução contra ex-vereadora**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, ajuizou, em 12 de janeiro, duas Ações Cíveis Públicas de execução forçada contra Francisca Gomes Aguiar, ex-presidente da Câmara Municipal de Chapadinha.

• **PRESIDENTE DUTRA - MPMA aciona Município para regularizar repasses ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Presidente Dutra, ajuizou em 22 de janeiro, Ação Civil Pública com pedido de liminar para obrigar o Município a regularizar, em caráter

de urgência, repasses, bem como o pagamento das parcelas em atraso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), em débito desde julho de 2012.

• **IMPERATRIZ - MPMA requer proibição de cobrança de matrícula no Colégio Militar Tiradentes**

A 3ª Promotoria Especializada na Defesa da Educação ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão por cobrança indevida de taxa de R\$ 30 para realização de matrícula no Colégio Militar Tiradentes. Antes, o Ministério Público do Maranhão já tinha expedido Recomendação, objetivando a suspensão da cobrança de qualquer taxa por esta escola pública, mas a manifestação não foi acatada.

• **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Prefeito é acionado judicialmente por improbidade administrativa**

A contratação da construtora Blume Engenharia LTDA, em dezembro de 2013, para a execução das obras da arquibancada coberta e área de apoio do Estádio Dário Santos, no valor de R\$ 1.887.985,86 milhão, motivou a 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar a ajuizar, na última segunda-feira, 26, Ação Civil Pública por atos de improbidade administrativa contra o prefeito Gil Cutrim.

• **Conselho Superior do Ministério Público escolhe novo procurador de justiça**

Em sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público está em pauta a escolha, por critério de merecimento, do novo procurador de justiça do Ministério Público do Maranhão, que ocupará a titularidade da 4ª Procuradoria de Justiça Cível.

• **COROATÁ - MPMA requer criação do Fundo Municipal da Infância e Juventude**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Município de Coroatá, com o objetivo de assegurar a criação e regulamentação do Fundo Municipal da Infância e Juventude. A manifestação é assinada pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça de Coroatá, Luis Samarone Batalha Carvalho.

• **IMPERATRIZ - MPMA pede celeridade no julgamento de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Especializada, enviou ofícios, neste mês de janeiro, ao juiz titular da Vara da Fazenda Pública de Imperatriz, Joaquim da Silva Filho, solicitando providências para a conclusão das Ações Cíveis Públicas que, em sua maioria, são de improbidade administrativa e tramitam na Vara.

- **SÃO LUÍS - MPMA recomenda ao prefeito que conceda o reajuste 13,01% aos professores do município**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) expediu Recomendação ao prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, para que observe a orientação do Governo Federal para conceder aumento de 13,01% no valor do piso nacional dos docentes das redes municipais de ensino, conforme recomendou o Ministério da Educação (MEC).

- **Carlos Jorge Avelar Silva é promovido a procurador de justiça do MPMA**

Em sessão ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, Carlos Jorge Avelar Silva foi promovido, por critério de merecimento, a procurador de justiça, passando a ocupar a titularidade da 4ª Procuradoria de Justiça Cível.

- **PENALVA - MPMA promove palestra sobre saúde e meio ambiente em comunidade quilombola**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Penalva promoveu palestra, no povoado Santo Antônio dos Pretos, comunidade reconhecida como remanescente de quilombos. O objetivo foi conscientizar os moradores sobre doenças transmitidas por insetos, animais silvestres e domésticos, a exemplo da doença de chagas, gripe aviária e toxoplasmose. A principal palestra do evento foi proferida pelo biólogo Francisco Oliveira.

- **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MPMA aciona prefeito por improbidade devido a irregularidades em Portal da Transparência**

A omissão do Município de São José de Ribamar em adequar seu Portal da Transparência à lei específica (Lei nº 12.527/11), conforme foi requerido diversas vezes pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), levou a 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca a ajuizar, em 30 de janeiro, Ação Civil por ato de improbidade administrativa contra o prefeito Gilliano Fred Nascimento Cutrim (mais conhecido como Gil Cutrim).

- **MATÕES DO NORTE - Município acata Recomendação do MPMA para suspensão de concurso público**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cantanhede expediu Recomendação ao Município de Matões do Norte para a imediata suspensão do concurso público, cujas provas seriam realizadas no dia 1º de fevereiro, em razão de ter constatado diversas irregularidades no edital do certame.

- **IMPERATRIZ - MPMA propõe Ação contra três municípios e seus gestores por violarem a LRF e a Lei de Acesso à Informação**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz ajuizou Ação Civil Pública contra os Municípios de Davinópolis, Governador Edison Lobão e Vila Nova dos Martírios e seus respectivos gestores. As ações foram motivadas pela falta de atualização dos portais da transparência dos municípios.

- **TURIAÇU - Licitações irregulares levam MPMA a acionar prefeito, membros de CPL e empresários**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Turiaçu, requereu, em 22 de janeiro, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a quebra imediata do sigilo bancário de todas as contas da Prefeitura de Turiaçu e a indisponibilidade dos bens do prefeito Joaquim Umbelino Ribeiro.

- **PEDREIRAS - MPMA propõe ACP contra Município e empresa por venda de medicamento falsificado**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras, ajuizou em 27 de janeiro, Ação Civil Pública com pedido de liminar para suspender o alvará de autorização sanitária, concedido pelo Município de Pedreiras à empresa F. R. Loiola & Cia Ltda-ME, em razão da fabricação de medicamentos sem registro e falsificados.

- **Promotoria Itinerante discute demandas de comunidades com prefeito e secretários**

O promotor de justiça Vicente de Paulo Silva Martins, da 1ª Promotoria Comunitária Itinerante, esteve reunido nesta terça-feira, 3, com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior para tratar das demandas dos moradores do bairro Santo Antonio e adjacências, área onde a Promotoria está instalada desde novembro do ano passado.

- **IMPERATRIZ - MPMA, PM e Sepluma lançam operação Altas Horas**

O Ministério Público do Maranhão em parceria com a Polícia Militar e a Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Imperatriz lançaram a Operação Altas Horas. O projeto objetiva dar cumprimento à Lei Municipal 1.110/2004, que determina o fechamento de bares e similares de 2h da madrugada às 6h da manhã. O lançamento aconteceu na sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz.

- **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Presidente da Câmara Municipal é acionado por irregularidades no Portal da Transparência**

A 1ª Promotoria de Justiça Cível de São José de Ribamar ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o presidente

da Câmara Municipal, Manoel Albertin Dias dos Santos, devido à omissão de informações no Portal de Transparência do Poder Legislativo municipal.

• IMPERATRIZ - MP adverte sobre a ilegalidade da recusa na expedição de transferência a alunos inadimplentes

No dia 5 de fevereiro de 2015, o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da 3ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz, recomendou aos representantes legais de estabelecimentos particulares de ensino fundamental, médio e superior de Imperatriz que expeçam, sempre que solicitados, os documentos de transferência de seus alunos, independentemente de sua adimplência ou da adoção de procedimentos legais de cobranças judiciais.

• ESPERANTINÓPOLIS - Recursos públicos são bloqueados para garantir pagamento de servidores municipais

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário determinou o bloqueio de 60% das verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo é assegurar o pagamento dos salários dos servidores públicos municipais de Esperantinópolis.

• IMPERATRIZ - MPMA consegue liminar que isenta alunos de taxas no Colégio Militar Tiradentes II

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) conseguiu na Justiça, liminar que concede aos alunos do Colégio Militar Tiradentes II o direito de efetuar a matrícula sem efetuar pagamento de qualquer taxa. A liminar foi concedida após a 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz propor Ação Civil Pública (ACP), devido a denúncias de pais de alunos sobre a cobrança de taxas indevidas pela escola, que é uma instituição pública de ensino mantida pelo Estado.

• Carlos Jorge Avelar Silva é empossado no cargo de procurador de justiça

Foi empossado em sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, o novo procurador de justiça do Ministério Público do Maranhão, Carlos Jorge Avelar Silva. O evento, que foi presidido pelo procurador-geral de justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sousa, contou com a participação de membros e servidores do MP, juízes, defensores públicos, familiares e convidados.

• MPMA divulga dados da violência na Grande São Luís

Foram registradas 109 mortes violentas em janeiro de 2015, na Grande São Luís, índice

5,21% inferior ao mesmo período do ano passado, quando foram registrados 115 homicídios. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira, 9, pelo Centro de Apoio Operacional da Atividade Policial (CAOp-CEAP) do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e englobam os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

• MPMA e MPF vão realizar projeto em 10 municípios com menores notas no Ideb

Procuradores da República e promotores de justiça do Maranhão discutiram no auditório do Ministério Público Federal, a implantação do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) em dez municípios maranhenses que têm as menores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

• Paulo Roberto Ramos é indicado para compor CNMP

O titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, Paulo Roberto Barbosa Ramos, foi confirmado como candidato do Ministério Público do Maranhão para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ele foi o único inscrito e teve a indicação referendada por meio de votação de promotores e procuradores de justiça.

• SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - Recomendação do MPMA é atendida pelo Município

Após Recomendação expedida, em novembro do ano passado, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), o prefeito do município de São Francisco do Brejão, Magnaldo Fernandes, encaminhou à Câmara de Vereadores, no dia 4 de fevereiro, os projetos de lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

• Estratégias de atuação na saúde no Maranhão são debatidas em reunião

O procurador-geral de justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sousa, e o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp-Saúde), Herberth Costa Figueiredo, reuniram-se com o secretário de Estado da Saúde, Marcos Pacheco, e com a secretária municipal de Saúde de São Luís, Helena Duailibe, para traçar estratégias de atuação conjunta na defesa do direito à saúde no Maranhão.

• SÃO LUÍS - MPMA pede novas adequações no Solar do Outono

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso notificou, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para realizar mudanças, no prazo de 30 dias, nas instalações sanitárias do Solar do Outono. O objetivo é reverter os

problemas apontados no Relatório Técnico de Inspeção da Superintendência de Vigilância Sanitária, detectados na vistoria realizada em 22 de janeiro.

• **Diretoria Geral reúne-se com coordenadorias da PGJ**

Com o objetivo de discutir a organização da Procuradoria Geral de Justiça para o ano de 2015, o diretor-geral, Luiz Gonzaga Martins Coelho, reuniu-se com todos os coordenadores dos setores do órgão, na manhã desta quarta-feira, 11, na sala dos Órgãos Colegiados.

• **PAÇO DO LUMIAR - MP aciona ex-presidente da Câmara por fraude em licitações**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no dia 4 de fevereiro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Paço do Lumiar, Alderico Jefferson Abreu da Silva Campos, e a empresa R Cruz Moura. Também foram acionados a ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Neidiane Pinto da Cruz, e Antonio da Silva Moura, sócio da empresa.

• **CURURUPU - Falta de licença ambiental em sistema de esgotos leva MPMA a acionar prefeito**

A falta de licença ambiental para o sistema de esgotamento de Cururupu levou o Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça da comarca, a ajuizar, em 5 de fevereiro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito do município, José Carlos de Almeida.

• **Ouvidoria reúne-se com promotores de justiça para conhecer experiências profissionais**

A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, Mariléa Campos dos Santos Costa, deu início à série de entrevistas temáticas com membros e servidores da instituição como parte da programação especial em comemoração pelos 10 anos de instalação da Ouvidoria Geral.

• **Rede de Defesa do Consumidor aciona postos de combustíveis por aumento abusivo de preços**

A Rede Estadual de Defesa do Consumidor (RedCon) ajuizou, nesta quinta-feira, 12, Ação Civil Pública com pedido de liminar contra 244 postos de combustíveis de São Luís, devido ao aumento abusivo nos preços dos combustíveis. A medida foi distribuída para a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital.

• **Com base em decisões do TCE, MPMA executou gestores em R\$ 661 mi**

Cerca de R\$ 661 milhões em multas e

ressarcimentos ao erário, entre os anos de 2004 e 2013, foi o montante encaminhado pelo procurador de justiça José Henrique Marques Moreira aos promotores de todo o estado para a execução dos gestores com contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), no caso de não haverem quitado seus débitos.

• **MPMA consegue condenação de grupo envolvido em fraudes do Seguro DPVAT**

O Ministério Público do Maranhão conseguiu a condenação de três pessoas envolvidas em fraudes de indenizações do Seguro DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres). A decisão foi proferida, no dia 26 de janeiro, pela 3ª Vara Criminal de Imperatriz e é resultado de uma Ação Penal Pública proposta pela 3ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, atualmente representada pelo promotor Ossian Bezerra Pinho Filho. Os condenados são os réus Francisco de Assis Silva Andrade, Francisco das Chagas Cruz Rego e Samira Valeria Davi da Costa.

• **Assuntos administrativos são tratados em reunião de trabalho**

O diretor das Promotorias de Justiça da Capital, Haroldo Paiva de Brito, visitou o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, com o objetivo de tratar sobre diversos assuntos administrativos e institucionais.

• **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Prefeito tem bens bloqueados pela Justiça**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou o bloqueio dos bens do prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim. A decisão liminar atinge, ainda, o secretário municipal de Obras, Habitação e Serviços Públicos (Semosp), André Franklin Duailibe da Costa; os membros da Comissão Central de Licitação, Freud Norton Moreira dos Santos (presidente), Cláudia Regina Furtado Vieira e Gissele Chaves Baluz; além da Blume Engenharia LTDA e dos proprietários da empresa, Rafael Blume de Almeida e Antônio Blume de Almeida.

• **TAC firmado entre MPMA e Detran vai beneficiar proprietários de veículos**

O Ministério Público do Maranhão e o Departamento Estadual de Trânsito assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta para revisar e atualizar os procedimentos para o emplacamento de veículos, que incluem placa com código de barra e lacre. Também assinaram o documento três empresas fornecedoras de placas e tarjetas, credenciadas pelo Detran: a Maranhão Placas, Casa das Placas e MM Placas.

• **PRESIDENTE SARNEY - MPMA promove Ações Cíveis por improbidade contra Ricardo Murad e gestores municipais**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pinheiro, ajuizou, no dia 20 de fevereiro, duas Ações Cíveis Públicas por improbidade administrativa contra o ex-secretário de Saúde do estado, Ricardo Murad, o atual e o ex-prefeito de Presidente Sarney, respectivamente, Edson Bispo Chagas e João dos Santos Amorim.

• **IMPERATRIZ - Recomendação do MPMA objetiva garantir atendimento em creches e pré-escolas municipais**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher da Comarca de Imperatriz, encaminhou Recomendação aos prefeitos dos municípios de Imperatriz, Edison Lobão, Davinópolis e Vila Nova dos Martírios, solicitando a realização, em 40 dias, de convênio com a rede privada para garantir atendimento a crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas próximas às suas residências.

• **Copeiras do MPMA são entrevistadas em projeto da Ouvidoria**

Como parte da programação para marcar os 10 anos da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão, que será comemorado no dia 3 de junho de 2015, foram entrevistadas nesta terça-feira, 24, três das mais antigas servidoras da instituição.

• **LORETO - Réu é condenado a mais de 10 anos de prisão por homicídio**

Em sessão do Tribunal de Júri realizada na Comarca de Loreto, nesta terça-feira, 24, Luís Neto Gomes de Sales foi condenado a 10 anos e 3 meses de reclusão por envolvimento em caso de homicídio.

• **Treinamento do Simp é ministrado em Caxias**

Membros, servidores e assessores do Ministério Público do Maranhão, que atuam na Comarca de Caxias, participam de treinamento para implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp).

• **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MPMA requer indisponibilidade de bens de ex-prefeito**

A 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar requereu, em Ação Civil Pública, datada de 23 de fevereiro, a decretação da indisponibilidade liminar dos bens do ex-prefeito de São José de Ribamar, Luís Fernando Moura Silva, e do empresário João Luciano Luna Coêlho e de sua empresa, Ires Engenharia, Comércio e Representação LTDA.

• **MIRINZAL - MPMA oferece Denúncia contra ex-prefeito por irregularidades em convênios**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Mirinzal, ofereceu Denúncia, em 25 de fevereiro, contra o ex-prefeito do município, Ivaldo Almeida Ferreira. A Denúncia é referente a irregularidades em convênios, durante o exercício do mandato de 2005 a 2012.

• **Ação integrada de órgãos públicos objetiva garantir ordem urbana em São Luís**

Órgãos públicos que atuam no licenciamento e na fiscalização do espaço urbano de São Luís, reunidos no auditório das Promotorias da Capital, discutiram estratégias de atuação conjunta para dar cumprimento a diversos aspectos da legislação que vêm sendo desrespeitados na cidade.

• **SÃO LUÍS - MPMA constata precariedade em escola municipal no Coroadinho**

O promotor de justiça de Defesa da Educação de São Luís, Paulo Silvestre Avelar Silva, realizou inspeção na Unidade de Educação Básica (UEB) Prof. Rubem Almeida. A equipe técnica da Vigilância Sanitária de São Luís verificou todas as instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Também está sendo avaliado o cumprimento da carga horária de aulas e o número de professores.

• **SÃO LUÍS - Ministério Público cobra da Secretaria Municipal de Saúde entrega de cadeiras de rodas**

Em razão da falta de cadeiras de rodas na Secretaria Municipal de Saúde, a 1ª Promotoria de justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência realizou reunião com a secretária de Saúde, Helena Maria Duailibe Ferreira, e com representantes de diversos outros órgãos, para cobrar a entrega do equipamento. A audiência foi realizada na sede das Promotorias de Justiça da Capital.

• **Membros do MPMA conhecem projetos do Governo para a educação**

O Plano de Governo para a Educação, a ser implementado nas escolas públicas da rede estadual de ensino, foi apresentado para promotores de justiça que integram o Centro de Apoio Operacional (Caop) da Educação, órgão de assessoramento do Ministério Público do Maranhão.

• **IMPERATRIZ - MPMA apura afirmações preconceituosas de gaúcha contra o Maranhão**

Os promotores de justiça Joaquim Ribeiro Junior, Alessandro Brandão e Ossian Bezerra, da Comarca de Imperatriz, instauraram

Procedimento de Investigação Criminal para apurar as circunstâncias em que ocorreram as afirmações proferidas, em 1º de março, no Facebook, pela gaúcha identificada como Isabela Cardoso, de 24 anos, contra o Estado do Maranhão, os maranhenses e sua cultura.

• **Promotoria Itinerante encerra atividades na região do bairro Santo Antônio**

A Promotoria Comunitária Itinerante promoveu audiência pública de encerramento e prestação de contas de suas atividades na região do bairro Santo Antônio e adjacências. O evento acontecerá às 19h30, no Centro Catequético Sizinó Farias, bairro Pirapora.

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação à Casa do Cidadão para regularizar oferta de serviços**

O Ministério Público do Maranhão expediu Recomendação à direção estadual da Casa do Cidadão para que tome as medidas administrativas necessárias para regularizar a prestação de serviços na Regional de Imperatriz. O órgão foi notificado no dia 25 de fevereiro, após a Promotoria de Justiça Especializada em Defesa do Consumidor de Imperatriz receber várias denúncias de mau atendimento ao público.

• **Ouvidoria realiza série de entrevistas com membros e servidores**

Como parte da programação para marcar os 10 anos da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão, que será comemorado no dia 3 de junho de 2015, foram realizadas entrevistas na última sexta-feira (27/2) e na segunda-feira (2/3).

• **IMPERATRIZ - MPMA realiza I Encontro Regional de Segurança Pública e estabelece parcerias com outros órgãos**

O MPMA realizou o I Encontro Regional de Segurança Pública, promovido pelo Centro de Apoio Operacional de Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-Ceap) e as Promotorias de Justiça de Imperatriz. Durante a manhã, em uma sessão solene aberta à população, o evento reuniu, na Câmara de Vereadores, promotores de justiça, o prefeito de Imperatriz, representantes da Polícia Militar e Civil no município, vereadores, além de diversas autoridades ligadas ao tema.

• **IMPERATRIZ - MPMA requer proibição de shows em área de estacionamento de shopping**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 3ª Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Imperatriz, encaminhou, em 5 de março, Recomendação ao Shopping Imperial, localizado no município, solicitando que o centro comercial abstenha-se de realizar quaisquer shows ou eventos musicais no estacionamento do local.

• **IMPERATRIZ - MP recomenda medidas para aprimorar atendimento às pessoas com deficiência em escolas do município**

No dia 5 de março de 2015, os promotores de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior (respondendo pela 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz – Defesa da Educação) e Alline Matos Pires Ferreira (titular da 4ª Promotoria Especializada de Imperatriz – Defesa do Idoso e Pessoas com Deficiência) expediram recomendação às escolas municipais e estaduais de Imperatriz e termos judiciais para a adoção de medidas administrativas necessárias para assegurar a efetiva promoção de educação para pessoas com deficiência.

• **IMPERATRIZ - MPMA requer fornecimento de alimentação adequada em escolas e creches**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) emitiu, em 4 de março, Recomendação solicitando que as Secretarias de Educação e de Saúde de Imperatriz passem a fornecer aos estudantes das escolas e creches do município alimentação adequada, controlada por nutricionistas, evitando alimentos com altos níveis de gorduras saturada e trans, açúcar e sal.

• **IMPERATRIZ - Ação do MPMA requer retomada das obras em vias do município**

A 3ª Promotoria de Justiça de Imperatriz ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município de Imperatriz na qual pede que sejam retomadas as obras de revitalização e manutenção da Avenida Beira Rio e vias próximas.

• **PINHEIRO - Mutirão de audiências busca reduzir carga de processos da comarca**

Realizado na última semana, o Mutirão de Audiências em Pinheiro possibilitou o julgamento de ações de 2013, 2014 e do início de 2015. Nos cinco dias de audiência, foram julgados processos das varas cível e criminal da comarca, por meio de uma parceria entre a Justiça, Defensoria Pública do Estado e Promotoria de Justiça de Pinheiro.

• **MATÕES - Ação do MPMA leva à interdição de estabelecimento prisional**

A partir de Ação Civil Pública (ACP) proposta, em 15 de setembro de 2014, pela Promotoria de Justiça de Matões, a Justiça determinou a interdição provisória do estabelecimento prisional do município, com remoção imediata dos presos, para que seja realizada reforma no prazo máximo de 90 dias. A decisão também determinou prazo de 30 dias para que sejam realizados estudos acerca do número de servidores necessários para assegurar a eficiência dos serviços prestados pela Delegacia de Polícia Civil do município.

- **MPMA participa de homenagem ao Dia da Mulher em sessão na Assembleia**

A promotora de justiça Selma Regina Souza Martins, titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de São Luís, representou o Ministério Público do Maranhão em sessão especial da Assembleia Legislativa em que foi comemorado o Dia Internacional da Mulher, ocorrido em 8 de março.

- **GOVERNADOR EDISON LOBÃO - Prefeitura é obrigada a convocar aprovados em concurso público**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou a nomeação, no prazo máximo de 30 dias, dos aprovados no concurso público do Município de Governador Edison Lobão, realizado em 2011. A Ação Civil Pública ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz questionou a contratação de 99 servidores, sem concurso, durante a vigência do certame.

- **Membros do MPMA conhecem propostas para transporte aquaviário**

Em reunião na sede da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), no Porto do Itaqui, membros do Ministério Público do Maranhão foram informados de algumas medidas já tomadas pela nova gestão estadual para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas embarcações que realizam o transporte aquaviário entre os terminais de Ponta da Espera, em São Luís, e Cujupe, em Alcântara.

- **PAÇO DO LUMIAR - MPMA aciona ex-presidente da Câmara e três acusados por licitação irregular**

Irregularidades em licitação para aquisição de materiais de expediente, no valor de R\$ 77 mil, levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar, a ajuizar Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa e oferecer Denúncia contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Paço do Lumiar, Alderico Campos.

- **MPMA realiza palestra sobre Lei Maria da Penha no IFMA**

Os estudantes do 3º ano do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Campus Monte Castelo foram o público de mais uma palestra da campanha “Maria da Penha em Ação: Prevenção da Violência Doméstica nas Instituições de Ensino”, desenvolvida desde 2012 pelo Ministério Público do Maranhão.

- **Aberta a 1ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão**

Teve início a 1ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão: renovando conhecimentos em processo civil, procedimentos administrativos e tribunal do júri. Voltado para membros e servidores da instituição, o evento é realizado pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP).

- **BACABAL - MPMA emite Recomendação ao prefeito para cumprimento do princípio de impessoalidade em peças publicitárias**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal, encaminhou Recomendação ao prefeito do município para que se abstenha de divulgar material publicitário de promoção pessoal.

- **Prosseguem investigações para apuração de ofensas contra os maranhenses**

O Ministério Público do Maranhão prossegue as investigações para apurar manifestações preconceituosas contra o povo maranhense emitidas pelo Facebook, no início do mês, por uma pessoa identificada como Isabela Cardoso, que teria trabalhado na empresa de papel e celulose Suzano, de Imperatriz.

- **ESPERANTINÓPOLIS - MPMA requer licitação para reforma de escolas**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Esperantinópolis, ajuizou, em 4 de março, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra o Município de Esperantinópolis, solicitando a realização de licitação para reforma das 40 escolas da rede municipal.

- **Ouvidoria realiza nova rodada de entrevistas com membros do MPMA**

Como parte da programação dos 10 anos da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão, que será comemorado no dia 3 de junho de 2015, foi realizada uma nova série de entrevistas entre os dias 6 a 11 de março.

- **IMPERATRIZ - Promotor ministra curso para agentes da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**

O titular da Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher da Comarca de Imperatriz, Joaquim Ribeiro de Souza Junior, ministrou, em 14 de março, curso de capacitação para agentes estaduais e municipais da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município.

- **Titulares das Promotorias Itinerantes realizam reunião com prefeito de São Luís**

Os titulares das Promotorias de Justiça Itinerantes de São Luís participaram de uma reunião com o prefeito Edivaldo Holanda Junior.

O encontro aconteceu na sede da Prefeitura de São Luís.

• **Corregedoria Geral do MPMA lança Manual de Atuação Funcional**

Durante a programação da 1ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão, que acontece no Hotel Veleiros, foi lançado o Manual de Atuação Funcional do Ministério Público do Maranhão.

• **SERRANO DO MARANHÃO - MPMA aciona gestores e ex-gestores por improbidade na gestão da saúde**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu, ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa contra a prefeita de Serrano do Maranhão, Maria Donária Rodrigues, e o secretário municipal Gonzaga de Sousa, por omissão na gestão da área de saúde no município, que é termo judiciário da Comarca.

• **SERRANO DO MARANHÃO - MPMA aciona gestores e ex-gestores por improbidade na gestão da saúde**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu, ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa contra a prefeita de Serrano do Maranhão, Maria Donária Rodrigues, e o secretário municipal Gonzaga de Sousa, por omissão na gestão da área de saúde no município, que é termo judiciário da Comarca.

• **CENTRAL DO MARANHÃO - MPMA aciona Município para realização de concurso público**

Devido à contratação ilegal de servidores, o Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Mirinzal, ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o município de Central do Maranhão (a 401km de São Luís) para obrigá-lo a realizar concurso público.

• **IMPERATRIZ - MPMA cria Núcleo de Triagem para melhorar atendimento ao cidadão**

O Ministério Público do Maranhão criou um Núcleo de Triagem para atendimento ao público na Comarca de Imperatriz. A iniciativa tem o propósito de dar atendimento individualizado ao cidadão, com privacidade, urbanidade e eficiência.

• **SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - Município se compromete a realizar concurso público em TAC proposto pelo MPMA**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia, firmou, em 18 de março, Termo de

Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de São Francisco do Brejão, em que o prefeito Magnaldo Gonçalves se compromete a realizar concurso público para admitir servidores, em substituição àqueles contratados precariamente.

• **IMPERATRIZ - MPMA faz parceria e oferece curso gratuito de pilotagem para mototaxistas**

Como parte das atividades do projeto “Imperatriz: Trânsito Seguro, Direito de Todos”, desenvolvido pela 7ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou uma parceria com o Sindicato dos Mototaxistas e a empresa Honda Motociclos para oferecer um curso de pilotagem de motos para os profissionais no município.

• **SÃO LUÍS - Promotoria Itinerante é instalada na Vila Palmeira**

A audiência pública de instalação da 2ª Promotoria Comunitária Itinerante, na Vila Palmeira, foi realizada no auditório do Colégio Militar Tiradentes. O evento contou com a participação de dezenas de moradores e lideranças comunitárias que indicaram as principais demandas para nortear as ações do Ministério Público do Maranhão nos próximos 90 dias.

• **TURILÂNDIA - TAC possibilitará nomeação de aprovados em concurso**

Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado, em 11 de março, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Helena, com o Município de Turilândia (a 402 km de São Luís), possibilitará a nomeação dos 63 candidatos aprovados no concurso para sete cargos, realizado em 2010 pelo município.

• **PGJ participa de lançamento de medidas de transparência no Maranhão**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, participou da cerimônia de lançamento de uma série de ações de transparência por parte do Governo do Maranhão. Na ocasião, o Executivo maranhense aderiu ao Programa Brasil Transparente da Controladoria Geral da União (CGU). O programa tem como objetivo promover uma administração pública mais transparente e aberta à participação social.

• **Prossegue treinamento do Simp em Açailândia**

Promotores de justiça, servidores e assessores do Ministério Público do Maranhão (MPMA) que atuam em Açailândia (a 564 km de São Luís) participam até o dia 27 deste mês do treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp) no município. O curso, iniciado em 23 de março, ocorre na sede das Promotorias de Justiça da comarca.

• **MATÕES - Réu é condenado por matar irmão**

O Tribunal do Júri da Comarca de Matões condenou, em 23 de março, o réu Antônio Francisco Sousa a 21 de anos de reclusão, em regime fechado, pelo homicídio de seu irmão, Elidônio Pires de Sousa, por motivo fútil e com uso de recurso que tornou impossível a defesa da vítima. O crime ocorreu em 7 de agosto de 2013.

• **CURURUPU - MPMA aciona gestores e ex-gestores por irregularidades na saúde**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito José Carlos de Almeida Júnior, o ex-prefeito José Francisco Pestana, a ex-secretária municipal de Saúde, Rita de Cássia Miranda Almeida e o atual gestor da pasta, Aldo Luis Borges Lopes. A ação refere-se a irregularidades apontadas em auditorias realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus).

• **Promotoria Itinerante garante retomada de entrega de correspondências em bairro da capital**

A partir de provocação feita pela 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante de São Luís, os Correios restabeleceram, há uma semana, o serviço de entrega domiciliar de correspondências no Residencial João Alberto.

• **IMPERATRIZ - Dois promotores se integram ao Projeto Família Plena**

Os titulares da 3ª Promotoria de Justiça Cível e da Promotoria de Justiça da Criança e do Adolescente de Imperatriz, Uiuara Medeiros e Alenilton Silva, respectivamente, participarão do Projeto Família Plena, idealizado pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa das Famílias de Imperatriz, Frederik Bacellar.

• **Colégio de Procuradores realiza cerimônia de vitaliciamento de promotora de justiça**

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça foi realizada a solenidade de vitaliciamento da promotora de justiça Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis, titular da Promotoria de Justiça de Montes Altos. O vitaliciamento é a confirmação nos cargos dos promotores de justiça substitutos após dois anos de estágio probatório.

• **SÃO LUÍS GONZAGA DO MA - Audiência pública debateu a falta de água no município**

O Ministério Público do Maranhão participou de uma audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de São Luís Gonzaga do

Maranhão em que foi discutida a questão da falta de água no município.

• **Suvamy Vivekananda é reeleito para o cargo de corregedor-geral**

Segundo a comissão Eleitoral, dos 31 procuradores de justiça, 22 compareceram e votaram no atual corregedor e candidato único à reeleição.

• **SÃO LUÍS - MPMA pede anulação do reajuste de tarifas de ônibus**

A promotora de justiça Lítia Cavalcanti ajuizou Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada para tentar anular o Decreto nº 46.841/2015, que determinou o aumento das tarifas aos usuários de transporte coletivo na capital. O Ministério Público pede, ainda, que o Município de São Luís seja condenado a devolver, em dobro, os valores pagos indevidamente pelos passageiros.

• **SANTO ANTÔNIO DOS LOPES - MPMA e MPF ingressam com ação em defesa de comunidades afetadas por termelétricas**

A 38ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários e a Procuradoria da República no Estado do Maranhão ingressaram com uma Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e a empresa Eneva S.A. A ação foi motivada pelos impactos trazidos pelo Complexo Termelétrico Parnaíba, localizado no município de Santo Antônio dos Lopes, a comunidades tradicionais da região.

• **SÃO LUÍS - Prefeitura de São Luís tem 180 dias para adaptar praças para pessoas com deficiência**

Como resultado de Ação Civil Pública ajuizada, em 2010, pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Município de São Luís reconheceu a obrigação de adaptar as praças Gonçalves Dias e Maria Aragão para receber pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

• **Operação da Polícia Civil com o MPMA prende ex-prefeita de Dom Pedro**

Como resultado da parceria entre a Polícia Civil e o Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), foi executada a Operação Imperador, que prendeu a ex-prefeita de Dom Pedro, Arlene Barros, por suspeita de envolvimento com uma quadrilha de agiotagem.

• **IMPERATRIZ - MPMA exige reativação de atendimento de urologia no Hospital Municipal**

A 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde ajuizou Ação Civil Pública contra o

Município de Imperatriz para tentar reestabelecer, no prazo máximo de 30 dias, o atendimento aos pacientes de urologia no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI).

• **Reunião do CNMP debate morte cometida em intervenção policial**

Para discutir as ações que podem ser adotadas pelo Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial e as novas diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o controle externo da atividade policial, foi realizada uma reunião de trabalho no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

• **Iniciada implantação do Simp em Santa Luzia**

Teve início a implantação do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp) nas Promotorias de Justiça da Comarca de Santa Luzia a 293km de São Luís), com um treinamento que está sendo ministrado pela diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, e pelos integrantes do Comitê Gestor do sistema, Dércio Santiago e Luís Fernando Sousa.

• **MPMA lança campanha contra as drogas para alunos da rede pública**

Dezenas de estudantes da Escola Modelo e do Centro de Ensino Bernardo Coelho de Almeida participaram do lançamento da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”, idealizada pela promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena. O evento foi realizado na Biblioteca Pública Benedito Leite e contou com a presença de autoridades do Ministério Público do Maranhão, do Estado e do Município, professores e representantes de entidades que prestam assistência a dependentes químicos.

• **MPMA lança 4ª edição da campanha Maria da Penha em Ação**

O Ministério Público do Maranhão promoveu no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Centro), o lançamento de mais uma edição da campanha “Maria da Penha em Ação - prevenção da violência doméstica nas instituições de ensino”, iniciativa das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Mulher da capital.

• **SANTA LUZIA - Intervenção do MPMA garante medicamento a adolescente com deficiência**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou ao Município de Santa Luzia o fornecimento de medicamentos de uso controlado para o tratamento de um adolescente com paralisia cerebral. A suspensão

do fornecimento dos remédios foi denunciada ao MPMA pela mãe dele, Isabel Cristina Silva.

• **CACHOEIRA GRANDE - Regularização do transporte escolar é definida em reunião**

Para discutir a efetivação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em dezembro de 2014, que objetivou a regularização do serviço de transporte escolar em Cachoeira Grande, o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público de Contas se reuniram na Procuradoria Geral de Justiça, com o prefeito do município, Francivaldo Vasconcelos, e assessores.

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação à Sejap para a implementação da Central de Monitoramento Eletrônico**

O Ministério Público do Maranhão expediu uma Recomendação à Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) para implementação da Central de Monitoramento em Imperatriz e a aquisição de 200 tornozeleiras ou pulseiras eletrônicas para monitorar os apenados do regime aberto, semiaberto, além daqueles beneficiados com saída temporária, livramento condicional e presos provisórios sujeitos à medida cautelar.

• **Audiência de prestação de contas do MPEduc é realizada em Anajatuba**

A primeira audiência de prestação de contas do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc), no Maranhão, foi realizada em Anajatuba (município localizado a 137km de São Luís). O evento foi realizado na sede do Sindicato dos Professores. O MPEduc é um programa executado pelo Ministério Público Federal e Ministérios Públicos dos Estados que objetiva garantir o direito à educação básica de qualidade.

• **PINDARÉ-MIRIM - MPMA estabelece atividades para o Dia Nacional do Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes**

Em reunião coordenada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Pindaré-Mirim foram estabelecidas as atividades alusivas ao Dia Nacional do Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes, comemorado em 18 de maio.

• **PEDREIRAS - Tribunal de Justiça decide que normas que previam contratação temporária são inconstitucionais**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra artigos de lei do município de Pedreiras, que previam a contratação, em caráter temporário, por meio de processo seletivo. A decisão dos desembargadores foi unânime.

• ARAME - Prefeito e empresários são alvos de ACP por improbidade

Irregularidades constatadas em procedimento licitatório motivou a Promotoria de Justiça da Comarca de Arame a propor Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa com ressarcimento ao erário contra o prefeito Marcelo Lima de Farias, o empresário e odontólogo Luciano Lírio Melo de Moraes e a empresária Lara Cristina Melo de Moraes.

• SÃO LUÍS - Concurso para área de assistência social atendeu Recomendação do MPMA

A Prefeitura de São Luís anunciou que foi autorizada a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro funcional nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), mantidos pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas).

• Ouvidoria do MPMA participa de reunião do CNOMP

A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, Mariléa Campos dos Santos Costa, participou da XXIV Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNOMP), nos dias 9 e 10 de abril, em Bonito, no Mato Grosso do Sul. Na ocasião, a representante do MPMA foi eleita vice-presidente do CNOMP para a Região Nordeste. O mandato é de um ano.

• IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação para que vítimas acima dos 60 anos tenham prioridade nos procedimentos das Polícias Militar e Civil

O Ministério Público do Maranhão expediu, no dia 31 de março, Recomendação para que os comandantes da Polícia Militar e Polícia Civil em Imperatriz tomem as medidas administrativas necessárias para dar prioridade à tramitação dos procedimentos em que as vítimas tenham idade igual ou superior a 60 anos. A Recomendação foi elaborada pela 2ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, cujo titular é o promotor Ossian Bezera Pinho.

• SÃO LUÍS - Ministério Público, Prefeitura e entidades verificam acessibilidade em praças

Foi realizada uma vistoria nas praças Maria Aragão e Gonçalves Dias, no Centro de São Luís. A iniciativa, proposta pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, contou com a presença de representantes dos Conselhos Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (Semurh)

eFundação Municipal de Cultura (Func).

• IMPERATRIZ - MPMA move ACP contra estabelecimentos que causam poluição sonora

O Ministério Público do Maranhão ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município de Imperatriz, Freitas Park Aquático, Posto Maranhão do Sul, Lanchonete Caminhoneiro e motoristas ou proprietários de veículos com som automotivo que frequentam os estabelecimentos, produzindo sons em volumes excessivos.

• PGJ discute demarcação de municípios com presidente da Assembleia

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha visitou o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Humberto Coutinho. Na pauta do encontro estava a busca pela solução de um impasse que envolve a demarcação de terras dos municípios de Buritirana, Senador La Roquee João Lisboa.

• BACABAL - MPMA ajuíza ação para evitar promoção pessoal de prefeito

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal, ajuizou, em 14 de abril, Ação Civil Pública Inibitória, com Pedido de Tutela Antecipada, solicitando que o prefeito José Alberto Veloso abstenha-se do uso de elementos que vinculem a realização de obras e atividades do Município de Bacabal à pessoa do gestor.

• GRAJAÚ - A pedido do Ministério Público, Justiça suspende processo seletivo para contratação de servidores municipais

Após ajuizamento de Ação de Obrigação de Não Fazer pelo Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário deferiu aliminar pleiteada, determinando a imediata suspensão do processo seletivo que seria realizado no Município de Grajaú.

• GUIMARÃES- Réus são condenados por homicídio qualificado a pedido do MPMA

Em sessão do Tribunal do Júri, o Conselho de Sentença acatou a tese do Ministério Público e condenou Rosivaldo dos Santos Marques, o "Nonô", e José Ângelo Marques Filho por homicídio qualificado. Os dois foram sentenciados a 12 anos de reclusão, inicialmente em regime fechado, mas com direito de apelar em liberdade.

• PORTO FRANCO - Câmara Municipal revoga restrição de acesso nas sessões legislativas

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Câmara Municipal de Porto Franco revogou os itens do ato legislativo, de 1º de abril, que restringiam o acesso da população ao plenário

do Poder Legislativo calçando chinelos.

• **SÃO LUÍS - Promotoria Itinerante cobra solução das demandas da região do bairro Santo Antônio ao Município**

A 1ª Promotoria de Justiça Itinerante da Capital aguarda, há um mês, as providências anunciadas pela Prefeitura de São Luís para solucionar os problemas de infraestrutura na região do Santo Antônio/Pirapora. As demandas foram levantadas pela comunidade dos bairros quando a Promotoria esteve instalada na localidade, no período de novembro do ano passado a março deste ano.

• **Promotor do Meio Ambiente de São Luís é eleito presidente da Abrampa**

O promotor de justiça Luis Fernando Cabral Barreto Junior, titular da 3ª Promotoria Especializada de Proteção do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA (CAO-UMA), é o novo presidente da Associação dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente – Abrampa.

• **TUNTUM - MPMA requer exoneração de contratados de forma temporária**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Tuntum ajuizou Ação Civil Pública contra o Município de Tuntum, requerendo, em caráter liminar, a exoneração, no prazo de 24 horas, de todos os contratados de forma temporária, fundamentados na Lei Municipal nº 839/2015, atestada como irregular pelo Ministério Público do Maranhão. Foi prevista uma multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA promove corrida em alusão à Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

A 4ª Promotoria de Justiça de Açailândia anunciou na Escola Jurgleide Alves Sampaio, a corrida de rua, que será realizada no dia 17 de maio, em alusão à Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O anúncio do evento, que é fruto de parceria com a Secretarias Municipais de Educação e de Desportos e Lazer, foi feito pelo promotor de justiça da Infância e Juventude, Gleudson Malheiros. Na ocasião, foram realizadas, simbolicamente, as inscrições dos primeiros 10 atletas.

• **Audiência pública debate situação do município de Belágua**

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão promoveu na Câmara Municipal de Belágua, audiência pública com vereadores, conselheiros tutelares, conselheiros municipais, lideranças comunitárias e sindicais, secretários

municipais e moradores da cidade. O objetivo foi ouvir as demandas da população e averiguar as denúncias de falta de políticas públicas para atendimento da população mais pobre.

• **PORTO FRANCO - MPMA realiza audiência pública para discutir acessibilidade**

O Ministério Público do Maranhão realizou uma audiência pública sobre inclusão social das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. O evento, que contou com grande participação popular, foi realizado na sede da Maçonaria em Porto Franco. A audiência foi organizada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca.

• **SÃO LUÍS - Inspeção do MPMA constata danos em materiais escolares**

O promotor de justiça de Defesa da Educação de São Luís, Paulo Silvestre Avelar Silva, inspecionou o depósito da Secretaria Municipal de Educação (Semed), no Outeiro da Cruz. O espaço tem uma série de infiltrações, paredes mofadas, chão deteriorado, buracos no teto e muita sujeira.

• **Corregedor-geral do MPMA é empossado para o biênio 2015-2017**

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, foi reconduzido ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão (MPMA), para o biênio 2015-2017, o procurador de justiça Suvamy Vivekananda Meireles. Ele foi reeleito em votação realizada no último dia 30 de março.

• **SANTA RITA - Problemas estruturais em escola motivam MPMA a propor ação contra Município**

A precariedade estrutural da Escola Municipal Muniz Saldanha motivou o Ministério Público do Maranhão a ajuizar, em 15 de abril, Ação Civil Pública contra o Município de Santa Rita. A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de justiça Karine Guará Brusaca Pereira, titular da Comarca.

• **PINHEIRO - Júri condena réu por tentativa de homicídio**

Em sessão do Tribunal do Júri, o Ministério Público do Maranhão conseguiu a condenação de Gilberto Garcia Oliveira, por tentativa de homicídio contra Erick Mendes Roland.

• **MPMA propõe acordo com Vale sobre “meninos do trem”**

O Ministério Público do Maranhão propôs um termo de conciliação a respeito do transporte irregular de crianças e adolescentes nos trens da Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela companhia. O documento está sendo avaliado pela Vale S/A, e uma audiência de conciliação está agendada para o dia 12 de junho, no Fórum de São Luís.

- **MARACAÇUMÉ - Sete pessoas são condenadas durante Semana Nacional do Júri**

Como parte da programação da Semana Nacional do Júri, organizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todo o Brasil, foram realizadas 11 sessões do Tribunal do Júri na Comarca de Maracaçumé. Dos 15 réus julgados por homicídio, sete foram condenados. As sessões foram realizadas na Câmara de Vereadores.

- **BACURITUBA - MPeduc realiza primeira audiência pública no Município**

A primeira audiência pública do projeto Ministério Público pela Educação (MPeduc), no município de Bacurituba/MA, foi realizada no pátio da Unidade Integrada Galdina Serrão. Cerca de 200 pessoas da comunidade participaram, entre pais, alunos, professores e diretores de escolas.

- **BALSAS - Ação requer pagamento de R\$1,65 milhão por descumprimento de TAC**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas, ajuizou, em 22 de abril, Ação de Execução de Obrigação de Fazer contra o Município de Balsas, requerendo ao Poder Judiciário a condenação da prefeitura ao pagamento do valor de R\$ 1.650.000,00, referente ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) 01/2014, firmado em maio daquele ano.

- **SÃO LUÍS - MPMA participa de aula inaugural na UEB Ribamar Bogéa**

O promotor de justiça de Defesa da Educação de São Luís, Paulo Silvestre Avelar Silva, participou da aula inaugural na Unidade de Ensino Básico (UEB) José Ribamar Bogéa, na Cidade Olímpica. A atividade foi realizada nos turnos matutino e vespertino com o objetivo de divulgar as ações de prevenção à violência no ambiente escolar.

- **CENTRO DO GUILHERME - Intervenção do MPMA resulta em melhorias na saúde e educação**

A atuação do Ministério Público do Maranhão tem gerado avanços nos serviços prestados à população de Centro do Guilherme. O município é termo judiciário da Comarca de Governador Nunes Freire e tem recebido visitas constantes da promotora de justiça Laura Amélia Barbosa e da equipe da promotoria.

- **Promotora de justiça aposentada recebe homenagem do Conselho Superior do MPMA**

Em sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, foi homenageada, com uma moção de agradecimento, a promotora de justiça Maria do Socorro Assunção Gomes,

recentemente aposentada.

- **ARAME - Município é obrigado a concluir obras em hospital público no prazo de 60 dias**

Em atendimento a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, em 3 de dezembro de 2014, contra o Município de Arame, a Justiça determinou que as obras no Hospital Municipal de Arame sejam concluídas no prazo máximo de 60 dias. A manifestação ministerial foi formulada pelo promotor de justiça Weskley Pereira de Moraes. Proferiu a sentença o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto.

- **AÇAILÂNDIA - Semana Nacional do Júri promoveu seis julgamentos na Comarca**

Na Comarca de Açailândia, a Semana Nacional do Tribunal do Júri, realizada de 13 a 17 de abril, promoveu seis julgamentos. Em todos, a tese do Ministério Público do Maranhão foi acolhida pelos jurados. Atuaram pela instituição ministerial as promotoras de justiça Sandra Fagundes da Silva, Camila Gaspar Leite e Samira Mercês dos Santos.

- **PEDREIRAS - MPMA requer afastamento de prefeito por superfaturamento e licitações irregulares**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras, requereu, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, o afastamento do prefeito Francisco Antonio Silva, mais conhecido como “Totonho Chicote”, devido a ilegalidades em processos licitatórios realizados pela Prefeitura de Pedreiras no ano de 2013.

- **SÃO LUÍS - Ouvidoria divulga relatório trimestral de atividades**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu o relatório de atividades da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão, referente aos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano. O documento foi entregue pela ouvidora Mariléa Campos dos Santos Costa.

- **BELÁGUA - Município começa a receber implantação do MPeduc**

O programa Ministério Público pela Educação (MPeduc) está sendo implantado no município de Belágua, a 280km de São Luís. A ação é uma parceria entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e o Ministério Público Federal, que visa promover avaliações e realizar atividades que possam melhorar a qualidade do ensino ofertado nos municípios maranhenses com menores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

• **BACABAL - MPMA recomenda funcionamento provisório do atual matadouro público**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bacabal expediu Recomendação ao Município de Bacabal, para o funcionamento provisório do atual matadouro público. A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de justiça Klycia Luiza Castro de Menezes.

• **Implementado Projeto MPEduc em Davinópolis e Governador Edison Lobão**

O Ministério Público do Maranhão implementou o projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) nas cidades de Davinópolis e Governador Edison Lobão. O ato foi formalizado em reunião, na sede das Promotorias de Imperatriz. Na reunião, o promotor Jadilson Cirqueira e os procuradores da República Pedro Melo Pouchain e Guilherme García Virgílio discutiram as diretrizes a serem tomadas para a efetivação do projeto nas duas cidades. Os dois municípios são termos judiciários da Comarca de Imperatriz.

• **MATÕES-ACP pede indisponibilidade dos bens de prefeita e secretário de Educação**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Matões, ingressou com Ação Civil Pública com pedido de liminar contra a prefeita do município, Suely Torres e Silva, e o Secretário Municipal de Educação, Oziel Silva Oliveira. A ação, de 28 de abril, é resultado de investigações em que a promotoria constatou ilicitudes cometidas em 2009, quando os requeridos eram ordenadores de despesas da Administração Direta do Município de Matões.

• **BELA VISTA DO MARANHÃO - MPMA realiza audiência pública sobre educação**

Para colher propostas para o melhoramento dos índices educacionais de Bela Vista do Maranhão, o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês, realizou, em 28 de abril (Dia Internacional da Educação), audiência pública para discutir assuntos relativos à área no município.

• **GOVERNADOR NUNES FREIRE - Promotoria inspeciona escolas no Dia Internacional da Educação**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Nunes Freire (a 459 km de São Luís), realizou, em 28 de abril, inspeções em oito escolas do município em alusão ao Dia Internacional da Educação, celebrado naquela data. As vistorias foram coordenadas pela promotora de justiça Laura Amélia Barbosa.

• **MPMA e CGU promovem capacitação de conselheiros de 11 municípios**

Mais de 180 integrantes de conselhos municipais das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social de 11 municípios da Região do Munim e dos Lençóis participaram do Encontro com Conselheiros no auditório do Fórum da comarca.

• **IMPERATRIZ - CAOp/ProAd realiza reunião com promotores da Região Tocantina**

O Ministério Público do Maranhão realizou uma reunião entre os promotores da Região Tocantina e o membro do Colégio de Procuradores do MPMA e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa (CAOp-ProAd), José Henrique Marques Moreira. O foco da atividade foi discutir e esclarecer pontos da Resolução que define as atribuições específicas de cada Promotoria de Justiça Especializada.

• **Nova sede da Promotoria de Colinas é inaugurada**

Foi inaugurada a nova sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Colinas. O prédio possui 230 m² de área construída e fica localizado às margens da rodovia MA-132, km 02, no bairro Guanabara.

• **COROATÁ - MPMA investiga mortes em hospital macrorregional**

A partir de designação da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e do corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, os promotores de justiça Vicente Gildásio Leite Júnior e Williams Silva de Paiva (titulares da 2ª e 4ª Promotorias de Justiça de Caxias) iniciaram a investigação a respeito de quatro mortes ocorridas no dia 18 de abril no Hospital Macrorregional Alexandre Mamede Trovão, em Coroatá.

• **BERNARDO DO MEARIM - MPMA aciona Estado para garantir tratamento de câncer a paciente no Piauí**

O Ministério Público do Maranhão ingressou na Justiça com uma Ação Civil Pública de obrigação de fazer contra o Estado do Maranhão e o secretário de Estado da Saúde, Marcos Pacheco, para que seja garantida a uma paciente de Bernardo do Mearim com câncer no estômago a continuidade do tratamento a que vem sendo submetida, há 14 anos, no Hospital São Marcos, em Teresina (Piauí).

• **MATÕES - Ação do MPMA requer indisponibilidade dos bens da prefeita e secretária de Ação Social**

Irregularidades constatadas em procedimento licitatório de 2009 motivaram a

Promotoria de Justiça da Comarca de Matões a propor, em 4 de maio, Ação Civil Pública com pedido de liminar contra a prefeita do município, Suely Torres e Silva, e a secretária municipal de Ação Social, Isamar Moura Nunes.

• **Operação do MPMA e Polícia Civil efetua prisão de dois prefeitos envolvidos em agiotagem**

Mais um trabalho conjunto entre o Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), e a Polícia Civil, resultou nas prisões dos prefeitos de Bacuri, Richard Nixon dos Santos, e Marajá do Sena, Manoel Edvan Oliveira da Costa.

• **MPMA realiza reunião para discutir realidade das escolas comunitárias de São Luís**

Foi realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião que discutiu as dificuldades enfrentadas pelas escolas comunitárias de São Luís. A discussão envolveu o Ministério Público, Secretaria Municipal de Educação (Semed), Câmara Municipal, Ministério do Trabalho e Conselhos Municipais do Fundeb e da Educação, entre outras entidades. A reunião foi realizada a partir de provocação da Federação das Escolas Comunitárias do Maranhão.

• **MATÕES - MPMA requer construção de escola adequada em área rural**

A precariedade de uma escola da rede municipal de Matões levou o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca, a ajuizar, em 4 de maio, Ação Civil Pública Cominatória de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela Antecipada contra o Município de Matões, requerendo a construção de um prédio adequado para substituir a atual edificação.

• **BACABAL - Ação do MPMA leva Justiça a determinar fim da promoção pessoal de prefeito**

Uma Ação Civil Pública protocolada pela 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal, em 14 de abril, levou a Justiça a conceder Liminar determinando que o Município se abstenha de divulgar o nome ou qualquer outro símbolo que vincule a realização de obra, programa, campanha ou serviço à pessoa do gestor. A proibição vale para os meios de comunicação, material publicitário, promoções e eventos.

• **PEDREIRAS - Reunião discute situação de unidade prisional**

Foi realizada no Fórum da Comarca, uma reunião para discutir a situação da Unidade Prisional de Ressocialização de Pedreiras (UPRP). Antes do encontro, os participantes realizaram

uma visita à unidade prisional.

• **HUMBERTO DE CAMPOS - A pedido do MPMA, Justiça decreta afastamento do prefeito por 180 dias**

Câmara Municipal deverá empossar vice-prefeito em 24 horas após notificação

Em atendimento ao Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública por improbidade administrativa, a Justiça determinou nesta terça-feira, 5, o afastamento do prefeito de Humberto de Campos, Raimundo Nonato dos Santos, pelo prazo de 180 dias.

• **PINHEIRO - Segurança pública é tema de encontro regional**

O Ministério Público do Maranhão promoveu no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney, em Pinheiro, o II Encontro Regional de Segurança Pública. O objetivo foi traçar estratégias de ações conjuntas a serem adotadas pelos promotores de justiça da região para combater a violência.

• **DAVINÓPOLIS - MPMA e MPF fazem reunião para implementar MPEduc no município**

Com o intuito de apresentar e implementar o projeto MPEduc em Davinópolis, o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal realizaram reunião com gestores da administração municipal, professores e coordenadores de escolas do município.

• **PINHEIRO - Programa Direito à Saúde debate desafios para o setor**

O combate à corrupção e o atendimento das demandas da população na área da saúde pública foram debatidos durante o III Encontro Regional do Programa Institucional “Direito à Saúde: Prevenção, Controle e Combate à Corrupção”, realizado no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney, em Pinheiro.

• **Procuradora-geral discute com deputada situação de conflito territorial entre três municípios**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita da deputada estadual Valéria Macedo (PDT), que tratou da demarcação de terras dos municípios de Buritirana, Senador La Rocque e João Lisboa.

• **MATÕES - MPMA requer indisponibilidade de bens da prefeita e do secretário de Saúde**

Irregularidades na prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Matões, relativas ao exercício financeiro de 2009, levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca, a requerer, liminarmente, em Ação Civil Pública por ato de

improbidade administrativa, de 28 de abril, a indisponibilidade dos bens da prefeita Suely Silva e do secretário de Saúde do município, Raimundo Carvalho.

• **IMPERATRIZ - Ação do MPMA pede que empresa de transporte adapte frota à Lei de Acessibilidade**

O Ministério Público do Maranhão ingressou com Ação Civil Pública, no dia 28 de abril, contra a empresa de transporte urbano e semiurbano Viação Nossa Aparecida. A ACP é resultado de investigações realizadas pela titular da Promotoria de Justiça em Defesa do Idoso e das Pessoas com Deficiência em Imperatriz, Alline Matos Pires. De uma frota de vinte veículos, apenas dois ônibus possuem elevadores de acesso a pessoas com deficiência.

• **Promotora de justiça relata ao Conselho Superior realidade social de Centro do Guilherme**

Na sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, a promotora de justiça Laura Amélia Barbosa apresentou um quadro resumido da situação socioeconômica do município de Centro do Guilherme, que foi tema de reportagem da TV Record e apontado como um dos municípios mais pobres do Brasil, com grande parte da população enfrentando o problema da fome.

• **IMPERATRIZ - MPMA participa de curso de reciclagem para policiais da PM**

Os promotores de justiça Jadilson Cirqueira de Sousa, Alessandro Brandão e Ossian Bezerra participam, neste mês, do curso de reciclagem de policiais do 14º Batalhão da Polícia Militar. O curso teve início na segunda-feira, 4, e está sendo ministrado na Faculdade de Imperatriz (Facimp).

• **DAVINÓPOLIS - MPMA move ACP contra ex-prefeito por despesas de quase R\$3 milhões sem licitações**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra o ex-prefeito do município de Davinópolis, Francisco Pereira Lima, por ter realizado, no exercício financeiro de 2009, despesas de aproximadamente R\$3 milhões sem processo licitatório e sem justificativa para dispensa de licitações.

• **SANTA INÊS - MPMA realiza debate sobre a proposta de redução da maioria penal**

Com o objetivo de estimular a abordagem crítica sobre a proposta de redução da maioria penal, a Promotoria da Infância e Juventude de Santa Inês realizou um debate entre alunos do 3º ano do ensino médio da Escola José Sarney.

• **SÃO LUÍS - Promotores discutem situação da educação com prefeito**

Os titulares das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís, Paulo Silvestre Avelar Silva e Maria Luciane Lisboa Belo, reuniram-se com o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior e o secretário de Governo do Município, Lula Filho. Na pauta estiveram diversos aspectos sobre a rede municipal de educação.

• **Programa Qualidade de Vida no Trabalho é lançado no MPMA**

Em cerimônia no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi lançado o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, destinado a membros e servidores do Ministério Público do Maranhão.

• **ESMP promove curso sobre gerenciamento de crises em Timon**

A Escola Superior do Ministério Público (ESMP) promoveu na sede das Promotorias de Justiça de Timon, o Curso de Gerenciamento de Crises. O treinamento, com 15 horas de duração, abordou as técnicas para tomada de decisões, planos de resolução, graus de risco e reações imprevistas.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA participa de iniciativa para alfabetização de detentos**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) participou, em 7 de maio, da aula inaugural da alfabetização na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia. A iniciativa da Secretaria Municipal de Açailândia contou como o apoio do MP e de outras instituições para ser executado.

• **Relatório do MPMA analisa números de crimes violentos na Grande São Luís**

O Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP), do Ministério Público do Maranhão (MPMA), divulgou o Relatório de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), na Grande São Luís, referente ao primeiro trimestre de 2015. O documento considera a faixa etária e o gênero das vítimas e os instrumentos utilizados nos crimes.

• **IMPERATRIZ - MPMA move Ação Cautelar contra Governo do Estado por lotação de presídio**

O Ministério Público do Maranhão impetrou uma Ação Cautelar Inominada com Pedido de Liminar contra o Governo do Estado do Maranhão em razão da superlotação de presos na Delegacia Regional de Imperatriz e da não entrega do novo presídio do município, que desafogaria a demanda carcerária da região.

• Procuradora-geral recebe visita de deputada e vereadores de Buriticupu

Reunião discutiu a falta de promotor titular na comarca

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu em audiência a deputada estadual Francisca Primo (PT), acompanhada de um grupo de três vereadores de Buriticupu. Na pauta da reunião, foi debatida a questão da falta de promotor de justiça titular na comarca, que concentra cerca de 12 mil processos, segundo os integrantes da comitiva.

• PEDREIRAS - MPMA garante tratamento médico de recém-nascido em São Paulo

Atendendo a pedido da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras, a Justiça determinou que o Estado do Maranhão custeie a cirurgia cardíaca a que precisa se submeter um recém-nascido com pouco mais de um mês de vida. Além dos custos da cirurgia, que será realizada no Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo-SP, deverão ser garantidas as “despesas com deslocamento (passagens, alimentação e hospedagem) e demais despesas pós-operatórias que se fizerem necessárias”, afirma a decisão do titular da 1ª Vara, Marco Adriano Ramos Fonseca.

• Manifestação do MPMA resulta em prisão preventiva do ex-diretor da CADET

Um Recurso em Sentido Estrito interposto pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 28ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, resultou na reforma da decisão do Poder Judiciário, que revogou a prisão preventiva do ex-diretor do Centro de Detenção do Complexo de Pedrinhas (Cadet), Cláudio Barcelos.

• PAÇO DO LUMIAR - MPMA aciona ex-presidente da Câmara por fraude em licitação

A 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar protocolou, em 6 de maio, uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa por conta de irregularidades na contratação de empresa para fornecimento de coffee break para a Câmara de Vereadores do município em 2010. São alvos da ação o vereador Alderico Jefferson Abreu da Silva (ex-presidente da Câmara), José Francisco Sousa Diniz (diretor geral), Neidiane Pinto da Cruz (ex-presidente da CPL), o empresário Marco André Vieira da Silva, além da empresa Marco A. V. Da Silva – Dínamo Sonorizações.

• CACHOEIRA GRANDE - Projeto MPEduc é implementado no município

O programa Ministério Público pela Educação (MPEduc) foi implementado no município de Cachoeira Grande. O ato foi formalizado em audiência pública, na Colônia de

Pescadores do município. Na audiência, foram discutidas as medidas a serem tomadas para a execução do projeto.

• ITAPECURU-MIRIM - MPMA requer indisponibilidade dos bens do prefeito por ato de improbidade

Em Ação Civil Pública por improbidade administrativa, o Ministério Público do Maranhão requer, em caráter liminar, a indisponibilidade dos bens, inclusive imóveis e automóveis, do prefeito de Itapecuru-Mirim, Magno Amorim.

• PAÇO DO LUMIAR - Ex-presidente da Câmara Municipal é acionado por improbidade administrativa

A contratação ilegal da empresa Marco A.V. da Silva – Dínamo Sonorizações, pela Câmara Municipal de Paço do Lumiar, em 2010, sem regular dispensa ou processo licitatório, no valor de R\$ 38.300, para prestação de serviços de sonorização motivou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a ajuizar Ação Civil Pública (ACP), em 5 de maio, por ato de improbidade administrativa contra o ex-presidente, Alderico Jefferson Abreu da Silva Campos.

• AÇAILÂNDIA - Execução penal é tema de reunião com titular da Sejap

A execução penal na Unidade Prisional de Ressocialização de Açailândia foi tema de uma reunião entre os representantes de instituições que atuam na execução penal no município e o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Murillo Andrade.

• CURURUPU - MPMA aciona gestores de Associação de Moradores por improbidade administrativa

A Promotoria de Justiça de Cururupu ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa devido a irregularidades na contratação de uma empresa para a construção de casas populares a cargo da União de Moradores do Bairro São Benedito. As obras seriam feitas com recursos de um convênio firmado entre a entidade e a Secretaria de Estado das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infraestrutura (Secid).

• CHAPADINHA - MPMA requer recuperação de instalações sanitárias do Centro de Detenção Provisória

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, ingressou com Ação Civil Pública, em 12 de maio, contra o Estado do Maranhão. Investigações realizadas pela promotoria constatarem a omissão do Estado em relação aos cuidados do Centro de Detenção Provisória (CDP) do município. A ação requer, em caráter liminar, a recuperação das instalações sanitárias do CDP.

• **PEDREIRAS - Justiça determina indisponibilidade de bens de prefeito**

Decisão foi baseada em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, ajuizada, em fevereiro deste ano, pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário determinou, liminarmente, em 12 de maio, a indisponibilidade dos bens do prefeito de Pedreiras, Francisco Antonio Silva (mais conhecido como “Totonho Chicote”), até o limite de R\$ 4.876.923,90.

• **Decisão do STF reafirma poder de investigação do Ministério Público em matéria penal**

Em sessão realizada na quinta-feira (14), o Plenário do STF decidiu, por maioria de 7 votos a 4, que o Ministério Público tem atribuição para promover, por autoridade própria e por prazo razoável, investigações de natureza penal e fixou parâmetros da atuação do MP.

• **IMPERATRIZ - Projeto Família Plena consegue, na Justiça, primeira adoção por paternidade afetiva**

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Projeto Família Plena, obteve na Justiça a primeira decisão que reconhece o processo de paternidade afetiva. Em Ação Declaratória de Paternidade Afetiva, ajuizada pelo promotor de justiça Frederik Bacelar Ribeiro, a 2ª Vara da Família da Comarca de Imperatriz decidiu que Carlos Rogério Gomes de Sousa, padrasto da criança, será legalmente reconhecido como pai.

• **BERNARDO DO MEARIM - Município é condenado a dar destinação correta a resíduos sólidos após ação do MPMA**

A Justiça determinou que o Município de Bernardo do Mearim tem 180 dias para adequar a destinação do lixo às exigências técnicas e higiênico-sanitárias indicadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A decisão atende a pedido do Ministério Público, em Ação Civil Pública, proposta em 17 de setembro de 2014.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA realiza I corrida contra violência sexual de crianças e adolescentes**

Aconteceu a I Corrida contra violência sexual, parte da programação da Semana de Combate à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. O evento, promovido pela 4ª Promotoria de Justiça de Açailândia, teve apoio da Prefeitura, da Ampem, da Secretaria Municipal de Educação e de Desporto e Lazer e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

• **Municipalização do trânsito foi tema de reunião entre membros do MPMA e Detran**

Em reunião de trabalho, realizada pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão, promotores de justiça de 25 comarcas do estado discutiram temas ligados ao projeto institucional “MP na via da segurança – municipalização do trânsito em defesa da vida”.

• **IGARAPÉ GRANDE - Justiça fixa prazo de 180 dias para regularização de disposição de resíduos sólidos**

Em resposta a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário estabeleceu prazo de 180 dias para que a Prefeitura de Igarapé Grande regularize a destinação dos resíduos produzidos no município às exigências da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que trata da política nacional para a questão.

• **MIRANDA DO NORTE - TAC estabelece regularização de veículos de transporte escolar**

A Prefeitura de Miranda do Norte tem até 1º de junho deste ano para adequar os veículos que prestam o serviço de transporte escolar no município às exigências do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997, de 23 de setembro de 1997).

• **SANTA INÊS - Justiça ordena convocação de professores excedentes**

Acolhendo pedido formulado pelo Ministério Público do Maranhão, a 1ª Vara da Comarca de Santa Inês declarou a nulidade de contratos temporários e ordenou que o município nomeie, no prazo de 60 dias os excedentes do cargo de professor do último concurso. A decisão ainda está sujeita a recurso.

• **BACABAL - MPMA e MPF encaminham Recomendação sobre saúde no município**

A 1ª Promotoria de Justiça de Bacabal e a Procuradoria da República no município encaminharam, no último dia 12, uma Recomendação ao prefeito José Alberto Oliveira Veloso. O documento orienta para a solução de problemas apontados por auditoria e inspeção realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), no período de 30 de junho a 13 de julho de 2013.

• **ITAPECURU-MIRIM - MPMA aciona prefeito e procurador-geral do município por nepotismo**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Itapecuru-Mirim, Magno Amorim, e o procurador-geral do

município, Euclides Figueiredo Cabral. Ambos são acusados da prática de nepotismo, haja vista que o prefeito é casado com uma irmã do procurador-geral.

• **FORTUNA - Ações do MPMA resultam em condenação de prefeito por improbidade**

Em resposta a ação ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos, o Poder Judiciário condenou, em 20 de maio, o prefeito do município de Fortuna, Arlindo Barbosa Filho, à perda de função pública, à suspensão de direitos políticos pelo período de três anos e ao pagamento de multa civil no valor de 10 vezes o valor de sua remuneração mensal.

• **MPMA participa de atividades alusivas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual**

O Ministério Público do Maranhão participou em diversas comarcas do interior do estado da celebração do 18 de maio, que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual. Palestras, debates e caminhadas foram algumas das ações promovidas conjuntamente por instituições que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

• **SANTA HELENA - MPMA exige concurso público para a área da Educação**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar questionando a manutenção de servidores da área da educação contratados de forma irregular pelo Município de Santa Helena.

• **MONÇÃO - MPMA aciona prefeito por contratação irregular de servidores públicos**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Monção, ajuizou Ação Civil Pública contra o prefeito do município, João de Fátima, por Ato de Improbidade Administrativa, consistente na contratação de servidores públicos sem a realização de concurso público.

• **IMPERATRIZ - Ação requer restabelecimento de distribuição de medicações do Projeto Glaucoma**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da 5ª Promotoria de Justiça Especializada de Saúde da Comarca de Imperatriz, ajuizou, em 20 de maio, Ação Civil Pública com obrigação de fazer, contra o Governo do Estado do Maranhão, requerendo o restabelecimento imediato do fornecimento de oito colírios e outros medicamentos para o tratamento do glaucoma.

• **MARIA DA PENHA EM AÇÃO - Capacitação de professores sobre violência**

doméstica é realizada na PGJ

Iniciada a capacitação de professores das redes de ensino estadual e municipal de São Luís sobre a Lei Maria da Penha.

• **CHAPADINHA - MP aciona ex-prefeita e 38 ex-secretários por recebimento indevido de gratificação**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadinha, ajuizou, em 30 de abril, Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, contra a ex-prefeita Danubia Carneiro e 38 ex-secretários municipais de sua gestão, requerendo, liminarmente, a determinação do ressarcimento do valor de R\$ 1.278.596,22 aos cofres públicos.

• **SÃO LUÍS - MPMA requer disciplinamento de uso de fogos de artifício nos arraiais**

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de São Luís encaminhou, em 21 de maio, Recomendação ao Grupamento de Operações Técnicas (GAT), do Corpo de Bombeiros do Maranhão, solicitando que o órgão faça a regulamentação dos tipos de fogos de artifício que poderão ser comercializados nos arraiais juninos da capital.

• **MATÕES - Ação Civil Pública do MPMA requer estruturação do Conselho Tutelar**

A Promotoria de Justiça de Matões ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar para obrigar o município a providenciar as condições mínimas de funcionamento para o Conselho Tutelar. De acordo com investigação do Ministério Público, o estabelecimento responsável pela política de atendimento à população infanto-juvenil encontra-se em situação precária, o que tem prejudicado o cumprimento de suas funções.

• **18 DE MAIO - MP participou de mobilização contra abuso e exploração sexual em comarcas do interior**

No dia 18 de maio, a Comarca de Santa Rita também se engajou no enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessa data, reuniram-se, no prédio da Câmara Municipal de Santa Rita, representantes do Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, funcionários públicos, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sociedade em geral para refletirem sobre o tema.

• **IMPERATRIZ - MPMA reúne Prefeitura e empresários para discutir obra de recuperação do Riacho Capivara**

A Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo de Imperatriz realizou reunião com

o prefeito de Imperatriz, Sebastião de Madeira, e empresários da região. O encontro teve por objetivo discutir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 30 de abril de 2014, que visa à recuperação do Riacho Capivara.

• **LIMA CAMPOS - Ministério Público do Maranhão lança projeto de prevenção às drogas**

O Ministério Público do Estado do Maranhão realizou uma reunião na Câmara Municipal de Lima Campos para tratar do lançamento do projeto “Rede Social contra as Drogas”. O projeto, que visa a prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes, está sendo executado pela 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Pedreiras, que tem como titular a promotora de justiça Eveline Barros Malheiros.

• **Promotoria Itinerante voltará ao Anjo da Guarda em agosto**

Após 17 anos, a 1ª Promotoria Comunitária Itinerante voltará a ser instalada no Anjo da Guarda, na primeira quinzena de agosto deste ano. O bairro foi a primeira região a ser atendida pela unidade do Ministério Público do Maranhão (MPMA), logo após a criação do Programa de Promotorias Itinerantes, em 1998.

• **Corpo de Bombeiros ministra curso de formação de Brigada de Incêndios**

O Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Corpo de Bombeiros do Maranhão, promoveu o Curso de Formação de Brigadistas de Incêndio para as Promotorias de Justiça da Capital. Esta é a segunda turma formada no MPMA. O objetivo é instruir os servidores sobre como agir em situações concretas de acidentes que envolvam fogo.

• **2ª Semana de Capacitação do MPMA é iniciada na PGJ**

Teve início a 2ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão: pensando as práticas institucionais. Voltado para membros e servidores da instituição, o evento acontece na Procuradoria Geral de Justiça, entre os dias 25 e 29 deste mês.

• **IMPERATRIZ - MPMA consegue decisão que controla a poluição sonora**

O Ministério Público do Maranhão conseguiu, em audiência de conciliação realizada no último dia 21, uma decisão para controlar a poluição sonora no município de Imperatriz. A decisão foi tomada em acordo entre as partes de uma Ação Civil Pública, movida pelo MPMA contra o Freitas Park Aquático, Posto Maranhão do Sul, Lanchonete Caminhoneiro e motoristas ou proprietários de veículos com som automotivo que frequentam os estabelecimentos, produzindo sons em volumes excessivos.

• **Estudantes visitam Memorial do Ministério Público**

O Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão recebeu, nesta terça-feira, 26, a quinta visita de participantes do projeto “A Criança no Memorial do MPMA”. Nesta edição, foram 26 alunos da Unidade Integrada José Giorceli Costa a conhecer e vivenciar a história da instituição.

• **AÇAILÂNDIA - Ação do MPMA leva a afastamento de prefeita**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, por unanimidade, nesta terça-feira, 26, o afastamento da prefeita de Açailândia, Gleide Lima Santos. A decisão baseia-se em Ação Civil Pública proposta pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia, em fevereiro de 2014. A prefeita é acusada de uso indevido de bens públicos e, de acordo com os levantamentos feitos pelo Ministério Público, o total do dano causado aos cofres públicos de Açailândia foi de R\$ 160.315,69.

• **Situação de conflito territorial entre três municípios é tema de reunião na PGJ**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu a visita de uma comitiva formada por parlamentares, prefeitos e lideranças das cidades de Buritirana, João Lisboa e Senador La Rocque. A demarcação dos limites dos três municípios e os conflitos territoriais foram debatidos no encontro.

• **PINHEIRO - MPMA realiza inspeções nas unidades prisionais do município**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, realizou inspeções nas delegacias de polícia e na Unidade Prisional de Ressocialização de Pinheiro.

• **MPMA promove palestra preventiva contra o uso de drogas**

Foi realizada na Biblioteca Pública Benedito Leite, uma palestra, parte da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”. A campanha, idealizada pela promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago, é uma forma de prevenção contra as drogas, para crianças e adolescentes. Participaram do evento 130 alunos da Unidade de Ensino Básico Bandeira Tribuzzi.

• **ZÉ DOCA - Ex-prefeito presta depoimento sobre envolvimento com agiotagem**

O ex-prefeito de Zé Doca, Raimundo Nonato Sampaio, compareceu à 1ª Promotoria de Justiça da Comarca, onde prestou informações no inquérito civil que apura sua participação no esquema de agiotagem comandado pelo grupo de Gláucio Alencar Pontes Carvalho, acusado de ser

um dos mandantes da morte do jornalista Décio Sá.

• **Administração Superior vistoria obras do Ministério Público**

Com o objetivo de averiguar o andamento das obras no prédio da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, uma comitiva formada pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, pelo diretor-geral da PGJ, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e pelo coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura, Gilberto Mouchereck, visitou, na quinta-feira da semana passada, 21, a futura sede da Administração Superior do MPMA.

• **MP participa da Operação Cayenne**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de São Luís, participou, em 27 de maio, da Operação “Cayenne”, realizada pela Polícia Civil, que prendeu quatro suspeitos da quadrilha acusada de desviar R\$ 33,78 milhões na Universidade Virtual do Maranhão (Univima), nos anos de 2010 e 2013.

• **PEDREIRAS - Ação do MPMA leva à interdição de farmácia clandestina pela Justiça**

Liminar concedida pela Justiça, em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, determinou a interdição das atividades comerciais da empresa F.R. Loiola e Cia Ltda e de Francisco Ronaldo Loiola, Fabrício Lopes Freire Monteiro, Raimundo Nonato Freire Monteiro, na cidade de Pedreiras, devido à fabricação de medicamentos sem registro e falsificados.

• **IMPERATRIZ - MP Saúde oferece ações preventivas para membros e servidores**

Realizada pela direção das Promotorias de Justiça de Imperatriz, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) desenvolveu na sede do órgão, a Ação MP Saúde. A atividade ofereceu atendimento de Atenção Básica aos membros e servidores do MPMA, nas promotorias da comarca. Uma equipe de Enfermagem prestou serviços de aplicação da vacina H1N1, aferição de pressão arterial e testes de glicemia.

• **MPMA celebra Dia Nacional do Ouvidor nesta segunda-feira**

No Dia Nacional do Ouvidor, 1º de junho, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizará uma solenidade de comemoração pelos 10 anos da Ouvidoria da instituição. A programação será realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Centro), a partir das 8h30.

• **Situação de Marajá do Sena é**

discutida no Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão (CSMP) ouviu o promotor de justiça Lindemberg Malagueta Vieira, titular da Comarca de Bacabal. O promotor trouxe informações sobre o município de Marajá do Sena, termo judiciário da Comarca de Paulo Ramos, pela qual respondeu no período de dezembro de 2014 a abril de 2015.

• **Cassius Chai vai disputar indicação para o CNJ**

O promotor de justiça Cassius Guimarães Chai será o representante do Ministério Público do Maranhão na disputa da vaga destinada aos MP's estaduais na composição do Conselho Nacional de Justiça, biênio 2015/2017. Ele foi eleito pelos membros do Ministério Público do Maranhão com 88 votos.

• **Política de Resíduos Sólidos fecha programação da Semana de Capacitação do MPMA**

A 2ª Semana de Capacitação do Ministério Público do Maranhão foi encerrada com a discussão sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, coordenada pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAO-UMA).

• **SANTA INÊS - Evento capacita conselheiros sobre controle social de políticas públicas**

Foi realizado no último dia 27 de maio, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), em Santa Inês, o I Encontro de Conselheiros do Vale do Pindaré. Idealizado pelas Promotorias de Justiça de Santa Inês, o evento serviu para capacitar integrantes dos conselhos de direitos de diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, infância e juventude, sobre o controle social das políticas públicas.

• **Evento celebra 10 anos da Ouvidoria do MPMA**

Foi realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, um evento em comemoração aos 10 anos da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão. Durante a programação, foi lançado o projeto Ouvidorias Municipais.

• **SÃO LUÍS - Fórum Permanente de Educação se reúne na Ampem**

Representantes do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Secretaria Municipal de Educação de São Luís (Semed), Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) e Câmara Municipal de São Luís se reuniram na última quinta-feira, 28 de maio, na sede da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem) para debater alternativas para a educação pública municipal da capital.

- **Comunidades têm até o final de junho pra levar demandas à 1ª Promotoria Itinerante**

Os líderes comunitários da área do Anjo da Guarda e adjacências têm até o final de junho para encaminhar à 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante as demandas de seus bairros. A solicitação foi feita pelo titular da promotoria, Vicente Martins, durante reunião ocorrida nesta segunda, 1º, na sede da Associação Comunitária do Itaqui Bacanga (ACIB), com representantes de 11 entidades da área do Anjo da Guarda e adjacências.

- **ALCÂNTARA - Prefeito é acionado pelo MPMA para perda da função pública**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Alcântara, requereu, em Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, a perda da função pública do prefeito Domingos Santana da Cunha Júnior, mais conhecido como “Araken”, devido a ilegalidades em processos licitatórios realizados para aquisição de merenda escolar pela Prefeitura de Alcântara no ano de 2013.

- **SÃO LUÍS - Promotoria Itinerante apresenta balanço de atendimentos na Vila Palmeira**

Instalada desde 19 de março na Vila Palmeira, a 2ª Promotoria de Justiça Itinerante de São Luís divulgou o resultado parcial dos atendimentos realizados. Os dados estão sistematizados até o dia 25 de maio e totalizam 72 atendimentos individuais e 58 relativos a questões de interesse coletivo.

- **Plantão das Promotorias da Comarca da Ilha de São Luís**

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão informa a escala de plantão das Promotorias de Justiça da Comarca da Ilha de São Luís, no período de 1º a 7 de junho de 2015.

- **SÃO LUÍS - MPMA e CAU/MA realizam audiência pública sobre zoneamento, uso e ocupação do solo**

Audiência pública discuti os objetivos do zoneamento, uso e ocupação do solo de São Luís. O evento é resultado de uma parceria do Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA).

- **MPMA realiza palestra sobre prevenção às drogas para estudantes**

Foi realizada, na Biblioteca Pública Benedito Leite, mais uma palestra, parte da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as

drogas?”. A campanha, idealizada pela promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago, é uma forma de prevenção contra as drogas. Participaram do evento 120 alunos da Unidade de Ensino Fundamental Maria Alice Coutinho.

- **Seminário vai integrar escolas judiciais e carreiras jurídicas do Maranhão**

A organização de um seminário para integrar todas as escolas judiciais e as carreiras jurídicas do Maranhão foi discutida em uma reunião na sede da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), no Calhau.

- **ALCÂNTARA - MPMA pede reforma de escola municipal e regularização das aulas**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar contra o Município de Alcântara questionando a situação precária da Escola Municipal Inácio de Viveiros Raposo e pedindo a sua reforma. A unidade de ensino atende alunos de 11 a 14 anos, no ensino fundamental regular, além de alunos da educação de jovens e adultos.

- **SÃO LUÍS - MPMA toma medidas para fiscalizar reserva de vagas a gestantes em estacionamentos**

A Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais solicitou, em 25 de maio, à Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de São Luís (SMTT) o envio, em 10 dias, de informações sobre as medidas a serem adotadas pelo órgão municipal para credenciar e fiscalizar o uso das vagas reservadas para gestantes, nos estacionamentos públicos e privados de São Luís.

Conamp realiza reunião em São Luís.

- **VITÓRIA DO MEARIM - MPMA vai apurar exercício ilegal da atividade policial por servidor que executou mecânico**

A Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim instaurou inquérito civil para apurar a responsabilidade civil-administrativa pela contratação temporária e cessão do servidor municipal Luís Carlos Machado de Almeida, para atuar, ilegalmente, como policial militar.

- **MPMA cobra nomeação de agentes de segurança para Bacuri e Apicum-Açu**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Bacuri, ingressou uma Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, na qual pede que a Justiça determine a imediata nomeação de delegados, agentes e escrivães de polícia para atuar nos municípios de Bacuri e Apicum-Açu. Além disso, foi pedido que as delegacias de polícia dos municípios sejam dotadas de estrutura predial adequada.

- **BACURI - Ministério Público ajuíza 23 ações para reformas de escolas municipais**

O Ministério Público ingressou com Ações Cíveis Públicas, com pedido de liminar, para obrigar o Município de Bacuri a promover a reforma de 23 escolas da rede municipal de ensino, que se encontram em péssimas condições estruturais, algumas comprometendo até a segurança de alunos, professores e servidores.

- **BACURI - MPMA requer reforma de hospital municipal**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Bacuri, ajuizou, em 9 de junho, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, com Pedido de Tutela Antecipada, contra o Município de Bacuri, requerendo a realização, em 60 dias, de licitação para reforma do Hospital Bibi Monteiro, no município.

- **PAÇO DO LUMIAR- Ex-presidente da Câmara é alvo de Ação Civil do MPMA por fraude em licitação**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Paço do Lumiar, Alderico Campos, devido a irregularidades em processo licitatório para a aquisição de material de expediente, limpeza e consumo em geral, no exercício financeiro de 2010.

- **ROSÁRIO - MPMA participa de evento da Rede Institucional de Controle da Gestão Pública**

Conselheiros das áreas da saúde, educação e assistência social participaram de palestras e minicursos

A Rede Institucional de Controle da Gestão Pública realizou, na última sexta-feira, 12, um evento com palestras e minicursos no Município de Rosário, voltado conselheiros das áreas de saúde, educação e assistência social. O evento é promovido pelo Ministério Público do Maranhão e pela Controladoria Geral da União (CGU).

- **BEQUIMÃO - MPMA propõe ação contra prefeito por ato de improbidade administrativa ambiental**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bequimão ajuizou, em 10 de junho, Ação Civil Pública por ato de improbidade ambiental contra o prefeito Antônio José Martins, em razão de os resíduos sólidos do município serem depositados em um lixão. Propôs a manifestação ministerial a promotora de justiça Alessandra Darub Alves.

- **Atendimento aos casos de violência contra idosos é debatido em reunião na PGJ**

Aconvite do Ministério Público do Maranhão, entidades e instituições de proteção e defesa do idoso participaram na sede da Procuradoria Geral de Justiça, de uma reunião para discussão sobre os fluxos de atendimento dos casos de violência contra as pessoas idosas.

- **SÃO LUÍS - MPMA participa de mediação de conflito na comunidade São Joaquim de Itapera**

A assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Maranhão pôs fim ao conflito entre 62 famílias e os proprietários da área "Formigueiro I-A", na zona rural de São Luís, onde está localizada a comunidade de São Joaquim de Itapera.

- **BURITICUPU - Grupo de Promotores Itinerantes auxilia nas atividades da comarca**

O Grupo de Promotores de Justiça Itinerantes (GPI) encontra-se durante toda esta semana em Buriticupu (a 407km de São Luís) para auxiliar a promotora de justiça Glauce Lima Malheiros, que está respondendo pela promotoria da comarca, na análise de processos judiciais e extrajudiciais.

- **PAÇO DO LUMIAR - MPMA aciona quatro pessoas por improbidade administrativa**

A 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o vereador Alderico Jefferson Abreu da Silva Campos; o diretor-geral da Câmara Municipal, José Francisco Souza Diniz; a ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação, Neidiane Pinto da Cruz; Cláudia Nunes Temporim e sua empresa, Cláudia N. Temporim.

- **VARGEM GRANDE - MPMA busca garantir atendimento à paciente portadora de Síndrome de Ondine**

A Promotoria de Justiça de Vargem Grande ajuizou Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão para garantir atendimento e suporte a uma paciente portadora de Síndrome de Ondine. A doença genética consiste em baixa ventilação pulmonar e desregulação do sistema nervoso.

- **MIRINZAL - MPMA requer suspensão de atividades de instituição educacional**

A Promotoria de Justiça de Mirinzal ajuizou, em 10 de junho, Ação Civil Pública com Pedido de Liminar contra o Instituto de Cursos Livre Adonai (ICLA), de propriedade da empresária Vilma Liene Gomes Ferreira, requerendo a suspensão imediata de todas as atividades de educação superior exercidas pela instituição no município, incluindo vestibulares, aulas, avaliações, publicidade e cobranças pelos serviços.

• **Discussão sobre violência nas escolas é tema de fórum organizado pelo MPMA**

Foi aberto o IV Fórum de Discussão: Enfrentando a Violência no Espaço Escolar, promovido pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio das Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Educação de São Luís. O evento, que segue até esta sexta-feira, reúne mais de 300 participantes, entre professores, gestores, alunos e pais e responsáveis de alunos de escolas das redes estadual e municipal de ensino.

• **SÃO LUÍS - Audiência pública discute alterações na Lei de Zoneamento**

Por iniciativa da 1ª Promotoria de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU/MA), foi realizada uma audiência pública que discutiu as alterações na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís.

• **Atividades da 2ª Promotoria Itinerante são encerradas na Vila Palmeira**

A 2ª Promotoria de Justiça Itinerante prestou contas à comunidade da Vila Palmeira das atividades realizadas no bairro. O ônibus da Itinerante permaneceu instalado, no Parque Folclórico da Vila Palmeira, desde o dia 19 de março, atendendo às demandas dos moradores da região.

• **MPMA lança ação para fomentar Programa “Família Acolhedora”**

A ação institucional do Ministério Público do Maranhão em favor da implantação do Programa “Família Acolhedora” nos municípios maranhenses foi lançada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.

• **MPMA participa de evento com presidente do STF**

Foi realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a solenidade de assinatura do Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão. O documento foi assinado pelo ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e por representantes de diversas instituições como o próprio TJMA, Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

• **BACURI - MPMA requer indisponibilidade de bens do prefeito afastado**

A Promotoria de Justiça de Bacuri ajuizou Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa, requerendo a indisponibilidade

de bens do prefeito temporariamente afastado do município, José Baldoino da Silva Nery, e de outros sete réus, até o limite de R\$ 580 mil.

• **VILA NOVA DOS MARTÍRIOS - MPMA move ACP contra prefeita por irregularidades em convênio com o Estado**

O Ministério Público do Estado do Maranhão moveu, em 16 de junho, Ação Civil Pública contra a prefeita de Vila Nova dos Martírios, Karla Batista Cabral. A ação, elaborada pela 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, é resultado da reprovação de contas em convênio firmado com o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Cultura.

• **CNMP lança a campanha “João Cidadão”**

“Tudo começa com a educação. Temos de regar a semente para, no futuro, haver uma sociedade melhor e mais justa. E ao se atingir o público-alvo da campanha, que são os jovens, haverá mudança de paradigma das novas gerações”. Afirmou o presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rodrigo Janot, durante o lançamento da campanha “João Cidadão”, ocorrida nesta terça-feira, 23 de junho, na sede do Conselho, em Brasília/DF. A campanha tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da cultura de direitos humanos no Brasil e aproximar o Ministério Público da sociedade.

• **Exposição de peças em biscuit retrata cultura popular maranhense**

Inspirada na cultura popular, está em cartaz no Espaço de Arte Márcia Sandes, hall de entrada da Procuradoria Geral de Justiça, a exposição Bumba-Meu-Boi do Maranhão. As 10 esculturas de biscuit, confeccionadas por Anátilde Silva, servidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, ficarão expostas até o dia 30 de junho.

• **Membros e servidores esclarecem dúvidas sobre Simp**

Foi realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, mais uma etapa de capacitação para membros e servidores das Promotorias de Justiça da Grande Ilha sobre o funcionamento do Sistema Integrado do Ministério Público (Simp).

• **MPMA participa de seminário de documentação jurídica**

O titular da 17ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, representou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) no I Seminário de Informação e Documentação Jurídicas do Maranhão, promovido pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pelo Conselho Regional de Biblioteconomia – 13ª Região.

• **DAVINÓPOLIS - MPMA move ACP contra ex-presidente da Câmara por improbidade administrativa**

O Ministério Público do Maranhão entrou com Ação Civil Pública, no último dia 19, contra o ex-presidente da Câmara de Davinópolis, Josélio Gonçalves Lima, por ato de improbidade administrativa.

• **IMPERATRIZ - MPMA realiza audiência pública para discutir funcionamento dos postos de combustíveis**

O Ministério Público do Maranhão realizou uma discussão sobre a lei complementar municipal nº 003/2004, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, com reflexo direto no licenciamento ambiental de postos de combustíveis de Imperatriz.

• **PEDREIRAS - Réu é condenado a 15 anos e seis meses de reclusão por homicídio qualificado**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) obteve, em sessão do Tribunal de Júri da Comarca de Pedreiras, realizada em 26 de junho, a condenação do réu Ariosvaldo Vieira da Silva (conhecido como Ruan) a 15 anos e seis meses de reclusão pelo homicídio qualificado por motivo fútil e emprego de recurso incapacitante de Shirley Alves Cunha da Conceição, sua namorada.

• **GPI divulga relatório de atuação na Comarca de Buriticupu**

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), ajuizou, no período de 15 a 19 de junho, 20 ações penais contra ex-gestores dos municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

• **BURITICUPU- MPMA aciona ex-prefeito por contratações irregulares**

Durante sua atuação na Comarca de Buriticupu, o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) ingressou, no dia 15 de junho, com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Antonio Marcos de Oliveira, ex-prefeito do município. A ação foi baseada na contratação irregular de pessoal feita pelo prefeito, em 2008.

• **BOM JESUS DAS SELVAS - GPI oferece Denúncia contra ex-presidente da Câmara de Vereadores**

A apropriação de R\$ 328.464,68 dos cofres da Câmara de Vereadores de Bom Jesus das Selvas pela ex-presidente do órgão, Luzimar Alcindo de Sousa, levou o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a oferecer, em 15 de junho, Denúncia contra a ex-gestora, que administrou o órgão municipal no período de julho a dezembro de 2008.

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação que define detalhes da Cavalgada**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da 3ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Educação de Imperatriz, expediu Recomendação, em 26 de junho, orientando às autoridades organizadoras da Cavalgada o cumprimento de regras preventivas de acidentes, poluição e maus tratos aos animais. O evento, tradicional no município, vai acontecer neste sábado, 4 de julho.

• **Simp está sendo implantado em Codó**

Membros, assessores e servidores do Ministério Público em Codó participam nestas quarta e quinta-feira (1º e 2 de julho) das atividades de treinamento e da implantação do sistema Simp (Sistema Integrado do Ministério Público).

• **ARAME - Vereadores pedem investigação sobre empréstimos consignados**

O procurador-geral de justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sousa, recebeu uma comitiva de vereadores de Arame que pediram ao Ministério Público do Maranhão para investigar os empréstimos consignados de servidores públicos, firmados de 2006 a 2014, por intermédio da Prefeitura de Arame com os bancos BMG, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco da Amazônia.

• **BURITICUPU / BOM JESUS DAS SELVAS - Dirigentes de associações são alvo de Ações Cíveis do MPMA por improbidade**

No período em que esteve na Comarca de Buriticupu, de 15 a 19 de junho, o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) do Ministério Público do Maranhão, além de acionar gestores públicos, ajuizou quatro Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa contra ex-presidentes de fundações e associações comunitárias de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas.

• **ROSÁRIO - MPMA aciona clínica para garantir solução de irregularidades**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Rosário, ajuizou, em 25 de junho, Ação Civil Pública com Pedido de Antecipação de Tutela, contra a Clínica Nossa Senhora do Rosário, devido à não solução das irregularidades constatadas no estabelecimento, desde fevereiro de 2005.

• **BOM JESUS DAS SELVAS - Ex-presidente da Câmara Municipal é acionado por improbidade**

Devido a ausência de licitação, no exercício

financeiro de 2010, para contratar serviços de assessoria jurídica, comprar combustível e alugar um veículo para a Câmara de Vereadores de Bom Jesus das Selvas, o ex-presidente do Poder Legislativo Municipal, Levi da Silva França, é alvo de Ação Civil por ato de improbidade administrativa.

• Conselho Superior aprova promoções e remoções de membros do MPMA

Em sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, realizada nesta sexta-feira, 3, foram votadas e aprovadas duas promoções e cinco remoções de membros da instituição.

• BOM JESUS DAS SELVAS - Ex-prefeita é acionada por irregularidades na gestão

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) ingressou com três Denúncias contra Maria de Sousa Lira, ex-prefeita do município de Bom Jesus das Selvas, por conta de irregularidades em convênios firmados entre o Município e o Governo do Maranhão durante a sua gestão.

• “MENINOS DO TREM” - MPs do MA e do PA propõem acordo para evitar acesso clandestino de menores aos trens da Vale

Os Ministérios Públicos Estaduais do Maranhão (MPMA) e do Pará (MPPA) firmaram, em 15 de junho, um acordo objetivando o encerramento do litígio que trata do acesso clandestino de crianças e adolescentes aos trens ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela Vale S/A. A situação ficou conhecida como “Meninos do trem”.

• BACABEIRA - MPMA aciona prefeito e três réus por improbidade em licitação irregular

Irregularidades em licitação no valor total de R\$ 1.803.187,90, realizada pela Prefeitura de Bacabeira, para aquisição de material de higiene e limpeza, levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário, a ajuizar, em 25 de junho, Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa contra o prefeito Alan Jorge Santos Linhares e outros três servidores municipais.

• SANTO AMARO DO MARANHÃO - MPMA aciona prefeita por falta de prestação de contas de 2014

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Humberto de Campos, ajuizou, em 2 de julho, Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa contra a prefeita de Santo Amaro do Maranhão, Luziane Lopes Rodrigues Lisboa, requerendo a declaração da indisponibilidade liminar dos bens da gestora.

• BACURI - Decisão mantém afastamento e bloqueio de bens do prefeito e de assessores

Acolhendo pedido do Ministério Público, a Justiça proferiu decisão, no dia 2 de julho, mantendo o afastamento do prefeito do município de Bacuri, José Baldoíno da Silva Nery, e de seis assessores, todos envolvidos em fraudes de licitações de transporte escolar nos anos de 2013 e 2014. A manifestação judicial também determina a manutenção da indisponibilidade e do bloqueio dos bens dos gestores.

• Comissão se reúne para traçar estratégias sobre mediação comunitária

A comissão executiva do programa Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária do Ministério Público do Maranhão se reuniu, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís com o objetivo de traçar estratégias de estímulo à solução pacífica de conflitos como alternativa para a judicialização de processos.

• Ouvidoria entrega relatório trimestral de atividades

A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, Mariléa Campos dos Santos Costa, entregou, na manhã desta terça-feira, 7, ao procurador-geral de justiça em exercício, Francisco das Chagas Barros de Sousa, o relatório da Ouvidoria, relativo às atividades dos meses de abril a junho de 2015.

• IMPERATRIZ - MPMA recomenda capacitação de policiais para atender mulheres vítimas de violência

A 8ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz expediu Recomendação ao secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, e à secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto, para que promovam, no prazo de 60 dias, a efetiva capacitação dos profissionais da Polícia Civil e Militar, na comarca de Imperatriz, sobre as questões de igualdade de gênero.

• BELÁGUA - Ex-presidente da Câmara é alvo de ACP por ato de improbidade

A Promotoria de Justiça da Comarca de Urbano Santos propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade, em 30 de junho, contra a ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Belágua, Maria das Neves Silva dos Santos. A manifestação foi formulada pelo promotor de justiça Douglas Assunção Nojosa. Belágua é termo judiciário da Comarca de Urbano Santos.

• BOM JARDIM - MPMA e Seic cumprem mandado de busca e apreensão na prefeitura e na casa da prefeita

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bom Jardim, em parceria com a Superintendência

Estadual de Investigações Criminais, realiza operação de busca e apreensão na sede da Prefeitura e na casa da prefeita, Lidiane Leite da Silva.

• **MPMA oferece denúncia contra prefeito de Anajatuba e mais 26 pessoas**

O Ministério Público do Maranhão ofereceu, no dia 22 de junho, denúncia ao Tribunal de Justiça contra o prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, secretários municipais, vereadores e empresários, que foi protocolada e autuada sob o número 0005006-13.2015.8.10.0000, e teve por base o Procedimento Investigatório Criminal nº 003/2014-GAECO.

• **SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO - MPMA requer anulação de decreto de distribuição de boxes em mercado público**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão, ajuizou, em 7 de julho, Ação Civil Pública contra a Prefeitura do município e 60 permissionários de boxes do mercado público municipal, requerendo a decretação da nulidade do Decreto nº 016/2015.

• **IMPERATRIZ - A pedido do MPMA, Prefeitura exonera dois servidores por prática de nepotismo**

Atendendo a pedido do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Prefeitura de Imperatriz exonera dois servidores de seus cargos. A exoneração cumpre Recomendação, expedida à Prefeitura em 21 de maio, com o intuito de cortar quaisquer relações de nepotismo no funcionamento público municipal.

• **BELA VISTA - MPMA firma acordo para nomeação de excedentes em concurso público para professor**

Para garantir o preenchimento de vagas no setor da educação, a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Inês propôs Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 26 de junho, com o Município de Bela Vista do Maranhão. Pelo acordo, o prefeito de Bela Vista, Orias de Oliveira Mendes, comprometeu-se a nomear, no prazo de 30 dias, excedentes aprovados para o cargo de professor no mais recente concurso público (edital nº 01/2013).

• **ANAJATUBA - Ações civis do MPMA requerem afastamento do prefeito e secretários municipais**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Anajatuba, ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa por enriquecimento ilícito contra o prefeito do município Helder Lopes Aragão, com o pedido de afastamento liminar e perda do cargo.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA expede Recomendação sobre acessibilidade de pessoas com deficiência a prédios e espaços públicos**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência de Açailândia encaminhou, em 7 de julho, à prefeita Gleide Lima Santos, Recomendação solicitando que o Município abstenha-se de construir, reformar ou ampliar edificações públicas, sem atender às regras de acessibilidade.

• **IMPERATRIZ - MPMA move ação contra prefeito por defesa ilegal em processo**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 6ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, ajuizou Ação Civil Pública contra o prefeito Sebastião Madeira. Réu em outra ação por improbidade administrativa movida pelo MP, devido à ausência de processo licitatório na contratação da empresa Limp Fort Engenharia Ambiental LTDA, Madeira usou de forma indevida procuradores do Município em sua defesa, o que contraria dispositivo legal.

• **VARGEM GRANDE - Estado terá que garantir tratamento de criança com Síndrome de Ondine**

A Justiça deferiu pedido de antecipação de tutela do Ministério Público do Maranhão para determinar que o Estado do Maranhão disponibilize os meios necessários para realização da cirurgia de implantação de marca-passo para tratamento da Síndrome de Ondine em uma criança de três anos de idade. O prazo estabelecido foi de 20 dias, a contar da notificação.

• **PRESIDENTE DUTRA - Educação pública municipal será discutida em audiência pública**

A 2ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra vai promover, no dia 15 de julho, às 9h, audiência pública para debater as questões relativas ao sistema municipal de ensino. O evento será realizado no auditório do auditório Vinícius Torres, Edifício Iracema, localizado na Avenida Tancredo Neves, 1406, Vila Militar.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA acompanha situação de presos no município**

A 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia, representada pela promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, participou, no dia 26 de junho, de reunião com a Justiça, Defensoria Pública, Pastoral Carcerária, diretoria da Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) e representantes da sociedade civil, com o objetivo de avaliar os processos dos presos e a situação do presídio do município.

• Ouvidoria do MPMA recebe visita do ouvidor da Emap

A Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão recebeu a visita do ouvidor-geral, Glauco Salgueiro, e do assessor jurídico, Gabriel Tenório, da Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

• Municipalização do trânsito é discutida com promotores de justiça

A Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão promoveu no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, reunião com promotores de justiça de 22 comarcas para debater as ações do projeto institucional “MP na via da segurança – municipalização do trânsito em defesa da vida”. Esse é o terceiro encontro regional para traçar ações coordenadas em prol da segurança no trânsito.

• MPMA participa de debate sobre legalização de terreiros

O promotor de justiça Tarcísio José Sousa Bonfim participou do evento “Diálogo sobre legalização dos terreiros: possibilidade e desafios”, realizado no Terreiro Rainha do Mar, no bairro Vila Nova. O objetivo do encontro foi promover o reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais de matriz africana, por meio do debate com lideranças de terreiros.

• MPMA apresenta projeto em favor da qualidade na educação

O projeto “Educação de Qualidade: direito de todo maranhense”, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi apresentado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, a promotores de justiça que atuam na área da educação.

• IMPERATRIZ - Projeto “Trânsito Seguro, Direito de Todos” atesta diminuição do número de acidentes no primeiro semestre de 2015

O Ministério Público do Maranhão comemora os resultados positivos obtidos em 2014 e 2015 com o projeto “Trânsito Seguro, Direito de Todos”, executado desde maio do ano passado pela 7ª Promotoria Criminal de Imperatriz em parceria com vários órgãos públicos e a sociedade civil organizada. Segundo dados do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência (SAMU) de Imperatriz, no primeiro semestre de 2015, houve uma diminuição de 15,3% no número de acidentes de trânsito; 16,3% no número de vítimas; e 38,8% no número de óbitos - em relação ao mesmo período do ano passado.

• Procuradora-geral nomeia 25 aprovados no concurso para membros do MPMA

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou os atos de nomeação de 25 aprovados no concurso para ingresso na carreira de membro do Ministério Público do Maranhão, realizado em 2014.

• SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO - MP aciona Município por descumprimento de TAC

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública de execução – obrigação de fazer contra o Município de São Luís Gonzaga do Maranhão por descumprir Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 4 de junho de 2013, que previa a realização de concurso público para nomeação dos cargos vagos no âmbito do Poder Executivo municipal.

• IMPERATRIZ - MPMA participa de mutirão de audiências

O Ministério Público do Maranhão participou de um mutirão de audiências de processos por embriaguez ao volante. O mutirão foi realizado no salão do Tribunal do Júri de Imperatriz e contou com a participação da titular da 3ª Promotoria de Justiça Criminal, Raquel Chaves Duarte Sales, a juíza Ana Beatriz e o defensor público Igor Arruda.

• MONÇÃO - Ação do MPMA vai garantir transporte escolar para alunos da zona rural

Justiça concedeu prazo de 60 dias para município regularizar serviço.

Por meio de liminar requerida em Ação Civil Pública do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou que o município de Monção, num prazo de 60 dias, regularize o fornecimento do serviço de transporte escolar integral, gratuito e contínuo para os alunos dos povoados de Morada Nova República, Cafezal, Juçareira e Centro Novo.

• Aberto o 2º módulo de implantação do Processo Judicial Eletrônico

O 2º módulo de treinamento do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE) foi ministrado, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para servidores, assessores e promotores do Ministério Público do Maranhão, que atuam em São Luís.

• BERNARDO DO MEARIM - MPMA aciona Governo do Estado por falta de repasse de recursos da saúde

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Igarapé Grande, ajuizou, em 15 de julho, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, com pedido de liminar, contra o Estado do Maranhão requerendo a retomada, em 72 horas, do repasse de R\$ 100 mil ao Município de Bernardo do Mearim, para o restabelecimento dos serviços de pronto

atendimento, urgência e emergência no hospital municipal.

• **BOM LUGAR - MPMA recomenda adequações em funcionamento de Conselho Tutelar**

O Ministério Público do Estado do Maranhão encaminhou Recomendação, em 15 de julho, a Sérgio Miranda, prefeito de Bom Lugar, a fim de que seja oferecido o suporte adequado para funcionamento do Conselho Tutelar do município no prazo de 45 dias.

• **CAXIAS - MPMA aciona Cemar para regularizar fornecimento de energia elétrica**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Caxias, ajuizou, em 1º de julho, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer contra a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), requerendo a regularização de fornecimento de energia elétrica no bairro Fazendinha, no município.

• **Procuradora-geral assina ato que regulamenta concurso de remoção para servidores**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou o Ato Regulamentar 06/2015, que disciplina o concurso de remoção, a pedido e por permuta, para os servidores estáveis do Ministério Público do Maranhão.

• **PEDREIRAS - Conselho de Sentença é dissolvido após MPMA constatar parcialidade de jurado**

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi dissolvido, em 16 de julho, o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras, que atuaria no julgamento dos réus Ozael Dantas Neto, Paulo Vinícius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos, acusados pelo homicídio qualificado de Raimundo Sales Pereira, conhecido como Raimundo da Van.

• **PENALVA - MPMA recomenda regularização de venda de gás de cozinha**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Penalva expediu Recomendação, em 15 de julho, aos proprietários de revendas de GLP (gás de cozinha) para que se abstenham de comercializar botijões enquanto não atenderem os requisitos legais exigidos para esta finalidade. A manifestação foi formulada pelo promotor de justiça Peterson Armando Azevedo de Abreu.

• **FERRY-BOATS - MPMA constata descumprimento de TAC sobre transporte marítimo**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou inspeção nos terminais de Ponta da Espera, em São Luís, e Cujupe, em Alcântara,

e também nos ferry-boats das empresas Servi-Porto Serviços Portuários LTDA e Internacional Marítima LTDA para averiguar se o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 15 de dezembro de 2014 com as duas operadoras está sendo cumprido.

• **Seminário promovido pelo MPMA discute aspectos legais das entidades do terceiro setor**

Associações e fundações de interesse social de São Luís participaram do seminário “Terceiro Setor: aspectos legais para criação e funcionamento das entidades de interesse social”, promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias de Justiça Especializadas de Fundações e Entidades de Interesse Social da capital.

• **CONCURSO PARA MEMBROS - MPMA divulga lista com nova classificação final de aprovados**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, divulgou o Edital nº 002/2015-GPGJ, com a nova ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso para Carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão.

• **TIMON - MPMA solicita maior contingente e aumento do orçamento para 11º Batalhão**

Devido ao número insuficiente de policiais, de viaturas e de equipamentos, o Ministério Público do Maranhão ingressou, em 14 de julho, com Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, solicitando a recomposição do efetivo e o aumento do orçamento destinado ao 11º Batalhão da Polícia Militar, responsável pela segurança pública da Comarca de Timon.

• **Promotora de justiça é empossada na Comarca de Balsas**

A promotora de justiça Rita de Cássia Pereira Sousa foi empossada na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas. O termo de posse foi assinado pela procuradora-geral de justiça Regina Lúcia de Almeida Rocha, em seu gabinete, na Procuradoria Geral de Justiça.

• **MPMA participa de força-tarefa para fiscalizar distribuidoras de gás de cozinha**

Uma força-tarefa formada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria do Consumidor de São Luís, Corpo de Bombeiros, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq) deu início a uma série de inspeções para verificar as condições de funcionamento das empresas distribuidoras do GLP (gás liquefeito de petróleo), o gás de cozinha.

• **Procuradora-geral visita presidente do Tribunal de Justiça**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, visitou a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire. O objetivo foi debater questões institucionais, como a construção da sede do Fórum de Caxias em parte do terreno doado ao Ministério Público. Foi discutida, ainda, a possibilidade de o Ministério Público integrar o Fundo Especial de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj).

• **MPMA, Aged e Sagrama assinam Termo de Cooperação Técnica**

A Procuradoria Geral de Justiça firmou na sede Procuradoria Geral de Justiça, Termo de Cooperação Técnica com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged) e com a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Sagrama). O objetivo é implementar ações institucionais integradas para o controle sanitário animal e vegetal. O acordo tem vigência de 48 meses.

• **RIBAMAR FIQUENE - Em resposta ao MPMA, Justiça determina realização de correções em lei municipal**

Como resultado de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, liminarmente, em 15 de julho, a realização de correções no texto da Lei Municipal nº 224/2015, que dispõe sobre a “reestruturação da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Ribamar Fiquene”.

• **IMPERATRIZ - MP recomenda a inserção de igualdade de gênero nos conteúdos da rede pública de ensino**

No dia 22 de julho de 2015, a 8ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz expediu Recomendação à secretária de Estado da Educação, Áurea Prazeres, à secretária de Estado da Mulher, Laurinda Pinto, ao prefeito de Imperatriz, Sebastião Madeira, ao secretário de Educação de Imperatriz, Zeziel Ribeiro da Silva e à secretária da Mulher de Imperatriz, Conceição Formiga, para que adotem providências para inserir conteúdos referentes à igualdade de gênero e à questão da violência doméstica e familiar contra a mulher.

• **CASA DE ALUÍSIO AZEVEDO - Justiça aplica multa e bloqueia bens da proprietária do imóvel**

A pedido do Ministério Público, a Justiça deferiu, no dia 3 de julho, liminar que aumentou para R\$ 10 mil por dia a multa a ser paga pela proprietária da casa onde morou o escritor Aluísio Azevedo, localizado na Rua do Sol, 567, no Centro de São Luís, caso não sejam adotadas providências

para realizar o escoramento, limpeza e conservação do imóvel.

• **MATÕES - MPMA aciona empresa para garantir transporte gratuito intermunicipal para idosos**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Matões, ajuizou, em 17 de julho, Ação Civil Pública contra a empresa de transporte “Manoel Barbosa Lima Ltda – Líder”, requerendo a concessão de transporte gratuito, nos trechos intermunicipais, a todas as pessoas com 60 anos ou mais.

• **SANTO AMARO DO MARANHÃO - MPMA oferece denúncia contra ex-presidente da Câmara**

Ex-gestor também é alvo de ACP por ato de improbidade

A Promotoria de justiça da Comarca de Humberto de Campos propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa e ofereceu Denúncia, neste mês de julho, contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores de Santo Amaro do Maranhão, Graciano Marques Santos. As manifestações foram formuladas pelo promotor de justiça Luís Eduardo Souza e Silva. O município de Santo Amaro do Maranhão é termo judiciário da Comarca de Humberto de Campos.

• **IMPERATRIZ - MPMA requer proibição do acesso de menores à Boite New Itz**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz celebrou, nesta quarta-feira, 22, acordo judicial com os proprietários da Boite New Itz para proibir o acesso de menores de 18 anos ao estabelecimento.

• **MARANHÃOZINHO - Políticos são declarados inelegíveis por compra de votos**

A Justiça Eleitoral declarou, no dia 14 de julho, inelegíveis por oito anos o prefeito e o vice de Maranhãozinho, José Auricélio de Moraes Leandro e Raimundo Tarcísio de Lima, por compra de votos na eleição de 2012. A decisão atinge, ainda, o ex-prefeito Josimar Cunha Rodrigues, conhecido como Moral da BR, atual deputado estadual, que à época estava à frente da administração municipal.

• **HUMBERTO DE CAMPOS - Réu é condenado a 16 anos de reclusão por homicídio**

A Justiça condenou, em 16 de julho, o réu Marcos Silva (conhecido como “Pé de Cachorro”), a 16 anos de reclusão, a serem cumpridos, inicialmente, em regime fechado, pelo homicídio de Donis Moraes Santos, cometido em 19 de março de 2006, no povoado Paulina, no município de Humberto Campos.

• **CAXIAS - Teses do MPMA são acatadas e dois réus são condenados por homicídio**

Em sessões do Tribunal de Júri da Comarca de Caxias, realizadas nos dias 20 e 23 de julho, a Justiça acatou as teses defendidas pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), resultando na condenação dos réus Alison dos Santos Silva e Valdete Araújo e Silva, por homicídios diferentes.

• **Dados sobre fiscalização de gás de cozinha e combustíveis são apresentados**

O Ministério Público do Maranhão, Corpo de Bombeiros, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial (Inmeq) apresentaram, em entrevista coletiva, realizada no quartel do Corpo de Bombeiros (Bacanga), o resultado da força-tarefa realizada nos dias 21 e 22, em São Luís, na qual foram vistoriadas distribuidoras e revendas de gás de cozinha, além de postos de combustíveis.

• **Ouvidoria da Semus busca subsídios na atuação da Ouvidoria Geral do MPMA**

Em busca de subsídios para melhorar o funcionamento do órgão que chefia, o coordenador da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, Demétrio Costa, esteve na manhã desta quarta-feira, 29, na Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão.

• **PINDARÉ-MIRIM - Município tem seis meses para dar destinação adequada a resíduos sólidos**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, no dia 10 de junho, a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e a destinação adequada dos resíduos urbanos em Pindaré-Mirim. Ambas as determinações, que têm caráter liminar, devem ser cumpridas pelo Município no prazo máximo de seis meses.

• **PEDREIRAS - Prefeito é afastado do cargo por superfaturamento e licitações irregulares**

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário determinou, no dia 24 de julho, o afastamento liminar do prefeito Francisco Antonio Fernandes da Silva, mais conhecido como “Totonho Chicote”, por 180 dias, devido a irregularidades em processos licitatórios realizados pela Prefeitura de Pedreiras, no ano de 2013.

• **MPMA firma acordo de cooperação técnica com Conselho de Arquitetura**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão (CAU-

MA), Hermes da Fonseca Neto, assinaram, na manhã desta quinta-feira, 30, na Procuradoria Geral de Justiça, Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional.

• **MPMA e Conselho de Farmácia assinam convênio**

Foi celebrado um termo de convênio entre o Ministério Público do Maranhão e o Conselho Regional de Farmácia (CRF), que objetiva a articulação e conjugação de esforços para assegurar melhor implementação de suas atribuições legais.

• **SÃO VICENTE FÉRRER - Recomendação do MPMA prevê municipalização do trânsito**

O Ministério Público do Maranhão encaminhou Recomendação ao Município de São Vicente Férrer para que sejam tomadas providências para a municipalização do trânsito, como determina o Código de Trânsito Brasileiro.

• **Procuradora-geral dá posse ao titular da Promotoria de Colinas**

Promovido pelo critério de merecimento, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, realizada no dia 3 de julho, o promotor de justiça Arão Carlos Lima Castro foi empossado, nesta segunda-feira, 3, na Promotoria de Justiça da Comarca de Colinas, de entrância intermediária.

• **SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO - Fiscalização coíbe poluição sonora e venda de bebidas a menores de 18 anos**

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Luís Gonzaga, em parceria com as polícias Civil e Militar e o Conselho Tutelar, realizou, na noite de domingo, 2 de agosto, fiscalização em bares da cidade, especialmente nos estabelecimentos localizados no entorno da chamada “Pracinha”. O objetivo foi coibir a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes, bem como combater a prática de perturbação do sossego. A operação foi coordenada pela promotora de justiça Cristiane dos Santos Donatini.

• **Sociedade civil, membros e servidores do MPMA podem oferecer sugestões para elaboração do PPA**

A Procuradoria Geral de Justiça está abrindo canais de comunicação com o objetivo de ouvir todos os membros, servidores e sociedade civil na elaboração das propostas do Ministério Público do Maranhão para o Plano Plurianual (PPA), do período de 2016 a 2019.

• **ARARI - Júri leva a duas condenações por homicídio qualificado**

Foi realizado em Arari, o julgamento de José Raimundo Chaves Fernandes, conhecido como

“Zeca”, e José Francisco Chaves Fernandes, o “Caçula”. Os dois foram a júri pelo assassinato de Luís de França Pinto, ocorrido em julho de 2011.

• **MATÕES - Justiça obriga empresa a oferecer transporte gratuito a idosos a pedido do MP**

Em decisão liminar deferida pela Justiça, a pedido do Ministério Público, a empresa Manoel Barbosa Lima Ltda. - Líder foi obrigada a fornecer transporte gratuito, nos trechos intermunicipais no Estado do Maranhão, aos idosos (pessoas com 60 anos ou mais). A empresa tem prazo de 48 horas, a partir do recebimento, para cumprir a determinação, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil.

• **MPMA participa de Simpósio de Combate à Improbidade Administrativa**

O subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos, Francisco das Chagas Barros de Sousa participou da mesa de abertura do I Simpósio de Combate à Improbidade Administrativa, promovido pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). O evento foi realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e reuniu dezenas de autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo estaduais e do Ministério Público (estadual e federal).

• **Membros e servidores do MPMA participam de mais uma etapa do PJE**

Promotores de justiça, servidores e assessores do Ministério Público do Maranhão, que atuam em São Luís, participaram de mais uma etapa da capacitação para implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE). A expectativa da instituição é de que até o final deste mês de agosto todos os processos judiciais da capital tramitem de forma eletrônica.

• **IMPERATRIZ - MPMA e Detran recomendam que concessionárias emitam termo de constatação**

O Ministério Público do Maranhão e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) emitiram Recomendação às concessionárias de veículos de Imperatriz para que informem aos compradores de veículo novo sobre o direito que têm de optar por registrar e emplacar pessoalmente, ou por despachante de sua escolha, seu automóvel.

• **MONÇÃO - Caema é obrigada a restabelecer abastecimento de água em bairros do município**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 5 de agosto, que a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão substitua, no prazo de 72 horas, a bomba do poço PO5 e restabeleça o fornecimento de água nos bairros atingidos do município de

Monção.

• **Fernando Barreto toma posse na presidência da Abrampa**

O promotor de justiça Luis Fernando Cabral Barreto Junior, titular da 3ª Promotoria Especializada de Proteção do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural do MPMA (CAO-UMA), tomou posse na presidência da Associação dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa).

• **BERNARDO DO MEARIM - Justiça determina repasse do Governo do Estado a pedido do MP**

Como resultado de Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer, a Justiça determinou no dia 5 de agosto, que o Estado do Maranhão volte a repassar recursos no valor mensal de R\$ 100 mil ao Hospital de Bernardo do Mearim. De acordo com a decisão, as transferências devem ser normalizadas em um prazo de 10 dias.

• **Policiais da reserva vão reforçar segurança no plantão das Promotorias da Capital**

O plantão das Promotorias de Justiça da Capital, que funciona no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), passará a contar, a partir da segunda quinzena deste mês, com dois policiais militares da reserva remunerada, em regime de revezamento, para garantir maior segurança aos membros e servidores do Ministério Público em atividade no local.

• **Transparência na gestão pública e controle social são temas de projeto da ESMP**

Lançado pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP) no mês de julho, o Projeto Pensar 2015 tem como objetivos discutir temas relacionados à atuação do Ministério Público e permitir a integração entre membros da instituição e o compartilhamento de práticas inovadoras. Outra finalidade é a uniformização de entendimentos para formação de material de consulta para promotores e procuradores de justiça.

• **Membros e servidores do MPMA discutem propostas para PPA**

Membros da administração superior e servidores do Ministério Público do Maranhão estiveram reunidos no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, para discutir a elaboração do Plano Plurianual de Ação (PPA) do período de 2016 a 2019.

• **MPMA firma convênio com Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou na Procuradoria Geral de Justiça, Termo de Cooperação Técnica, com o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren), objetivando efetivar parceria na fiscalização do exercício profissional e na promoção de medidas para a adequada prestação de serviços na área da saúde. O acordo tem prazo de duração de cinco anos.

• MPMA propõe discussão sobre desordem urbana em postos de combustíveis

Foi realizada na sede das Promotorias de Justiça da Capital, uma reunião, proposta pelas 23ª e 24ª Promotorias de Justiça Especializadas de Controle Externo da Atividade Policial de São Luís, para discutir a desordem urbana em postos de combustíveis da capital. Estiveram presentes representantes dos donos de postos, Polícia Militar, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes.

• PEDREIRAS - Ministério Público realiza ato contra corrupção

A Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem) e a 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras realizam nesta quinta-feira (13) um ato público contra a corrupção. O evento vai acontecer às 9 horas no auditório da Faculdade de Educação São Francisco (Faesf), na Rua Abílio Monteiro, em Pedreiras.

• Inscrições ao Prêmio CNMP vão até 21 de agosto

Membros e servidores das unidades do Ministério Público brasileiro têm até o dia 21 de agosto para inscrever ou atualizar iniciativas bem-sucedidas no Banco Nacional de Projetos e concorrer ao Prêmio CNMP 2015. A cerimônia de premiação ocorre no dia 4 de novembro, na abertura do VI Congresso de Gestão do CNMP.

• SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Réu é condenado a seis anos e meio de reclusão por duplo atropelamento de criança

Em sessão do Tribunal de Júri realizada, em 11 de agosto, na 1ª Vara Criminal de São José Ribamar, foi condenado o réu Raimundo José Passos Martins a oito anos e quatro meses de reclusão pelo homicídio doloso, caracterizado pelo duplo atropelamento da criança João Victor Lopes da Cunha, de quatro anos.

• Promotoria Itinerante é instalada no Anjo da Guarda

Foi realizada no Anjo da Guarda, a audiência de instalação da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante. Participaram do evento autoridades do Ministério Público e da Prefeitura de São Luís, representantes de associações comunitárias e moradores.

• MATÕES - MPMA cobra reabertura de agência do Banco do Brasil

A Promotoria de Justiça de Matões ingressou com uma Ação Civil Pública na qual cobra o restabelecimento do funcionamento da agência do Banco do Brasil no município. As atividades bancárias encontram-se parcialmente suspensas desde 3 de abril, quando houve uma ação criminosa de arrombamento dos caixas eletrônicos da agência.

• MONTES ALTOS - Promotores Itinerantes realizam mutirão para reduzir processos da comarca

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) do Ministério Público do Maranhão está em Montes Altos (a 640km de São Luís), onde participa de um mutirão para apreciação de processos judiciais e extrajudiciais que tramitam na comarca. Além do município-sede, a comarca abrange os municípios de Sítio Novo e Ribamar Fiquene.

• MPMA recomenda ao Iterma que cobre existência de associações em processos de regularização fundiária

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 38ª Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários, emitiu Recomendação ao Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) e à Secretaria de Agricultura Familiar, para a adoção de procedimentos administrativos em processos de regularização fundiária requeridos por associações de trabalhadores rurais.

• ANAJATUBA - Afastamento do prefeito é determinado pela Justiça em Ação Civil do MPMA

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Anajatuba, a Justiça deferiu liminar determinando o afastamento imediato do prefeito de Anajatuba, Helder Lopes Aragão, pelo prazo de 180 dias.

• PEDREIRAS - MPMA realiza ato contra a corrupção

O ato público contra a corrupção realizado pela 1ª Promotoria de Justiça de Pedreiras em parceria com a Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), mobilizou a comunidade do município de Pedreiras.

• Show da banda Titãs não poderá ser realizado na AABB, esclarece o MPMA

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) informa à sociedade em geral que há sentença transitada em julgado que impede a realização do show dos Titãs no palco que está sendo instalado na área externa da Associação Atlética Banco do Brasil - AABB (Calhau). Caso tal fato ocorra, o MPMA tomará medidas de execução.

- **GOVERNADOR NUNES FREIRE - MPMA recomenda tomada de medidas para municipalização do trânsito**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) encaminhou, em 12 de agosto, Recomendação ao prefeito de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Dantas Silva (conhecido como Marcel Curió), requerendo a elaboração e o envio, em 10 dias, de projeto de lei de criação do órgão de trânsito e da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) à Câmara de Vereadores do município.

- **MPMA empossa 25 novos promotores de justiça**

Foram empossados em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, realizada no Hotel Pestana, 25 novos promotores de justiça substitutos que passam a integrar os quadros do Ministério Público do Maranhão. Eles disputaram as vagas com mais de 1.500 inscritos no concurso para ingresso na carreira, iniciado em 2013 e concluído em 2014.

- **Iniciado curso de formação de novos promotores de justiça**

Foi aberto na sede da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), o Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público 2015. O curso é voltado para os novos promotores de justiça substitutos.

- **MPMA lança Programa Família Acolhedora nos municípios de Olinda Nova e Penalva**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou, nos dias 12 e 17 de agosto, reuniões de lançamento do Programa Família Acolhedora nos municípios de Penalva e Olinda Nova do Maranhão, respectivamente

- **Campanha contra as drogas é retomada pelo MPMA**

Após o período de férias escolares, em julho, a campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?” retomou as suas atividades no auditório da Biblioteca Pública Benedito Leite. Neste reinício, participaram 120 estudantes do 8º e 9º anos da Unidade de Educação Básica Sá Vale, localizada no bairro do Anil.

- **Congresso vai debater direito do consumidor em São Luís**

O XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor aconteceu em São Luís, no período de 19 a 21 de agosto, no hotel Luzeiros (Ponta d’Areia). A conferência de abertura foi proferida pelo governador Flávio Dino.

- **SANTA LUZIA DO PARUÁ - Acordo mediado pelo Ministério Público leva ao**

- fim da greve dos professores**

Após a intermediação do Ministério Público do Maranhão, a greve dos professores municipais de Santa Luzia do Paruá foi encerrada com uma reunião na sede da prefeitura do município.

- **ITAPECURU-MIRIM - Afastamento de procurador-geral do Município é mantido pelo TJ**

A decisão de afastar do cargo o procurador-geral do Município de Itapecuru-Mirim, tomada pela Justiça a partir de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Maranhão, foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em decisão de 29 de julho.

- **Carceragens de Monção e Igarapé do Meio são interditadas a pedido do MPMA**

Atendendo a solicitação feita pelo Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública (ACP) proposta a Justiça determinou prazo de 15 dias para que sejam interditadas as carceragens das Delegacias de Polícia de Monção e Igarapé do Meio.

- **MPMA participa de reunião do Sistema Nacional do Consumidor**

Como atividade paralela ao XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON), foi realizada no Hotel Luzeiros (Ponta do Farol), reunião da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, com o Sistema Nacional do Consumidor - SNDC, que congrega representantes de órgãos e instituições de defesa do consumidor de todo o Brasil. O encontro é realizado a cada quatro meses.

- **Promotor de Justiça visita associação de moradores e alerta sobre queimadas**

Como parte da campanha “Queimadas: o fogo pega, a vida acaba”, desenvolvida desde 2011 pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), o titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Grajaú, Crystian Gonzalez Boucinhas, visitou, em 8 de agosto, a sede da Associação dos Moradores da Lagoa da Telha, naquele município.

- **Prefeitura tem 120 dias para reformar 27 feiras e mercados de São Luís**

Foi mantida, em 11 de agosto, a decisão judicial que obriga a Prefeitura de São Luís a reformar e adequar, em 120 dias, 27 feiras e mercados de São Luís. A sentença, inicialmente proferida em junho de 2012, é resultado de Ação Civil Pública (ACP), ajuizada em 2001, pelo Ministério Público do Maranhão.

- **Aberto o XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor**

Teve início no Hotel Luzeiros, em São Luís, o XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor. O evento, que tem como

tema “O direito do consumidor na sociedade da informação” é uma iniciativa da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON) e do Ministério Público do Maranhão (MPMA).

• **“A criança no Memorial do MPMA” - Projeto recebe alunos de escola municipal**

Como parte do projeto “A Criança no Memorial do MPMA”, o espaço recebeu a visita de 26 estudantes da Unidade Integrada Estado de Alagoas, localizada no bairro da Alemanha, em São Luís.

• **CAOP/EDUCAÇÃO - Reunião discute transporte escolar indígena no Estado**

O Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/Educação), realizou na sala de reuniões das Promotorias de Justiça da Capital, uma reunião com representantes de diversas instituições para discutir questões relativas ao transporte escolar indígena no Maranhão.

• **Congresso do MP do Consumidor - Discussões sobre energia, tecnologias 3G e 4G e combustíveis marcam último dia**

Foi encerrado o XV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor realizado no Hotel Luzeiros, em São Luís, durante três dias. Na programação, foram abordados temas como a tarifa social da energia elétrica; o direito do usuário nos pacotes de dados nas tecnologias 3G e 4G; o poder fiscalizador da ANP na qualidade dos combustíveis.

• **MPMA propõe auditoria nas contas da educação do Município de Brejo**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) mediou reunião entre representantes do Sindicato dos Profissionais da Educação do Município de Brejo do Maranhão (Sinproemb) e da Prefeitura de Brejo, com o objetivo de pôr fim à greve de professores que já dura exatos 90 dias, prejudicando 8.312 crianças. O encontro foi realizado na sala de reuniões da sede das Promotorias de Justiça da Capital (São Francisco).

• **Programa MPEDuc é implementado em Codó**

O programa Ministério Público pela Educação (MPEduc) foi implementado, na última sexta-feira, 21, no município de Codó. O ato foi formalizado em audiência pública, no auditório da UFMA.

• **GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MPMA solicita a regularização do atendimento de ambulância**

Devido à constante interrupção do serviço de atendimento móvel de urgência e emergência

do Município de Governador Edison Lobão, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) propôs, em 20 de agosto, Ação Civil Pública contra o referido Município, para que a Justiça determine a regularização permanente do serviço, no prazo de 10 dias.

• **Servidores do MPMA apresentam exposição fotográfica na PGJ**

Com temas variados, uma exposição fotográfica de autoria de servidores do Ministério Público do Maranhão em cartaz no Espaço de Arte Márcia Sandes, na Procuradoria Geral de Justiça. Composta por 23 fotografias, a mostra foi montada em alusão ao Dia Mundial da Fotografia, 19 de agosto.

• **PAÇO DO LUMIAR - Contratação irregular de escritório de advocacia pela Prefeitura motiva ação de improbidade**

Irregularidades em um contrato no valor de R\$ 327,6 mil, firmado em março de 2013 entre a Prefeitura de Paço do Lumiar e o escritório de advocacia Daniel Leite Advogados Associados, levaram os promotores de justiça Gabriela Tavernard, Reinaldo Castro Junior e Raquel Castro, a ajuizar, em 1º de julho, Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa, contra o advogado Daniel de Faria Jeronimo Leite e seu escritório; e outros três réus, todos integrantes da administração municipal.

• **MPMA propõe parceria com Eletronorte para melhorar acesso à internet nas Promotorias de Justiça**

Em reunião no gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, foi discutida a viabilidade de um termo de cooperação entre o Ministério Público do Maranhão e a Eletronorte, com o objetivo de melhorar o acesso à internet em todas as Promotorias de Justiça do estado, tanto da capital como do interior.

• **PROGRAMA “FAMÍLIA ACOLHEDORA” - Promotor apresenta diretrizes a gestores municipais de assistência social**

O coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), do Ministério Público do Maranhão (MPMA), Márcio Thadeu Silva Marques, apresentou, em 21 de agosto, as diretrizes do “Programa Família Acolhedora” durante a reunião do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas).

• **PRESIDENTE DUTRA - Ex-prefeita tem direitos políticos suspensos por três anos**

Em Ação Civil Pública do Ministério Público do Maranhão, a Justiça decidiu suspender os direitos políticos da ex-prefeita de Presidente

Dutra, Irene Oliveira Soares, durante três anos, por ato de improbidade administrativa. A sentença foi proferida no dia 12 de agosto.

• **IMPERATRIZ - MPMA move ACP contra Município e loja de conveniências**

O Ministério Público do Maranhão ingressou com Ação Civil Pública contra o Município de Imperatriz e a loja “Conveniência 24 horas”, que se situa nas imediações da Praça da Cultura. A manifestação ministerial foi formulada pelo titular da Promotoria de Justiça de Defesa Meio Ambiente e Educação, Jadilson Cirqueira.

• **ROSÁRIO - Simp é implantado em comarca**

Membros, assessores e servidores participam, até hoje, do treinamento e implementação do sistema Simp (Sistema Integrado do Ministério Público), na Promotoria de Justiça de Rosário.

• **CAOp/Saúde se reúne com promotores da Macrorregional Santa Inês**

Foi realizada na sede das Promotorias de Justiça de Santa Inês, uma reunião promovida pelo Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOp/Saúde) com os promotores de justiça que atuam na área nas comarcas da Macrorregião de Santa Inês.

• **Números da atuação do Ministério Público em Montes Altos são divulgados pelo GPI**

De 10 a 14 de agosto, o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) do Ministério Público do Maranhão esteve em Montes Altos (a 640km de São Luís), para dar maior celeridade às demandas processuais da comarca. No período, foram realizados 84 procedimentos, entre ações ajuizadas, arquivamentos e deliberações.

• **MPMA ajuizou 100 ações penais contra prefeitos em três anos**

Ministério Público do Maranhão atingiu, nos últimos três anos, a marca de 100 ações penais propostas contra prefeitos maranhenses, junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão. A informação é da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

• **GOVERNADOR NUNES FREIRE - MPMA recomenda solução de problemas em dez escolas municipais**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Governador Nunes Freire, encaminhou, em 25 de agosto, Recomendação ao prefeito Marcelo Dantas Silva e ao secretário de Educação, João Marinho, solicitando modificações e interdições em dez escolas de ensino fundamental do município.

• **MPMA pede condenação de ex-servidora do TJ por ato de improbidade**

administrativa

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ingressou, em 20 de agosto, com Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra a ex-servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão Cláudia Maria da Rocha Rosa e o companheiro dela Tiago Salustiano de Menezes. A manifestação ministerial foi formulada pelo titular da 30ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de São Luís, Tarcísio Bonfim.

• **IMPERATRIZ-Falta de medicamentos motiva ACP contra secretária de Saúde**

O Ministério Público do Maranhão ingressou, em 25 de agosto, com Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra a secretária da Saúde de Imperatriz, Conceição de Maria Soares Madeira. Formulou a manifestação ministerial o titular da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Imperatriz, Newton Bello Neto.

• **BOM JARDIM - Duas ações civis do MPMA requerem afastamento da prefeita do cargo**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou duas ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, com pedido de liminar, para indisponibilidade de bens e afastamento do cargo da prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite da Silva.

• **PRESIDENTE DUTRA - Tribunal do Júri condena réu a 9 anos por assassinato de morador de rua**

Em sessão do Tribunal do Júri Popular de Presidente Dutra, no prédio da Câmara de Vereadores, Carlos Oliveira Dumont foi condenado a nove anos de prisão em regime fechado por homicídio simples.

• **GOVERNADOR EDISON LOBÃO - Acordo prevê convocação dos remanescentes do concurso de 2011**

O Ministério Público do Maranhão participou de audiência de conciliação nesta quarta, 26, com o município de Governador Edson Lobão para tratar da nomeação dos remanescentes do concurso realizado no município em 2011. O acordo é resultado de uma Ação Civil Pública formulada, em março deste ano, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, Nahyma Ribeiro Abas.

• **GRAJAÚ - Promotor ministra palestra a estudantes sobre efeitos das drogas**

O titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Grajaú, Crystian Gonzalez Boucinhas, ministrou, na noite do dia 26 de agosto, palestra sobre entorpecentes e seus efeitos a estudantes da escola Paulo Ferraz de Sousa, no município.

• **MONÇÃO - Estatuto da Pessoa com Deficiência é tema de palestra de promotor**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) foi o tema da palestra ministrada aos pais das pessoas com deficiência no município de Monção pelo titular da Promotoria de Justiça da Comarca, Leonardo Santana Modesto, em 27 de agosto, na sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

• **Vinte e cinco novos promotores de justiça são titularizados em comarcas de entrância inicial**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, entregou os atos de titularização e deu posse, na manhã desta sexta-feira, 28, aos novos membros do Ministério Público do Maranhão, aprovados no concurso homologado em 2014.

• **BURITICUPU- MPMA e Prefeitura firmam TAC para realização de concurso público**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu e a Prefeitura do município firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), para que seja regularizada a situação dos servidores públicos municipais. O documento foi assinado pelo prefeito José Gomes Rodrigues e pela promotora de justiça Glauce Mara Lima Malheiros.

• **MPMA propõe ação de improbidade contra ex-secretário de Educação**

O ex-secretário de Educação do Maranhão, Anselmo Raposo, e outros seis assessores da secretaria à época de sua gestão, em 2010, estão sendo alvo de uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, no dia 29 de julho.

• **SÍTIO NOVO - Ex-prefeito é alvo de quatro denúncias do GPI**

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) do Ministério Público do Maranhão ofereceu quatro denúncias contra Clidenor Simões Plácido Filho, ex-prefeito de Sítio Novo, referentes a irregularidades cometidas na prestação de contas do exercício financeiro de 2007, quando o gestor administrava o município.

• **SÍTIO NOVO - MPMA oferece Denúncia e propõe ação por improbidade contra ex-presidente da Câmara**

Em razão de irregularidades na prestação de contas do exercício financeiro de 2009, a Promotoria de Justiça da Comarca de Montes Altos ofereceu Denúncia e propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa,

em 12 de agosto, contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Sítio Novo, João Alberto de Melo Silva.

• **MPMA firma convênio com Junta Comercial do Maranhão**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o presidente da Junta, Sérgio Silva Sombra, firmaram Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de liberar o acesso e visualização do cadastro de empresas registradas na Jucema, por meio da internet, aos membros do MPMA.

• **Impactos ambientais sofridos por famílias vizinhas as termelétricas serão debatidos em audiência**

Uma audiência judicial na sede da Justiça Federal, vai debater a situação das comunidades tradicionais que sofreram impactos ambientais decorrentes da instalação do Complexo Termelétrico da UTE Parnaíba, localizada em Santo Antônio dos Lopes (a 317 km de São Luís).

• **MONTES ALTOS - MPMA aciona ex-presidente da Câmara por irregularidades em prestações de contas**

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) ingressou, no dia 14 de agosto, com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra Cirilo Neres Cardoso, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Montes Altos. A ação foi motivada por irregularidades na prestação de contas do Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2010.

• **Diretora da ESMP participa da criação da Escola Nacional do Ministério Público**

Durante a 3ª reunião ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (Cdemp), realizada, nos dias 20 e 21 de agosto, na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em Belo Horizonte, foi criada a Escola Nacional do Ministério Público (Enamp).

• **PINDARÉ-MIRIM - TAC objetiva garantir reforma de escola municipal**

O Ministério Público do Maranhão firmou, em 27 de agosto, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Pindaré-Mirim, com o objetivo de assegurar a reforma da Escola Municipal Travassos Furtado, bem como oferecer ensino de qualidade aos alunos. O prazo para a conclusão da obra é de 21 dias.

• **Mais quinze aprovados no concurso para membros do MPMA são nomeados**

Foram nomeados pela procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, mais 15

aprovados no concurso para ingresso na carreira de membro do Ministério Público do Maranhão, homologado em 2014. A solenidade de posse vai ocorrer no dia 17 de setembro.

• **PRESIDENTE DUTRA - Justiça obriga Município a fornecer cadeira de rodas a criança com hidrocefalia**

A Justiça determinou, em 27 de agosto, que a Secretaria de Saúde do Município de Presidente Dutra forneça, no prazo de 15 dias, uma cadeira de rodas especial para um menino de 5 anos, portador de Mielomeningocele com Hidrocefalia.

A decisão é resultado de Ação Civil Pública, ajuizada na mesma data, pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca, Rosalvo Bezerra da Silva Filho.

• **SÍTIO NOVO - Falta de licitação motiva ação de improbidade contra ex-presidente de Câmara**

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), do Ministério Público do Maranhão (MPMA), ajuizou, em 13 de agosto, Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa (ACP) contra o ex-presidente da Câmara de Vereadores do município de Sítio Novo, João Alberto de Melo Silva, devido à locação de dois veículos e aquisição de combustível sem procedimento licitatório, durante o exercício financeiro de 2010.

• **GRAJAÚ - Audiência Pública propõe ações de combate às queimadas**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Grajaú, promoveu nesta quarta-feira, 2, uma audiência pública para debater o problema das queimadas no município.

• **SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA - MPMA propõe ação para garantir pleito do Conselho Tutelar**

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Pedro da Água Branca propôs, em 22 de julho, Ação Mandamental com pedido de liminar, contra a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Jesuslene Costa.

• **RIBAMAR FIQUENE - MPMA aciona ex-presidente da Câmara por improbidade administrativa**

Diversas irregularidades na prestação de contas da Câmara Municipal de Ribamar Fiquene, no exercício financeiro de 2010, levaram o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) a ingressar com uma Ação Civil Pública e uma Denúncia contra Genival Fonseca Pinheiro, ex-presidente da casa legislativa. Os problemas foram apontados pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA).

• **SÃO LUÍS - Acordo estabelece novo credenciamento de empresas que prestam serviço ao Detran**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) e o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) firmaram, no dia 28 de agosto, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) estabelecendo o prazo de 60 dias para o credenciamento e recredenciamento de Centros de Formação de Condutores (CFCs), clínicas médicas e psicológicas e empresas de despachantes.

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação a cartórios para coibir registro de nomes vexatórios**

O Ministério Público do Estado do Maranhão expediu Recomendação aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais dos municípios de Imperatriz, Governador Edison Lobão, Davinópolis e Vila Nova dos Martírios. O documento, elaborado pela 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor e dos Direitos Fundamentais de Imperatriz, orienta a recusa no registro de nomes que possam causar constrangimento aos seus portadores.

• **Alunos vencedores de concursos conhecem trabalho de promotores de justiça**

Alunos das escolas públicas Bandeira Tribuzzi, Bernardo Coelho de Almeida, Modelo e Maria Alice Coutinho, vencedores dos concursos de desenho e poesia da Campanha de Prevenção às Drogas, promovida pela 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena, visitaram a sede das Promotorias de Justiça de São Luís e o Fórum da capital para conhecer o trabalho desenvolvido por promotores de justiça que atuam na área de entorpecentes.

• **SÍTIO NOVO - Irregularidades em prestação de contas levam MPMA a acionar ex-presidente da Câmara**

O Ministério Público do Maranhão ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra João Alberto de Melo Silva, ex-presidente da Câmara Municipal de Sítio Novo. A ação, proposta pelo Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), baseou-se em irregularidades encontradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA) na prestação de contas do Legislativo Municipal no exercício financeiro de 2008.

• **SÃO JOÃO BATISTA - MPMA firma TAC com empresas para evitar venda e armazenamento irregulares de gás de cozinha**

A venda e o armazenamento irregulares de gás de cozinha (GLP) em São João Batista levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA)

a firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com quatro revendedoras do produto no município, para que elas se adaptem às condições determinadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

• **MARACAÇUMÉ - MPMA promove debate sobre segurança pública**

O Ministério Público do Maranhão promoveu na Câmara de Vereadores, um debate sobre segurança pública. O evento contou com representantes da Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Civil, Legislativo Municipal e da sociedade civil.

• **AÇAILÂNDIA - Prefeita e outros dois réus são condenados por improbidade administrativa**

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA) a prefeita do Município de Açailândia, Gleide Lima Santos, foi condenada por improbidade administrativa pela Justiça, em 1º de setembro. Também foram condenados os réus Davaldísio Moreira dos Santos (marido da prefeita) e Adão Gomes da Silva (assessor técnico comissionado da prefeitura).

• **MONTES ALTOS - Ministério Público aciona ex-prefeita por desvio de verbas públicas**

A ex-prefeita de Montes Altos, Patrícia Castilho, foi denunciada pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), por desvio de verbas públicas em proveito próprio ou alheio. Também são réus na ação, ajuizada no dia 10 de agosto, Nelson Castilho (ex-prefeito e marido de Patrícia Castilho), Nilberto Castilho (cunhado da então prefeita) e Izaete Miranda da Silva.

• **SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO - Campanha “10 medidas contra a corrupção” foi iniciada na comarca**

Dando início às atividades da Campanha “10 medidas contra a corrupção”, no município de São Francisco do Maranhão, o titular da promotoria de justiça da Comarca, Carlos Pinto de Almeida Júnior, e os servidores do órgão assinaram a lista de apoio à iniciativa.

• **SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO - MPMA realiza audiência pública para debater municipalização do trânsito**

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Luís Gonzaga do Maranhão realizou uma audiência pública para debater a municipalização do trânsito. Parte do projeto “Ministério Público na via da segurança – municipalização do trânsito em defesa da vida”, a audiência abordou medidas para a efetiva integralização do município ao sistema do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MA).

• **Fiscalização de contratos é tema de curso para servidores do MPMA**

Servidores do Ministério Público do Maranhão que atuam como gestores e fiscais de contratos participam nesta quinta e sexta-feira, na Escola Superior do Ministério Público, de capacitação sobre o tema “Como fiscalizar contratos e serviços na administração pública”.

• **IMPERATRIZ - MPMA pede suspensão da Conferência de Saúde**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Cautelar com pedido de liminar contra o Município de Imperatriz para suspender a XIII Conferência Municipal de Saúde, prevista para o dia 18 de setembro. A Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Imperatriz apontou falhas na divulgação e a falta de transparência sobre o evento.

• **AÇAILÂNDIA - Prefeita é condenada à perda de cargo por remoção injustificada de servidor**

Em resposta à Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa (ACP), ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), em razão da remoção injustificada de um servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Açailândia, a Justiça condenou, em 27 de agosto, a prefeita Gleide Lima Santos à perda do cargo e à suspensão de seus direitos políticos por cinco anos.

• **MPMA lança campanha em defesa da educação inclusiva**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) lançou no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (Rua Oswaldo Cruz, 1396 – Canto da Fabril), a campanha “Educação Inclusiva: Direito de Todos”.

• **ITAPECURU-MIRIM - Prefeito e parentes são acionados pela prática de nepotismo**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Itapecuru-Mirim, Magno Amorim, seus quatro irmãos e um cunhado. Os acionados devem responder pela acusação da prática de nepotismo, haja vista que ocupavam, em 2013 e 2014, cargos comissionados na administração pública do Município.

• **Ação do MPMA leva a Justiça a condenar bancos a cumprirem tempo máximo de atendimento**

A Justiça julgou procedente Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, promovida pelo Ministério Público do Maranhão para obrigar estabelecimentos bancários a atender os clientes no prazo máximo de 30 minutos.

- **MPMA aciona prefeito de Cajapió por descumprimento da lei dos resíduos sólidos**

Em virtude do descumprimento da norma legal que determina a disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos e rejeitos, o Ministério Público do Maranhão ajuizou duas ações civis públicas contra o prefeito de Cajapió, Raimundo Nonato Silva.

- **IMPERATRIZ - MPMA propõe ACP contra Viação Progresso**

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública contra a empresa de transporte de passageiros Viação Progresso, devido ao descumprimento do Decreto-lei e a Resolução da Agência, que preveem gratuidade e descontos de 50% a idosos e a pessoas com deficiência.

- **Lançada a campanha “Educação inclusiva: direito de todos”**

Em uma cerimônia realizada no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, foi lançada a campanha “Educação Inclusiva: direito de todos”, idealizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís em parceria com as Promotorias de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência da capital.

- **GPI aciona prefeitos de Montes Altos e Ribamar Fiquene por improbidade administrativa**

O Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) do Ministério Público do Maranhão ajuizou Ações Civis Públicas, nos dias 10 e 11 de agosto, contra gestores dos municípios de Montes Altos e Ribamar Fiquene.

- **Simp é implementado em comarcas da região tocantina**

A oficina de implementação do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público) será ministrada, nesta semana, nas Comarcas Senador La Rocque e João Lisboa. Servidores e assessores das cidades de Imperatriz e Açailândia também participam da capacitação como atividade de reciclagem.

- **SÃO JOÃO BATISTA - Fraude em licitações levam MPMA a acionar gestores e empresários**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de São João Batista, ajuizou Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa (ACP) contra o prefeito Amarildo Pinheiro Costa; o secretário municipal de Administração e Planejamento, Izael de Oliveira Cassiano, e o presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL) do município, José Ribamar Pereira Santos, em razão da fraude cometida pelos três gestores municipais em duas licitações.

- **CURURUPU - MPMA requer bloqueio de contas do município para pagar salários dos servidores**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer em que requer da Justiça ordem para bloquear as contas do Município de Cururupu, a fim de assegurar o pagamento dos salários dos servidores referentes ao mês de agosto, que estão atrasados.

- **Prevenção de segurança nas eleições dos Conselhos Tutelares é discutida em reunião**

O Ministério Público do Maranhão participou na sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública de reunião que teve o objetivo de definir estratégias para garantir a segurança das eleições dos Conselhos Tutelares, que vão ser realizadas, nos municípios de todo o Brasil, no dia 4 de outubro.

- **Quinze novos promotores de justiça tomam posse**

Aconteceu no Hotel Luzeiros (Ponta do Farol), a solenidade de posse dos 15 promotores de justiça substitutos que foram nomeados por ato da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, no dia 2 de setembro.

- **SANTA RITA - Município e prefeito são acionados por terem descumprido Recomendação para criação do Portal da Transparência**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou duas ações civis públicas contra o município e o prefeito de Santa Rita, Antônio Cândido Ribeiro, em virtude do descumprimento de Recomendação, encaminhada em junho de 2014, para a criação do Portal da Transparência, conforme dispõem a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação.

- **BURITI BRAVO - MPMA participa de capacitação para candidatos a conselheiros tutelares**

A titular da Promotoria de Justiça de Buriti Bravo, Paula Gama Cortez, participou da abertura do curso de capacitação para os candidatos a conselheiros tutelares do município, organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- **SÃO LUÍS -MPMA recomenda maior transparência à Prefeitura de São Luís**

O Ministério Público do Maranhão emitiu Recomendação, no dia 24 de agosto, ao Município de São Luís solicitando a adoção de medidas para ampliar o acesso de informações financeiras e orçamentárias no Portal de Transparência da Prefeitura de São Luís.

- **Mais quinze promotores de justiça são empossados**

Em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça no Hotel Luzeiros, foram empossados os 15 promotores de justiça substitutos nomeados por ato da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, no dia 2 de setembro.

- **AÇAILÂNDIA - MPMA cobra acessibilidade em transporte público**

A 3ª Promotoria de Justiça de Açailândia propôs uma Ação Civil Pública contra o Município de Açailândia e a Cooperativa de Ônibus de Turismo do Maranhão (Coopotum), prestadora dos serviços de transporte coletivo desde dezembro de 2014. O objetivo da ação é garantir total acessibilidade em toda a frota de ônibus que atende à população do município.

- **Reunião discute fiscalização das eleições dos Conselhos Tutelares**

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp-IJ) realizou no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, reunião de trabalho com promotores de justiça que vão fiscalizar, no Maranhão, as eleições unificadas dos Conselhos Tutelares, marcadas para o dia 4 de outubro em todo o Brasil. O objetivo foi discutir estratégias de fiscalização.

- **Novos promotores iniciam curso destinado ao ingresso na carreira**

Novos promotores de justiça substitutos iniciaram o Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público, na sede da Escola Superior do Ministério Público (ESMP).

- **Curso para fiscalização do transporte escolar é ministrado na PGJ**

O Ministério Público do Maranhão, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público de Contas promoveram uma capacitação para a análise dos recursos destinados ao transporte escolar. O objetivo é intensificar o acompanhamento da prestação deste serviço nos municípios maranhenses.

- **SANTA HELENA - MPMA e Câmara Municipal firmam TAC para realização de concurso público**

O promotor de justiça André Charles Alcântara Oliveira, que responde pela Comarca de Santa Helena, e a presidente da Câmara de Vereadores do município, Rosinelba Pereira Ferreira, assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a realização de concurso público para o quadro de pessoal do Legislativo Municipal.

- **Estudantes participam do projeto “A criança no Memorial do MPMA”**

O Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão recebeu a sétima visita de participantes do projeto “A Criança no Memorial do MPMA”. Nesta edição, foram 14 alunos da Unidade Integrada Estado de São Paulo a conhecer e vivenciar a história da instituição.

- **SANTA RITA - Programa Família Guardiã assegura convivência familiar a crianças e adolescentes**

Resultado de ação institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi instituído no município de Santa Rita o programa “Família Guardiã”, para proporcionar convivência familiar a crianças e adolescentes afastados da família natural por ordem judicial.

- **Rede de Controle da Gestão Pública realiza reunião na PGJ**

Foi realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a II Reunião Técnica dos Órgãos da Rede de Controle. A rede, que tem a coordenadoria executiva formada por membros do TCU, CGU e Ministério Público, tem como objetivo articular as ações de fiscalização e combate à corrupção e controle social, além de integrar os diversos órgãos de controle nos níveis municipal, estadual e federal.

- **SÃO VICENTE FÉRRER - MPMA requer restauração e manutenção da rodovia MA-204**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 15 de setembro, Ação Civil Pública com pedido de liminar (ACP), contra o Governo do Maranhão, requerendo que a Justiça obrigue a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) a executar, no prazo de 120 dias, a manutenção definitiva da rodovia MA-014, que interliga os municípios de São Vicente Férrer, São Bento e Pinheiro.

- **ESTREITO - Operação Encarrilha apreende motos em situação irregular**

Foram apreendidas 11 motocicletas no município de Estreito, durante a Operação Encarrilha, promovida pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Estreito em parceria com a Secretaria Municipal de Trânsito e a Guarda Municipal. As ações foram realizadas na Avenida Central, em frente à sede da Promotoria. Coordenou as operações o promotor de justiça Carlos Róstão Martins Freitas.

- **IMPERATRIZ - MPMA reitera pedidos durante protesto de pessoas com deficiência**

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde de Imperatriz, se manifestou durante protesto de pessoas com deficiência contra a Prefeitura, iniciado em frente

ao Fórum de Justiça da comarca.

• **MPMA inaugura prédio das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar**

A nova sede das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar foi inaugurada com a presença de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão (MPMA), autoridades municipais e religiosas, representantes do Poder Judiciário e Legislativo, polícias Civil e Militar, advogados, conselheiros tutelares, sociedade civil e moradores do município.

• **MPMA instaurou inquérito para apurar irregularidades no Fórum da Juventude**

Os interessados em comunicar supostas irregularidades no Fórum Estadual de Juventude do Maranhão (Fejma) têm até o dia 1º de outubro para se manifestar. É o que prevê edital de convocação lançado pelo 1º promotor de justiça da Infância e Juventude de São Luís, Márcio Thadeu Silva Marques.

• **Ação cobra convocação de aprovados em concurso da Secretaria de Segurança**

A 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais de São Luís ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, na qual cobra a convocação de aprovados nas demais fases do concurso público realizado para diversos cargos na área da segurança pública para a realização do Curso de Formação e Investigação Social, última etapa do certame.

• **PEDREIRAS - MPMA recorre contra decisão que retornou prefeito ao cargo**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, interpôs, em 1º de setembro, Agravo Regimental contra a decisão do desembargador Jamil Gedeon, que suspendeu a medida liminar que afastou Francisco Antônio Fernandes da Silva, conhecido como Totonho Chicote, do cargo de prefeito do município de Pedreiras pelo período de 180 dias.

• **SÃO VICENTE FÉRRER MPMA aciona município para cumprir lei dos resíduos sólidos**

O Ministério Público do Maranhão acionou na Justiça o Município de São Vicente Ferrer por estar realizando a destinação final dos resíduos sólidos de forma inadequada. A Lei 12.305/2010 fixou prazo até 4 de agosto de 2014 para a implantação pelos municípios de disposição final ambientalmente adequada.

• **MPMA vai investigar andamento da construção de creches em São Luís**

O Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias de Educação de São Luís,

instaurou, no dia 10 de setembro, Inquérito Civil para apurar o andamento da construção das creches do programa Brasil Carinhoso, que seriam construídas pela gestão municipal em parceria com o Governo Federal.

• **MPMA esclarece papel de Conselhos Tutelares e processo unificado de escolha**

Para explicar a importância e as responsabilidades dos Conselhos Tutelares (CTs) e de seus titulares, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou reuniões, nos dias 8 e 15 de setembro, com os candidatos que concorrem aos órgãos nos municípios de São Félix de Balsas e Loreto.

• **PARAIBANO - Dois réus são condenados por homicídio**

Durante sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Paraibano, realizadas nos dias 16 e 17 de setembro, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) obteve a condenação dos réus Vicente Almeida dos Santos e Charles da Silva Sousa por homicídio.

• **Segunda fase de programa interinstitucional de educação é lançada em Pedreiras**

Como parte do “Programa Interinstitucional Educação de Qualidade: Direito de todos os maranhenses”, foi realizado no auditório da Faculdade de Educação São Francisco (Faesf), o 2º Encontro Regional do Polo Pedreiras. O evento teve o objetivo de implementar ações do programa nos 24 municípios da Regional, por meio da formação de comissões municipais, capacitação dos membros das comissões e dos conselheiros, além da aplicação de questionários de diagnóstico nos municípios participantes.

• **MPMA inspeciona escola estadual Paulo VI**

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís vistoriou a escola estadual Centro de Ensino Paulo VI, localizada na Cidade Operária, onde nesta quinta-feira, 24, o ginásio desabou e o forro de PVC de uma das salas de aula também caiu horas antes. Nas duas ocasiões, alguns alunos tiveram ferimentos.

• **Justiça mantém decisão que determina reforma do Complexo de Pedrinhas**

O Tribunal de Justiça do Maranhão negou o recurso interposto pelo Estado do Maranhão, pedindo a suspensão da sentença que determinou, entre outras medidas, a reforma do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, para prover as unidades com estruturas físicas e sanitárias, conforme a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984).

- **CAOp-DH contribui para a criação do Conselho Estadual LGBT**

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou três projetos de lei, de autoria do Poder Executivo, que tratam da área dos Direitos Humanos. Foram aprovadas as criações do Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura.

- **Relatório do MPMA constata redução dos números da violência na Ilha**

Entre abril e junho de 2015, foram registrados na Grande São Luís 242 crimes violentos, ou seja, índice 5,8% menor do que no mesmo período do ano passado, quando ocorreram 257 casos.

- **IMPERATRIZ - Acordo que perdoava dívida de pensão alimentícia é anulado**

A pedido do Ministério Público do Maranhão um acordo que perdoava 91,5% de dívida de pensão alimentícia foi anulado pela Justiça, após Recurso de Apelação interposto pelo titular da 2ª Promotoria de Justiça Cível de Imperatriz, Frederik Bacellar Ribeiro. Anteriormente, o trato fora homologado por decisão judicial proferida no mês de agosto.

- **Treinamento do Simp é ministrado em Morros**

Membros, assessores e servidores do Ministério Público do Maranhão que atuam nas Comarcas de Morros, Icatu e Santa Rita participaram do treinamento e implementação do sistema Simp (Sistema Integrado do Ministério Público). A oficina, iniciada na segunda-feira, 28, acontece na Promotoria de Justiça de Morros.

- **MONÇÃO - MPMA requer interdição do matadouro público municipal**

A Promotoria de Justiça de Monção ingressou com uma Ação Civil Pública na qual pede que a Justiça determine a imediata interdição do Matadouro Público Municipal. O pedido foi baseado em vistoria realizada pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), a pedido do Ministério Público.

- **Acordo mantém operação dos sistemas de gestão prisional por seis meses**

Um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelo Ministério Público do Maranhão, Governo do Estado e a empresa VTI Serviços, Comércio e Projetos de Modernização e Gestão Corporativa, vai garantir a continuidade da operação do Sistema de Informação em Segurança Prisional (SIISP) e o Circuito Fechado de Televisão (CFTV) na gestão do sistema prisional do Maranhão, pelo prazo de seis meses,

compreendendo o período de 1º de outubro de 2015 a 31 de março de 2016.

- **IMPERATRIZ - MPMA requer reforma do Hospital Municipal Infantil**

Devido a diversas irregularidades constatadas no Hospital Municipal Infantil, o Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública de obrigação de fazer, em 29 de setembro, contra o município de Imperatriz, para que tome providências para sanar todos os problemas encontrados no local, reformando e equipando a unidade hospitalar no prazo de 90 dias.

- **CONSELHOS TUTELARES - Promotorias realizam atividades preparatórias para eleição unificada**

Em preparação ao processo de escolha de integrantes dos Conselhos Tutelares (CTs), o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou, nos dias 28 e 29 de setembro, atividades nas Comarcas de Codó e Alcântara, respectivamente.

- **CANTANHEDE - Atividades norteiam atuação do MPMA na Comarca**

Para nortear a atuação do Ministério Público do Maranhão (MPMA) na Comarca de Cantanhede, o promotor de justiça Tiago Carvalho Rohrr, reuniu-se, em setembro, com representantes das administrações dos municípios de Cantanhede, Pirapemas e Matões do Norte (Termos Judiciários).

- **CHAPADINHA - MPMA requer sequestro de bens de ex-presidente de Câmara**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, ajuizou, em 29 de setembro, Ação Civil Pública de Improbidade, com pedido de liminar de sequestro de bens (ACP), contra a ex-presidente da Câmara de Vereadores, Maria das Graças Nunes Mesquita, que ocupou o cargo no período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010.

- **EDUCAÇÃO - MPMA solicita segurança nas escolas públicas de São Luís**

A 1ª e a 2ª Promotorias de Justiça de Defesa da Educação de São Luís ajuizaram, em 24 de setembro, Ação Civil Pública (ACP) de obrigação de fazer contra o Município de São Luís e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando, como medida liminar, a manutenção dos serviços de vigilância adequados à segurança da comunidade escolar e do patrimônio público. Formularam a manifestação ministerial os promotores de justiça Paulo Silvestre Avelar Silva e Maria Luciane Lisboa Belo.

- **ITAPECURU-MIRIM - Ação do MPMA pede afastamento de prefeito do cargo**

A 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim ingressou com uma Ação Civil Pública

por atos de improbidade administrativa contra o prefeito do município, Magno Rogério Siqueira Amorim. A ação foi motivada por diversas irregularidades no que diz respeito ao funcionalismo municipal, que vão da contratação temporária irregular ao acúmulo de cargos em mais de uma secretaria municipal.

• **IMPERATRIZ - MPMA realiza vistoria no novo prédio**

O Ministério Público do Maranhão visitou as obras da nova sede do órgão para verificar o andamento da construção do prédio. A atividade contou com a participação do diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e do presidente da Associação de Membros do Ministério Público (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, além do diretor das Promotorias de Imperatriz, Alessandro Brandão, e outros promotores.

• **Doze novos promotores de justiça são titularizados**

Em solenidade realizada na sede da Escola Superior do Ministério Público, foram titularizados doze novos promotores de justiça. A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, entregou os atos de titularização aos novos membros do MPMA, aprovados no concurso homologado em 2014.

• **Ministério Público fiscaliza escolha dos Conselheiros Tutelares**

O primeiro Processo Nacional Unificado para escolha dos Conselheiros Tutelares acontece simultaneamente em todo o território nacional.

• **MPMA participa da III Semana Estadual da Pessoa com Deficiência**

A promotora de justiça de Defesa da Educação de São Luís, Luciane Belo, e o promotor de justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência, Ronald Pereira dos Santos, participaram da III Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, cujo tema é “Educação especial: refletindo e agindo na área da inclusão”.

• **ROSÁRIO - MPMA requer realização de concurso público para a Prefeitura**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rosário propôs, em 29 de setembro, Ação Civil Pública (ACP) contra o Município de Rosário, para que a Justiça determine a realização de concurso público para a Prefeitura, com a publicação de edital ainda este ano. A manifestação ministerial foi formulada pela promotora de justiça Maria Cristina Lima Lobato Murillo.

• **Eleição dos conselhos tutelares foi fiscalizada pelo MPMA**

O processo de escolha dos integrantes do Conselho Tutelar, realizado em todo o Brasil

foi fiscalizado no Maranhão, pelos membros do Ministério Público.

• **SÃO LUÍS - MPMA cobra regularização de transporte escolar para alunos de Tauá Mirim**

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município, na qual cobra o imediato acesso às salas de aula, com a regularização do transporte escolar para a Ilha de Tauá Mirim, situada na zona rural do município. Em caso de descumprimento da decisão, o Ministério Público requer a condenação ao pagamento de multa diária de R\$ 1 mil por aluno fora da escola.

• **Conselhos tutelares - Eleição no interior do estado foi marcada por tranquilidade**

A eleição para integrantes do Conselho Tutelar ocorreu em clima de tranquilidade nas comarcas do interior do Maranhão. Durante todo o domingo membros e servidores do Ministério Público estiveram de plantão nas sedes das Promotorias de Justiça para realizar o trabalho de fiscalização do processo eleitoral. Eles também visitaram os locais de votação.

• **SÃO JOÃO BATISTA - Termo de doação de terreno tem prazo de validade prorrogado**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu em 1º de outubro a visita do prefeito de São João Batista, Amarildo Pinheiro, acompanhado da promotora de justiça da Comarca, Maria do Nascimento Carvalho Serra. No encontro, o Ministério Público do Maranhão e o Município de São João Batista celebraram um aditivo ao Termo de Doação de terreno.

• **BOM JARDIM - Ex-prefeita tem bens bloqueados por fraude em licitações**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou, no dia 21 de setembro, o bloqueio dos bens da ex-prefeita de Bom Jardim, Lidiane Leite, até o limite de R\$ 4 milhões e 100 mil. As empresas A. O da Silva e Cia LTDA e A4 Serviços de Entretenimento e seus proprietários tiveram os bens bloqueados no valor de R\$ 1.377.299,77 e R\$ 2.788.446,67, respectivamente, por participarem do esquema fraudulento.

• **MONÇÃO- Justiça determina interdição de lixão e elaboração de plano de gestão de resíduos**

Em atendimento à Ação Civil Pública (ACP), ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, liminarmente, no dia 29, a interdição do atual “lixão” do município de Monção, no prazo de 120 dias, até que sejam obtidos Estudo de Impacto Ambiental

(EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e licenciamento ambiental para o local.

• **CARUTAPERA - Ministério Público participou de comemoração pelo Dia do Idoso**

O promotor de justiça André dos Santos Canto, titular da Comarca de Carutapera, participou de ação social promovida pela Igreja Adventista, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, para comemorar o Dia do Idoso, celebrado em 1º de outubro.

• **SÃO VICENTE FÉRRER - MPMA ingressa com ação para obrigar o Município a pagar salários dos servidores**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou duas ações contra o Município de São Vicente Férrer, devido ao atraso no pagamento dos salários dos servidores municipais.

• **PRESIDENTE VARGAS - MPMA reitera pedido de afastamento da prefeita, secretários e servidores municipais por improbidade administrativa**

A Promotoria de Justiça de Vargem Grande reiterou o pedido de afastamento da prefeita de Presidente Vargas (Termo Judiciário da Comarca), Ana Lúcia Cruz Rodrigues Mendes; dos secretários municipais Inaldo Sousa Frazão (Educação) e Walterlino de Jesus Uchôa Costa (Administração, Planejamento, Arrecadação e Finanças); do pregoeiro do Município, Ronaldo Silva de Oliveira; e dos membros da equipe de apoio Adeilson Barros de Oliveira e Maria da Conceição Barros Ferreira Santos.

• **TIMON - Audiência pública apresenta dados sobre monitoramento de políticas públicas na área da saúde**

Em audiência pública promovida pelo Ministério Público do Maranhão, no Fórum Amarantino Ribeiro Gonçalves, foi apresentado um relatório parcial sobre o monitoramento das políticas públicas na área de saúde no município de Timon.

• **SÃO JOÃO DOS PATOS - MPMA cobra instalação da Defensoria Pública na comarca**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado do Maranhão pedindo liminarmente que seja instalado um núcleo da Defensoria Pública Estadual, no prazo de 60 dias, com designação de defensor público concursado para atender a comarca de São João dos Patos.

• **AÇAILÂNDIA - Ação do MPMA garante gratuidade em transportes para idosos e deficientes**

Com base em uma ação proposta pela 3ª

Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia, em 16 de setembro, a Justiça concedeu Liminar que obriga a empresa Auto Viação Progresso S.A. a garantir duas vagas gratuitas para pessoas com deficiência e outras duas, também gratuitas, para idosos, em todos os ônibus que atuam no transporte intermunicipal. A decisão prevê, ainda, que, para idosos que excedam os dois assentos gratuitos, deverá ser oferecido desconto de, no mínimo, 50% sobre o valor da passagem.

• **IMPERATRIZ - MPMA reúne autoridades para discutir melhorias na BR 010**

O Ministério Público do Maranhão reuniu autoridades na sede das Promotorias de Imperatriz, para discutir melhorias na BR 010. O titular da 6ª Promotoria de Justiça Criminal, promotor Alessandro Brandão, convocou a reunião em virtude do alto número de acidentes de trânsito na BR, que a coloca em primeiro lugar na lista de mortes por acidentes na cidade. Os dados são do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) de Imperatriz.

• **GOVERNADOR LUIZ ROCHA - MPMA emite Recomendação para regularização de TFD**

A Promotoria de Justiça de São Domingos do Maranhão encaminhou uma Recomendação à Prefeitura do município de Governador Luiz Rocha (termo judiciário da Comarca), a respeito da regularização do serviço de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

• **PAÇO DO LUMIAR - Reunião discute situação de catadores no lixão do Iguaíba**

A 3ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar realizou uma reunião com cerca de 30 catadores que trabalham no lixão do Iguaíba. A reunião, que aconteceu no auditório das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar, também contou com a presença da secretária municipal de Educação, Graça Privado, e de representantes da Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres) e das pastas municipais de Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Social.

• **Campanha do MPMA na Feira do Livro de São Luís**

Aconteceu no Espaço Jovem da IX Feira do Livro de São Luís (Felis), uma palestra da promotora de justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago, titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de São Luís, como parte da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”.

• **MPMA garante na Justiça afastamento do prefeito de Anajatuba**

Em atendimento a denúncia do Ministério Público do Maranhão, a 3ª Câmara Criminal do

Tribunal de Justiça decidiu afastar do cargo o prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, pelo prazo de 90 dias. Juntamente, com outras 26 pessoas, ele é acusado de participar de uma organização criminosa que fraudava licitações e desviava recursos públicos do município, conforme conclusões decorrentes das investigações efetivadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do MPMA.

• **BARRA DO CORDA - Julgado à revelia, réu é condenado a 20 anos por homicídio qualificado**

O Tribunal do Júri Popular da Comarca de Barra do Corda, reunido por maioria de votos, condenou Francisco José dos Santos, conhecido como Chico do Exu, a 20 anos de reclusão, por homicídio qualificado por motivo torpe, cometido contra Espedito Delmiro da Silva, vulgo Dedé Cearense, em 1995.

• **ITAPECURU-MIRIM - MPMA participa de evento sobre direitos sociais e acesso a políticas públicas**

No dia 7 de outubro, a titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim, Flávia Valéria Nava Silva, ministrou palestra com o tema “Papel do Ministério Público Estadual no acesso e garantia de políticas públicas e direitos”. A atividade fez parte da capacitação “Direitos Sociais e Acesso a Políticas Públicas”, realizada de 6 a 8 de outubro de 2015.

• **MPMA promove palestra na Feira do Livro de São Luís**

Como parte da campanha “Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?”, foi realizada mais uma palestra educativa para crianças e adolescentes. A promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago, idealizadora do projeto, participou da programação da IX Feira do Livro de São Luís (Felis). A participação do Ministério Público do Maranhão foi um convite da Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude.

• **ARAME - Prefeito é acionado pelo Ministério Público por improbidade**

O prefeito de Arame, Marcelo Lima de Farias, é alvo de uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, com pedido de ressarcimento ao erário, ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão no dia 5 de outubro.

• **IMPERATRIZ - MPMA participa de Jornada Brasilcon com palestra e debate**

O Ministério Público do Maranhão participou da Jornada Brasilcon, em comemoração aos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor, realizada em Imperatriz de 7 a 9 de outubro. Do MPMA participaram os promotores de justiça Sandro Bíscaro (Defesa do Consumidor da

Comarca de Imperatriz) e Cássius Guimarães Chai (promotor-corregedor do MPMA).

• **CAJAPIÓ - MPMA requer conclusão de obra de escola desativada**

A Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer com Pedido de Liminar, requerendo que a Justiça determine, liminarmente, que o Governo do Estado do Maranhão conclua a construção, em 90 dias, de uma escola de ensino médio no povoado Boa Esperança, em Cajapió, termo judiciário da comarca.

• **SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS - Decisão obriga Estado a garantir tratamento para criança com doença cardíaca**

O Estado do Maranhão terá que assegurar tratamento médico adequado ao paciente Jonatas da Silva Morais, morador de São Raimundo das Mangabeiras, que é portador de uma doença cardíaca identificada como Comunicação Interatrial (CIA), que ocorre quando existe um pequeno orifício entre as duas câmaras do coração chamadas de átrios.

• **PARAIBANO - Carceragem é interdita após pedido do MPMA**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Paraibano garantiu, em medida Liminar, a interdição da carceragem existente na Delegacia de Polícia do município. A decisão, de 14 de setembro, determinou também a transferência dos presos, no prazo máximo de 15 dias, para outros estabelecimentos prisionais da região. Os detentos foram transferidos para São João dos Patos, Passagem Franca, São Luís e Timon.

• **Prazo de validade de concurso para Segurança Pública é suspenso a pedido do MPMA**

Acolhendo Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão contra o Estado do Maranhão, a Justiça proferiu decisão, em 14 de outubro, em caráter liminar, determinando a imediata suspensão do prazo de validade do concurso público, regido pelo edital nº 2, de 10 de outubro de 2012, para provimento de vagas nos cargos de auxiliar de perícia médica legal, escrivão de polícia, farmacêutico legista, investigador de polícia, médica legista, odontologista e perito criminal. O prazo de validade do certame encerraria no dia 26 de dezembro de 2015.

• **MPMA promove Semana de Saúde Funcional em São Luís**

Com o objetivo de estimular a adoção de hábitos saudáveis e melhorar a qualidade de vida de membros e servidores, o Ministério Público do Maranhão promove, de 17 a 22 de outubro, a “II Semana de Saúde Funcional”. A programação

inclui palestras, atendimentos médicos, nutricionais, aplicação de vacinas, aferição de glicemia e pressão arterial, além de atividades de integração.

• OLINDA NOVA DO MARANHÃO - MPMA recomenda suspensão da venda de gás de cozinha

A Promotoria de Justiça de Olinda Nova do Maranhão expediu Recomendação para que os revendedores e comerciantes se abstenham de vender botijões de gás de cozinha (GLP) enquanto não atenderem aos requisitos legais exigidos para a comercialização do produto. Formulou a manifestação ministerial o promotor de justiça Peterson Armando Azevedo de Abreu.

• MPMA requer que governo mantenha segurança nas escolas estaduais

Para garantir a segurança de alunos, professores e funcionários de escolas da rede pública estadual em São Luís, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 8 de outubro, Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer (ACP) contra o Estado do Maranhão, requerendo que a Justiça determine, liminarmente, que as Secretarias de Educação e Segurança Pública mantenham serviços de vigilância nestes locais.

• Aberta II Semana de Saúde Funcional do MPMA

Teve início a II Semana de Saúde Funcional do Ministério Público do Maranhão. O evento tem o objetivo de estimular a adoção de hábitos saudáveis e melhorar a qualidade de vida de membros e servidores da instituição. A primeira atividade desenvolvida foi um passeio ao Parque Botânico da Vale, no qual membros e servidores puderam participar com seus filhos.

• ESTREITO -Ex-presidente de Câmara é alvo de Ação e Denúncia do MPMA

A 1ª Promotoria de Justiça de Estreito requereu, em 15 de outubro, em Ação Civil Pública (ACP) de Improbidade, a decretação liminar da indisponibilidade de bens do ex-presidente da Câmara de Vereadores, Edevandrio Gomes Pereira, devido a irregularidades na prestação de contas do legislativo municipal, referentes ao exercício financeiro de 2009. Pelo mesmo motivo, o ex-gestor também é alvo de Denúncia oferecida na mesma data.

• Membros do MPMA discutem problemas no serviço de ferry boat

Em reunião realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, foram debatidos os problemas na oferta do serviço de ferry-boat para a Baixada Maranhense. Participaram membros do Ministério Público, representantes das empresas concessionárias do serviço (Serviporto e Internacional Marítima), Capitania dos Portos,

Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB).

• ALTO PARNAÍBA - MPMA recomenda criação do Portal da Transparência

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba expediu Recomendação, em 15 de outubro, ao prefeito Itamar Nunes Vieira e ao presidente da Câmara de Vereadores, Wladimir Brito Rocha, para a promoção da efetiva e correta implantação do Portal da Transparência, no prazo de 120 dias. Formulou a manifestação ministerial o promotor de justiça Tiago Quintanilha Nogueira.

• Investigações do MPMA levam à prisão do prefeito de Anajatuba

A prisão do prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, executada pela Polícia Federal, resultou de um longo trabalho de investigação do Ministério Público do Maranhão. A operação, realizada nas cidades de Anajatuba e São Luís, cumpriu mandado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

• SUCUPIRA DO NORTE - MPMA recomenda suspensão de processo seletivo para agentes de saúde

Após representações encaminhadas por populares, apontando possíveis irregularidades no processo seletivo para a contratação de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias (Edital nº 01 de 28/09/2015), a Promotoria de Justiça da Comarca de Sucupira do Norte expediu Recomendação, em 19 de outubro, ao prefeito Marcony da Silva dos Santos, para a suspensão imediata do certame.

• Em coletiva, instituições detalham ação que apurou desvio de recursos públicos em Anajatuba

Em entrevista coletiva, membros do Ministério Público do Maranhão, Polícia Federal e Controladoria Geral da União informaram a imprensa sobre detalhes das investigações que resultaram na prisão do prefeito de Anajatuba, Helder Aragão, e mais sete pessoas acusadas de participar de organização criminosa que fraudava licitações e desviava recursos públicos do município.

• MPMA denuncia caso de homicídio e canibalismo em Pedrinhas

O promotor de justiça Gilberto Câmara França Júnior, atuando na 28ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, denunciou, no dia 13 de outubro, quatro integrantes da facção criminosa Anjos da Morte pelo homicídio de Edson Carlos Mesquita da Silva, ocorrido em dezembro de 2013, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

• PIO XII - Quatro conselheiros tutelares são impedidos de tomar posse a

pedido do MPMA

Acolhendo pedido de Ação Civil Pública para declaração judicial de inidoneidade, ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em caráter liminar, que as candidatas Ivanice Maria de Lima Silva, Maria Rita Pereira, Nádia Silva e Thalita Carulina do Nascimento e Nascimento, eleitas para o Conselho Tutelar de Pio XII, não tomem posse, enquanto a ação não for julgada definitivamente.

• Treinamento do Simp é ministrado em Vargem Grande, Chapadinha e Cantanhede

Durante esta semana, o treinamento e implementação do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público) está sendo oferecido para membros, assessores e servidores que atuam nas comarcas de Chapadinha, Vargem Grande e Cantanhede.

• Estudantes conhecem Memorial do MPMA

O Memorial do Ministério Público recebeu mais uma visita de alunos participantes do projeto "A Criança no Memorial do MPMA". Desta vez, 30 estudantes do Centro de Ensino Bernardo Coelho de Almeida conheceram a história da instituição e assistiram a uma palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

• AÇAILÂNDIA - MPMA realiza palestra sobre Lei Maria da Penha em unidade prisional

Teve início a Semana do Outubro Rosa na Unidade Prisional de Açailândia. A abertura da semana foi marcada por uma palestra sobre a Lei Maria da Penha e suas consequências, ministrada pela promotora de justiça Sandra Fagundes Garcia, titular da 6ª Promotoria de Justiça da comarca.

• Sistema de monitoramento eletrônico chega a 79 sedes do MPMA

Buscando garantir a segurança de membros e servidores, além da população que procura os serviços do Ministério Público do Maranhão, a instituição vem promovendo a instalação de sistemas de segurança em suas várias unidades em todo o estado. Os sistemas de monitoramento por câmeras, por exemplo, já estão em funcionamento em 79 unidades do MPMA e outras 17 estão em fase de implementação.

• Estado é obrigado a nomear aprovados em concurso de 2012 para área de segurança

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, em Ação Civil Pública, a Justiça determinou ao Estado, a nomeação dos candidatos aprovados como excedentes no concurso público de 2012 para o cargo de

perito criminal, os quais já realizaram o curso de formação promovido pela Academia de Segurança Pública do Maranhão.

• Promotorias da Capital recebem atividades da Semana de Saúde

A programação da II Semana de Saúde Funcional do Ministério Público do Maranhão teve prosseguimento na sede das Promotorias de Justiça de São Luís. O evento, iniciado tem o objetivo de estimular a adoção de hábitos saudáveis e melhorar a qualidade de vida de membros e servidores da instituição.

• JOÃO LISBOA - MPMA denuncia envolvidos em conflito por posse de terra

Por conta do conflito agrário pela posse da Fazenda Graciosa, na zona rural de João Lisboa, o Ministério Público do Maranhão ofereceu denúncias tanto contra os posseiros como contra o fazendeiro Kléber Viana Logrado, que é filho de Antonio Carlos Logrado, que se diz proprietário da área.

• MPMA promove palestra educativa contra o uso de drogas

Alunos da Unidade Integrada Estado do Rio Grande do Norte assistiram a uma palestra, parte da campanha "Quem escolhe o seu caminho? Você ou as drogas?". O evento, realizado na Biblioteca Pública Benedito Leite, é uma iniciativa da promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago, como forma de promover a prevenção contra as drogas, para crianças e adolescentes.

• AÇAILÂNDIA - MPMA relata medidas tomadas quanto à comunidade de Piquiá de Baixo

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) participou em Açailândia, do evento realizado, na Câmara de Vereadores, com moradores da comunidade de Piquiá de Baixo, para o acompanhamento da audiência realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (EUA), cuja finalidade foi discutir as violações de direitos sofridas pela população do povoado.

• SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Prefeito é condenado à perda do cargo

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou, em 16 de outubro, o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, à perda da função pública e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos. Também foi condenado ao pagamento de multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo. Outra penalidade é a proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

• SÃO VICENTE FÉRRER - Estado é

obrigado a designar defensor público para a comarca

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 15 de outubro, que o Estado do Maranhão designe, após concluído o atual concurso para o cargo (Edital nº 01/2015), um defensor público para a Comarca de São Vicente Férrer, para prestar serviço de assistência judiciária à população carente do referido município e de Cajapió (termo judiciário da comarca).

• ALTO PARNAÍBA - MPMA requer internação de paciente esquizofrênico

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba propôs Ação Civil Pública, em 21 de outubro, contra o Estado do Maranhão, solicitando à Justiça que determine a imediata internação psiquiátrica de um paciente diagnosticado com esquizofrenia, em estabelecimento, da rede pública ou particular, com especialidade no tratamento de dependentes químicos. Foi pedido ainda o custeio pelo Estado de todos os custos da internação e do tratamento.

• SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MPMA requer fornecimento contínuo de remédio a criança com diabetes

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de São Domingos do Maranhão, ajuizou, em 21 de outubro, Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela (ACP), requerendo que o governo seja obrigado ao fornecimento contínuo de 60 doses mensais do medicamento Desmopressina 0,1 mg/ml a uma criança de três anos com diabetes insipidus.

• PENALVA - Servidores do MPMA e instituições parceiras participam de atividades de promoção da saúde

A Promotoria de Justiça de Penalva promoveu uma manhã especialmente destinada ao cuidado com a saúde, como parte do programa institucional “Qualidade de Vida no Trabalho”, do Ministério Público do Maranhão.

• TUNTUM - MPMA pede afastamento de secretários municipais por improbidade administrativa

A Promotoria de Justiça da Comarca de Tuntum ingressou com uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra a secretária municipal de Administração, Loyanne Weslla Meneses, e o secretário municipal de Finanças, Maurício Seabra de Carvalho Coelho. Os gestores têm se negado a encaminhar documentos requisitados pelo Ministério Público, dificultando as investigações sobre a falta de pagamento dos salários do funcionalismo municipal. Na ação, foi pedida decisão liminar que afaste os gestores das secretarias.

• MONÇÃO - MPMA aciona prefeito por dívida de R\$ 463,9 mil do Município

Uma dívida de R\$ 463.981,83 do Município de Monção com a Companhia Energética do Maranhão (Cemar) levou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a ajuizar, em 20 de outubro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa (ACP) contra o prefeito João de Fátima Pereira. O débito refere-se ao período de maio de 2014 a julho de 2015.

• BARRA DO CORDA - Acusado pelo MP de mandar matar advogado foi condenado a 26 anos

Ao acatar a tese do Ministério Público do Maranhão, o Tribunal do Júri Popular de Barra do Corda condenou o empresário Norman Gonçalves de Sá, a 26 anos e dois meses por homicídio triplamente qualificado, já que foi praticado por motivo torpe, com emprego de fogo e meio que dificultou a defesa da vítima.

• AÇAILÂNDIA - Recomendação do MPMA requer resolução de problemas no Conselho Tutelar

Para viabilizar o devido funcionamento do Conselho Tutelar de Açailândia (CT), o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca, encaminhou, em 16 de outubro, ao prefeito Juscelino Oliveira, uma Recomendação, solicitando a resolução das deficiências existentes no órgão municipal.

• SÃO VICENTE FÉRRER - Réu é condenado a mais de 13 anos de prisão por homicídio

O Tribunal do Júri da Comarca de São Vicente Férrer condenou, em 26 de outubro, o réu Domingos Adalberto Santos, conhecido como Domingos de Florzinha, a 13 anos, sete meses e 10 dias de prisão pelo assassinato de Benício Pinheiro. O crime foi cometido, em 25 de maio de 2009, no povoado de São José. A vítima foi morta com um tiro e diversos golpes de facão. O assassino não tinha antecedentes criminais.

• SÃO LUÍS - Autoridades debatem medidas para coibir violência nas escolas

Por iniciativa do Ministério Público do Maranhão (MPMA), autoridades com atuação na área de segurança pública, educação e conselheiros tutelares se reuniram no auditório da Procuradoria Geral de Justiça para debater a situação de violência envolvendo estudantes e professores nas escolas da capital. Como resultado, foram propostos encaminhamentos com o objetivo de coibir a violência.

• ZÉ DOCA - Réu é condenado a 20 anos de reclusão

Reunido no Tribunal do Júri de Zé Doca julgou e condenou, a 20 anos de reclusão em regime inicialmente fechado, Antônio Renato da Silva, vulgo “Lourinho”. O réu foi denunciado pelo Ministério Público por crime de homicídio qualificado contra Antônio José da Silva Pereira, ocorrido em 11 de maio de 2013, em Zé Doca.

• **TIMON - Servidores e membros apoiam o cuidado com a saúde no ambiente de trabalho**

As Promotorias de Justiça da Comarca de Timon, com o intuito de incentivar melhorias no ambiente de trabalho, promoveram ação de apoio ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e à Campanha Nacional do Outubro Rosa. Na ocasião, servidores e membros vestiram a cor rosa para encerrar o mês de luta contra o câncer de mama.

• **SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - Irregularidades de R\$ 3,13 milhões motivam ACP e Denúncia do MPMA**

A 1ª Promotoria de Justiça de Açailândia ajuizou, em 27 de outubro, Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa (ACP), contra o ex-prefeito de São Francisco do Brejão (Termo Judiciário da Comarca), Alexandre Araújo dos Santos, e dois réus, requerendo o ressarcimento de R\$ 3,13 milhões aos cofres do Município.

• **ALTO PARNAÍBA - Justiça determina internação de paciente esquizofrênico**

Como resultado de Ação Civil Pública ajuizada, em 21 de outubro, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba, o Poder Judiciário determinou, liminarmente, no dia 26, a internação psiquiátrica de um paciente diagnosticado com esquizofrenia.

• **Treinamento do Simp acontece em Araiões**

Membro e servidores da comarca de Araiões participam, durante esta semana, do treinamento do Sistema Integrado do Ministério Público - Simp.

• **TUNTUM- MPMA requer aumento de efetivo da Polícia Civil no município**

Devido ao número insuficiente de investigadores e agentes de segurança atuando no município de Tuntum, o Ministério Público do Maranhão propôs, em 21 de outubro, Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão, requerendo que a Justiça determine a lotação de, no mínimo, seis investigadores na Delegacia de Tuntum.

• **Concurso para Prefeitura de Paraibano é anulado**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça anulou, liminarmente, o concurso público para o Município de Paraibano, regido pelo Edital nº 001/2013, realizado em 2014. O valor da

inscrição, cujo montante totalizou R\$ 85.480, deverá ser devolvido para cada candidato inscrito. A quantia deve ser depositada pelo Município em conta judicial vinculada ao processo, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil.

• **MAGALHÃES DE ALMEIDA - Promotor ministra palestra sobre Lei Maria da Penha**

“Violência Contra a Mulher” foi o tema da palestra ministrada por Elano Aragão Pereira, titular da Comarca de Magalhães de Almeida. O evento, realizado em parceria com a Secretaria de Assistência Social (Semas) e com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), aconteceu no auditório da Secretaria de Educação do município.

• **Encontro em Pinheiro debateu programa do MPMA para a educação**

O Encontro Regional de Educação em Pinheiro, realizado no auditório do Centro de Formação e Cultura José Sarney, reuniu promotores de justiça, integrantes de conselhos municipais (Alimentação Escolar, Fundeb e Conselhos Tutelares), gestores estaduais e municipais e coordenadores pedagógicos dos municípios da Baixada Maranhense.

• **IMPERATRIZ - MPMA comemora Dia do Servidor Público com palestra e atividade física**

O Ministério Público do Maranhão realizou atividades para comemorar o Dia do Servidor Público e a Semana de Saúde Funcional. A iniciativa foi do então diretor das Promotorias de Justiça de Imperatriz, Alessandro Brandão Marques. Além de servidores, membros participaram da programação.

• **Aberta na ESMP a etapa de vitaliciamento dos novos promotores de justiça**

Com o curso Tratamento Adequado de Conflitos pelo Ministério Público, ministrado pela promotora de justiça de Minas Gerais Danielle Germano Arlé, foi aberta a etapa de vitaliciamento dos novos promotores de justiça do Ministério Público do Maranhão. Ao todo, 39 membros do MPMA participam do treinamento que é oferecido na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), no Calhau.

• **SAMBAÍBA - MPMA recomenda a implantação do Portal da Transparência**

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras expediu Recomendação, em 26 de outubro, ao prefeito de Sambaíba, Raimundo Santana de Carvalho Filho, e ao presidente da Câmara de Vereadores, Felikemar Pereira de Souza, para a implantação do Portal da Transparência do Município, no prazo de 120 dias.

- **Promotoria de Meio Ambiente executa regularização fundiária e urbanística do Recanto dos Pássaros**

A Promotoria de Meio Ambiente promoveu a execução da sentença proferida pela Justiça Estadual determinando a regularização urbanística e fundiária do loteamento Recanto dos Pássaros, no bairro Jardim América (processo nº11.871/2005).

- **ALTO PARNAÍBA - Justiça determina recuperação da MA-006**

Como resultado de Ação Civil Pública (ACP), ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Alto Parnaíba, a Justiça determinou, liminarmente, em 26 de outubro, que o Estado do Maranhão inicie a recuperação da rodovia MA-006 no trecho entre os municípios de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso.

- **PAÇO DO LUMIAR - MPMA propõe ação por improbidade e oferece Denúncia contra secretária por fraude em licitação**

O Ministério Público do Maranhão ingressou, em 27 de outubro, com Ação Civil Pública por improbidade contra a atual secretária municipal de Desenvolvimento Social de Paço do Lumiar, Ivone Silva Oliveira, o pregoeiro Igor Mário Cutrim dos Santos, a empresária Francisca Nediana Mesquita Pereira e a empresa RN de Lima e CIA LTDA, devido a irregularidades em licitação, modalidade Pregão Presencial nº 10/2014, que resultou na contratação da referida empresa para o fornecimento de quentinhas.

- **NINA RODRIGUES - MPMA requer realização de concurso**

O Município de Nina Rodrigues e o prefeito José Ribamar da Cruz Ribeiro são os réus da Ação Civil Pública (ACP), ajuizada, em 28 de outubro, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), requerendo que a Justiça determine, liminarmente, a realização, no prazo de 60 dias, de concurso público para os cargos ocupados irregularmente por contratação temporária.

- **CAMPANHA “MARIA DA PENHA EM AÇÃO” - MPMA divulga vencedores de concurso de frases**

A frase “Faça valer a pen(H)a!”, do estudante Vladimir Magalhães Ferreira, do Centro de Ensino “Cidade de São Luís”, na Cohab, da rede pública estadual, foi a vencedora do concurso promovido na 4ª edição da campanha “Maria da Penha em Ação - prevenção da violência doméstica nas instituições de ensino”, desenvolvida pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA).

- **IMPERATRIZ - Irregularidades na área da saúde motivam ACP contra o município**

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública de obrigação de fazer, em 28 de outubro, contra o município de Imperatriz, pedindo à Justiça que determine a adoção de medidas para solucionar as diversas irregularidades apontadas no relatório Serviço de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus) relativas às áreas de Atenção Básica e da Assistência Farmacêutica Básica. As providências devem ser tomadas no prazo de 90 dias.

- **AÇAILÂNDIA - MPMA lança campanha contra o uso de drogas**

A 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Açailândia lançou a campanha “Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?”. Na ocasião, foi realizada uma audiência pública e uma palestra para os alunos do Centro de Ensino Joviniana da Silva Farias, no Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

- **GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MPMA pede afastamento de prefeito e secretário de saúde**

Em Ação Civil Pública por ato de improbidade, ajuizada em 29 de outubro de 2015, o Ministério Público do Maranhão requer, como medida liminar, o afastamento do prefeito de Governador Edison Lobão, Evando Viana de Araújo, e do secretário municipal de Saúde, Dorgival Rodrigues dos Santos, devido a diversas irregularidades constatadas na gestão e nos serviços de saúde do município.

- **SÃO VICENTE FÉRRER - Réu é condenado a 15 anos de prisão por homicídio**

O Tribunal do Júri de São Vicente Férrer condenou, em 29 de outubro, Lucivaldo Rocha Nogueira, conhecido como “Kaká”, a 15 anos de reclusão pelo assassinato de Almir Rocha dos Santos. O crime foi cometido em 7 de outubro de 2012, no povoado Bom Viver.

- **OLHO D’ÁGUA DAS CUNHÃS - Promotora ministra palestra sobre direitos do idoso**

Em comemoração ao Dia do Idoso, a promotora de justiça da Comarca de Olho d’Água das Cunhãs, Gabriele Gadelha Barboza de Almeida, ministrou uma palestra no Centro de Assistência Social do município.

- **SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO - MPMA e Justiça recomendam fiscalização do trânsito no município**

O Ministério Público do Maranhão e a Justiça expediram, em 29 de outubro, Recomendação ao prefeito de São Domingos do Maranhão, Kléber Alves de Andrade, para que seja executada a fiscalização do trânsito pela Guarda Municipal, com autuação, aplicação de multas e tomada de

medidas administrativas, notificando os infratores e arrecadando as multas que forem aplicadas.

• **Ministério Público realiza novas vitorias nos ferry boats**

Membros do Ministério Público do Maranhão realizaram mais uma vistoria nos ferry-boats das empresas Servi-Porto e Internacional Marítima ancorados na Ponta da Espera.

• **Curso sobre autismo fez parte da campanha de educação inclusiva do MPMA**

Como parte da campanha “Educação Inclusiva: direito de todos”, idealizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação de São Luís, em parceria com as Promotorias de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência da capital, foi realizado, no dia 31 de outubro, um curso sobre o autismo, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

• **TIMON - MPMA solicita regularização de serviços básicos na zona rural**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) encaminhou, em 27 de outubro, Recomendação ao secretário de Saúde de Timon, Marcio de Souza Sá, requerendo a adoção, em 120 dias, de medidas para regularizar a prestação de serviços de atenção básica à população da zona rural do município.

• **PAÇO DO LUMIAR - TAC é assinado para municipalização do trânsito**

Em audiência pública realizada no salão da Igreja Sagrada Família, no Maiobão, o Ministério Público do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Paço do Lumiar para a implementação da municipalização do trânsito. O acordo foi proposto pela promotora de justiça Nadja Veloso Cerqueira, titular da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paço do Lumiar. Pelo Município, assinaram o documento o prefeito Josemar Sobreiro Oliveira e o presidente da Câmara de Vereadores, Leonardo Bruno Silva Rodrigues.

• **Tim Celular é condenada a pagar R\$ 50 milhões por dano moral a consumidores**

Em resposta a ação do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça condenou, em 6 de novembro, a Tim Celular S/A ao pagamento de R\$ 50 milhões de indenização por dano moral coletivo aos consumidores prejudicados por constantes quedas de sinal e pela interrupção de ligações. O valor deve ser revertido ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FEDC).

• **Educação é tema de audiência de membros do MPMA com o governador**

Membros do Ministério Público do Maranhão que atuam na área da educação foram recebidos, em audiência pelo governador Flávio Dino. No encontro, foram debatidos temas que

estão na pauta das ações do Governo do Estado e do MPMA para o setor educacional.

• **TIMBIRAS - Acordo proposto pelo MPMA resulta no reaparelhamento de Delegacia de Polícia**

O Ministério Público do Maranhão participou da entrega de novos equipamentos para a Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Timbiras. A iniciativa foi resultado de transações penais, homologadas pelo Poder Judiciário, em que o MPMA propôs um acordo em relação a crimes de menor potencial ofensivo.

• **SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Decisão determina suspensão de cobrança de consumo acumulado de água**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou liminarmente, em 6 de novembro, que a Odebrecht Ambiental se abstenha de efetuar cobrança de consumo acumulado de água em São José de Ribamar, devendo apenas emitir fatura correspondente ao consumo referente ao mês imediatamente anterior.

• **OLINDA NOVA DO MARANHÃO - Audiência pública debateu municipalização do trânsito**

Em audiência pública realizada na sede do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Olinda Nova do Maranhão, foi realizada audiência pública para debater a questão da municipalização do trânsito.

• **PERI-MIRIM - MPMA requer correção de irregularidades no Portal da Transparência**

Para garantir a implantação, gerenciamento e atualização frequente do Portal de Transparência do Município de Peri-Mirim, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 29 de outubro, Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar requerendo a correção, no prazo de 60 dias, de irregularidades no endereço eletrônico, sob pena de multa de R\$1 mil diários.

• **IMPERATRIZ - TAC objetiva regularizar licitação de empresa de limpeza urbana**

O Ministério Público do Maranhão firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Município de Imperatriz para assegurar novo edital de contratação de empresa de limpeza urbana.

• **BEQUIMÃO - MPMA solicita criação de Portal da Transparência do Município**

Em Ação Civil Pública de obrigação de fazer, proposta em 28 de outubro, o Ministério Público do Maranhão requer, como medida liminar, que a Justiça determine a criação e

disponibilização pelo Município de Bequimão do Portal da Transparência, com alimentação regular e gerenciamento técnico, no prazo de 60 dias.

• Mudanças no site do MPMA vão facilitar elaboração dos relatórios da Ouvidoria

A ouvidora-geral do Ministério Público do Maranhão, Mariléa Campos dos Santos Costa, recebeu do coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral de Justiça, Alan Robert Ribeiro, informações sobre as alterações realizadas no site da instituição para elaboração dos relatórios mensais da Ouvidoria.

• SÃO VICENTE FÉRRER - Justiça determina reforma de hospital municipal

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou, em 10 de novembro, o início, em 120 dias, da reforma do Hospital Municipal Agostinho dos Santos Jacinto, único estabelecimento de saúde em São Vicente Férrer. Pela decisão, a prefeitura também está obrigada a concluir as obras em 240 dias.

• SANTA LUZIA DO PARUÁ - MPMA participa de ações de fiscalização no trânsito

O promotor de justiça Hagamenon Azevedo, titular da Promotoria de Santa Luzia do Paruá, participou de uma operação na BR 316 com ações educativas e de fiscalização no trânsito. Além do Ministério Público do Maranhão (MPMA), também participaram o Detran, Prefeitura de Santa Luzia do Paruá, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Civil e Militar.

• Assinado protocolo de intenções da Rede de Justiça Juvenil

Em reunião realizada na Procuradoria Geral de Justiça, foi assinado o protocolo de intenções da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, integrada por 22 atores, entre instituições e entidades, que visa à defesa dos direitos de adolescentes em conflito com a lei.

• CURURUPU - MPMA requer manutenção do antigo prédio da prefeitura

A Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu propôs, em 5 de novembro, Ação Civil Pública contra o referido Município, solicitando à Justiça que determine a adoção, no prazo de 30 dias, de medidas para a manutenção e conservação da antiga sede da prefeitura, com prazo de 60 dias para a conclusão das intervenções. O prédio fica localizado na rua Getúlio Vargas, s/n.

• MPMA move ACP contra escolas particulares de São Luís

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Especializada na

Defesa do Consumidor de São Luís, ajuizou uma Ação Civil Pública contra escolas particulares da capital, para garantir o direito de escolha a pais e alunos quanto à aquisição do fardamento escolar.

• MARIA DA PENHA EM AÇÃO - Resultado do concurso de vídeo é divulgado

Foram conhecidos os vencedores do Concurso de Vídeo de Bolso que integra a campanha Maria da Penha em Ação, iniciativa do Ministério Público do Maranhão realizada junto às escolas das redes públicas municipal e estadual de São Luís.

• NINA RODRIGUES - Ação do MPMA requer a indisponibilidade dos bens de prefeito

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Vargem Grande, ajuizou, em 6 de novembro, uma Ação Civil Pública com pedido de liminar, requerendo a indisponibilidade dos bens do prefeito de Nina Rodrigues, José Ribamar da Cruz Ribeiro, pela contratação ilegal de servidores.

• SANTA INÊS - Eleita nova diretora das Promotorias de Justiça

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Santa Inês, Larissa Sócrates de Bastos, foi eleita, por unanimidade, em 12 de novembro, como diretora das Promotorias de Justiça da Comarca, para um período de um ano.

• GOVERNADOR NUNES FREIRE - Treze Ações Cíveis Públicas e nove Ações Penais são propostas pelo GPI

De 19 a 23 de outubro, o Grupo de Promotores Itinerantes (GPI), do Ministério Público do Maranhão, atuou na Comarca de Governador Nunes Freire. Como resultado das atividades desempenhadas pelos promotores de justiça, foram ajuizadas sete Ações Cíveis Públicas por ato de improbidade administrativa e seis de ressarcimento ao erário. Foram, ainda, oferecidas três Denúncias (Ações Penais).

• IMPERATRIZ - MPMA promove reunião sobre implantação das audiências de custódia

Promotores de justiça com atuação na área criminal reuniram-se, no auditório da 10ª Delegacia Regional de Polícia Civil, com delegados da Polícia Civil, subcomandantes do 3º e 14º Batalhões de Polícia Militar, representantes do Instituto Médico Legal (IML) e Instituto de Criminalística. O objetivo foi discutir a implementação das audiências de custódia na Comarca de Imperatriz.

• CAROLINA - Decisão determina interdição de matadouro

Acolhendo pedidos contidos em Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça da

Comarca de Carolina, a Justiça determinou, em 21 de outubro, em caráter liminar, a interdição do matadouro municipal, devendo ser apreendidas as ferramentas e equipamentos utilizados no abate de animais.

• **Município de São Luís é condenado a regularizar área do João Deus**

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça Estadual condenou, em 29 de outubro, o Município de São Luís a regularizar, no prazo de 4 anos, o parcelamento, edificações, uso e ocupação do solo do bairro João de Deus, em São Luís.

• **PAÇO DO LUMIAR / SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MPMA requer nulidade do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico**

O Ministério Público do Maranhão ajuizou, no dia 23 de outubro, Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, em que requer a declaração de inconstitucionalidade de leis municipais que criaram a autarquia Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (Cisab, também chamado Pró-Cidade) e viabilizaram contrato de consórcio público entre os municípios de Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

• **IMPERATRIZ - Recomendação do MPMA requer a reforma de unidades prisionais**

O Ministério Público do Maranhão expediu Recomendação orientando a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária a tomar providências para a regularização das unidades prisionais de Imperatriz e Davinópolis. A 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz sugere o prazo de 30 dias para o planejamento de reforma, adaptação e conservação da rede penitenciária da Comarca.

• **CURURUPU - Falhas na rede de iluminação pública motivam ACP contra o Município**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça de Cururupu, ajuizou, em 26 de outubro, uma Ação Civil Pública (ACP), com pedido de liminar, contra o Município. A ação requer o fornecimento adequado do serviço de iluminação pública, por meio da instalação ou reposição de lâmpadas nas ruas e avenidas da cidade.

• **Iniciado Curso de Português e Redação para servidores do MPMA**

Foi iniciado na Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), o Curso de Português e Redação, destinado a servidores do MPMA lotados nas promotorias da capital e do interior.

• **Ouvidoria do MPMA entrega último**

relatório de atividades da atual gestão

O relatório das ações da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão no período de julho a novembro deste ano foi entregue à procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha.

• **GOVERNADOR NUNES FREIRE - MPMA requer informações sobre cumprimento de Recomendação**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) requereu, em 10 de novembro, ao prefeito de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Dantas Silva e ao secretário de Educação, João Marinho, informações sobre o cumprimento integral dos itens da Recomendação nº 02/2015, encaminhada, em agosto deste ano, pela Promotoria de Justiça da Comarca aos dois gestores.

• **Licitação para serviço de ferry-boat atendeu TAC proposto pelo MPMA**

Em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado em novembro de 2013 entre o Ministério Público do Maranhão e a Secretaria de Estado da Infraestrutura, o Governo do Estado lançou o edital de licitação para o fornecimento do serviço de ferry-boat entre o Terminal da Ponta da Espera (São Luís) e o Cujupe (Alcântara).

• **Denúncia do MPMA leva à prisão de envolvidos em esquema de desvio de verbas públicas em Bacabal**

Após denúncia do Ministério Público do Maranhão, foram presos em operação da Polícia Civil do Maranhão, o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Lisboa, e mais oito acusados, por desvio de verbas públicas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

• **Denúncia do MPMA leva à prisão do ex-prefeito de Bacabal por desvio de verbas públicas**

Após denúncia do Ministério Público do Maranhão, foram presos em operação da Polícia Civil do Maranhão, o ex-prefeito de Bacabal, Raimundo Lisboa, e mais cinco acusados, por desvio de verbas públicas, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

• **Memorial recebe visita de alunos da escola Raio de Sol**

Com o objetivo de conscientizar os jovens a respeito de seus direitos e deveres, o projeto "A Criança no Memorial do MPMA" contemplou alunos da Escola Raio de Sol. A turma de ensino médio teve a oportunidade de conhecer a história do Ministério Público do Maranhão, por meio de documentos e obras de arte, e assistir a uma palestra sobre Direito do Consumidor.

• **Promotoria Itinerante apresenta**

relatório de atividades no Anjo da Guarda

A 1ª Promotoria Comunitária Itinerante encerrou as atividades na área do Anjo da Guarda, apresentando relatório durante audiência realizada na Igreja Nossa Senhora da Penha. Estiveram presentes autoridades do Ministério Público do Maranhão, governo do Estado, Município de São Luís e Polícia Militar, além de representantes de entidades comunitárias e moradores.

• ALCÂNTARA - MPMA realiza seminário sobre Justiça Restaurativa

Como parte da capacitação dos novos conselheiros tutelares de Alcântara, a serem empossados em janeiro de 2016, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) realizou, em 12 de novembro, na Igreja Presbiteriana no município, o “Seminário Justiça Restaurativa – Gestão de Conflitos”.

• CAMPANHA MARIA DA PENHA - Vencedores dos concursos de frases e de vídeos de bolso são premiados

Em solenidade realizada na Procuradoria Geral de Justiça, os estudantes vencedores dos concursos de frases e de vídeos de bolso, promovidos pela Campanha Maria da Penha em Ação: prevenção da violência doméstica nas instituições de ensino”, receberam os prêmios oferecidos pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de São Luís.

• Treinamento do Simp é ministrado em Santa Inês

Membros, assessores e servidores do Ministério Público do Maranhão que atuam nas comarcas de Santa Inês, Pindaré, Bom Jardim e Zé Doca receberam o treinamento e implementação do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público) durante esta semana. A preparação teórica aconteceu no auditório da Promotoria de Justiça de Santa Inês. As oficinas práticas foram realizadas em Pindaré (dias 17 e 18) e Bom Jardim (19 e 20).

• MPMA e Emap discutem parceria para atendimento à comunidade

O Ministério Público do Maranhão participou na Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), de reunião para discutir uma proposta de convênio entre as duas instituições.

• CURURUPU - MPMA requer contratação de médicos para Santa Casa

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 13 de novembro, Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado do Maranhão, requerendo, liminarmente, a contratação de profissionais de cinco especialidades médicas para os pacientes que aguardam, desde o início de 2014, por cirurgias na Santa Casa de Misericórdia de Cururupu.

• Portaria de inspeção no transporte escolar é apresentada pelo MP e Detran

Em audiência realizada no auditório Gervásio Santos (Plenarinho), na Assembleia Legislativa do Maranhão, a minuta da Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar no Estado foi apresentada a autoridades do Ministério Público, Justiça, governo estadual; prefeitos e gestores municipais;

empresários de transporte e profissionais da imprensa.

• IMPERATRIZ - MPMA propõe ACP contra a Caema por interrupção no abastecimento de água

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Direito do Consumidor de Imperatriz, ajuizou, em 18 de novembro, uma Ação Civil Pública contra a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), requerendo, liminarmente, a condenação da empresa por cobrança indevida e dano moral coletivo, pela interrupção no fornecimento de água em 2013 e 2014.

• PAÇO DO LUMIAR - MPMA aciona ex-secretária de Saúde e três réus por contrato irregular

Um contrato irregular, no valor de R\$ 198 mil, para fornecimento de alimentação pronta à Secretaria de Saúde de Paço do Lumiar (Semus) levou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a ajuizar, em 13 de novembro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa (ACP) contra a ex-titular da pasta, Maria Nadi da Costa Moraes, e mais três réus.

• Decisão do STJ confirma posicionamento do MPMA quanto ao pagamento de pensão alimentícia

O Superior Tribunal de Justiça decidiu, no dia 17 de novembro, que o nome do devedor de pensão alimentícia pode ser inscrito em serviços de proteção ao crédito, como SPC e Serasa. A decisão confirma o posicionamento do Ministério Público do Maranhão que já vinha propondo à Justiça que o nome de devedores de pensão fosse incluído nos serviços de proteção ao crédito.

• Campanha Maria da Penha em Ação realiza caminhada pelo Centro

Centenas de estudantes participaram da caminhada de encerramento da Campanha Maria da Penha em Ação: prevenção da violência doméstica nas instituições de ensino, promovida pelas Promotorias de Defesa da Mulher de São Luís. A mobilização tem o objetivo de difundir, de forma permanente, o teor da Lei Maria da Penha entre o público estudantil e a sociedade.

• **CHAPADINHA - MPMA requer sequestro de bens de ex-prefeita e quatro réus**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) requereu, liminarmente, em 10 de novembro, o sequestro de bens da ex-prefeita de Chapadinha, Danubia Loyane de Almeida Carneiro, da secretária de Saúde e Saneamento, Maria José Pereira Coutinho, e de outros três réus, até o limite de R\$ 1.982.267,43.

• **SÃO LUÍS - Município é condenado a restabelecer espaço público na Ponta D'Areia**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou, no dia 20 de novembro, ao Município de São Luís que adote, no prazo de 180 dias, todas as medidas necessárias para restabelecer o uso público do calçadão na praia da Praia da Ponta D'Areia e da Praça do Sol.

• **“LEITE NA ESCOLA” - MPMA solicita retomada de atividades do programa**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Fundamentais, encaminhou, em 18 de novembro, Recomendação ao prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, solicitando a regularização imediata da distribuição de leite aos alunos da rede municipal, prevista no Programa “Leite na Escola”.

• **“QUEM ESCOLHE O SEU CAMINHO? VOCÊ OU AS DROGAS?” - Palestra educativa marca encerramento de campanha**

Alunos do Centro de Ensino Francisco de Assis Ximenes de Aragão Filho, na Vila Embratel, assistiram a uma palestra preventiva contra o uso de drogas, ministrada pela promotora de justiça Cristiane Coelho Maia Lago.

• **ALTO PARNAÍBA - Audiência aborda prevenção de gravidez, pedofilia e violência doméstica**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Alto Parnaíba promoveu, na manhã do dia 20 de novembro, na Câmara de Vereadores do município, audiência pública para tratar dos temas prevenção de gravidez na adolescência, pedofilia e violência doméstica. Na ocasião, o promotor de justiça Tiago Quintanilha Nogueira, titular da Comarca, proferiu palestra, abordando a temática do combate à pedofilia.

• **SÃO LUÍS - MPMA questiona práticas irregulares de colégio particular**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) propôs Ação Civil Pública contra o Colégio Literato, de São Luís. A manifestação, formulada pelo promotor de justiça Carlos Augusto da Silva Oliveira, foi motivada por diversas práticas

abusivas adotadas pela escola, que ferem o Código de Defesa do Consumidor.

• **Promotora de Justiça vai comandar Escola Nacional do MP**

A promotora de justiça Ana Teresa Silva de Freitas, diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, foi eleita a diretora da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp). A representante do MPMA será a primeira pessoa a dirigir a instituição, que foi criada recentemente, para um mandato de dois anos.

• **Treinamento do Simp acontece em Viana**

Membros, assessores, servidores e estagiários do Ministério Público do Maranhão que atuam nas comarcas de Matinha, Viana e Penalva receberam o treinamento e implementação do Simp (Sistema Integrado do Ministério Público) durante esta semana.

• **Seduc deve retificar edital do concurso de professores**

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) deve incluir no edital do concurso de professores para o órgão a exigência de realização de prova prática de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os profissionais que vão atuar na área de educação especial.

• **SÃO LUÍS - MPMA promove reunião para tratar de dengue, zika vírus e febre chikungunya**

Devido à falta de dados oficiais de casos de zika no estado, que são comumente registrados como dengue, o Ministério Público do Maranhão promoveu reunião no gabinete da 2ª Promotoria de Defesa da Saúde da Capital, para a elaboração de Plano de Contingência para o Enfrentamento de Epidemias de Dengue e Plano de Prevenção à Microcefalia Relacionada à Zika.

• **IGARAPÉ GRANDE - Promotora ministra palestras de combate ao uso de drogas**

A titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Igarapé Grande, Anne Carolline Fernandes Duarte, ministrou, nos dias 17, 25 e 26 de novembro, palestras de combate ao uso de drogas para pais de estudantes matriculados em escolas das redes públicas municipal e estadual do município.

• **MONÇÃO - MPMA pede bloqueio de bens de ex-gestora**

Devido a diversas irregularidades constatadas na prestação de contas da Câmara de Vereadores de Monção, referente ao ano de 2004, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) propôs, em 25 de novembro, Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra Paula Francinete da Silva

Nascimento, à época presidente da Câmara.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA requer medidas para reduzir espera por cirurgias em hospital municipal**

Denúncias sobre a espera por exames pré-operatórios e cirurgias ortopédicas no Hospital Municipal de Açailândia (HMA) levaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a ajuizar, em 26 de novembro, Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela (ACP), requerendo que o Município tome, em 48h, providências para normalizar a situação.

• **IMPERATRIZ - MPMA e DPE propõem ação contra governo e Funac**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA), em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), propôs Ação Civil Pública, no dia 20 de novembro, contra o governo do Estado e a Fundação da Criança e do Adolescente (Funac). Na manifestação, foi solicitada à Justiça, como medida de tutela antecipada, que obrigue o Poder Executivo estadual e a Funac a instalarem, no prazo de seis meses, uma unidade especializada com programa de internação provisória e definitiva para adolescentes em conflito com a lei.

• **MPMA requer retirada de publicidade abusiva de ônibus**

Anúncios abusivos da empresa Fantasy Sex Shop, afixados na traseira de diversos ônibus, motivaram o Ministério Público do Maranhão (MPMA), a encaminhar, em 30 de novembro, Recomendação à Blitz Urbana, da Prefeitura de São Luís, requerendo a retirada imediata da publicidade.

• **SÃO LUÍS - Iniciada capacitação do Planejamento Estratégico do MPMA**

Com a presença de membros e servidores do Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi iniciada na manhã desta terça-feira, 1º, a capacitação da Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) e da Comissão Executiva do Planejamento Estratégico Institucional (Cepei).

• **Resultado de vistoria no transporte escolar de quatro municípios é apresentado**

O promotor de justiça de Defesa da Educação, Paulo Avelar; a chefe em exercício da Controladoria Geral da União (CGU) no Maranhão, Leylane Maria Silva; e o procurador do Ministério Público de Contas (MPC), Jairo Cavalcanti, apresentaram, na manhã desta quarta-feira, 2, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em São Luís, o resultado de mais uma etapa da Operação Pau-de-Arara.

• **“NOITE FELIZ” - MPMA realiza operação para combater ilegalidades em**

Açailândia

Para combater os excessos cometidos por proprietários de bares, casas de shows e sons automotivos em Açailândia, o Ministério Público do Maranhão (MPMA), por meio da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da Comarca, realizou, nos dias 27 e 28 de novembro, a operação “Noite Feliz”.

• **GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS - MPMA realiza audiência pública para debater qualidade da educação**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Governador Eugênio Barros realizou na Escola Agnelo Chaves, uma audiência pública para debater o programa Educação de Qualidade: Direito de Todos os Maranhenses.

• **MATA ROMA - TAC prevê recolhimento de contribuições atrasadas ao Ipam**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou, em 30 de novembro, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a prefeitura de Mata Roma para garantir o repasse das contribuições descontadas de servidores públicos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões do Município (Ipam).

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação ao município sobre carga horária do ano letivo**

O Ministério Público do Maranhão expediu uma Recomendação ao Município de Imperatriz, para a adoção de todas as providências necessárias a fim de garantir o cumprimento, na rede municipal de ensino, da carga horária mínima de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9394/96).

• **CONCURSO DE PROFESSORES - MPMA requer alteração imediata em edital**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) requereu, em Ação Civil Pública (ACP) contra o Governo do Estado e a Fundação Sôsândrade, em 2 de dezembro, a imediata inclusão no edital do concurso para professores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) a exigência de prova prática de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os cargos de instrutor e intérprete.

• **PIRAPEMAS - Justiça determina suspensão de processo licitatório**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou a suspensão de procedimento licitatório para contratar empresa que atuaria nas comemorações do aniversário de Pirapemas, em 11 de dezembro.

• **Lançada a Gestão Estratégica do MPMA para o período de 2016 a 2021**

Foi lançada no auditório da Procuradoria

Geral de Justiça, a Gestão Estratégica do Ministério Público do Maranhão para o período de 2016 a 2021, que corresponde ao planejamento estratégico da instituição. Membros e servidores acompanharam a apresentação dos professores-doutores e consultores, Raul Sturari e Verônica Korlício, do Instituto Sagres (responsável pela elaboração do planejamento), que discorreram sobre o conceito, a metodologia, as etapas e o cronograma de trabalho.

• **SÃO LUÍS - Dia internacional contra a corrupção será celebrado com mobilização na Deodoro**

O Dia Internacional Contra a Corrupção, foi celebrado pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e outros órgãos e instituições que formam a Rede de Controle da Gestão Pública. A mobilização foi realizada na Praça Deodoro, no Centro de São Luís.

• **MPMA aprimora serviço para regularizar fluxograma de denúncias do Disque 100 em Imperatriz**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 9ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz, expediu uma ordem de serviço no dia 1º de dezembro objetivando regular o fluxograma das denúncias oriundas do Disque 100 – o canal de denúncias relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes.

• **OLINDA NOVA DO MARANHÃO - Réu é condenado a 19 anos de prisão por homicídio**

Em sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda Nova do Maranhão, realizada em 1º de dezembro, o réu Eguinaldo Serra da Cruz foi condenado a 19 anos de prisão pelo assassinato de Josenil Borges Soares, cometido em dezembro de 2011.

• **IMPERATRIZ - Agressor flagrado por câmeras do MPMA se apresenta à Promotoria da Mulher**

Lucas de Almeida, investigado por agredir uma mulher, se apresentou ao Ministério Público do Maranhão na companhia do advogado. O investigado foi flagrado na madrugada do dia 29 de novembro pelas câmeras de segurança das Promotorias de Justiça de Imperatriz agredindo uma mulher nas proximidades da sede da instituição.

• **Congresso do MPMA**

Com o tema “O Ministério Público em Movimento: reavaliando e transformando ações”, foi aberto no Hotel Luzeiros (Ponta do Farol), o V Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão. O objetivo é refletir e reexaminar as

posturas institucionais, permitindo um novo olhar sobre os desafios da contemporaneidade.

• **BARRA DO CORDA - Réu é condenado por tentativa de homicídio**

Em sessão do Tribunal do Júri Popular da Comarca de Barra do Corda, ocorrida no dia 1º de dezembro, o réu Antônio José Gomes Evangelista foi condenado a sete anos e sete meses de prisão, em regime semi-aberto, por tentativa de homicídio simples.

• **IMPERATRIZ - MPMA participa da ação ‘Sentindo na Pele’**

O Ministério Público do Maranhão participou da ação educativa ‘Sentindo na Pele’, promovida pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Imperatriz, em parceria com os movimentos sociais. A atividade foi realizada no calçadão da Av. Getúlio Vargas e consistia em convidar os cidadãos a vivenciarem experiências pelas quais passam pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial.

• **IMPERATRIZ - Professores têm até esta sexta para registrar candidaturas à direção de escolas**

Como resultado de solicitação do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Conselho Municipal de Educação de Imperatriz (CME) ampliou o registro de candidaturas aos cargos de diretores das escolas da rede municipal.

• **Aberto Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão**

Com uma conferência do governador Flávio Dino, o Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão foi aberto no Hotel Luzeiros. O evento tem como tema “O Ministério Público em Movimento: reavaliando e transformando ações”. Membros e servidores do MPMA, estudantes e operadores do Direito compareceram à solenidade.

• **MPMA celebra Dia Internacional Contra a Corrupção com mobilização popular**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) celebrou o Dia Internacional Contra a Corrupção. A mobilização ocorreu na Praça Deodoro, no Centro de São Luís, em conjunto com outros órgãos e instituições que formam a Rede de Controle da Gestão Pública.

• **PAÇO DO LUMIAR - MPMA aciona prefeito por excesso de contratações temporárias**

A contratação excessiva de servidores sem concurso público pela Secretaria de Educação de Paço do Lumiar (Semed) motivou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a ajuizar, em 9 de dezembro, ação cautelar incidental com pedido de liminar contra o prefeito Josemar

Sobreiro Oliveira, requerendo a exoneração dos profissionais nesta situação.

• **SÃO LUÍS - MPMA realiza caminhada pela educação inclusiva na Litorânea**

Como parte da campanha “Educação Inclusiva: direito de todos”, o Ministério Público do Maranhão realizou na Avenida Litorânea, a “Caminhada pela Inclusão”.

• **Corrupção, transparência e segurança são discutidas no Congresso do MP**

Dois painéis foram apresentados no Hotel Luzeiros, durante o último dia do V Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão. O primeiro abordou os temas corrupção e transparência e teve como painelistas o subprocurador-geral da República, Nicolao Dino, e o procurador regional da República, Douglas Fischer. Atuou como mediador o promotor de justiça do MPMA Marco Aurélio Rodrigues.

• **SÃO LUÍS - Caminhada pela Inclusão é realizada na Avenida Litorânea**

O Ministério Público do Maranhão realizou na Avenida Litorânea, a Caminhada pela Inclusão, como parte da campanha “Educação Inclusiva: direito de todos”, lançada em setembro deste ano.

• **SANTA RITA - Licitação falsificada leva MPMA a acionar prefeito e cinco réus**

O direcionamento de um processo licitatório, realizado em 2013, para contratação de serviços de pavimentação de seis ruas em Santa Rita levou o Ministério Público do Maranhão (MPMA) a requerer, em Ação Civil Pública de improbidade (ACP), em 3 de dezembro, a indisponibilidade dos bens, até o valor de R\$ 518.023,28, do prefeito Antônio Cândido Ribeiro e de outros cinco réus.

• **Operação fiscaliza veículos em São Domingos do Maranhão, Fortuna e Governador Luiz Rocha**

A Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos do Maranhão participou da Operação Jamnapari, promovida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). A ação, que teve o objetivo de fiscalizar veículos e motoristas, foi realizada nos dias 7 e 8 nos municípios de São Domingos do Maranhão, Fortuna e Governador Luiz Rocha. Integrou a operação o promotor de justiça Rogernilson Ericeira Chaves.

• **GODOFREDO VIANA - Coordenadora de Recursos Humanos é presa por se recusar a prestar informações ao MPMA**

Devido ao atraso de mais de cinco meses no pagamento dos salários dos servidores públicos do município de Godofredo Viana, o promotor de justiça Márcio Antônio Alves de Oliveira requisitou, em 19 de novembro, à coordenadora de Recursos

Humanos, Jucilene Martins Cirino, informações sobre os valores devidos a cada funcionário. O objetivo era subsidiar uma eventual Ação Civil Pública para garantir a regularização dos salários.

• **CAJAPIÓ - MPMA aciona ex-presidente da Câmara por ato de improbidade**

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de São Vicente de Ferrer, ajuizou, em 27 de novembro, uma Ação Civil Pública contra Mário Lucas Pinto Filho, ex-presidente da Câmara Municipal de Cajapió, por irregularidades na prestação de contas referentes ao exercício de 2006.

• **SÃO LUÍS - Justiça determina reforma da Feira da Cidade Operária**

Acolhendo pedido de antecipação de tutela de Ação Civil Pública do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou, em 30 de novembro, que o Estado do Maranhão reforme o Hortomercado da Cidade Operária para sanar as irregularidades atestadas nos laudos da Vigilância Sanitária, descritas na ação.

• **Criada assessoria de investigação de detentores de foro privilegiado**

A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, assinou o Ato Regulamentar nº 17/2015, que cria a Assessoria Especial de Investigação dos Ilícitos praticados por detentores de foro privilegiado. A ferramenta objetiva oferecer maior segurança, eficácia e eficiência nas investigações de agentes políticos, tanto na esfera criminal quanto na cível.

• **AÇAILÂNDIA - MPMA divulga balanço de campanha de combate às drogas**

Em 2015, cerca de 3 mil estudantes participaram das atividades da campanha “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?”, desenvolvida pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) desde novembro deste ano na Comarca de Açailândia, que também é formada pelos municípios de Cidelândia e São Francisco do Brejão.

• **NOVA OLINDA DO MARANHÃO - Justiça determina afastamento de prefeito por 180 dias**

Em resposta a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou o afastamento, por 180 dias, do prefeito de Nova Olinda do Maranhão, Delmar Barros da Silveira Sobrinho, com base no atraso reiterado do pagamento dos salários dos servidores municipais. A situação se repete desde 2013.

• **Termo prevê acesso do Gaeco a informações de veículos e motoristas**

A procuradora-geral de justiça, Regina

Lúcia de Almeida Rocha, assinou na Procuradoria Geral de Justiça, Termo de Cooperação Técnica com o diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Antônio de Jesus Leitão Nunes.

• **SANTA INÊS - Fiscalização coordenada pelo MPMA interdita 17 farmácias**

Uma operação articulada pelo Ministério Público do Maranhão, fiscaliza estabelecimentos farmacêuticos no município de Santa Inês. Ao todo, já foram interditadas 17 farmácias e duas distribuidoras de remédios. A ação também prendeu quatro pessoas.

• **CONCURSO DE PROFESSORES - Justiça determina alteração imediata em edital**

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), o Poder Judiciário determinou a imediata inclusão no edital do concurso para professores da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) da exigência de prova prática, de caráter eliminatório, de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os cargos de instrutor e intérprete.

• **CODÓ - Réu é condenado a 32 anos por homicídio de criança**

Em sessão do Tribunal do Júri da Comarca de Codó, o réu Uildemar Costa dos Santos foi condenado a 32 anos e 8 meses de reclusão, pelo homicídio de um menino de 4 anos.

• **SÃO JOÃO BATISTA - MPMA participa da inauguração do Destacamento de Polícia Militar**

Com a participação de autoridades do Ministério Público do Maranhão, Executivo Estadual, Executivo Municipal e da Polícia Militar, o novo prédio do Destacamento de Polícia Militar do município de São João Batista foi inaugurado. O espaço foi reformado por iniciativa do projeto “Beija-flor: trabalhando juntos, fazendo a nossa parte”, elaborado pela Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista.

• **IMPERATRIZ - Diretor-geral da PGJ vistoria obras da nova sede do MPMA**

Acompanhado pelo diretor das Promotorias de Justiça de Imperatriz, Alenilton Santos, o diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), Luís Gonzaga Martins Coelho, visitou as obras da nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz para verificar o andamento da construção do prédio, que se encontra em fase de acabamento.

• **SÃO LUÍS - Justiça determina recuperação de área degradada na avenida Litorânea**

Acolhendo pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça determinou que a

empresa Marafolia Promoções e Eventos Ltda. se responsabilize pela recuperação da área de preservação permanente que circundava o local do evento, na avenida Litorânea, e pagamento de multa pelos danos que não sejam passíveis de recuperação.

• **IMPERATRIZ - MPMA garante liminar contra Caema por interrupção no abastecimento de água**

Como resultado de Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça concede liminar obrigando a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a prestar serviços ininterruptos, contínuos e satisfatórios em Imperatriz, sob pena de multa diária de R\$ 253.123,00. O valor corresponde a R\$ 1 por habitante do município.

• **MPMA garante liminar suspendendo cobrança de taxa ilegal da Escola Maple Bear**

Acolhendo pedido de Ação Civil Pública formulada pela 9ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Consumidor de São Luís, a Justiça concedeu medida liminar, no dia 18 de dezembro, determinando a suspensão da cobrança da taxa de franquia, no valor de U\$ 700 (setecentos dólares), exigida pela escola Maple Bear Canadian School, localizada no bairro Renascença, em São Luís.

• **ALCÂNTARA - Gestores são acionados pelo MPMA para garantir acesso a contas do Fundeb**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 15 de dezembro, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa (ACP) contra o prefeito de Alcântara, Domingos Santana da Cunha Júnior, e o secretário de Educação, Daniel das Chagas Mendes, requerendo o envio, em 10 dias, ao Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a prestação de contas dos recursos recebidos pelo fundo, no período de janeiro a novembro deste ano.

• **PAÇO DO LUMIAR - MPMA garante suspensão da cobrança de tarifa de água reajustada pelo Cisab**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu medida liminar, em 17 de dezembro, determinando a suspensão da cobrança da tarifa de água e esgoto, com índices de reajuste aprovados pela Câmara de Regulação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (Cisab), operado pela empresa Odebrecht Ambiental - Maranhão S.A.

• **SANTA LUZIA DO PARUÁ - MPMA promove palestras sobre combate à corrupção**

O titular da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Paruá, Hagamenon de Jesus Azevedo, proferiu palestras, nos dias 15, 16 e 17 de dezembro, nos atos públicos da “Ação Estadual de Combate à Corrupção”, nos municípios de Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Nova Olinda do Maranhão. As manifestações foram alusivas ao Dia Internacional de Combate à Corrupção.

• **SÃO LUÍS - Justiça condena Caema a reparar danos causados ao Rio Pimenta**

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça proferiu sentença, em 26 de novembro, condenando a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a reparar os danos causados ao Rio Pimenta.

• **IMPERATRIZ - MPMA expede Recomendação ao município sobre prevenção e controle de Dengue, Zika e Chikungunya**

O MPMA encaminhou, em 17 de dezembro, Recomendação ao Município de Imperatriz, solicitando a intensificação de medidas para prevenção e controle das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*. O documento é de autoria do titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada em Saúde da Comarca, Newton Bello Neto.

• **ALTO PARNAÍBA - TAC objetiva regularizar contratações de servidores**

O Ministério Público do Maranhão celebrou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em 18 de dezembro, com o Município de Alto Parnaíba, com o objetivo de regularizar as contratações de servidores públicos por parte do Executivo Municipal. O acordo foi proposto pelo promotor de justiça Tiago Quintanilha Nogueira e assinado pelo prefeito de Alto Parnaíba, Itamar Nunes Vieira.

• **GODOFREDO VIANA - MPMA firma TACs com vereadores para garantir devolução de valores**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) firmou, em 16 de dezembro, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com os vereadores de Godofredo Viana, Jorge Alberto Pereira Alves e Nelinaldo de Azevedo Queiroz, estabelecendo o ressarcimento de valores recebidos irregularmente do Município. Ambos receberam ilegalmente renumerações de cargos cujas funções não exerciam.

• **CHAPADINHA - MPMA aciona governo do estado e Caema para garantir regularização do fornecimento de água**

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ajuizou, em 15 de dezembro, Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado do Maranhão e a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), requerendo, liminarmente, a tomada de medidas, em 15 dias, para garantir o funcionamento de três poços artesianos do sistema de abastecimento de água de Chapadinha, que deveria favorecer 13.200 famílias.

• **CÂNDIDO MENDES - MPMA propõe TAC para garantir preservação de área rural do município**

O Ministério Público do Maranhão, firmou, em 17 de dezembro, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Secretaria de Meio Ambiente de Cândido Mendes e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município, além de proprietários de terras locais, para garantir a preservação da vegetação, igarapés e rios de uma área de 250 hectares, que é objeto de uma disputa judicial.

• **LORETO - Audiência discute prevenção de doenças e limpeza pública**

O promotor de justiça Lindomar Luiz Della Libera, da Comarca de Loreto, participou de uma audiência pública na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que discutiu temas como prevenção da dengue e zika, presença de animais em vias públicas; limpeza pública, instalação de quebra-molas, reordenamento do trânsito, esgoto em vias públicas e serviço de lava-jato.



7

ATOS NORMATIVOS - 2015

7.1 Normas Legais

7.1.1 Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 - Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 083, de 03 de junho de 2005, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor, e dá outras providências.

LEI Nº 10.399, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015 - Institui o Diário Eletrônico do Ministério Público como instrumento oficial de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado do Maranhão.

7.1.2 Resoluções do Colégio de Procuradores

RESOLUÇÃO Nº 26/2015 - CPMP, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015 - Disciplina a Eleição para Corregedor-Geral em 2015.

RESOLUÇÃO Nº 27/2015 - CPMP, DE 26 DE MARÇO DE 2015 - Descreve, com acréscimo do artigo 6º-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, as atribuições próprias do âmbito das Promotorias de Justiça Especializadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 28/2015 - CPMP, DE 03 DE JUNHO DE 2015 - Dispõe sobre a instituição e o funcionamento do programa Incentivo à Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, cria o Gabinete de Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 29/2015-CPMP, DE 28 DE MAIO DE 2015 - Cria, na comarca de Imperatriz, a 8ª Promotoria de Justiça Criminal e a 9ª Promotoria de Justiça Especializada. (O art. 3º desta Resolução foi republicado por incorreção).

RESOLUÇÃO Nº 30/2015 - CPMP, DE 27 DE AGOSTO DE 2015 - Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2015/2017.

RESOLUÇÃO Nº 31/2015 - CPMP, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015 - Altera a redação do item 42, do anexo único da Resolução nº 019/2013-CPMP, referente às atribuições da 18ª Promotoria de Justiça Criminal.

RESOLUÇÃO Nº 32/2015, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015 - Dispõe sobre a representação do Ministério Público no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Maranhão.

RESOLUÇÃO Nº 33/2015 – CPMP, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015 - Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista triplíce para escolha do Ouvidor(a) do Ministério Público, para o biênio 2015/2017.

7.1.3 Atos Regulamentares

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2015-GPGJ, DE 06 DE JANEIRO DE 2015 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências. (Alterado pelo Ato Regulamentar nº 05/2015-GPGJ e nº 12/2015-GPJ)

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2015-GPGJ, DE 22 DE JANEIRO DE 2015 - Regulamenta os procedimentos administrativos para a concessão de licença para tratamento de saúde, de licença por motivo de doença em pessoa da família e de licença à gestante aos Membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2015-GPGJ, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015 - Dispõe sobre alterações no Ato Regulamentar nº 03/2013 - GPGJ (Estágio).

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2015 - GPGJ, DE 21 DE MAIO DE 2015 - Acresce o parágrafo único ao art. 128, do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, disciplinando a lotação provisória do Assessor de Promotor de Justiça em Substituição Plena.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2015 - GPGJ, DE 22 DE JUNHO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2015, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2015-GPGJ, DE 17 DE JULHO DE 2015 - Dispõe sobre a remoção, a pedido e por permuta, de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2015-GPGJ, DE 19 DE AGOSTO DE 2015 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2015/2016.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2015-GPGJ, DE 13 DE AGOSTO DE 2015 - Dispõe sobre a gestão e fiscalização dos contratos, convênios, ajustes, atas de registro de preços ou de outros instrumentos congêneres, celebrados no âmbito do Ministério Público.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2015 - GPGJ, DE 13 DE AGOSTO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 11/2014-GPGJ, que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 10/2014-GPGJ, que dispõe sobre a alteração do Anexo I do Ato Regulamentar nº 003/2013 - GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 11, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ (Registro biométrico) - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

ATO REGULAMENTAR nº 12, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2015, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2015 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2015-GPGJ, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015 - Altera o Ato Regulamentar nº 10/2015-GPGJ e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2015-GPGJ, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015 - Normatiza, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Portal da Transparência, adequando-o às Resoluções nº 86, nº 89 e nº 115 e ao novo Manual de 2015 do CNMP, que trata do Portal da Transparência.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2015-GPGJ, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 - Altera o inciso IV, do art. 2º, do Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, com redação conferida pelo Ato Regulamentar nº 11/2015 - GPGJ.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2015-GPGJ, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015 - Dispõe sobre a Política de Comunicação Institucional Oficial do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2015 - GPGJ, DE 15 DE DEZEMBRO 2015 - Cria a Assessoria Especial de Investigação dos Ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o Ato Regulamentar nº 20/2008 - GPGJ.

7.1.4 Ordem de Serviço

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01-DG, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - Disciplina a solicitação de veículo à seção de transporte.

7.1.5 Recomendações

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA 01/2015 - GPJ/CAOP-SAÚDE - Recomenda que os Membros do Ministério Público com atuação na área da Saúde exijam dos gestores que disponibilizem em seus Municípios os perfis mínimos de cada uma das Regiões de Saúde do Estado do Maranhão, as ações e serviços de saúde que devem ser disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), intermediando a celebração dos Contratos Organizativos de Ações Públicas de Saúde (COAPS)

e Termos de Ajustamento Sanitários (TAS), a fim de que o ente público passe a se conformar ao que dispõe a legislação sanitária vigente.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015-GPGJ, DE 07 DE ABRIL DE 2015 - Dispõe sobre o Termo de Cooperação Técnica nº 03/2014, celebrado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão e a Polícia Rodoviária Federal no Maranhão. (Veja o Extrato do Termo de Cooperação Técnica nº 03/2014 no link Parcerias Institucionais).

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015-GPGJ, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015 - Recomendação à Secretaria de Transparência e Controle do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça